

Colecção Os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusíada em Joanesburgo

Paulo Bessa



CEPESE

**A COMUNIDADE LUSÍADA
EM JOANESBURGO**

Título

A Comunidade Lusíada em Joanesburgo

Autor

Paulo Bessa

Todos os Direitos Reservados

CEPESE e Fronteira do Caos Editores Lda.

Capa

João Machado

Impressão e Acabamento

Rocha Artes Gráficas Lda.

Depósito Legal

294755/09

ISBN

978-989-8070-30-2

1ª Edição

PORTO – MAIO DE 2009

CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1055

4169-004 Porto

cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.

Apartado 52028

4202-801 Porto

fronteiradoaos@netcabo.pt

www.fronteiradoaos.com

{1}

COLECÇÃO
OS PORTUGUESES NO MUNDO

**A COMUNIDADE LUSÍADA
EM JOANESBURGO**

Paulo Bessa



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES



CEPESE

*Em homenagem à minha mãe e à memória de meu pai,
falecido no decorrer deste estudo,
aos quais tudo devo*

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores desejo expressar a minha profunda gratidão, pela confiança, conselhos e amizade. A realização deste estudo não teria sido possível sem o apoio incondicional da família, particularmente dos meus pais, sogros, irmãos, esposa e filhos, de quem procuro ser digno. Através de um empenho permanente, tentei retribuir a bolsa concedida pelo ICCTI. O sucesso da pesquisa de terreno deve-se à boa vontade de numerosas pessoas, entre as quais desejo destacar Francisco Martins, José Miguel dos Reis, Carlos Street, Carlos Garcia, José Duque, Ramiro Jorge, Manuel de Freitas, Casimiro Santos e Izabella Olivier-Santos, Suzanne Olivier, Rogério Varela Afonso, Jorge Duarte, Alexandre Santos, Mário Silva, Vicente Dias, José Luís da Silva, João Carreira, Nina Valente, Luísa Vasconcelos, Marina Fontes, Arménio e Lurdes Santos, Isabel Catalano, Júlio e Jacqueline Conceição, Viriato Barreto, Zito Pereira, Fernando Capão, Bernardino Faria, Dina Tomás, Frei Teixeira, Padres Magalhães, Lemos, Gabriel, Villada, Hattingh e Nunes, Eduardo Botelho, Compadres das Academias do Bacalhau de Joanesburgo e de Lisboa e Associação Comercial Madeirense de Gauteng. Uma menção especial para todos os que me concederam a sua amizade, que não esqueço, bem como para a “Novo Mundo” (Silvério e Carlos Silva, Isabel e Cristina Pereira), diplomatas, dirigentes associativos, conselheiros da comunidade e as gerências dos restaurantes “Ponto Final”, “Adega do Monge” e “Portugal”. Para a prossecução deste trabalho foi crucial a colaboração de múltiplas entidades, que proporcionaram acesso a documentação na sua posse e divulgaram apelos. Agradeço a *O Século de Joanesburgo*, *Notícia*, *The Citizen*, *The Star*, Manuel Moutinho, Durval Marques, Rádio Lusitolândia, Rádio Cidade Internacional e TVP. Cumpre-me destacar os *Central Statistics Services of South Africa* (Liz Coetser e Johannes Motí), o *Human Sciences Research Council* (Nicholaas Harmse), a *Harold Strange Library of African Studies*, da *Johannesburg Public Library* (Elise Roberts, Eric Itzkin e Marius Basson), a *Ferdinand Postma Biblioteek*, da *Potchefstroom University* (Ans Geertsema), a *Pretoria University* (Heidi Visser, Rene van Zyl e Horst Küstner), a *Witwatersrand University*, designadamente os

funcionários do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas (Luisa Fasoli e Teresa Correia), da *William Cullen Library* (Aja Verhagen) e da *John G. Gubbins Africana Library* (Margaret Norhtey), bem como do Departamento de Línguas Românicas da UNISA (Fernanda Jones e Teresa Cunha). O transporte do material obtido só foi possível devido à *TAP-Air Portugal* (Vitor Rebelo e Lisa Bailey). Agradeço ainda às seguintes instituições sediadas em Portugal: Biblioteca Nacional (Carlos Reis, Maria Fernanda Casaca-Ferreira, Ana Farinha e António Martins), Centro de Documentação da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (Manuel Oliveira), Embaixada da África do Sul (Maria da Luz Marques e José Gregório), Ministério do Trabalho e Solidariedade (Anabela Cristóvão), Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana (António Maurício de Abreu), Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (Patrícia Ferreira), Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca Municipal do Porto, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (Lígia Évora Ferreira e Ana Cristina Santos), INE e EUROSTAT (Luzia Estevens) e Centro de Documentação do *Diário de Notícias*. Gostaria ainda de enfatizar o meu apreço pelos muitos portugueses anónimos radicados na África do Sul, considerando-me um privilegiado por ter privado com estas pessoas e por poder contribuir para descrever a sua vivência, que é parte das Histórias de Portugal e da África do Sul.

Finalmente, desejo agradecer ao CEPESE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade – a oportunidade que me concedeu para a publicação deste trabalho.

SUMÁRIO

A presente investigação visa proporcionar uma compreensão mais aprofundada do percurso da comunidade portuguesa radicada na África do Sul, a partir de uma análise que incidiu na região metropolitana de Joanesburgo, onde se situa o seu núcleo primordial. Este *case study* cinge-se formalmente aos anos de 1974 a 2000, mas constatou-se que os resultados do esforço de compilação de fontes documentais e da pesquisa de terreno permitiam a elaboração de um histórico inédito, pelo que foram incluídos elementos de informação que remontam à génese da comunidade. As conclusões a que se chegou, na sua essência, também permanecem válidas na actualidade. Através de uma descrição exaustiva das múltiplas facetas do perfil comunitário, segundo uma perspectiva diacrónica, procurou-se determinar como se processou a adaptação dos portugueses e seus descendentes à realidade política, económica, social e cultural sul-africana, durante o *apartheid* e após a democratização. Concedeu-se uma atenção particular à forma como a comunidade, enquanto minoria etno-racial, manteve a sua coesão identitária e se inseriu na lógica de grupos subjacente à sociedade sul-africana. A comunidade resultou de 3 fluxos migratórios, com origem no Portugal insular, continental e ultramarino, que confluíram para espaços geográficos bem delimitados, onde foi implementada uma lógica própria, paralela à sociedade de acolhimento. A coesão do grupo foi favorecida pela existência destes enclaves, pela complementaridade de competências profissionais entre os seus membros e pela acção da família, da Igreja Católica e das agremiações, entidades que asseguraram a preservação dos valores étnicos fundamentais. Recorrendo à solidariedade étnica e explorando as vantagens identitárias concedidas por um regime racialmente hierarquizado, a integração dos portugueses da primeira geração processou-se essencialmente ao nível económico, não possuindo equivalente nas esferas socio-cultural e política. Socializados na comunidade e na sociedade sul-africana, os luso-descendentes da segunda geração partilham aspectos de ambas as identidades, emergindo como um segmento de fronteira, enquanto a integração da terceira geração é mais profunda, suscitando reservas quanto à sobrevivência do legado

cultural português na África do Sul. As repercussões económico-sociais da democratização expressam-se actualmente num sentimento generalizado de insegurança, espoletando tendências de êxodo que não têm necessariamente Portugal como destino final e que se têm reflectido numa significativa diminuição do número de efectivos da comunidade. O futuro desta está intimamente ligado ao da África do Sul, que enfrentará o seu maior desafio na era pós-Mandela.

PALAVRAS-CHAVE:

COMUNIDADE
LUSÍADA
PORTUGUESES
ÁFRICA DO SUL
JOANESBURGO
DESCOLONIZAÇÃO

ABSTRACT

This investigation aims to provide a deeper understanding of the South Africa's portuguese community course, from an analysis which focused the metropolitan region of Johannesburg, where its primordial core is situated. This case study is formally restricted to the years of 1974 to 2000, but it was realized that the results of the effort of collection of the documental sources and of the field research allowed the making of an inedited historical, which determined the insertion of information elements remounting to the community's genesis. The conclusions reached, in its essence, also remain valid in the present. Through an exhaustive description of the communitarian profile's multiple features, according to a diachronic perspective, it was attempted to establish how the process of adaptation of the portugueses and their descendants to the south african political, economical, social and cultural reality occurred, during apartheid and after the democratization. A special attention was conceded to the way in which the community, as a ethno-racial minority, kept its identity cohesion and inserted in the group logic underlying the south african society. The community resulted from 3 migratory flows, with origin in Portugal's isles, continent and overseas dominions, which joined in well delimited geographical spaces, where it was implemented a peculiar logic, parallel to the one of the host society. The group cohesion was favoured by the existence of these enclaves, by complementary professional skills amongst their members and by the action of the family, Catholic Church and associations, entities which secured the preservation of the fundamental ethnic values. Resorting to the ethnic solidarity and exploiting the identity advantages granted by a racially hierarchized regime, the integration of the first portuguese generation occurred mainly at the economic level, without equivalent on the political and socio-cultural spheres. Socialized in the community and also in the south african society, the portuguese descendants of the second generation share aspects from both identities, emerging as a frontier segment, whilst the integration of the third generation is much deeper, rising reserves concerning the survival of the portuguese cultural legacy in South Africa.

The socio-economic repercussions of democratization are currently nourishing a generalized feeling of insecurity, detonating tendencies of exodus which do not have necessarily Portugal as final destination and are reflected in a significant diminution of the community's number of effectives. The future of the community and of South Africa are intimately connected and the greatest challenge will come in the post-Mandela era.

PREFÁCIO

In the fourteenth stanza of Canto Seven of *The Lusíads*, his epic account of Vasco da Gama's pioneer voyage to India, Luís de Camões interrupts the narrative with the following statement, addressed to fellow Europeans with their religious wars:

But while in your blind, insane frenzy
You thirst for your brothers' blood in Christ,
There will be no lack of Christian daring
In this little house of Portugal.
In Africa, they have coastal bases;
In Asia, no one disputes their power;
The New World already feels their ploughshare,
And of fresh worlds are found, they will be there.

As early as 1572, when *The Lusíads* was first published, the propensity of the Portuguese to emigrate and found communities overseas was already being celebration in the national epic as part of the national character.

This book, *The Portuguese Community of Johannesburg*, describes one such community, in greater depth and with richer detail than ever before. There are approximately half a million people in South Africa who claim Portuguese descent. But until now, they have been largely overlooked. The circumstances of Portugal's relinquishing of her African colonies following the revolution of 1974 provide one reason for this. South Africa's status as an international pariah during the Apartheid period was another: those Portuguese who migrated to South Africa after 1974, mainly from Moçambique and Angola, were felt to have made a dubious historical choice. But, as this book clearly demonstrates, the community itself has often spoken with a divided and uncertain voice.

Dr Paulo Bessa's sources are local and national newspapers, governmental statistics, detailed questionnaires reinforced by personal interviewing, and sup-

plemented by a full review of the small amount of existing literature. The picture that emerges incorporates the community's history over several generations, its economic and social dimensions, its political options, its residence patterns, and its precarious future, all described with a wealth of statistical information and personal detail that brings the community and its predicaments alive. As a dimension of Portugal overseas, this community matters; and as a people who may be forced by developments in post-Apartheid South Africa to consider returning to Portugal they also matter. I commend this book without reservation both to academic readers, who will find much in it to stimulate, and to the general public, who will find it makes them think.

Landeg White,
Universidade Aberta

I – AS ORIGENS DA COMUNIDADE PORTUGUESA NA ÁFRICA DO SUL

1. O Pioneirismo dos Madeirenses e a Vaga de Emigração Continental

A génese da presença portuguesa na África do Sul remonta aos Descobrimentos, existindo contactos há mais de meio milénio, materializados nas viagens transoceânicas e na proximidade das colónias lusas. O indivíduo tido como “o primeiro verdadeiro imigrante português, desembarcou no Cabo em 1722 e entrou ao serviço da Companhia [Holandesa das Índias Orientais]. Chamava-se Inácio Ferreira e era natural de Lisboa,”¹ sendo o ancestral dos afrikaners de apelido Ferreira. A constituição da comunidade lusa propriamente dita só se verificaria muito mais tarde. Após a “descoberta de diamantes, (...) em 1867, e de ouro, (...) em 1886, milhares de [europeus] confluíram para a África do Sul,”² iniciando-se o fluxo português em 1872, tendo por destino a Cidade do Cabo,³ onde se estabeleceram madeirenses, sobretudo no sector pesqueiro, ingressando posteriormente nas províncias do Transvaal e Orange Free State, atraídos pelas riquezas minerais. A problemática da quantificação das comunidades lusas só foi abordada pelas autoridades de Lisboa no último quartel do século XIX, realizando-se então um levantamento dos portugueses de origem europeia na África do Sul através da rede diplomática,⁴ concluindo-se que, entre 1878 e 1911, ter-se-iam

¹ Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, p.20.

² South African State Department of Information, *Official Yearbook of the Republic of South Africa, 1977*, South African State Department of Information, Joanesburgo, 1978, p.27.

³ Cf. Júnior, José Baptista, *A Comunidade Portuguesa na República da África do Sul: «Nação Peregrina em Terra Alheia»*, Sociedade de Geografia de Lisboa e União das Comunidades de Cultura Portuguesa, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro-Março de 1966, p.6.

⁴ Ver Vasconcellos, Ernesto, *Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1915, p.182.

radicado neste país 2 270 portugueses, dos quais apenas uma minoria constava nos registos. Os madeirenses predominavam na Cidade do Cabo – daí serem designados na Madeira por «cabeiros»¹ – e no seio das 1 078 pessoas que constituíam a comunidade na área consular do Transvaal e Orange Free State, que abrangia Joanesburgo, em cujas zonas rurais muitos se estabeleceram.² Segundo os registos da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Benoni, os madeirenses dispersaram-se pelo que hoje são localidades nos arredores da Grande Joanesburgo e, “por volta do ano de 1937, [já] havia cerca de 7 000 portugueses”³ radicados nesta região. Tal parece confirmar referências que apontam para um aprofundamento da emigração dos ilhéus pouco antes da Segunda Guerra Mundial, tendo por destino sobretudo as Américas e a África do Sul. E explicaria as estimativas que mencionavam uma comunidade em torno de 12 000 e 15 000 pessoas, em 1939 e em 1942, respectivamente. No entanto, em 1946 apenas estavam inscritos na rede diplomática 3 280 portugueses, ascendendo a 4 895 em 1954, residindo a quase totalidade no Cabo e Joanesburgo.⁴ Por outro lado, Leal, recorrendo a documentos oficiais sul-africanos, afirma que, entre 1924 e “1946 – e com excepção de 1934, 1935 e 1936 – a imigração de lusitanos para este país não excedeu 100 indivíduos por ano,”⁵ constatando-se assim que, em meados da década de 1930, ocorreu um pequeno pico migratório, como reflectem os dados do Anexo 1, analisado adiante. Em 1954, as autoridades lusas situavam a comunidade em torno das 6 000 pessoas,⁶ número contestado pelos próprios diplomatas então a prestar serviço na África do Sul, os quais estimavam que, só no Transvaal e Orange Free State, poderiam ser o dobro. Este défice de conhecimento efectivo é parcialmente justificado pelo facto de a Junta de Emigração só ter sido criada em 1947 e por, entre 1955 e 1962, ter ingressado na África do Sul um “grande número de imigrantes clandestinos”⁷ portugueses, calculando-se que, neste último ano, a comunidade ascenderia a 15 000 ou 20 000 pessoas.⁸ A opção pela entrada ilegal no país ter-se-á devido à absoluta necessidade de emigrar e à política de Pretória de favorecer os imigrantes culturalmente mais próximos,

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 23 de Novembro de 1998, p.26.

² Cf. Gonçalves, José Júlio, *Portugueses Dispersos Pelo Mundo*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1971, pp.127-128 e Júnior, José Baptista, op.cit., p.6.

³ Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, *História da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Brentwood Park, Benoni*, Lion Marketing & Combined Publishers, Southdale, África do Sul, 1998, p.10.

⁴ Cf. o *Sunday Express* de 8 de Junho de 1980, p.31, Gonçalves, José Júlio, op.cit., pp.128-129 e *Boletim Anual da Junta da Emigração 1954*, Ministério do Interior, Gouveia, 1956, pp.106-107.

⁵ Leal, Luus, op.cit., p.34.

⁶ Segundo o *Boletim Anual da Junta da Emigração 1954*, Ministério do Interior, Gouveia, 1956, p.105.

⁷ Júnior, José Baptista, idem, p.10.

⁸ Cf. o *Boletim Anual da Junta da Emigração*, 1962, p.78.

designadamente os de origem holandesa e inglesa, sobretudo entre 1933 e 1958, período em que exerceram o poder o General Jan Smuts e Daniel François Malan.¹ Esta situação alterar-se-ia devido à dinâmica da economia sul-africana, cujas crescentes necessidades suscitaram o reconhecimento, em “finais da década de 1950, [de] que os esforços para atrair imigrantes para satisfazer a procura de trabalhadores qualificados teriam de ser intensificados e coordenados,”² o que originaria um périplo, em 1962, do Ministro do Trabalho e da Imigração, A.E.Trollip, por Portugal, “França, (...) Holanda, Bélgica, Suíça, [a então] Alemanha Federal, Áustria, Grécia e Itália.”³ Nesse ano foi inaugurada em Lisboa uma representação deste Ministério, existindo doravante uma promoção activa da emigração lusa por parte de Pretória, que disponibilizou substanciais apoios, por exemplo, em termos de despesas de educação, especialmente importantes para jovens casais com filhos, constituindo a conjugação de baixos impostos com um elevado nível salarial outro atractivo fundamental.⁴ Como consequência, nos anos seguintes “a imigração portuguesa atingiu as suas maiores proporções,”⁵ fenómeno ainda potenciado pelas difíceis condições económico-sociais que se verificavam em Portugal, bem como pela intensificação do conflito armado ultramarino. Em 1966 surgem as primeiras menções a uma comunidade substancial, estimada entre 50 000 e 80 000 pessoas, a esmagadora maioria das quais radicadas em Joanesburgo e na Cidade do Cabo, mas provenientes de zonas rurais de Portugal.⁶ A comparação de valores oficiais lusos e sul-africanos, não obstante serem escassos, auxilia a compreensão da evolução numérica da comunidade. O acervo do Centro de Documentação da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas abrange um horizonte de meados da década de 1940 a 1988, não sendo possível obter registos sequenciais coerentes a partir daí, apenas estimativas gerais do Instituto Nacional de Estatística (INE). Visando proporcionar continuidade temporal aos dados estatísticos, recorreu-se aos registos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que permitiu a elaboração do gráfico seguinte, que espelha o súbito fluxo de meados da década de 1960, considerado “a primeira grande vaga de emigração [lusa, sobretudo] entre os anos de 1964 e 1967.”⁷

¹ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.47. Consultar também Gonçalves, José Júlio, *idem*, p.134.

² South African State Department of Information, *Official Yearbook of the Republic of South Africa, 1976*, South African State Department of Information, Joanesburgo, 1977, p.289.

³ *Diário Popular*, 6 de Julho de 1962, p.16.

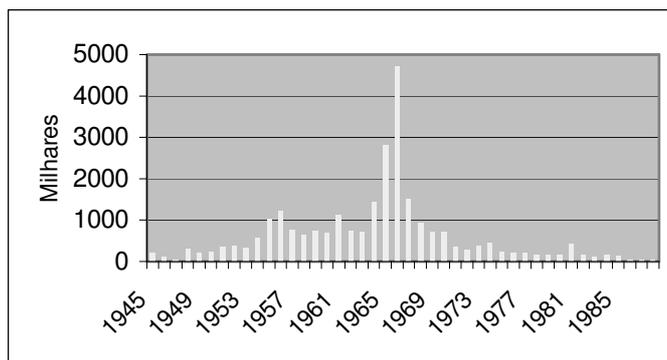
⁴ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.35.

⁵ *Tempo*, 2 de Agosto de 1979, p.1.

⁶ Consultar Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.15, Gonçalves, José Júlio, *ibidem*, p.134, Leal, Luus, *idem*, pp.40-42 e *Notícias da África do Sul*, Ano 16, N.º 242, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Janeiro de 1967, p.4.

⁷ Bártolo, Carlos, *Portugal no Mundo*, Edição do Autor, Joanesburgo, 1980, s.p.

Gráfico 1
Emigração Portuguesa para a África do Sul, 1945-1988



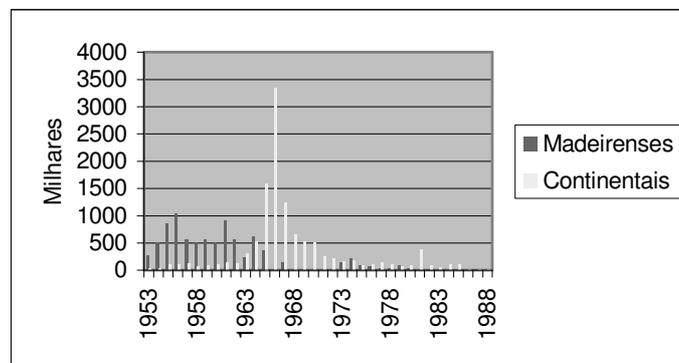
Fontes: *Boletim Anual da Junta da Emigração* (1952-1954), *Boletim da Junta da Emigração* (1955-1969), *Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração* (1970-1972), *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração* (1973-1975), *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas* (1976-1985), *Boletim Anual da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas* (1986-1988).

O total de indivíduos considerado pelas autoridades lusas no período de 1945 a 1988 ascende a apenas 26 648, valor que se cinge aos emigrantes legais e que, como veremos, colide com os dados oficiais sul-africanos. No entanto, permitem-nos visualizar um fluxo migratório que, em meados da década de 1950, cresceu de forma sustentada, registando-se um pico muito significativo em meados da década seguinte, seguido de uma quebra progressiva até 1975, altura em que a emigração atingiu valores muito baixos, situação que não sofreria alterações até 1988, ano em que deixaram de existir estes elementos estatísticos. Uma justificação para este decréscimo de saídas para a África do Sul é o facto de, na segunda metade da década de 1980, a emigração lusa ter registado uma inflexão, orientada para os continentes europeu e americano. Tal coincidiu com “uma [nova] conjuntura económica que favoreceu a entrada de mão-de-obra estrangeira”¹ subsequente a um período de retracção mundial, sobretudo após 1973, devido à crise petrolífera derivada do conflito israelo-árabe. Inesperadamente, os anos de 1974 e 1975, marcados pela revolução e descolonização portuguesas, não revelam valores anormais, o que talvez possa ser explicado pelo facto de estes registos se referirem a emigrantes provenientes de Portugal continental e insular, não abrangendo as ex-colónias. Não obstante, podemos afirmar que a maior parte das pessoas que formam a actual comunidade na África do Sul chegaram a este país entre meados das décadas de 1950 e de 1970. De facto, posteriormente não se

¹ Carrilho, Maria José e Peixoto, João, “A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992”, in *Estudos Demográficos*, N.º31, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1993, p.8.

detecta qualquer dinamismo, o que também tem sido atribuído à elevação do nível de habilitações literárias exigido pelas autoridades sul-africanas (de conhecimentos mínimos de escrita e leitura) para o actual 9.º ano de escolaridade, requisitos que foram aplicados aos refugiados que demandaram a África do Sul.¹ A introdução desta fasquia literária prejudicaria os madeirenses, usualmente detentores de um menor grau de instrução formal, o que em grande medida ditaria a sua dedicação às actividades relacionadas com a agricultura e distribuição de produtos derivados. Como sublinha Leal, dado que a partir do final da década de 1950 as necessidades da economia sul-africana passaram a centrar-se nos operários especializados, o que se coadunava com as características profissionais de muitos continentais, tal explicaria o subsequente decréscimo do fluxo madeirense e o paralelo aumento drástico do movimento de continentais, que se tornou dominante, como podemos verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 2
Origem Regional da Emigração Portuguesa Para a África do Sul, 1953-1988



Fontes: *Boletim Anual da Junta da Emigração (1952-1954)*, *Boletim da Junta da Emigração (1955-1969)*, *Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração (1970-1972)*, *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração (1973-1975)*, *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (1976-1985)*, *Boletim Anual da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1986-1988)*. Nota: o total de indivíduos considerados neste gráfico é de 19 991, o que não corresponde à emigração total para a África do Sul neste período.

O movimento madeirense situa-se sensivelmente entre o início da década de 1950 e meados da de 1960, sucedendo-lhe o continental, entre meados das décadas de 1960 e 1970. Na verdade, de acordo com os dados apresentados em 1964 no I Congresso das Comunidades Portuguesas, reunidos no Anexo 2 e absolutamente

¹ Comunicação Pessoal com Casimiro Santos, Técnico Metalomecânico Especializado e refugiado de Angola, em Crown Mines, Joanesburgo, 1 de Abril de 2000. Consultar também Alves, Marcial, *Os Portugueses no Mundo*, Edição de *O Dia*, Lisboa, 1983, p.144.

coincidentes com os totais dos boletins de emigração,¹ entre 1946 e 1962, a emigração lusa para a África do Sul foi essencialmente madeirense, situação que apenas se alterou em 1963, com uma maioria de continentais.² Se adicionarmos os elementos anteriormente recolhidos, constata-se que, ao longo de quase um século, entre 1872 e 1963, uma larga maioria de madeirenses protagonizou a emigração do Portugal metropolitano para a África do Sul, situando-se a sua fase mais importante na década de 1950. Os elementos a que acedeu Leal permitem refinar esta análise e confrontar dados oficiais sul-africanos com os do Estado português. Em contraposição aos 26 648 indivíduos que as estatísticas lusas apontam como tendo emigrado legalmente para a África do Sul entre 1945 e 1988, Pretória registou oficialmente a entrada de 50 048 portugueses, somente entre 1924 e 1972,³ número que também não contempla o fluxo de clandestinos. Em relação a este último período, numa comunicação com Leal, J.H. Hattingh, director da *Maatskappy vir Europese Immigrasie* (MEI), organização sul-africana de auxílio aos europeus recém-chegados, referiu-se a um total de 43 048 portugueses. Como outras fontes corroboram com exactidão estes dados,⁴ assume-se que têm credibilidade, admitindo-se que aquela entidade auxiliou cerca de 43 000 portugueses, o que não desautoriza os registos de imigração sul-africanos, inferindo-se apenas que os restantes 7 000 simplesmente não tiveram contacto com a MEI. No entanto, mantendo-se válidas as considerações anteriores, como podemos constatar no quadro seguinte, as discrepâncias são múltiplas.

Quadro 1
Emigração Lusa Para a África do Sul, 1960-1968

Ano	<i>Maatskappy vir Europese Immigrasie</i>	Boletins de Emigração Oficiais Portugueses	Estatísticas Sul-Africanas
1960	940	688	1 348
1961	1 656	1 126	2 634
1962	1 327	739	2 244
1963	1 690	699	2 412
1964	2 951	1 437	4 097
1965	5 524	2 802	6 668

¹ Poderiam ter sido integrados no gráfico, mas evitou-se a sua utilização porque não estão identificadas as fontes do congressista que os apresentou, impossibilitando assim a sua confirmação exacta.

² Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.37-38.

³ Segundo Leal, Luus, *ibidem*, p.34.

⁴ Consultar Van Staden, R.P., *Immigrasie na die Republiek van Suid-Afrika Vergeleke met die van Kanada en Australië oor die Tydperk 1925-1961*, Tese de M.A. (Sociologia), Universidade de Pretória, 1964, Pretorius, Jan Christoffel, *'N Sosiologiese Ondersoek na die Houidings van Blanke Pretorianers Teenoor Blanke Minderheids-groep*, Dissertasie Doctor Philosophiae, Universiteit van Pretoria, Pretória, 1971, p.263 e Du Plessis, A.P., 'Assimilasië, Integrasie en Kulturele Pluralisme as Sleutelbegrippe in die Ontleding van die Aanpassings-Proses van Immigrante', in *Tydskrif vir Geesteswetenskappe*, Jaargang 7 : 4, Desember 1967, pp.647-672.

(Continuação)

Ano	<i>Maatskappy vir Europese Immigrasie</i>	Boletins de Emigração Oficiais Portugueses	Estatísticas Sul-Africanas
1966	8 767	4 721	5 407
1967	3 773	1 497	8 776
1968	2 762	921	3 767
Total	29 390	14 630	37 353

Fontes: Quail, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971, p.2. Este autor baseou-se no *Republic of South Africa Bulletin of Statistics* de Setembro de 1968, p.13. Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, pp. 34-35. *Boletim da Junta da Emigração* (1955-1969).

Sendo indispensável uma base de sustentação para a prossecução do raciocínio comparativo, optou-se por utilizar os valores da MEI, mesmo que pequem por defeito, dado que, além de confirmados por outros autores, denotam uma minúcia inexistente noutras fontes. Assim, apesar de não se ter acedido a valores anuais do Ministério da Imigração sul-africano, através de uma reorganização dos dados disponíveis mantém-se uma linha de análise, limitada ao período entre 1945 e 1972. Dividindo em quinquénios os dados gerais, agregados no Anexo 3, obtemos o seguinte quadro.

Quadro 2

Comparação de Registos Oficiais da Emigração Lusa para a África do Sul, 1945-1972

Anos	<i>Maatskappy vir Europese Immigrasie</i>	Boletins de Emigração Portugueses	Diferença
1945-1949	710	843	133
1950-1954	2 243	1 810	433
1955-1959	3 977	4 383	406
1960-1964	8 564	4 689	3 875
1965-1969	22 839	10 654	12 185
1970-1972	3 321	1 315	2 006
Total	41 654	23 694	17 960

Fontes: Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, pp. 34-35. *Boletim Anual da Junta da Emigração* (1952-1954), *Boletim da Junta da Emigração* (1955-1969), *Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração* (1970-1972). Note-se que não existe erro no cálculo da soma das diferenças, uma vez que há duas parcelas negativas.

As diferenças entre os boletins lusos e a MEI só são significativas a partir do quinquénio 1960-1964, resultando num fosso de quase 18 000 pessoas, que não constam nos registos de Portugal mas *existem* nos sul-africanos, pelo que estes estarão mais próximos da realidade, emergindo uma comunidade de cerca de 50 000 pessoas *legais*, em 1972. Tendo em conta as estimativas de Baptista Júnior e José

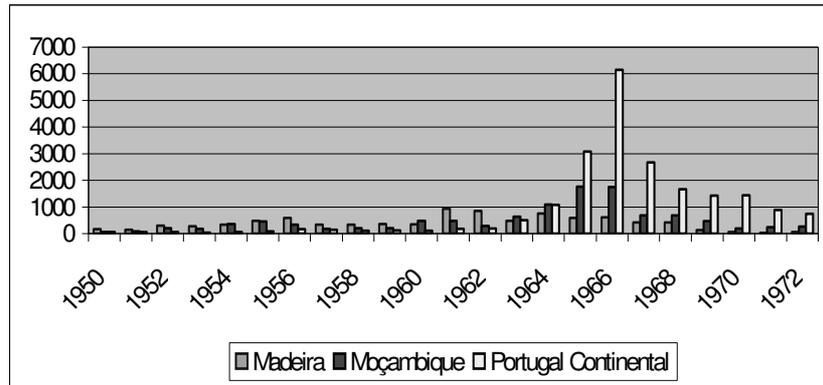
Gonçalves que apontavam, respectivamente, para uma comunidade de 50 000 e 80 000 pessoas em 1966, um valor intermédio seria credível. No entanto, em 1970, as estatísticas das autoridades lusas já mencionavam uma comunidade entre 120 000 e 130 000 cidadãos nacionais,¹ o que sugere uma imigração ilegal muito substancial, que envolveria cerca de *metade* da comunidade. As teses de Van Rensburg² (1968) e de Botha (1971) são úteis para entender este fenómeno, dado que clarificam os motivos que presidiram à radicação na África do Sul de portugueses residentes em Bloemfontein e na região de Witwatersrand, tendo estes autores concluído que as considerações económicas e a existência de familiares já estabelecidos no país constituíram as causas primárias da emigração.³ Ainda em 1971, Quail terminou um estudo sobre os alunos portugueses dos liceus de Joanesburgo, especificando que, dentro dos argumentos de cariz económico, o principal objectivo dos pais dos 413 inquiridos era proporcionar-lhes melhores oportunidades. Van Rensburg refere ainda que os homens privilegiaram as motivações económicas enquanto as mulheres assinalaram sobretudo razões familiares, inferindo-se assim que a emigração inicial era essencialmente masculina, existindo um fluxo feminino subsequente, frequentemente dependente de cartas de chamada e que poderá não ter sido devidamente contabilizado. Van Rensburg concluiu também que a família e os amigos tinham exercido uma influência fundamental na decisão de 92% dos inquiridos de escolherem a África do Sul, o que contribui para a percepção de que, ao chegar a este país, o português esperava apoio de conterrâneos, reforçando a hipótese de que existia uma rede de solidariedade de cariz étnico na comunidade, que influiria no relacionamento com a sociedade sul-africana, constituindo a existência de uma diáspora na África do Sul um factor de atracção em si. As informações da MEI incluem o fluxo de portugueses caucasianos provenientes de Moçambique, que pode clarificar divergências entre as estatísticas lusas, sul-africanas e a realidade comunitária.

¹ Cf. o Boletim Mensal da Missão de Santo António dos Portugueses, *Ecos de Joanesburgo*, Ano II, N.º 14, Fevereiro de 1970, Crown, Mínes, Joanesburgo, p.7. Ver também Pattee, Richard, *África do Sul, Vizinha de Portugal*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1971, p.114 e o *Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração* de 1970, p.122.

² Van Rensburg, H.C.J., “*N Sosiologies-Vergelykende Ondersoek van die Aanpassing van Britse en Portugese Immigrante in Bloemfontein*”, Tese de Mestrado, Universidade do Orange Free State, Bloemfontein, 1968, p.89.

³ Ver Botha, Simon Christoffel Jacobus, *Enkele Faktore Wat die Inskakelingsvatbaarheid Van ’n Groep Portugese Immigrante aan die Witwatersrand Bepaal*, Tese de Mestrado, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Roodepoort, 1971, p.44 e Leal, Luus, *ibidem*, pp.41-42.

Gráfico 3
Origem da Emigração Portuguesa Para a África do Sul,
Segundo a Região da Última Residência, 1950-1972



Fonte: Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, p.36.

O total de indivíduos considerado é de pouco mais de 41 000, tendo aproximadamente 9 000 residido anteriormente na Madeira, 11 000 em Moçambique e 21 000 em Portugal continental. É visível a consistência com os boletins portugueses, no que respeita a um pico continental em meados da década de 1960, registando os madeirenses uma série de valores baixos até finais dessa década, tornando-se então residuais. O fluxo com origem em Moçambique segue a tendência metropolitana, mas revela algo adicional: os que entraram na África do Sul via Moçambique faziam-no desde a década de 1950, englobando madeirenses, continentais e pessoas nascidas na ex-colónia. De facto, Leal refere que, dos mais de 11 000 indivíduos que anteriormente residiam em Moçambique, apenas cerca de 2 500 aí tinham nascido, sendo os restantes naturais da metrópole, o que demonstra que, a par das pessoas quantificadas pelas autoridades lusas, existiu um importante fluxo que partiu daquela ex-colónia mas que não teria sido incluído nos registos, que apenas se referem ao Portugal metropolitano de então. O estudo de Quail proporciona outros elementos, obtidos junto de jovens cuja experiência reflecte a das respectivas famílias, que permitem retirar ulteriores conclusões quanto à composição da comunidade em 1971, constituindo os alunos nascidos na metrópole mais de 2/3 dos inquiridos e ascendendo os pertencentes a famílias lusas oriundas de Angola e Moçambique, *antes da descolonização*, a 11,7% e a 2,2%, respectivamente.¹

¹ Cf. Quail, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971, p.21.

2. Os Refugiados de Angola e de Moçambique

Até à descolonização, os portugueses demandavam a África do Sul essencialmente devido à escassez de emprego e à pobreza com que se confrontavam no seu país. Ao fluxo continuado e disperso no tempo de madeirenses, seguiu-se outro, mais súbito e marcadamente continental. Na sequência do 25 de Abril de 1974, ocorreu a terceira fase migratória lusa, descrita como “uma avalanche. Fugidos à desordem e ao caos em (...) Angola e Moçambique, dezenas de milhar de portugueses procuraram refúgio e uma nova vida no país vizinho.”¹ O mesmo sucederia alguns anos mais tarde em relação aos que se encontravam radicados na então Rodésia,² embora com menor grau de dramatismo. A partir de 261 respostas obtidas em 2000, que abrangem um horizonte de 1948 a 2000, verifica-se que a maior parte dos portugueses da primeira geração chegaram à África do Sul nos anos de 1965 e 1975, sendo a sua média de idades de 26 anos.³ Apesar de a moda – o valor que mais se repete na série estatística – indicar 1974 como o pico de chegada, 1975 também regista um nível de referência muito próximo, pelo que a concentração de 28,3% de respostas nestes dois anos reflecte claramente o impacto da descolonização portuguesa na comunidade, o que não sucedeu nos registos oficiais, que continuam a enfermar de fiabilidade. Groenewald e Smedley referem que, “dos aproximadamente 905 000 imigrantes [europeus] que se estabeleceram na África do Sul (...) entre 1924 e 1975, [somente cerca de] 51 700 [provinham de] Portugal e territórios portugueses.”⁴ Se recuperarmos o total de 50 048 aventado pelo Ministério da Imigração sul-africano para o período entre 1924 e 1972 e o subtrairmos a esta estimativa também oficial, obtemos um movimento de 1 652 portugueses entre 1973 e 1975. Ao confrontar este valor diminuto com outras fontes, além das contradições, torna-se óbvio que nenhuma contempla os numerosos refugiados. Na realidade, neste período, segundo as autoridades lusas e sul-africanas, apenas 6 142 e 447 portugueses teriam entrado oficialmente na África do Sul, respectivamente.⁵

¹ *Tempo*, 2 de Agosto de 1979, p.1.

² Cf. *O Diabo* de 11 de Fevereiro de 1992, p.12.

³ Consultar os Apêndices 1 e 6, bem como o Anexo 4, que confirmam esta realidade.

⁴ Groenewald, D.C. & Smedley, Linda, *Attitudes of the White Population in South Africa Towards Immigrants in General and the Main Immigrant Groups in Particular*, South African Human Sciences Research Council, Pretoria, 1977, pp.5-8.

⁵ Cf. o *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração 1973-1975* e o *South African Statistics*, Departamento de Estatística, Pretória, 1976, pp.2-10.

Quadro 3
Origem da Emigração Lusa Para a África do Sul, 1973-1975

Ano	Local de Nascimento		
	Portugal Continental	Madeira	Moçambique
1973	486	81	73
1974	688	88	176
1975	2 365	62	2 123
Total	3 539	231	2 372

Fonte: Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, p.36. Este autor cita as *South African Statistics*, Departamento de Estatística, Pretória, 1976, pp.2-11. Quadro adaptado.

Coincidindo as tendências continental e madeirense com o anteriormente mencionado, o único facto digno de realce é o súbito aumento dos portugueses nados em Moçambique. Residindo a causa certamente na descolonização, regista-se também a ausência de qualquer pessoa oriunda de Angola, concluindo-se que os refugiados que se dirigiram para a África do Sul não constam no cômputo oficial de Pretória e de Lisboa, talvez por não terem sido considerados (i)emigrantes. No entanto, um dos diplomatas directamente envolvido no apoio aos refugiados, o Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Mário Silva, assegura que recebeu cerca de 50 000 portugueses provenientes de Angola, estimando-se que perto de 8 000 decidiram radicar-se na África do Sul.¹ “Entraram, vindos de Moçambique, durante aquele período de 12-15 de Setembro até fins de 1974, na ordem dos 20 000 a 30 000 portugueses. (...) A partir de Junho-Julho [de 1975], começam a aparecer aos milhares e milhares (...) de Angola, [cerca de] 55 000,”² no total. Quanto às autoridades sul-africanas, no início da década de 1980 apenas mencionavam que, “em anos recentes, vários grupos de refugiados foram admitidos no país.”³ Sem outros dados oficiais e possibilidade de comprovação das escassas e contraditórias estimativas publicadas na imprensa sul-africana,⁴ é impossível avançar com uma quantificação credível deste fenómeno. No entanto, é certo que, só de Angola, ascenderam a pelo menos 50 000 pessoas e muitas terão permanecido no país sem a sua situação regularizada, dado que em 1978 subsistia a percepção de que existiam “dezenas de milhar de refugiados portugueses ilegais na África do

¹ Cf. Alves, Marcial, op.cit., p.144.

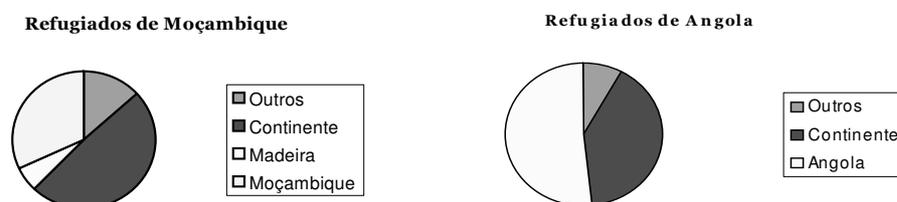
² Comunicação pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, 14 de Julho de 2000.

³ South African State Department of Information, *Official Yearbook of the Republic of South Africa, 1982*, Chris Van Rensburg Publications, Joanesburgo, 1983, p.274.

⁴ Ver, por exemplo, o *Rand Daily Mail* de 5 de Abril de 1977, o *Sunday Express* de 10 de Junho de 1984, o *Sunday Times* de 30 de Junho de 1991 e o *Sowetan* de 9 de Março de 1992.

Sul.”¹ Nos meandros dos questionários de 2000 podemos vislumbrar aspectos qualitativos relevantes, dado que se procurou isolar o segmento que chegou à África do Sul vindo de Angola e Moçambique no período imediatamente após o 25 de Abril de 1974, devido à descolonização.

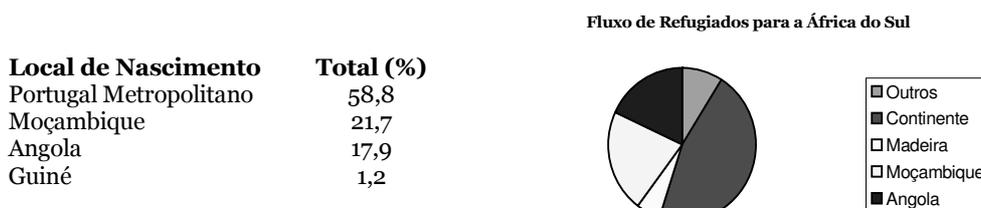
Gráfico 4
Origem dos Refugiados Portugueses Residentes em Joanesburgo em 2000



Fonte: Questionários no terreno. O total de pessoas é de 78, das quais 53 se integram no fluxo dos refugiados de Moçambique e 25 no de Angola. No primeiro caso, a categoria “Outros” abrange portugueses metropolitanos que não explicitaram o local de nascimento, bem como 2 oriundas de Angola e da Guiné Bissau. Em relação a Angola, esta categoria agrega 1 metropolitano que não mencionou a sua região de origem e 1 madeirense. Os termos moçambicanos e angolano referem-se a portugueses europeus nados nessas ex-colónias.

No caso de Moçambique, os refugiados eram maioritariamente continentais e moçambicanos, enquanto o fluxo de Angola revela uma divisão entre continentais e angolanos, tendo estes ligeira primazia, sendo diminuto o número de madeirenses em ambos os casos. Se acumularmos estas percentagens num quadro e o transformarmos num gráfico, obtemos os seguintes resultados, que agregam um total de 78 indivíduos.

Quadro 4 e Gráfico 5
Origem dos Refugiados Portugueses de Moçambique e Angola Residentes em Joanesburgo em 2000



Fonte: Questionários no terreno.

¹ *The Star*, 14 de Fevereiro de 1978, s.p.

Ao fundirmos os grupos de refugiados, visualiza-se um fluxo geral de pessoas em que mais de metade eram naturais da metrópole, verificando-se uma proximidade de valores entre os que nasceram em Angola e Moçambique, sendo residuais os oriundos de outros locais, como a Guiné. Constata-se que os madeirenses e continentais foram os que menos e mais participaram na descolonização, constituindo respectivamente cerca de 5% e 46,1% do total de refugiados. No caso de Moçambique, este fenómeno migratório ocorreu primordialmente em 1974, concentrando-se em 1975 no que respeita a Angola, apesar de os resquícios deste êxodo se terem estendido até 1977.

Quadro 5
Ano de Chegada à África do Sul dos Refugiados
Residentes em Joanesburgo em 2000

Proveniência	1974	1975	1976	1977	Total
Moçambique	34	14	2	3	53
Angola	2	18	5		25

Fonte: Questionários no terreno.

As médias de idades dos refugiados de Moçambique e de Angola eram de 24,3 e de 25,8 anos, respectivamente, os quais viveram em média cerca de 16 anos nestes territórios, antes de se radicarem na África do Sul.

3. A Comunidade Após a Descolonização

As estimativas disponíveis para o período imediatamente anterior à revolução e descolonização portuguesas não diferem significativamente das que existiam em 1970. Segundo dados publicitados na Semana Nacional das Migrações, que decorreu entre 6 e 13 de Janeiro de 1974, existiriam na África do Sul 121 300 portugueses,¹ enquanto em Setembro desse ano a Obra Católica Portuguesa de Migrações, responsável pelos clérigos que actuam na diáspora lusa, se referia a

¹ Cf. Serrão, Joel, *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982, p.77.

uma comunidade de aproximadamente 137 500 pessoas.¹ No entanto, a partir de 1975, o impacto dos refugiados reflecte-se nos valores divulgados, apesar de não possuírem um paralelo sólido nos registos oficiais, instalando-se, desde então, um permanente clima de dúvida. Em Setembro de 1975, a *newsletter* da Embaixada da África do Sul em Lisboa elevou para “280 000 [os] portugueses e [seus] descendentes,”² que ascenderiam a 400 000 em 1976, segundo o Encarregado de Negócios da Embaixada de Portugal em Pretória, Lemos Godinho, enquanto no ano seguinte, o *Rand Daily Mail*, baseando-se em múltiplas fontes, incluindo o executivo sul-africano, já mencionava “pelo menos 580 000 portugueses na África do Sul.”³ Leal inclina-se mais para uma comunidade entre 300 000 e 350 000 pessoas, ilegais e refugiados incluídos, enquanto o censo sul-africano de 1980 se refere a 57 000 indivíduos em toda a África do Sul, número que apenas reflecte o constante nos registos oficiais e não propriamente a dimensão exacta da comunidade.⁴ De facto, em 1978, o Presidente da Câmara de Joanesburgo, Martin Powell, já quantificava os portugueses entre 450 000 e 600 000, inclinando-se também para este último valor o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração português, João Lima.⁵ Entre 1980 e 1983, os Embaixadores sul-africanos em Lisboa, Wouter Malan e W. Pretorius, assumiam que eram 600 000, cifra que se coadunava com as estimativas do recém constituído Conselho da Comunidade Portuguesa.⁶ O Cônsul-Geral de Portugal em Joanesburgo, Farinha Fernandes, reportando-se à realidade consular, aventou um número mais prudente, entre 500 000 e 600 000, tendo certamente presente a informação das autoridades educativas do Transvaal de que, só nesta província, estavam inscritos 103 000 alunos de origem lusa – seriam 150 000 em todo o país – nos diversos graus de ensino não universitário.⁷ Em 1983, a Obra Católica Portuguesa de Migrações subscreveu o cálculo de 600 000 indivíduos, após agregar os dados fornecidos pelos missionários no terreno, as estatísticas oficiais sul-africanas e do

¹ Cf. Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, *Semana Nacional das Migrações – Filhos de Emigrantes: Como Crescem Para a Vida*, Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, Lisboa, 5 a 12 de Janeiro de 1975, p.36.

² *Notícias da África do Sul*, Ano 25, N.º 345, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Setembro de 1975, p.9.

³ *Rand Daily Mail*, 5 de Abril de 1977, s.p. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 16 de Maio de 1977, p.16.

⁴ Consultar Leal, Luus, *ibidem*, p.34 e *The Star* de 24 de Junho de 1982.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 23 de Janeiro de 1978, pp.8-13.

⁶ Ver *O Século de Joanesburgo* de 23 de Janeiro de 1978, pp.8-13, de 7 de Setembro de 1981, p.7 e Bártolo, Carlos, *op.cit.*, p.1.

⁷ Cf. *The Star* de 28 de Junho de 1982, s.p. e *O Século de Joanesburgo* de 21 de Junho de 1982, p.17.

Estado português.¹ Quanto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof “Pik” Botha, referia-se a “cerca de 700 000 pessoas de origem portuguesa,”² opinião partilhada pelo seu homólogo, Jaime Gama, e pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, mas não pela Secretária de Estado da Emigração, Manuela Aguiar, que permaneceu fiel a uma dimensão comunitária em torno das 600 000 pessoas, baseando-se em dados oficiais de Janeiro de 1984.³ Esta última estimativa, para além das autoridades religiosas com responsabilidades na diáspora, era partilhada pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana e foi reiterada, em Dezembro de 1986, pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.⁴ Desde então e pelo menos até 1990, as declarações de diplomatas e políticos portugueses e sul-africanos coincidiram nesta percepção.⁵ Não obstante, em 1987, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português apenas tinha registos comprovados de cerca de 130 000 pessoas na África do Sul.⁶ Conforme explicitado, os registos estatísticos lusos relativos à emigração cessaram após 1988, por motivo da abolição do passaporte de emigrante, anteriormente obrigatório, resultante da integração na Comunidade Europeia.⁷ Interrompida a série estatística, passou a existir uma lacuna, que se procurou colmatar com o recurso a inquéritos por amostragem, realizados junto das famílias portuguesas a partir de 1992-1993, necessariamente imbuídos de uma margem de erro assinalável. Desta forma, os únicos dados do INE úteis para este estudo referem-se a 1992, não só por ter sido o ano em que se tentou recuperar a análise, se bem que aproximada, da emigração, como porque os mais recentes não incluem valores concretos para fluxos com destino à África do Sul. Felizmente, em 1989, o Ministro do Interior sul-africano, Stoffel Botha, debatendo-se com problemas idênticos e num contexto em que se

¹ Cf. Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, *Semana Nacional das Migrações – Os Emigrantes Nossos Irmãos*, Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, Lisboa, 5 a 12 de Agosto de 1984, p.9.

² *Panorama*, N.º 68, Dezembro de 1982 / Janeiro de 1983, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.20.

³ Cf. *Panorama*, N.º 84, Julho / Agosto de 1984, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.13, *O Século de Joanesburgo*, de 26 de Março de 1984, p.9 e de 7 de Maio de 1984, p.9.

⁴ Cf. Nogueira, Eurico Dias, Presidente da Conferência Episcopal para as Migrações e Turismo, intervenção no colóquio *Perspectivas Actuais do Fenómeno Migratório – O Regresso na Diocese de Coimbra*, 11 a 12 de Dezembro de 1984, Documento não publicado, Coimbra, 1984, p.5, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana, *Boletim Informativo* de Maio-Junho de 1984, N.º 16, CCLSA, Lisboa, 1984, p.46 e Esteves, Maria do Céu (org.), *Portugal, País de Imigração*, Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1991, p.7.

⁵ Ver, por exemplo, *Panorama*, N.º 126, Outubro de 1988, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.20, *O Século de Joanesburgo* de 26 de Junho de 1989, p.1, de 26 de Fevereiro de 1990, pp.1-40 e de 21 de Maio de 1990, p.18.

⁶ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 18 de Maio de 1987, p.19.

⁷ Ver Peixoto, João, “A Emigração Portuguesa a Partir de 1980: Factos Estatísticos e Modalidades de Evolução”, in *Estudos Demográficos*, N.º31, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1993, p.39.

prefiguravam transformações políticas cruciais, assumiu “que o Departamento dos Assuntos Internos e a Comissão de Selecção de Imigrantes necessitavam de informação específica sobre esta comunidade,”¹ que Pretória situava entre 600 000 e 700 000 pessoas.² O resultado foi o estudo de Schutte, o qual, reconhecendo ser impossível quantificar com exactidão os portugueses, recorreu aos dados de Stoffel, segundo os quais, em 1989, existiam “oficialmente 60 369 pessoas de origem portuguesa com mais de 18 anos de idade vivendo na África do Sul, (...) naturalizados sul-africanos ou como residentes permanentes.”³ Este valor pouco difere dos 57 000 portugueses diagnosticados no censo de 1980, o que significa que apenas cerca de 3 000 indivíduos foram adicionados aos registos sul-africanos, apesar do censo populacional de 1985 ter detectado a presença de cerca de 110 000 portugueses, somente em Joanesburgo.⁴ No entanto, note-se que Schutte refere-se a portugueses que não nasceram na África do Sul e detentores de estatuto legal – de cidadão ou de residente – excluindo assim os luso-descendentes e os ilegais, segmentos importantes da comunidade. Entretanto, algumas informações oficiais sul-africanas proporcionam um elo complementar face às estatísticas de Portugal.

Quadro 6
Emigração Legal Portuguesa Para a África do Sul, 1989-1992

Ano	Departamento de Estatística Sul-Africano
1989	1 006
1990	1 414
1991	757
1992	199
Total	3 376

Fonte: McDuling, Alistair James, *Language Maintenance and Shift in the Portuguese Community of Johannesburg*, Tese de Mestrado, University of South Africa, Pretória, 1995, p.194.

Os dados de 1992 são relativos a Agosto, mas a última estimativa do INE, que se reporta precisamente a este ano, ascende a 776 pessoas,⁵ o que se coaduna com os valores de 1991. Assim, entre 1989 e 1992, teria existido um fluxo migratório de 3 953 portugueses com destino à África do Sul. Só Pretória explicitou

¹ *Business Day*, 12 de Abril de 1989.

² Ver por exemplo o *The Star* de 17 de Abril de 1989.

³ Schutte, Carel Daniel, op.cit., p.12.

⁴ Comunicação Pessoal com Fernando Cardoso-Lopes, Quadro Superior Bancário, em Joanesburgo, 16 de Julho de 1999.

⁵ Cf. INE, *Estatísticas Demográficas 1993*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1994, p.192.

que, das pessoas contempladas nos seus registos, menos de 1% eram oriundas da Madeira, o que confirma a tendência de desvanecimento dos ilhéus. Não tendo Schutte focado o relevo dos luso-descendentes, por serem considerados sul-africanos, a análise realizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros luso, em Dezembro de 1991, enfatiza claramente o seu peso na comunidade, como se pode verificar no quadro seguinte. Nesta altura, as estruturas consulares estimavam a população portuguesa, luso-descendentes incluídos, “entre 600 000 a 700 000 pessoas, [enquanto a Embaixada de Portugal apontava para um número] entre 350 a 400 000 indivíduos, [realçando-se que] mais de 80% [eram] nacionais sul-africanos [e que] muitos terão a dupla nacionalidade, não podendo por esse facto invocar no país a sua condição de estrangeiros.”¹

Quadro 7
Comunidade Portuguesa Residente na África do Sul, por Área Consular, 1991

	Área Consular	Registos	Estatísticas Oficiais*
1.ª Geração	Cabo		12 000
	Durban		8 272
	Pretória		20 000 a 25 000
	Joanesburgo	143 400	
2.ª e 3.ª Geração	Cabo		20 000
	Durban		1 252
	Pretória		5 000
	Joanesburgo		100 000

* Estimativa do número de residentes

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, segundo inscrições consulares e estimativas da Embaixada e Consulados de Portugal na África do Sul, referentes a 1991. Quadro adaptado.

O montante de registos corresponde a um aumento de pouco mais de 13 000 pessoas, face a 1987. Em conjunto com as estimativas, obtém-se uma comunidade de cerca de 310 000 indivíduos, das quais 183 672 seriam da primeira geração e 126 252 luso-descendentes, assumindo a avaliação mais reduzida. Note-se que esta fonte explicita que os 100 000 luso-descendentes estimados para Joanesburgo, os quais ascendem a 79% do total de jovens, apenas possuem a nacionalidade sul-africana, ou seja, os seus pais não os registaram à nascença nos consu-

¹ Dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, segundo estimativas da Embaixada e Consulados de Portugal na África do Sul referentes a 1991.

lados, se bem que estes mantenham o direito de requerer a dupla nacionalidade. Uma pequena nota no documento alerta-nos para uma nova estimativa, centrada nos cidadãos portugueses *e / ou* com dupla nacionalidade, admitindo-se que em Joanesburgo pudessem ser entre 300 000 e 350 000, enquanto nas outras áreas consulares não ultrapassariam os 12 000. Em Pretória e Durban, os cerca de 6 000 indivíduos nestas circunstâncias correspondem ao número de luso-descendentes, inferindo-se então que são jovens nascidos na África do Sul que também solicitaram a cidadania portuguesa. Quanto aos 6 000 da área do Cabo, tanto podem representar luso-descendentes nestas condições como elementos da primeira geração que se naturalizaram sul-africanos, sendo impossível retirar quaisquer conclusões, por não se distinguirem gerações. Em relação a Joanesburgo, assumiu-se novamente o valor mais baixo face às pessoas que se enquadram nesta situação (300 000) e refizeram-se os cálculos anteriores. Existindo efectivamente 143 400 portugueses da primeira geração inscritos e sendo 100 000 os luso-descendentes estimados, no limite do optimismo, se todos os jovens tivessem requerido a nacionalidade lusa, atingir-se-ia um total de 243 400 pessoas, ainda assim insuficiente para chegar às 300 000. Alguns dados de Schutte e dos questionários de 2000 podem ajudar a identificar tendências em relação a esta questão da cidadania. Em 1989, dos 1 077 portugueses inquiridos por Schutte, apenas 12,2% possuíam a cidadania sul-africana e a dupla nacionalidade, inserindo-se no primeiro grupo uma esmagadora maioria de jovens, podendo os restantes 0,4% incluir alguns portugueses da primeira geração.¹ Tal denota que, nesta altura, estes últimos tinham uma forte propensão para manter apenas a nacionalidade lusa. Em relação aos luso-descendentes, as 31 respostas aos questionários de 2000, apesar de não poderem servir como termo de comparação, são elucidativas, ao revelarem que 90,3% dos jovens possuem a dupla nacionalidade, enquanto apenas 9,6% mantêm somente a sul-africana, o que denota uma alteração face a atitudes passadas, pois em meados da década de 1960, por exemplo, poucos luso-descendentes se registavam nos consulados, preferindo deter somente a cidadania sul-africana.² Os inquéritos de Schutte, a par dos dados oficiais de Portugal e questionários de 2000, permitem traçar um perfil etário da comunidade. Não distinguindo indivíduos da primeira geração e luso-descendentes, verificamos que, na amostra de Schutte, que se limita a indivíduos maiores de 18 anos, existe uma preponderância do segmento adulto, com idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos, que representam cerca de 72,2% dos 1 055 inquiridos, surgindo também indícios de envelhecimento na comunidade, uma vez que 11,4%

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *idem*, p.39. O quadro completo consta no Anexo 6.

² Cf. *Notícias da África do Sul*, Ano 16, N.º 242, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Janeiro de 1967, p.4.

das pessoas tinham 60 ou mais anos de idade.¹ Schutte não distingue geograficamente a sua amostra, no entanto, cingindo-se aos portugueses registados, o Ministério dos Negócios Estrangeiros detalha – apesar de não tão profundamente – as idades dos membros da comunidade, excepto na área consular de Joanesburgo, referindo o Consulado-Geral apenas uma maioria de pessoas com idades em torno dos 30 anos. Nas zonas de Durban, Pretória e Cidade do Cabo, os portugueses com idade inferior a 20 anos ascendem, respectivamente, a 12,4%, 22,9% e 33,3%. As percentagens elevam-se a 30,1%, 41,7% e 36,7% no grupo etário entre os 20 e os 40 anos, enquanto os que detêm idade superior a 40 anos representam 57,5%, 35,4% e 30%.² Apesar de a informação oficial não possuir bases sólidas face a Joanesburgo – se assim fosse constaria nestas estatísticas – como os questionários de 2000 se concentraram nesta área, podemos tentar proporcionar uma visão complementar, determinando-se que a idade média dos 262 inquiridos da primeira geração é de cerca de 50 anos, situando-se 60,5% das pessoas no intervalo entre os 40 e 60 anos de idade, sendo de registar os 17,5% de sexagenários. Podemos então concluir que 78% dos portugueses da primeira geração têm entre 40 e 69 anos de idade, enquanto os 40 luso-descendentes que responderam ao questionário têm entre 15 e 43 anos de idade, resultando numa média de idades em torno dos 28 anos. Quase metade (45,4%) destes jovens têm uma idade até 28 anos, registando-se uma percentagem muito significativa (29,5%) de pessoas entre os 29 e os 35 anos de idade, pelo que cerca de 75% dos luso-descendentes situam-se na faixa etária entre os 15 e os 35 anos. No entanto, atestando a longa permanência dos portugueses na África do Sul, 15,8% destas pessoas de origem lusa já nascidas neste país têm mais de 36 anos de idade, tendo muitos constituído a sua própria família. Em termos gerais, e tendo em conta também a amplitude etária em que se inserem os luso-descendentes, podemos considerar que a população portuguesa na África do Sul é maioritariamente adulta, emergindo paralelamente a este núcleo principal dois grupos: o dos muito jovens, sobretudo composto pela terceira geração, e o dos idosos da primeira geração. Enquadrados por esta análise, os questionários no terreno proporcionaram alguns dados adicionais sobre a dimensão das famílias portuguesas, que constam em capítulo ulterior, sendo que para a questão da quantificação da comunidade interessa o facto de um típico casal da primeira geração possuir dois descendentes, existindo um terceiro em cerca de 20% dos casos. Desta forma, aceitando que, em média, o agregado familiar era composto por quatro pessoas, podemos realizar alguns cálculos pertinentes, tendo por base os registos oficiais

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.41.

² Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, 1991.

de 1991, os últimos que isolam os elementos da primeira geração, os quais ascendiam então a 143 400 pessoas. Obviamente que nem todos formariam casais mas, se partíssemos desse pressuposto, por uma questão de raciocínio, teríamos então 71 700 casais. Adicionando o valor correspondente a 2 filhos (286 800), chegaríamos a um total de 430 200 pessoas. Se tivermos em conta que muitos possuíam um terceiro descendente e que os luso-descendentes (estimados então em 100 000) mantiveram um padrão familiar muito próximo, uma comunidade entre os 500 000 e os 600 000 indivíduos seria perfeitamente credível, em 1991. Por forma a manter uma linha cronológica coerente, se cruzarmos o local de nascimento com o país que constituía a última residência antes de chegarem à África do Sul, podemos retirar conclusões complementares. Tal como outros autores, Schutte distinguiu Portugal da Madeira no seu inquérito, o que terá contaminado algumas das 1 016 respostas, designadamente dos ilhéus, que representam 20,9% do total. De qualquer forma, prescindindo das distinções regionais, é certo que 85,6 dos indivíduos provinham de Portugal continental e insular. Mais interessantes são as percentagens referentes a Angola e a Moçambique, respectivamente 10,3% e 3%,¹ entre as quais estarão certamente refugiados, embora não as possamos considerar como conclusivas, porque se referem a pessoas em situação legal. Na realidade, é suficiente referir a experiência reportada pela responsável pelos serviços sociais do Consulado-Geral de Joanesburgo, Vera Nazareth, a qual assegura que, entre 1983 e 2000, procedeu à legalização de cerca de 50 000 portugueses,² situação que, não se cingindo obviamente aos refugiados, revela uma realidade que se manteve ao longo de um extenso período de tempo, até à actualidade. Os resultados a que chegou Schutte quanto a 1 075 pessoas radicadas no Triângulo do Vaal sobre o anterior local de residência justificam as cautelas assumidas em relação aos refugiados, dado que se regista uma elevação substancial do segmento oriundo das ex-colónias lusas, agregando Moçambique 31,1% das respostas e Angola 7,4%. Naturalmente, muitos ter-se-ão radicado na África do Sul ainda antes da descolonização, pelo que o valor destes dados reside na origem dos fluxos com destino a este país, abrangendo Portugal 57% do total.³ Independentemente de a dimensão das amostras diferir muito, são úteis algumas comparações com os dados obtidos em 2000, apesar de se cingirem à primeira geração. Sendo neste caso uma amostra única, ao contrário de Schutte podemos agregar as informações num só quadro.

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.39.

² Comunicação Pessoal em Bruma, Joanesburgo, 6 de Junho de 2000.

³ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.40.

Quadro 8
Origem e Local de Residência Anterior dos Portugueses da Primeira Geração
Radicados na África do Sul, 2000

Vivia	Local de Nascimento						
	Portugal	Moçambique	Angola	Guiné	AH*	Zimbabwe	Brasil
Portugal	118	7	3		1		
Namíbia	1						
Moçambique	55	30	1	1		1	
Angola	16		14				
Zâmbia	1						
Brasil	1						1
Zimbabwe	3	2				1	
Suíça	1						
Venezuela	3						
Suazilândia	1						

*Antilhas Holandesas

Fonte: Questionários no terreno. Nota: A Namíbia e o Zimbabwe eram então o Sudoeste Africano e a Rodésia. O total de respostas é de 262.

A maior parte (45%) das pessoas oriundas da metrópole emigraram directamente daí para a África do Sul, enquanto 20,9% e 6,1% o fizeram a partir de Moçambique e de Angola, respectivamente. Quanto aos nados nas ex-colónias, cerca de 77% permaneceram aí até se radicarem na África do Sul, tendo sido possível apurar que a maior parte das pessoas viveu entre 5 e 25 anos no país de residência anterior.¹ Note-se que, ao compararmos o local de nascimento com o ano de chegada à África do Sul,² constatamos que os metropolitanos ascendem a 60,8% do total de pessoas que, entre 1974 e 1975, passaram a residir na África do Sul, provenientes de Angola e Moçambique. No entanto, como mencionado, para a detecção do verdadeiro grupo dos refugiados contribuíram ainda os motivos que presidiram à sua radicação na África do Sul. Existindo outras fontes para além de Van Rensburg, Botha e Quail, também neste aspecto é possível proceder a comparações, recorrendo novamente a Schutte. Das 939 respostas que este autor obteve, 65% das pessoas concederam peso igual aos motivos económicos e

¹ Consultar Apêndice 2.

² Consultar Apêndice 3.

familiares, tendo apenas 3,7% apontado razões políticas. No entanto, 15,4% referiram que a causa imediata para a sua escolha recair na África do Sul tinha sido a sua proximidade geográfica, o que leva a crer que muitas pessoas, provenientes das ex-colónias após a revolução de Abril, evitaram mencionar motivos políticos. Não existindo contudo certezas, chegar-se-ia assim a um total de cerca de 19% das respostas.¹ Na verdade, quando questionados sobre o grau de importância dos diversos factores que influíram na decisão de emigrar para a África do Sul, 40,7% dos inquiridos consideraram as questões políticas muito importantes. E uma outra questão de Schutte dissipou dúvidas, ao centrar-se no principal motivo de saída do anterior país de residência, pois enquanto 45% das pessoas mencionaram motivos económicos, 22,7% especificaram razões políticas e 20% seguiram a família,² o que confirma o raciocínio anterior quanto ao real peso dos factores políticos na radicação na África do Sul. Quanto aos familiares, considerados muito importantes na decisão de 40% das pessoas, prendem-se com a reunião de casais e descendentes, sendo sintomático que 75% dos inquiridos nunca tivesse visitado a África do Sul antes de aí se radicarem.³ Em 2000, os aspectos familiares surgem numa posição cimeira, agregando 34,2% das 245 respostas obtidas, enquanto os económicos concentraram 23,6% e os políticos 28,1%, sendo o remanescente essencialmente composto pela conjugação das três categorias de razões. Por outro lado, de um total de 247 pessoas, 66,8% chegaram à África do Sul acompanhadas, enquanto as restantes 33,2% iniciaram sós a sua vida neste país, ressalvando-se que, 52,9% de entre 242 inquiridos já possuíam familiares na África do Sul, factor que influenciou decisivamente a sua decisão de emigrar, proporcionando os parentes informações básicas sobre as condições de vida, bem como um diagnóstico avalizado do mercado de trabalho. Na realidade, apesar de nestes questionários os motivos económicos surgirem aparentemente como os menos importantes, tal não deve ser assim entendido, pois estão quase sempre na base da saída de qualquer pessoa da sua terra natal. Finalmente, temos as razões políticas, algumas das quais bastante prosaicas, denotando um grande pragmatismo as relacionadas com o espoletar do conflito colonial, tendo diversos inquiridos referido que eles próprios, ou os seus familiares, tinham por objectivo evitar a incorporação no serviço militar. No que concerne aos refugiados das ex-colónias, os curtos comentários reflectem memórias e sentimentos que perduram, limitando-se uns a enfatizar que a África do Sul era a alternativa possível ou que foi o país que lhes abriu as portas, num contexto em que se procurava apenas sobreviver. Através dos serviços consulares da Embaixada sul-africana em Lisboa,

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.43.

² Consultar o Quadro 38 de Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.50.

³ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.43-45.

constatou-se que, entre 1991 e 1998, registaram um número irrisório – de pouco mais de uma dezena – de emigrantes portugueses em direcção ao seu país. Não existindo possibilidade de comparação com outras fontes estatais, certamente estes dados pecam por defeito, o que aliás é comprovado pelos inquéritos de 2000. No entanto, tudo aponta para que, ao longo da década de 1990, o fluxo migratório luso para a África do Sul tenha sido muito reduzido e devemos ter sempre em conta que as pessoas frequentemente não seguem os trâmites oficiais, pelo que se infere que parte dos portugueses que emigraram não se dirigiram à Embaixada em Lisboa. Os últimos dados oficiais lusos foram disponibilizados na Primavera de 1999, pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. Agregando informações transmitidas entre 1995 e 1996 pela Embaixada e Consulados de Portugal na África do Sul, com base nas estatísticas da sociedade de acolhimento e inscrições consulares, aquela entidade apontava para uma comunidade de 500 000 pessoas, valor que mantinha para 1997. Note-se que, em Dezembro de 1992, esta estimativa era de 600 000 pessoas, tendo assim sido reduzida em 20% num curto espaço de tempo. Para além do provável aumento de óbitos de idosos da primeira geração, este ajustamento reflectirá sobretudo o impacto das transformações políticas na comunidade, no período de agonia do *apartheid*. De facto, como veremos noutros capítulos, muitos portugueses terão optado por sair da África do Sul, definitiva ou temporariamente, o que justificaria um ajuste das estimativas consulares, mesmo sem bases estatísticas concretas. Na esteira desta tendência, em 1998, a Associação Industrial Portuguesa considerava mais prudente uma estimativa entre 300 000 e 350 000 pessoas.¹ Em Julho de 2000, a página de internet da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, baseando-se em dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estimava em 300 000 pessoas a população portuguesa e de origem lusa aí residente. No entanto, uma pequena alínea remete-nos para um valor entre 300 000 e 500 000 pessoas. Mantendo-se esta estimativa válida na actualidade, este hiato de 200 000 pessoas traduz a dificuldade em conhecer efectivamente a realidade que se vive no terreno. Através dos contactos pessoais efectuados em 2000, comprovou-se que, ainda hoje, permanecem situações de não-inscrição em todas as gerações. Para além da eventual perda de ligações a Portugal, sobretudo entre os mais jovens, a explicação mais realista é a de que o “emigrante, absorvido pelo meio, em inúmeros casos, só se lembra de que existe um Consulado quando dele precisa.”² Por outro lado, muitos optam por renovar

¹ Cf. Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria, *Guia da África do Sul – Estudo de Oportunidades Para as Empresas Industriais Portuguesas*, AIP/CCI, Lisboa, s.d., p.14.

² *Boletim Anual da Junta da Emigração 1954*, op.cit., p.64.

os seus documentos de identificação em Portugal, quando se deslocam em férias ou por aí residirem durante parte do ano. No presente, apesar de ainda vigorar na mente de muitos que mais tarde se pode tratar da burocracia, o contexto de violência social insta mais pessoas a deslocarem-se aos Consulados, pelo que o processo de registo é hoje contínuo. O Cônsul-Geral de Portugal em Joanesburgo, Laranjeira de Abreu, confirma que os cadernos consulares estão em permanente mudança, acrescentando que ainda incluem muitos portugueses da primeira geração que já não residem na África do Sul – regressaram a Portugal ou faleceram – e que muitos luso-descendentes também não estão inscritos. A percepção deste diplomata é a de que a comunidade na área consular de Joanesburgo rondará as 150 000 pessoas, estando cerca de 100 000 registadas,¹ entre portugueses da primeira geração e luso-descendentes. Em Durban, o Cônsul português, Walid Saad, referiu que na sua área estão 10 000 pessoas inscritas, enquanto em Pretória são 24 537, vivendo na capital entre 16 000 e 18 000. Os pedidos de nacionalidade entregues por luso-descendentes ou cônjuges sul-africanos à representação lusa em Pretória desde 1974, situam-se entre os 6 000 e os 7 000.² No entanto, a percepção que permanece na própria comunidade é a de que os portugueses são muitos mais, variando as opiniões sobretudo entre os 300 000 e os 500 000, ou seja, dentro do intervalo proposto pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, apesar de uma clara maioria se inclinar para o último valor. Manuela Aguiar, detentora de uma longa experiência ao nível da diáspora, assume que a comunidade ascende a “talvez 300 000 a 400 000”³ pessoas, adiantando como possível explicação adicional para a disparidade de números a existência de indivíduos em situação de clandestinidade. No entanto, acredita-se que, mais do que a subsistência deste fenómeno, o principal problema reside na falta de uma base de dados centralizada, ligando os actos das estruturas consulares e os de outras entidades com responsabilidades na emissão de passaportes e bilhetes de identidade. Este cruzamento de dados de órgãos directa e indirectamente envolvidos com a emigração permitiria clarificar grande parte das situações. Não obstante, se as pessoas continuarem a demonstrar insensibilidade face ao processo de registo consular, será difícil atingir uma correspondência entre os cadernos oficiais e a comunidade real. Sendo impossível avançar mais na questão da dimensão da comunidade, existem dados adicionais importantes referentes à sua composição e locais de concentração dos portugueses. Os registos lusos possibilitam

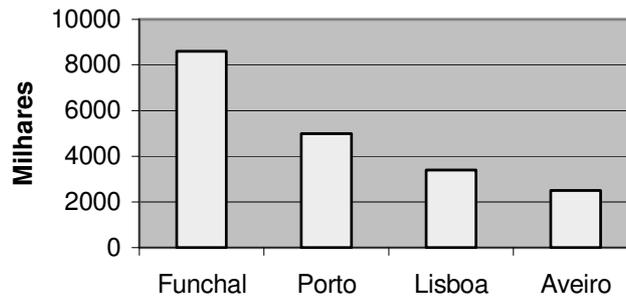
¹ Comunicação Pessoal em Bruma, Joanesburgo, 6 de Junho de 2000.

² Comunicação pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, 2 de Maio de 2000. Ver também Pina, António, “Portugueses na África do Sul”, in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Novembro de 2000, p.156.

³ Comunicação Pessoal com Manuela Aguiar, Deputada e Presidente da Subcomissão Parlamentar das Comunidades Portuguesas, em Lisboa, 7 de Fevereiro de 2001.

a discriminação dos principais distritos dos emigrantes continentais e insulares, abrangendo o gráfico seguinte cerca de 19 500 pessoas.

Gráfico 6
Principais Distritos de Origem da Emigração Portuguesa
para a África do Sul, 1953-1988



Fontes: *Boletim Anual da Junta da Emigração (1952-1954)*, *Boletim da Junta da Emigração (1955-1969)*, *Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração (1970-1972)*, *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração (1973-1975)*, *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (1976-1985)*, *Boletim Anual da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1986-1988)*. Nota: Os anos de 1950 a 1952 não constam no quadro por falta de especificação dos distritos de origem continentais, mas o número de emigrantes madeirenses foi de 606, enquanto os continentais somaram apenas 54. Como estes dados englobam apenas os quatro principais distritos, os valores insulares (Funchal) não aparecem em vários anos.

O Funchal detém naturalmente uma posição cimeira no que se refere aos madeirenses, enquanto os continentais são sobretudo oriundos do litoral atlântico, algo que os questionários de 2000 confirmam, como se pode verificar no Apêndice 4. Em 1991, o Ministério dos Negócios Estrangeiros procurou especificar a composição da comunidade estimada, por área consular. Os dados do quadro seguinte abrangiam inicialmente apenas Pretória, Durban e Cidade do Cabo, tendo posteriormente Gomes da Silva, o responsável pelas vertentes social e cultural da Embaixada, preenchido a lacuna de Joanesburgo, como consta adiante.

Quadro 9
Origem Geográfica dos Portugueses e Luso-Descendentes na África do Sul,
Por Área Consular, 1991

Origem	Área Consular (%)		
	Pretória	Durban	Cidade do Cabo
Lisboa	8,0	7,8	8,0
Porto	40,0	8,6	3,0
Outros (continente)		29,2	4,0
Total Continente	48,0	45,6	15,0
Madeira	45,0	14,1	85,0
Angola		2,5	
Moçambique		15,9	
Origens Diversas	7,0	21,5	

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, 1991. Quadro adaptado. As origens diversas não foram especificadas.

Quadro 10
Origem Geográfica dos Portugueses e Luso-Descendentes na África do Sul,
por Área Consular, 1993

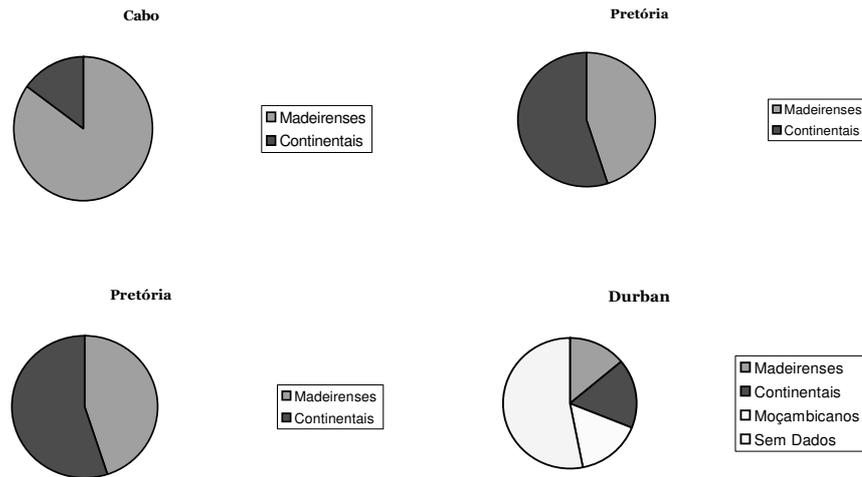
Origem	Área Consular (%)			
	Pretória	Durban	Cidade do Cabo	Joanesburgo
Madeira	45,0	14,1	85,0	50,0
Continente	55,0	17,0	15,0	37,0
Angola				3,0
Moçambique		16,0		10,0

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, 1991. Quadro adaptado.

Em Pretória e Durban regista-se um equilíbrio entre continentais e insulares, sendo estes dominantes no Cabo. Durban é uma das raras fontes que procura quantificar as parcelas de portugueses oriundos das ex-colónias, tendo Gomes da Silva trabalhado estes dados, colocando os 7% de pessoas de outras origens da

área de Pretória na categoria dos continentais, arredondando os valores de Durban dos indivíduos oriundos de Lisboa e do Porto e mantendo os referentes aos madeirenses, tal como em Pretória. Os indivíduos de Angola que constavam em Durban desaparecem, mantendo-se os de Moçambique. Tendo acesso a informações actualizadas, as propostas de Gomes da Silva para Joanesburgo contemplam todos os segmentos da comunidade, permitindo elaborar gráficos para todas as áreas consulares.

Gráfico 7
Origem dos Portugueses na África do Sul, por Área Consular, 1993



Fonte: Pina, António, “Portugueses na África do Sul”, in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Novembro de 2000, p.156. Quadro adaptado. Nota: em relação a Durban refere-se que a proveniência dos restantes 53% é desconhecida. Os termos “Angolanos” e “Moçambicanos” devem ser entendidos como portugueses europeus nascidos em Angola e Moçambique.

Tendo estes dados sido considerados para publicação em Novembro de 2000, assume-se que têm tido validade ao longo de toda a década de 1990, no entanto, esta visão consular panorâmica não pode ser considerada dogmática, sendo suficiente referir que não é credível que não existam pessoas oriundas das ex-colónias em Pretória, bem como o facto de não ter sido identificada mais de metade da comunidade lusa radicada em Durban. Quanto a Joanesburgo, os questionários permitem realizar algumas comparações importantes. Utilizando como base as 261 respostas agregadas no Apêndice 3, verificamos que 76,3% das pessoas nasceram em Portugal, continental e insular, 22,1% nas ex-colónias (incluindo a Guiné), 0,8% na antiga Rodésia, e 0,8% nas Antilhas Holandesas

(Curaçao) e Brasil. No caso dos nados nas ex-colónias, Moçambique tem um peso de 14,9%, Angola de 6,9% e a Guiné de 0,4%. Seria possível distinguir os continentais dos ilhéus, mas por norma evitou-se tal em termos quantitativos, por se reconhecerem as limitações de uma amostra tão reduzida e referente a uma urbe da dimensão de Joanesburgo. Adicionalmente, diversos inquiridos não especificaram o local de nascimento em Portugal (metropolitano ou ultramarino), o que também justifica uma atitude de cautela. Independentemente destes alertas, a verdade é que as diferenças com o quadro anterior não são significativas, em termos de totais dos portugueses oriundos de Portugal continental e insular, registando-se somente uma elevação dos segmentos angolano e moçambicano da comunidade. Desta forma, acredita-se que o gráfico referente a Joanesburgo reflecte uma visão razoavelmente próxima da realidade, sendo eventualmente passível de ajustamentos em termos de percentagens dos diferentes segmentos. Também é do conhecimento comum que os madeirenses constituem cerca de $\frac{3}{4}$ da população lusa na Cidade do Cabo, enquanto Pretória terá certamente outras componentes que não a continental e madeirense e Durban carece de um diagnóstico mais profundo. Um aspecto a salientar prende-se com a concentração em Joanesburgo de todos os fluxos migratórios que estão na origem da comunidade, sendo que, em 1977, se referia que 60% desta residia na província do Transvaal, seguida do Cabo, onde se aglomerariam mais de 20% dos portugueses radicados no país, existindo uma clara percepção de que é na primeira “que reside o peso económico, social e cultural da comunidade portuguesa da África do Sul.”¹ A aglomeração dos portugueses no que é actualmente a Grande Joanesburgo e cidades-satélites, a par da propensão para se instalarem junto de compatriotas já estabelecidos no país, conduziria à formação de nichos residenciais, em que se reproduziu a forma de vida lusa. Criou-se assim uma espécie de sociedade de raiz étnica, paralela à sul-africana, com uma lógica própria que subsistiu durante décadas e teria repercussões relevantes no que respeita aos limites à integração no tecido social sul-africano.

¹ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *Portugueses e Moçambicanos no Apartheid: Da Ficção à Realidade*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto, 1986, p.95. Ver também o *Rand Daily Mail* de 5 de Abril de 1977.

II – A EVOLUÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÓMICO DOS PORTUGUESES

1. O *Trek* Económico dos Portugueses

Em 1911, a maioria dos portugueses inscritos no Consulado da Cidade do Cabo dedicava-se às actividades agrícola e piscatória, existindo também proprietários de cafés e restaurantes, empregados de mesa, nas docas e nos caminhos de ferro.¹ No Transvaal e Orange Free State, estabeleceram-se como agricultores “nas cercanias de Joanesburgo, [existindo], no princípio deste século, 1 078 portugueses distribuídos por 190 «*farms*».”² Segundo os registos consulares de 1920 a 1923, provinham sobretudo da Madeira, sendo alguns trabalhadores nas minas e comerciantes de vegetais, com empregados portugueses.³ Os dados da década de 1950 confirmam esta tendência dos madeirenses para se dedicarem à agricultura e, crescentemente, ao comércio, como proprietários de mercearias e restaurantes.⁴ Nas explorações agrícolas, as condições de vida destes pioneiros eram severas, começando como trabalhadores braçais, passando depois a rendeiros e terminando como responsáveis por várias propriedades.⁵ A partir da década de 1960, a emigração lusa passou a incluir operários, muitos dos quais provenientes de Angola e Moçambique,⁶ que se inseriram sobretudo no sector da construção civil. Nas cidades do Transvaal assistiu-se assim a uma diversificação das actividades económicas na comunidade, que passou a englobar “agricultores, operários, mineiros e comerciantes, [bem como] carpinteiros, pedreiros, pintores, funileiros, mecânicos e empregados bancários.”⁷ A chegada de portugueses de diferentes origens e com

¹ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.6.

² Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.7.

³ Cf. Câmara, João Brito, *op.cit.*, p.82.

⁴ Ver *Boletim Anual da Junta da Emigração 1954*, Ministério do Interior, Gouveia, 1956, pp.106-107.

⁵ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.7-12.

⁶ Cf. Câmara, João Brito, *idem*, p.109 e Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.48.

⁷ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.11.

ocupações díspares derivou num progressivo aumento da especialização profissional dentro da comunidade, dado que os indivíduos “do continente [eram], na sua maioria, operários, [enquanto] muitos (...) madeirenses, tendo sido trabalhadores rurais na sua terra de origem e [sem qualquer] treino profissional,”¹ não tinham um grande leque de escolhas, optando pela agricultura e comércio. O estudo de Botha, centrado em 100 portugueses residentes em Witwatersrand, em 1971, permite constatar que 20,5% dos homens se concentravam no operariado e 53,8% nas actividades ligadas aos estabelecimentos comerciais, como proprietários ou empregados, valores que na vertente feminina ascendiam a 21,5% e 28,5%, respectivamente, sendo as restantes domésticas.² No mesmo ano, Quail concluiu que, dos 413 alunos portugueses de liceus de Joanesburgo, mais de 1/3 dos rapazes e cerca de 1/7 das raparigas exerciam uma actividade profissional parcial durante a semana, o que reflectia a lógica familiar dos estabelecimentos comerciais comunitários, o mesmo se aplicando ao meio rural.³ Quail questionou os jovens quanto às suas aspirações futuras, comparando-as com a actividade dos progenitores, concluindo que muitos almejavam um estatuto socioeconómico diferente, desejando cerca de 51% dos rapazes e 75% das raparigas uma carreira no sector de serviços, como quadros técnicos e administrativos, não obstante 38% dos primeiros ainda terem como opção o operariado especializado.⁴ Após 1974, a vaga de refugiados resultante da descolonização lusa contribuiu para uma nova composição profissional da comunidade, pois vários “dos que vinham de Moçambique [eram] médicos, engenheiros, arquitectos [e] advogados, [enquanto os] de Angola eram sobretudo médios e pequenos empresários [e] agricultores,”⁵ além de pessoas ligadas aos serviços, construção civil e metalomecânica. Ao longo dos anos – pelo menos de 1977 a 1990 – diversas publicações reproduziram dados sobre o perfil socioeconómico da comunidade, que basicamente derivam de um estudo promovido em 1977 pelo *Bank of Lisbon & South Africa* e Rádio Paralelo 27, de estatísticas aproximadas com origem em fontes do governo sul-africano, em sondagens realizadas pela *Market Research Africa* e pela Sociedade Portuguesa de Beneficência, bem como da auscultação de líderes comunitários. Sendo impossível verificar a fiabilidade técnica destes elementos e devido a diversas inconsistências, apenas se pode referir que cerca de 1/3 da comunidade trabalharia no sector comercial, outro tanto na construção civil, um pouco menos na indústria (metalomecânica) e uma minoria

¹ Leal, Luus, *ibidem*, pp.45-46. Ver também *Notícias da África do Sul*, Ano 16, N.º 236, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Julho de 1966, p.5.

² Botha, Simon Christoffel Jacobus, *Enkele Faktore Wat die Inskakelingsvatbaarheid Van 'n Groep Portugese Immigrante aan die Witwatersrand Bepaal*, Tese de Mestrado, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Roodepoort, 1971, p.38.

³ Cf. Quail, David Lockwood, *op.cit.*, p.32 e Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.24.

⁴ Cf. Quail, David Lockwood, *idem*, pp.35-36. Ver também Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.12.

⁵ Câmara, João Brito, *ibidem*, p.115.

na agricultura e profissões requerendo elevadas qualificações académicas.¹ A primeira investigação exaustiva sul-africana sobre a comunidade só surgiria em 1989, realizada por Schutte no âmbito do *Human Sciences Research Council*, centrada em 1 084 portugueses maiores de idade radicados há mais de 12 meses na África do Sul, residentes na Cidade do Cabo e no Triângulo do Vaal. Ao nível profissional, Schutte concluiu que 38,9% dos inquiridos exercia uma actividade por conta de outrem, se bem que, se adicionarmos os que trabalham por conta própria e os empresários, mesmo sendo alguns profissionais liberais, chegamos a 17,1% do total, sendo de realçar que 31,9% das esposas permaneciam no lar.² Em 1991, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, de entre 62 000 pessoas residentes nas diferentes áreas consulares na África do Sul, 20,9% trabalhavam por conta própria e 35,4% por conta de outrem, resultados muito próximos dos de Schutte mas *que excluem Joanesburgo*, a mais importante área consular.³ Sendo o sector dos serviços e do comércio transversais, nalgumas áreas verifica-se uma concentração de actividades, predominando a agricultura em Pretória e Durban, a pesca no Cabo, que “emprega directa ou indirectamente cerca de 60% [dos cerca de 30 000] portugueses”⁴ aí residentes, a hotelaria e indústria extractiva em Joanesburgo e a construção civil nesta urbe e em Pretória. Em 1995, McDuling analisou as profissões dos progenitores de 54 luso-descendentes de Joanesburgo, concluindo-se que, se agregarmos os empresários e proprietários de estabelecimentos comerciais, 20,3% dos homens exerciam estas actividades, situação que se aplicava a apenas 3,7% das mulheres, das quais 57,4% ainda eram domésticas. O sector feminino regista um peso significativo (12,9%) ao nível de profissões não-manuais, sendo algumas mulheres detentoras de qualificações médias e superiores, laborando como supervisoras, técnicas de laboratório e docentes, registando-se um quase equilíbrio face aos 16,6% de homens nestas categorias. Uma maioria destes, 46,2%, exercia uma profissão ligada ao operariado, sobretudo no sector da construção civil, metalurgia e automóvel.⁵ A amostra global dos inquiridos de 2000, que abrange 306 indivíduos, sem distinção de gerações e de sexo – que constam no Apêndice 5 e são abordadas no capítulo VI – revelou que 32,6% se concentram no empresariado, 10,7% exercem funções de supervisão e de gestão de departamentos ou firmas, prestação de serviços enquanto empregados de escritório (16,6%) e profissões similares, existindo um núcleo de quadros superiores – ao nível da docência,

¹ Consultar o *Rand Daily Mail* de 5,6 e 7 de Abril de 1977, s.p. e Leal, Luus, *ibidem*, p.46.

² Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.42.

³ Estes dados sectoriais foram confirmados em 1999 pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, não existindo então elementos sobre o Consulado-Geral de Joanesburgo.

⁴ *O Comércio do Porto*, 26 de Maio de 1991, p.10.

⁵ Cf. McDuling, Allistair James, *Language Maintenance and Shift in the Portuguese Community of Johannesburg*, Tese de Mestrado, University of South Africa, Pretória, 1995, pp.90-100.

etc. – que ascende a 9,4%, apesar do reduzido peso das profissões liberais. Os operários da construção civil e da indústria metalomecânica ainda agregam 10,4% desta amostra. Não obstante de a esmagadora maioria dos luso-descendentes já exercer uma profissão, 16% ainda se dedicam apenas aos estudos, determinando a brevidade da sua carreira uma concentração na evolução da primeira geração, desde a sua radicação na África do Sul à actualidade, contemplando factores que constituíam vantagens e desvantagens para o recém-chegado, como a idade, qualificações literário-profissionais e língua, analisando-se ainda a oferta de emprego e o auxílio inter-comunitário. A maior parte dos portugueses que demandavam a África do Sul eram jovens, constituindo um grupo economicamente activo, como constatou Van Rensburg no seu estudo sobre os portugueses de Bloemfontein, dos quais cerca de 80% possuíam entre 20 e 40 anos de idade.¹ Esta faixa etária abrangia, em 1991, 37,8% dos 62 000 indivíduos contemplados nos referidos registos consulares portugueses, que apenas mencionam uma maioria de pessoas até aos 30 anos de idade na área de Joanesburgo, salientando-se nesta altura o envelhecimento da comunidade, expresso nos 35,9% de elementos com mais de 40 anos, apesar de os jovens até aos 20 anos de idade representarem 26,6% do total. Os questionários de 2000 permitem tentar colmatar a lacuna dos dados consulares ao nível de Joanesburgo e de parte de Pretória, proporcionando o Apêndice 6 a idade da primeira geração à chegada à África do Sul, entre 1948 e 2000, resultando numa média de 26 anos, enquanto na actualidade 78,7% possui entre 30 e 69 anos, sendo a média de 49,5 anos, que nos luso-descendentes ascende a 28,5 anos, tendo 71,3% das pessoas deste segmento entre 15 e 35 anos de idade. A comunidade “era inicialmente caracterizada por [possuir] baixas qualificações profissionais”² e por isso os “mistérios mais grosseiros [foram] entregues aos portugueses,”³ resultando na referida concentração na agricultura, comércio e operariado, situação que só sofreria significativas mudanças após a chegada dos refugiados, usualmente mais qualificados.⁴ Os dados de 2000, que englobam 203 respostas, contribuem para clarificar de que forma a primeira geração aprendeu a sua actual profissão, sendo que 47,2% das pessoas contaram somente com a experiência acumulada no exercício quotidiano da actividade, enquanto 39,9% também se incluem nesta situação mas tiveram acesso a algum tipo de formação, ascendendo a apenas 12,8% os detentores de qualificações universitárias. A análise das edições de *O Século de Joanesburgo*, de 1974 a 2000, revelou que foram surgindo na capital do ouro diversos estabelecimentos de ensino profissionais dirigidos à comunidade, com uma oferta de cursos em Português,

¹ Consultar Leal, Luus, *ibidem*, pp.40-42.

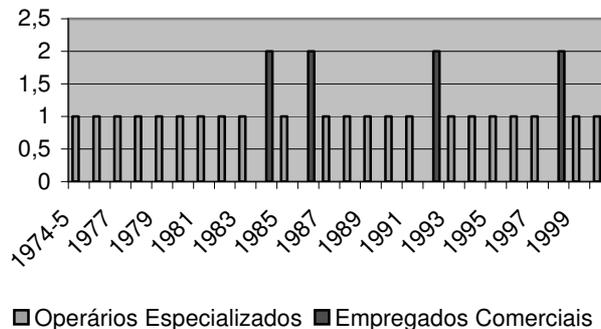
² *The Star*, 3 de Fevereiro de 1988, s.p.

³ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.12.

⁴ Ver, por exemplo, o *Diário de Notícias* de 1 de Maio de 1993, p.10.

inclusivé no período nocturno, que proporcionavam qualificações técnicas e facilitavam a “reconversão [de] muitos portugueses que vieram de Angola e de Moçambique, (...) cujos antigos empregos e conhecimentos não lhes permitiam [aceder a] uma colocação rentável na África do Sul.”¹ Na verdade, vários centros de formação foram criados pelos próprios refugiados, sobretudo de Moçambique, o que reflecte parte da sua estratégia de reconstrução de vida e adaptação à África do Sul, sendo muitos “técnicos e operários especializados que foram rapidamente absorvidos nas actividades produtivas do país.”² Os dados do referido semanário produziram mais resultados válidos para a descrição da comunidade, neste caso, ao nível da oferta laboral – maioritariamente por parte de empresas portuguesas, mas também sul-africanas – principalmente face aos recém-chegados, que afluíam às urbes sul-africanas em fase de industrialização, onde existiam empregos disponíveis, provocando no processo o “aparecimento de «ilhas» ou «pequenos Portugais».”³

Gráfico 8
Anúncios de Ofertas de Emprego Dirigidas a Portugueses
na África do Sul, 1974-2000



Fonte: *O Século de Joanesburgo* de 1974 a 2000, inclusive. Nota: a atribuição de um valor numérico prende-se com a necessidade de distinguir as categorias de anúncios. Os operários especializados referem-se aos sectores da construção civil, indústria metalomecânica, automóvel e têxtil. Os empregados comerciais englobam vendedores(as), empregados de balcão e de escritório.

O gráfico traduz um claro domínio dos operários especializados na oferta de emprego de *O Século de Joanesburgo*, exceptuando os anos de 1984, 1986, 1992 e 1998, registando-se um equilíbrio em 2000. Nos anos de 1974 e 1975, alguns anúncios dirigiram-se especificamente aos refugiados, solicitando enfermeiras, desenhadores e serralheiros, entre outros. As categorias em relevo não significam

¹ *O Século de Joanesburgo*, 25 de Junho de 1979, p.20.

² *Tempo*, 2 de Agosto de 1979, p.1.

³ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, op.cit., p.91.

que outros profissionais não fossem requeridos, existindo várias ofertas para alfaiates, barbeiros, empregadas domésticas e cozinheiros(as), o que também é válido, mas bastante mais raro, face a quadros técnicos, como contabilistas, docentes ou engenheiros. Por outro lado, é importante salientar a entreatajuda comunitária ao nível da obtenção de empregos, proporcionando a maior parte dos comerciantes ligados ao mercado horto-frutícola emprego aos seus conterrâneos, os quais, antes de partirem para a África do Sul – frequentemente como ilegais – tinham garantido um posto de trabalhador agrícola (nas quintas lusas) ou de empregado numa loja de venda de legumes. O auxílio aos compatriotas é algo que ainda permanece hoje em dia, existindo sempre quem proporcione uma ponte entre os recém-chegados e o mercado de trabalho, sobretudo luso. As escolas profissionais referidas também ministravam cursos de Inglês prático, destinados à maioria dos recém-chegados, devido ao seu desconhecimento das línguas oficiais sul-africanas, temática abordada no capítulo V. Leal enfatiza os resultados do inquérito de Botha, no qual os portugueses valorizaram a aprendizagem do Inglês e do Afrikaans por motivos laborais, sendo que muitos apenas possuíam os conhecimentos indispensáveis ao seu quotidiano, adquiridos informalmente.¹ Baptista Júnior refere ainda a propensão “dos portugueses para usar, além das línguas oficiais e do Português, um ou mais idiomas [africanos], por necessidade nos seus empregos, especialmente nas minas e nas «farms»,”² resultando numa acumulação de conhecimentos linguísticos dispersos, frequentemente deficientes, pelo que o Português tenderia a manter-se como veículo de comunicação privilegiado na comunidade.

2. Os Diferentes Percursos dos Subgrupos Comunitários, Poder Económico e Estratificação Social

Da produção de produtos agrícolas o madeirense passou também à sua distribuição, através dos estabelecimentos comerciais de conterrâneos espalhados por todo o país, de tal forma que, “em qualquer cidade sul-africana, especialmente em Joanesburgo e nas grandes urbes, uma loja de frutas, hortaliça ou rebuçados é quase sempre negócio de um português.”³ Muitos madeirenses exercem também uma actividade empresarial nos sectores da restauração e lazer⁴ e, com o decorrer

¹ Ver Leal, Luus, *ibidem*, pp.53-54. Ver ainda Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.85.

² Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.26-27.

³ Pattee, Richard, *op.cit.*, p.114.

⁴ Cf. o *Sunday Times* de 6 de Junho de 1993, p.8.

do tempo, tornaram-se “executivos de topo (...) em companhias de distribuição, engenharia pesada, fundições, comercialização de mobílias, agências de viagens, seguros [e] companhias relacionadas com materiais de construção.”¹ Além dos empresários, os operários lusos “têm garantido um nome de prestígio [e proporcionado formação a] técnicos de outras nacionalidades,”² sendo usual referir que a comunidade ajudou a construir (literalmente) a África do Sul. O Secretário-Geral do *White Building Workers’ Union*, Gert Beetge, referiu que, em 1974, “40% dos trabalhadores da construção civil do Transvaal eram portugueses [e que] sem eles a indústria de construção tinha entrado em colapso.”³ Para além do comércio e indústria, os técnicos lusos, com diferentes graus de especialização, inseriram-se ainda na função pública, exercendo a sua actividade “no Ministério sul-africano dos Transportes, [das] estações de caminhos de ferro aos aeroportos internacionais [e] instalações portuárias.”⁴ Hoje, “esta comunidade está activamente envolvida em todos os aspectos da sociedade. Exerce uma variedade de profissões e produziu empresários e industriais de topo, engenheiros e especialistas de minas, médicos e cirurgiões, arquitectos, banqueiros (...) e advogados,”⁵ salientando-se a participação de uma bióloga portuguesa na equipa de Christian Barnard, que efectuou o primeiro transplante de coração e a direcção do Instituto Oceanográfico de Durban por outro português, António de Freitas.⁶ Actualmente, exceptuando “os grandes grupos económicos, o pequeno e médio comércio está nas mãos dos portugueses e dos gregos. Os supermercados (...), os *bottle stores* e os talhos são as três grandes actividades [dos] comerciantes”⁷ madeirenses, que detêm 50% e 60% das redes de supermercados *Pick & Pay* e *Rite Valu*, respectivamente.⁸ Desta forma, os portugueses constituem, “particularmente com gregos e italianos, o tecido económico quotidiano das grandes cidades.”⁹ Estas referências às outras comunidades, ainda que escassas, revelam que os concorrentes dos portugueses, ao nível de pequenos negócios, eram (são) sobretudo gregos e italianos, exercendo também alguns afrikaners estas actividades. Por outro lado, ao nível do sector das bebidas alcoólicas, após a democratização assistiu-se a uma liberalização que permitiu a africanos estabelecerem-se por conta própria, entrando em concorrência directa com os portugueses. Partindo dos dados obtidos em

¹ *Sunday Express*, 8 de Junho de 1980, p.31.

² *O Século de Joanesburgo*, 22 de Setembro de 1997, p.28.

³ *Rand Daily Mail*, 6 de Abril de 1977, s.p.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Junho de 1982, p.17. Ver também Pattee, Richard, *idem*, p.114.

⁵ *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, pp.58-60.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 26 de Dezembro de 1983, p.9 e de 26 de Fevereiro de 1996, p.25.

⁷ Comunicação Pessoal com Manuel Mendes, Director Bancário, Bruma, Joanesburgo, 12 de Julho de 2000.

⁸ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 20 de Julho de 1998, p.9 e de 8 de Março de 1999, p.14.

⁹ *Público*, 18 de Abril de 1993, p.25.

2000, podemos traçar num quadro a vivência profissional da primeira geração, englobando pessoas que se radicaram naquele país desde 1948 a 2000.

Quadro 11

Primeira Geração

Percurso Profissional dos Portugueses Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000

	Prof.Anterior*	Prof.Quando Chegou	Prof.Actual
Empresário(a)	9	12	88
Empregado Escritório/Balcão/Hotelaria/ Bancário/Vendedor/Motorista	25	75	35
Operário/Trabalhador Agrícola	62	67	28
Professor	3	4	9
Estudante	57	33	1
Jornalista / Fotógrafo	3	4	5
Técnico Electrónica / Desenhador	2	8	6
Doméstica	10	11	13
Contabilista/Gerente/Supervisor/ Gestor/Engenheiro/Economista	20	32	42
Barbeiro / Esteticista / Estilista	6	3	3
Advogado	1	1	2
Reformado			15
Padre	4	4	7
Artista Plástico			1
Funcionário(a) Público(a)	6	1	
Enfermeira	1		
Total	209	255	255

*antes de residir na África do Sul.

Fonte: Questionários no terreno.

Verifica-se que, inicialmente, só excepcionalmente alguém se estabelecia como empresário e que há um triplicar do número de empregados de escritório e outras actividades equivalentes, o que indicia que, ao chegar à África do Sul, a necessidade de exercer qualquer profissão era premente, sobretudo para os refugiados. De acordo com os dados obtidos, as categorias que poderiam fornecer esta mão-de-obra seriam a dos estudantes e funcionários públicos, uma vez que a dos operários da construção civil, metalurgia, etc., se mantiveram estáveis, continuando a exercer a sua profissão na África do Sul. Ao nível da segunda geração,

não existem mudanças significativas em termos profissionais, registando-se uma passagem natural da situação de estudante para a actual carreira, sendo de realçar que o presente contexto sociopolítico sul-africano não favorece a mobilidade laboral, devido à *affirmative action*, que inclui quotas de emprego, visando corrigir as injustiças do *apartheid* e obter um equilíbrio entre a composição racial da população e o seu nível socioeconómico, pelo que os europeus, enquanto grupo minoritário, já sentem dificuldades em conseguir uma colocação profissional. Após a abordagem geral das profissões da primeira geração, o mesmo raciocínio foi aplicado a cada subgrupo, de acordo com a sua origem, permitindo visualizar o percurso de cada componente da comunidade, constando as conclusões a que se chegaram no quadro seguinte e no Apêndice 7.

Quadro 12

Origem e Evolução das Actividades Económicas, por Sector, dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória, 1948-2000

Origem	Sector de Actividade
Ilhas	Desde o início à actualidade que se dedicam, quase exclusivamente, a actividades do sector terciário, ao nível de comércio e hotelaria
Continente	Sobretudo no sector secundário (construção civil e metalomecânica) e, em menor grau, terciário, com quadros de qualificação média
Moçambique	Desde o início à actualidade, grande predominância no sector terciário, sobretudo ao nível de quadros com significativas qualificações
Angola	Inicialmente sobretudo nos sectores terciário e secundário (construção civil e metalomecânica) e actualmente no terciário, predominando os quadros de qualificação média

Fonte: Questionários no terreno. Nota: o horizonte temporal é de 1948 a 2000, porque se reporta aos dados dos questionários preenchidos por pessoas que chegaram à África do Sul em 1948 e que em 2000 ainda aí residiam.

Inicialmente, os continentais exerciam profissões ligadas à construção civil, metalurgia e serviços, situação que se mantém, registando-se um assinalável incremento do número de empresários, na sua área de especialização académica ou experiência profissional anterior, abrangendo cerca de 39% dos inquiridos, sendo as profissões liberais raras. Os nados na Madeira e Açores (apenas 1) têm um percurso mais homogéneo do que qualquer dos outros subgrupos, tendo começado, regra geral, como empregados nas *shops* – muitos evitam mencionar o penoso passado como trabalhadores agrícolas – sendo hoje, na sua esmagadora maioria (76,9%), empresários nas áreas assinaladas, detendo alguns ainda inte-

resses no ramo imobiliário e transportes. Quanto aos oriundos de Moçambique, que se radicaram na África do Sul sobretudo após 1974, a maior parte exercia uma actividade ligada ao sector dos serviços, sobressaindo o elevado número de estudantes (cerca de 42%), os quais se tornariam quadros qualificados após a conclusão da sua formação literária na África do Sul e que hoje constituem a maioria neste segmento da comunidade, a par de 32% do total dos empresários, o que atesta a sua capacidade de adaptação a uma nova realidade, dado que muitos perderam tudo com a descolonização. Apesar da reduzida amostra dos portugueses nascidos em Angola, podemos referir que, à chegada à África do Sul, havia um equilíbrio entre a actividade exercida nos sectores da construção civil e dos serviços. Tal como sucedeu com os provenientes de Moçambique, alguns tornaram-se empresários e cerca de 1/3 eram estudantes quando se radicaram na África do Sul, tendo aqui concluído os seus estudos – se bem que não tão avançados como os naturais de Moçambique – e exercendo hoje actividades ligadas ao sector dos serviços, sobretudo como empregados de escritório e comerciais. Os rendimentos dos portugueses acompanharam o desenvolvimento económico da África do Sul e a sua ascensão socioprofissional, originando uma estratificação social que se acentuou ao longo das décadas e que se deve também às diferentes vivências de cada segmento. Nas décadas de 1970 e 1980, a maior parte da comunidade usufruía de salários de nível médio, tendo cerca de 1/4 dos portugueses rendimentos considerados elevados, sendo uma minoria os que possuíam salários baixos.¹ Para numerosas pessoas, sobretudo madeirenses, a África do Sul significou o sucesso, tendo muitos conseguido “enriquecer rapidamente, (...) abrindo vários tipos de estabelecimentos comerciais, mas principalmente «quitandas» (onde vendem fruta e hortaliças) e «cafés»,”² enquanto o continental trabalhava usualmente por conta de outrem, integrando-se, como a esmagadora maioria da comunidade, na classe média, como atestam os índices de bem-estar socioeconómico e perfil de consumo, que constam adiante. Apesar das escassas habilitações e do trabalho duro, a maior parte da primeira geração considerava-se satisfeita com as suas condições laborais e salariais. Segundo Van Rensburg, em 1968 apenas “3,57% (...) mostrou sinais de insatisfação. [Aos salários] deve-se juntar a boa assistência social, característica da maioria dos empregos neste país.”³ Em 1989, o estudo de Schutte revelou que cerca de “59% dos inquiridos [estavam] muito satisfeitos ou satisfeitos com os seus empregos, [o mesmo se aplicando a cerca de] 55% [das] esposas. (...) Quase 90% [das pessoas indicaram estar] muito satisfeitas ou satisfeitas com o padrão de vida na África do Sul, [considerado por] mais de

¹ Cf. *Rand Daily Mail* de 5 e 6 de Abril de 1977, s.p. e Schutte, Carel, Daniel, *ibidem*, p.43. Nota: Em 1984 a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana estimava o ordenado médio dos portugueses em R 1000, enquanto o *Sunday Times* de 30 de Junho de 1990 referia R 1200.

² *Público*, 20 de Junho de 1993, p.15.

³ Leal, Luus, *ibidem*, p.46.

72% (...) muito mais elevado ou mais elevado do que o do seu país de origem.”¹ Esta satisfação reflecte-se nos seguintes índices de prosperidade, sendo de relembrar que os dados publicados na comunicação social ao longo dos anos não são de uma fiabilidade absoluta, algo que se reflecte no índice habitacional.

Quadro 13

Dados Socioeconómicos dos Portugueses da África do Sul, 1977-1990

- 50% a 90% adquiriu casa própria
- 65% tem contas poupança
- 80% possui automóvel (e 48% a 70% possuiriam dois veículos)
- 40% possui seguro de vida

Fontes: *The Star*, 3 de Fevereiro de 1988, s.p., *Popular*, 28 de Abril de 1978, p.1, *Boletim Informativo* da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana, Maio-Junho de 1984, N.º 16, p.46, *O Século de Joanesburgo*, 14 de Março de 1983, pp.1-8, *Sunday Times*, 30 de Junho de 1990, s.p., Da Rosa, Victor Pereira, Trigo, Salvato, *Portugueses e Moçambicanos no Apartheid: da Ficção à Realidade*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto, 1986 p.96, Bártolo, Carlos, *Portugal no Mundo*, Edição do Autor, Joanesburgo, 1980, s.p.; quadro adaptado.

Independentemente da sua profissão, a opinião generalizada era a de que os portugueses eram trabalhadores árduos e honestos, com desejos comuns de prosperidade, uma vez que, à chegada à África do Sul, quase todos eram de condição muito humilde. A aquisição de habitação própria era o principal objectivo,² o que justifica a elevada percentagem de contas poupança, enquanto a relevância dos seguros de vida é explicada pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana como constituindo não apenas uma outra forma de aforro mas de precaução face ao futuro, num contexto em que em muitas famílias as esposas não trabalhavam – dependiam exclusivamente do salário do marido, ficando desprotegidas face aos encargos financeiros se algo lhe acontecesse.

3. A Emergência de um Mercado Étnico, os Sectores de Actividade e o Estatuto Social dos Portugueses

A descrição de cada segmento visou facilitar a compreensão da inserção e consolidação do predomínio comunitário em diversas áreas, permitindo a análise da publicidade de empresas portuguesas n’ *O Século de Joanesburgo*, de 1974 a

¹ Schutte, C.D., *ibidem*, p.14.

² Ver, por exemplo, Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.24.

2000, retirar algumas conclusões, necessariamente aproximadas. A esmagadora maioria dos estabelecimentos lusos foi criada até ao final da década de 1970, verificando-se que os principais sectores de actividade, ao nível de negócios próprios, se centram no comércio retalhista, restauração e sector do turismo / viagens, correspondendo, no seu conjunto, a cerca de 45% dos anúncios analisados. Existiam ainda empresas ligadas à realização de casamentos, pequenas livrarias e lojas de brindes, papelarias, agências de emprego, de seguros e funerárias, discotecas, armarias, tipografias, transportadoras, despachantes e escolas de condução. Quanto ao sector bancário, existe actualmente uma multiplicidade de instituições, mas com origem em Portugal, pelo que não podem ser considerados negócios criados por imigrantes, apesar de se salientar o pioneirismo do Banco Nacional Ultramarino e do *Bank of Lisbon & South Africa*, hoje *Mercantile Lisbon Bank*, cuja actividade foi fundamental no financiamento de muitos empreendimentos, tendo sido, durante largos anos “o banco da comunidade portuguesa em toda a África do Sul.”¹ As dificuldades linguísticas da primeira geração e a tendência para a concentração na mesma área urbana, de pessoas e estabelecimentos portugueses, favoreceu a emergência de um espaço económico de cariz étnico, que começou ao nível dos produtos básicos – designadamente no sector alimentício – e se alargou gradualmente a outras áreas, à medida que o poder económico das famílias aumentava.² As diversas fontes assumiam, desde meados da década de 1970, a existência de cerca de 600 000 portugueses no país, salientando que “33% [do seu rendimento era gasto] com a alimentação”³ e bebidas, o que ascendia a R120 milhões por mês, em 1978.⁴ Como referem Da Rosa e Trigo, tal “justifica plenamente a existência de um mercado abastecedor étnico, [mas também limita a] inserção na sociedade de acolhimento, [sobretudo das] donas de casa, que conseguem sobreviver e fazer a sua vida social sem ter grande necessidade de aprender as línguas locais.”⁵ O papel destas é central, dado que, quase sem excepção, são as responsáveis pelas compras, sendo um elemento fundamental não só nesta dinâmica comercial como na vertente cultural, dado que mantinham os hábitos de consumo portugueses ao nível alimentar, como se estivessem em Portugal.⁶

¹ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *idem*, p.97.

² Seria de cerca de R 1,8 biliões, segundo *O Século de Joanesburgo* de 6 de Agosto de 1981, p.5.

³ Ver *O Século de Joanesburgo* de 14 de Março de 1983, pp.1-8.

⁴ Cf. o *Popular* de 28 de Abril de 1978, p.1.

⁵ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.100.

⁶ Ver *O Século de Joanesburgo* de 14 de Julho de 1980, p.7.

Quadro 14

Domínio Sectorial dos Portugueses

- 85% do comércio de produtos agrícolas* é detido pelos portugueses
- 45% dos cigarros que se consomem no país são comercializados por portugueses
- 70% das licenças de bebidas alcoólicas são de portugueses
- 100% da pesca do atum e 50% da de lagosta na Cidade do Cabo é dominada por portugueses

* sobretudo legumes, hortaliças, fruta e refrigerantes

Fontes: *Boletim Informativo* da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana, Maio-Junho de 1984, N.º 16, p.46. *Sunday Times*, 30 de Junho de 1990, s.p. *Expresso*, 15 de Junho de 1991, p.12. *O Século de Joanesburgo*, 19 de Julho de 1993, p.8. *Sunday Times*, 7 de Junho de 1992, s.p.

Alguns dados complementares são úteis para atestar a relevância dos portugueses nos sectores referidos, como o facto de terem sido estes a introduzir o comércio de pescado no Mercado Abastecedor de Joanesburgo e de fornecerem 80% dos vegetais que se consomem na área de Witwatersrand,¹ contribuindo para o sustento diário da população. Noutros sectores também se destacam empresas lusas, como a *Cardoso Cigarette Depot*, a maior distribuidora de cigarros do país, ou a *Giorgio Pagan Enterprises*, maior importadora de vinhos portugueses.² Ainda neste segmento das bebidas, refira-se que, em 1988, “90% das *bottle stores*”³ de Joanesburgo eram propriedade de portugueses, os quais, em 1991, detinham cerca de 80% destes estabelecimentos no Transvaal e Orange Free State, abrangendo um volume de negócios então estimado em mais de “300 milhões de randes por mês.”⁴ Aparentemente, a entrada dos portugueses no comércio de bebidas deu-se após a descolonização portuguesa, preenchendo um nicho que ficou vago com a saída de numerosos elementos da comunidade judaica da África do Sul,⁵ os quais possuíam muitos *bottle stores*, frequentemente em hotéis.⁶ Os portugueses pontificam ainda nos mercados imobiliário e mobiliário, automóvel e turístico, destacando-se neste último a agência “Novo Mundo”, que atingiu o topo do *ranking* sul-africano, onde operam mais de 500 empresas.⁷ Desta forma, os portugueses, enquanto consumidores e fornecedores, criaram uma lógica comercial, inicialmente de cariz étnico,

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Julho de 1979, p.2 e de 24 de Janeiro de 2000, p.24.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 4 de Dezembro de 1978, p.21 e de 23 de Março de 1998, p.7.

³ in *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, pp.58-60.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 26 de Agosto de 1991, p.10.

⁵ Assim, paralelamente à vaga de refugiados portugueses provenientes das ex-colónias para a África do Sul, terão saído deste país elementos de outros grupos de imigrantes.

⁶ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto em Joanesburgo, 9 de Maio de 2000.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Junho de 1982, p.17 e de 4 de Fevereiro de 1991, p.30. Ver também Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.98.

muito dinâmica e economicamente poderosa, bastando referir que, em 1985, “na África do Sul, mais de 60 000 lojas [pertenciam] a portugueses,”¹ os quais detinham mais de 1 750 das 3 000 lojas então existentes em Joanesburgo, contabilizando-se em milhões os postos de trabalho directamente relacionados.²

Ao longo das décadas, o impacto da comunidade portuguesa no desenvolvimento da África do Sul foi fortíssimo, estimando-se em 1990 o seu contributo “para a economia sul-africana entre 15 e 20% do Produto Nacional Bruto.”³ As características laborais dos portugueses têm sido alvo de frequentes elogios por parte de individualidades e autoridades sul-africanas, mas estas percepções não correspondem às da população em geral.⁴ Efectivamente, a concentração dos portugueses no pequeno comércio é de tal ordem que muitos sul-africanos pensavam – e muitos continuam a ter esta visão reducionista – “que todos (...) possuem peixarias ou cafés,”⁵ reproduzindo uma imagem algo negativa, que ignora o mérito do sucesso económico luso, que não tem equivalente noutras esferas, como a social ou política. Foi exactamente com o objectivo de transformar a imagem e abandonar o usual *low profile* dos portugueses que surgiram iniciativas como a Associação dos Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP), para promover laços mais estreitos com a sociedade sul-africana, cujos mentores estariam na origem do *Luso South African Party*, analisado posteriormente, bem como o Grémio de Empresários de Língua Portuguesa da África Austral (GELPAA),⁶ que promove investimentos, missões empresariais aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e contactos com associações empresariais de Portugal. Mais discreta é a Associação Comercial Madeirense de Gauteng, um grupo económico formado por meio do convívio semanal entre grandes empresários – por isso denominados Wednesday Boys – que através de quotas mensais criaram uma tal dinâmica de investimento que hoje são considerados “como o sindicato económico mais forte da comunidade portuguesa.”⁷ Por questões de pragmatismo, o número de sócios está limitado a 50,⁸ mas favorece a replicação do seu exemplo noutras províncias da África do Sul, sendo de referir que também desempenha um importante papel ao nível social, através de doações financeiras a instituições de solidariedade, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência.

¹ *Jornal de Notícias*, 11 de Março de 1985, s.p.

² Cf. *O Diabo* de 26 de Novembro de 1985, p.20 e Comunicação Pessoal com Manuel Mendes, Director do Banco Internacional do Funchal, em Bruma, Joanesburgo, 12 de Julho de 2000.

³ *Sunday Times*, 30 de Junho de 1990, s.p.

⁴ Ver, por exemplo, Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

⁵ *Notícias da África do Sul*, Ano 16, N.º 242, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Janeiro de 1967, p.4.

⁶ Ver *O Século de Joanesburgo* de 18 de Fevereiro de 1991, p.36, de 28 de Outubro de 1991, p.33, o *Sunday Times* de 7 de Junho de 1992, s.p. e de 6 de Junho de 1993, s.p.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 15 de Abril de 1996, p.6.

⁸ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 9 de Setembro de 1996, p.6.

III – As Associações e a Manutenção da Identidade Cultural Portuguesa

1. A Génese e a Diversidade do Movimento Associativo Luso

Ao chegarem à África do Sul, os portugueses depararam-se com profundas “divergências culturais com os sul-africanos [e] o movimento associativo iniciou-se de imediato.”¹ Muitos homens iam sós, determinados a reunir condições para se lhes juntarem as esposas e os filhos, atenuando a solidão os escassos pontos de encontro lusos, designadamente restaurantes e associações. Com a abertura da imigração, a partir de 1964-65, “quase todos os dias chegavam centenas de pessoas [e] houve necessidade de se (...) fundarem mais associações,”² que passaram também a enquadrar as crianças, sobretudo através de escolas, emergindo como “um importante local de convívio e de passagem do testemunho cultural e linguístico.”³ A área envolvente de Joanesburgo constituiu o embrião do associativismo na África do Sul, dado que, em “1908 ou 1909, [já] existia em Fordsburg (...) a Associação Lusitana de Socorros Mútuos,”⁴ apesar de, por desconhecimento, a comunidade sempre ter considerado a Associação da Colónia Portuguesa de Joanesburgo (ACPJ) “a mais antiga colectividade lusiada na África do Sul,”⁵ estatuto também reivindicado pela Casa da Madeira de Joanesburgo. Na verdade, no início da década de 1960, apenas existiam 2 grandes associações na capital do ouro, a ACPJ e a União Cultural, Recreativa e Desportiva Portuguesa, conhecida como União, emergindo subsequentemente muitas outras na área de Witwatersrand, sobretudo nos anos 70.⁶ Esta multiplicidade de agremiações é um fenómeno

¹ Câmara, João Brito, *ibidem*, p.104.

² Comunicação Pessoal com Jaime Margarido, Presidente do *Luso Africa Sports and Cultural Association*, em Primrose, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000.

³ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.130.

⁴ Câmara, João Brito, *ibidem*, p.59.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 26 de Março de 1979, p.14.

⁶ Cf. Pina, António, *op.cit.*, p.156.

imbuído de contradições, dado que, por um lado, de meados da década de 1970 ao início da de 1990, os “cerca de 30 clubes [de] Joanesburgo”¹ induziram a conclusão de que a comunidade “constitui um grupo profundamente retalhado.”² Por outro, eram uma “prova evidente da conservação dos costumes da terra natal,”³ através das suas actividades. Da Rosa e Trigo também detectaram esta tendência dialéctica, considerando a proliferação de associações na mesma urbe não apenas uma consequência da diversidade de origens regionais dos integrantes da comunidade mas também um factor de coesão social entre os portugueses.⁴ Esta situação é particularmente óbvia na zona metropolitana de Joanesburgo, mas não reflecte a realidade comunitária em toda a África do Sul. Uma análise similar à que Da Rosa e Trigo efectuaram das designações de todas as associações permite concluir que a diversidade não é o elemento predominante, pelo contrário, revela “que a preocupação (...) que presidiu à sua fundação não é de tipo regional, mas étnico.”⁵ De facto, o mais comum é existir uma “Associação Portuguesa” numa cidade ou província sul-africana. Assim sendo, a excepção é Joanesburgo, sendo sobretudo aqui que se encontram as contradições referidas, existindo agremiações que podemos categorizar a partir de critérios que se prendem com as motivações da sua criação e que se reflectem nas suas designações. Existem associações de cariz étnico e também cultural, que se baseiam na identidade portuguesa, sendo geograficamente neutras, situação oposta às associações regionais e com origem nos refugiados, que derivam de identidades regionais lusas com diferentes graus de abrangência, variando entre a região administrativa e o bairro de residência. Neste último caso podemos ainda destacar as agremiações de cariz local, seja este um espaço luso, sul-africano ou ainda luso-sul-africano. Esta distinção permite ainda incluir os clubes desportivos, usualmente de cariz local, bem como os ranchos folclóricos, que são agrupamentos de carácter cultural mas de raiz regional. Nas entidades de carácter abrangente inserem-se ainda as associações empresariais, como a Associação de Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP), o Grémio dos Empresários de Língua Portuguesa da África Austral (GELPAA) e a Liga da Mulher Portuguesa na África do Sul, esta última analisada noutra capítulo.

Entre as agremiações de cariz étnico de Joanesburgo destacam-se a ACPJ e a União, que, “para além do espírito de agrupamento (...), procuram elevar o nível cultural e social da população portuguesa.”⁶ A ACPJ foi fundada em 19 de Outubro

¹ *The Star*, 9 de Junho de 1978, s.p.

² Telex da Agência Lusa (António Mateus), 31 de Janeiro de 1991.

³ *O Século de Joanesburgo*, 28 de Janeiro de 1975, p.2.

⁴ Cf. Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, pp.127-128.

⁵ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.129.

⁶ *Notícias da África do Sul*, Ano 16, N.º 240, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Novembro de 1966, p.19.

de 1938, “por madeirenses e continentais,”¹ visando “fomentar a educação, arte e cultura portuguesas, o recreio e o desporto entre os seus membros e instituições [com] objectivos semelhantes, em clima de neutralidade política e religiosa.”² Apesar de já não possuir existência física, ainda há esperança de que retome as suas actividades, eventualmente enquadrada no projecto da Casa de Portugal, explicitado adiante. Quanto à União, fundada em 3 de Março de 1961,³ é a decana das agremiações activas de Joanesburgo, sendo frequentemente considerada “a maior colectividade lusa de toda a África.”⁴ O seu prestígio foi construído através de um grande dinamismo desportivo, recreativo e cultural, reservando os seus estatutos os cargos dirigentes aos portugueses, por forma a assegurar a identidade lusa da agremiação.

Com um carácter abrangente e vincadamente cultural existem poucas entidades, salientando-se os ranchos folclóricos e o Núcleo de Arte e Cultura. A maioria dos agrupamentos folclóricos surgiu após meados da década de 1980, usualmente por iniciativa de uma agremiação ou de igrejas, reproduzindo as suas denominações a realidade associativa, mas sempre com uma raiz cultural portuguesa vincada, expressa nas danças e cantares regionais, sendo a excepção um Grupo de Marrabenta, criado pela Associação dos Antigos Residentes de Moçambique.⁵ Entidades como o Rancho Folclórico Juvenil Cantares de Portugal, constituem “uma expressão viva e dinâmica da cultura lusa em terras sul-africanas,”⁶ a par dos ranchos madeirenses, os mais numerosos, que “cultiva[m] as tradições folclóricas da ilha do Atlântico,”⁷ enquanto o Rancho Folclórico Terras do Norte nos transporta para as zonas de Braga e de Viana do Castelo, no Alto e Baixo Minho, no norte de Portugal continental. Institucionalmente, estes agrupamentos enquadrar-se-iam na Federação dos Grupos Folclóricos Portugueses na África do Sul, criada em 1990,⁸ eleita por “11 agrupamentos de danças e cantares tradicionais [na ACPJ, numa] homenagem à colectividade (...) e ao rancho folclórico luso mais antigo[s].”⁹ A novel federação, que se designaria depois Federação do Folclore Português na África do Sul Raízes do Nosso Povo, incentivou a criação de novos grupos, sobretudo através da organização de festivais de folclore,¹⁰ empenhando-se ainda na “normalização de trajes, música e cânticos regionais.”¹¹

¹ *O Século de Joanesburgo*, 6 de Julho de 1998, p.3.

² *O Século de Joanesburgo*, 11 de Maio de 1981, p.9.

³ Cf. Câmara, João Brito, *ibidem*, p.104.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 11 de Fevereiro de 1991, p.12.

⁵ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 5 de Março de 1990, p.11.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 20 de Abril de 1987, p.2.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 19 de Outubro de 1987, p.5.

⁸ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Julho de 1990, p.25.

⁹ *O Século de Joanesburgo*, 23 de Julho de 1990, p.4. A actividade do rancho remonta, pelo menos, a 1942, segundo a revista *Notícia*, Ano V, N.º 55, Setembro de 1995, p.12.

¹⁰ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 1 de Março de 1982, p.9 e de 3 de Setembro de 1990, p.10.

¹¹ *O Século de Joanesburgo*, 13 de Dezembro de 1993, p.10.

Entidades como o Grupo Folclórico Terras do Norte, sediado em Malvern East, constituem um exemplo sem ligação a qualquer agremiação, não possuindo sócios, mas apenas simpatizantes de todas as regiões de Portugal, que se juntam aos cerca de 40 elementos do grupo, com idades compreendidas entre os 4 e os 55 anos. Entre estes avultam os jovens nascidos na África do Sul, muitos dos quais só dominam a língua inglesa, mas que assimilaram e reproduzem elementos da cultura lusa, através do agrupamento.¹ No presente, os ranchos mantêm um grande dinamismo, incluindo na vertente da beneficência, estando os dirigentes associativos cientes do facto de que aqueles possuem, para “além de uma função cultural e de animação, um objectivo de união comunitária,”² assumindo-se como importantes agentes culturais, inclusivamente perante outros grupos populacionais. Ainda neste patamar, destaca-se o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que surgiu em meados da década de 1980, “para preservar os valores, tradições e património cultural português”³ no seio dos luso-descendentes. Sediado em Regents Park, criou um rancho infantil e juvenil que procurou integrar traços de todas as regiões portuguesas, uma escola de cerâmica, desenho, escultura e pintura, gerida por Gilberto Leal, a par de actividades teatrais e musicais. Reactivou ainda a Banda Filarmónica e Recreativa Portuguesa, cujas origens remontam a 1976⁴ e que hoje apoia outras agremiações e igrejas da comunidade. No NAC são ainda ministradas aulas de Português para adultos, sobretudo sul-africanos, conduzidas por Fernando Capão.⁵ Após 1988, os destinos desta entidade passaram a ser conduzidos por Lurdes Santos, sendo “a primeira vez que uma mulher assume a presidência d[e] uma colectividade portuguesa na África do Sul, fora do âmbito das associações de beneficência”⁶ e, obviamente, da Liga da Mulher Portuguesa.

No que concerne às associações regionais, as mais representativas são a Casa da Madeira de Joanesburgo e a Casa dos Poveiros da África do Sul, derivando da necessidade que alguns sectores da comunidade sentiram de se agregarem em espaços próprios, com uma vincada identidade regional que, não refutando a portuguesa, assumia primazia. Na verdade, a existência de uma agremiação deste cariz usualmente significa “apenas que as suas actividades recreativas e culturais têm uma orientação tendencialmente mais evocativa da região”⁷ de origem, como sucede com a Casa da Madeira de Joanesburgo, cujo historial é bastante confuso.

¹ Comunicação Pessoal com Joaquim Sousa e Virgílio Ferreira, em Malvern East, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

² *O Século de Joanesburgo*, 31 de Agosto de 1998, p.6.

³ *O Século de Joanesburgo*, 20 de Junho de 1988, p.17.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Abril de 1986, p.11, de 8 de Maio de 1989, p.4 e o *Popular* de 17 de Fevereiro de 1978, p.11.

⁵ Consultar capítulo V.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 1 de Junho de 1998, p.10.

⁷ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.128.

A primeira menção a esta entidade data de finais de 1976, aparecendo como uma *nova* colectividade, tendo o dirigente José Quintal referido que a sua inauguração (em Linbro Park) ocorreria no dia 27 de Janeiro de 1977,¹ mês em que o Rancho Folclórico da Madeira voltou a actuar,² depois de alguns anos de inactividade. Inicialmente, contemplou-se apenas a criação de uma Casa da Madeira na África do Sul, para “acolher todos os madeirenses, seus filhos e descendentes, [sendo a sua] união (...) a principal meta a atingir.”³ Há um grande hiato nas referências a esta associação, que só reaparece em 1986, já não enquanto projecto de Casa da Madeira da África do Sul mas como Casa da Madeira, com sede em Belgravia, mencionando-se que a sua fundação ocorrera em Outubro de 1969.⁴ Esta é a data de criação do Rancho Folclórico da Madeira, existindo assim uma fusão de identidades e de datas que foram remetendo as suas origens cada vez mais para o passado. Em 1987,⁵ a data de fundação reclamada passou de Outubro de 1969 para 1 Julho de 1938,⁶ “data em que Zarco tomou posse da ilha em nome do Rei de Portugal e a do início da autonomia consagrada na Constituição de 1976.”⁷ O aniversário da colectividade passou então a ser celebrado neste dia, num processo complexo, estranho mas interessante, que resultou numa inversão da antiguidade das entidades envolvidas, ou seja, a criação da Casa da Madeira passou a ser em Julho de 1938 e a do Rancho Folclórico 21 de Outubro de 1969.⁸ De forma complementar e igualmente confusa, com fusões e cisões sucessivas, surge a substituição do Club Sport Marítimo pela Casa da Madeira de Joanesburgo,⁹ cujas dificuldades financeiras e consequentes interrupções de actividades justificam as lacunas ainda existentes, ficando o novo percurso histórico da Casa da Madeira completo em 1992. Esta questão da antiguidade suscitou algumas reacções, designadamente da direcção da ACPJ, cujas origens remontam a Outubro de 1938, mas a Casa da Madeira continua a evocar o estatuto de colectividade mais antiga da comunidade. Tudo isto seria de somenos importância, não fosse o facto de não existir um historial publicado sobre o associativismo luso na África do Sul, pelo que a detecção e correcção de discrepâncias se torna necessária. A Casa da Madeira de Joanesburgo é das mais importantes associações desta cidade e, muito provavelmente, a que mais pessoas movimenta, incluindo as instalações uma capela e um pavilhão gimno-desportivo, constituindo a materialização do trabalho e engenho de algumas pessoas, as quais

¹ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 20 de Dezembro de 1976, p.2.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 17 de Janeiro de 1977, p.2.

³ *O Século de Joanesburgo*, 12 de Setembro de 1977, p.11.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Julho de 1986, p.9.

⁵ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 19 de Janeiro de 1987, p.10.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 13 de Julho de 1987, p.4.

⁷ Câmara, João Brito, *ibidem*, p.82.

⁸ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 5 de Agosto de 1991, p.7.

⁹ Ver *O Século de Joanesburgo* de 26 de Janeiro de 1981, p.2 e de 28 de Julho de 1986, p.9.

dinamizam a colectividade e apelam à participação de todos nas actividades. O seu esforço foi reconhecido em 1997, quando a agremiação recebeu da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas o Diploma de Mérito das Comunidades.¹ Quanto à Casa dos Poveiros da África do Sul, criada por cerca de 70 naturais da Póvoa do Varzim, possuiu, até 1974, um cariz exclusivista, que terminaria com a chegada dos refugiados.² Tal como a Casa da Madeira, esta agremiação está directamente ligada a Portugal, assumindo-se como uma casa regional do continente que não esquece os santos padroeiros da terra de origem, sendo as festas religiosas e a celebração do aniversário da agremiação as mais relevantes no seu calendário anual de actividades. No quotidiano, a prática desportiva e o rancho folclórico dinamizam a associação, abrangendo jovens de diferentes idades.³ Como sucede com todas as agremiações, a Casa dos Poveiros financia-se apenas através das quotas e das festas, frequentadas essencialmente por portugueses – apesar da abertura a todas as nacionalidades – maioritariamente residentes noutras zonas de Joanesburgo. Outras associações surgiram de iniciativas de pessoas que vieram de Angola e de Moçambique após a descolonização e desejavam preservar uma identidade que incluía raízes africanas.⁴ A inclusão nesta categoria deriva do facto de se reportarem a identidades parcelares ligadas à vivência em antigos territórios portugueses, não se pretendendo reduzir Angola e Moçambique ao estatuto de regiões. A primeira associação teve origem na ideia da formação de uma Casa de Moçambique na África do Sul, para juntar “naturais, ex-residentes e amigos de Moçambique, [defendendo alguns a sua utilização para] se reivindicar o reapossamento [sic] dos bens [de que] se viram privados.”⁵ Assim surgiu, em 22 de Novembro de 1976, a Associação Moçambicana na África do Sul, depois designada Associação dos Antigos Residentes de Moçambique (AARM), sita em Bertrams desde 1989. Inicialmente envolta num ambiente político que colocava obstáculos à participação, possuía também objectivos sociais, para além dos culturais e recreativos, visando auxiliar os que “tiveram de fugir com perda dos seus haveres. [Os membros] serão só os de Moçambique antigo, [exigindo-se previamente a] identificação da ideologia política de cada candidato.”⁶ Com o tempo, o que sobressaiu na AARM foi o seu dinamismo nos sectores cultural e desportivo, estando na origem de várias iniciativas louváveis, como a referida criação do Grupo de Marrabenta. Alguns antigos residentes em Angola também decidiram formar uma agremiação e, em 1980, já existia

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 7 de Julho de 1997, p.8.

² Comunicação Pessoal com Agonia Rajão, Presidente da Assembleia Geral, em Boksborg, Joanesburgo, 2 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Albino Ribeiro, Presidente da Direcção, em Boksborg, Joanesburgo, 2 de Julho de 2000.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 25 de Maio de 1998, p.5.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 16 de Agosto de 1976, p.16.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Outubro de 1976, p.14.

o Clube dos Angolanos,¹ ou Clube dos Antigos Residentes de Angola, que se propunha recuperar a celebração do Carnaval e Fim de Ano Angolano e “unir mais a comunidade portuguesa. (...) Não pretende ser única e simplesmente para angolanos [portugueses oriundos de Angola], tendo este nome [porque] os seus fundadores foram antigos residentes em Angola.”² A abertura a qualquer pessoa indiciava uma abordagem mais moderada, no entanto, logo na primeira iniciativa da associação, o trauma político veio à superfície, pois um artista (cantor) decidiu distribuir à assistência “cravos vermelhos que, para os refugiados de Angola e de Moçambique, simbolizam (...) o afastamento forçado da terra onde nasceram.”³ Posteriormente, o Clube dos Angolanos registou dificuldades em manter-se activo, tendo procurado revitalizar-se, recompor-se do “completo desinteresse pela [sua] continuação.”⁴ É neste contexto que surge outra entidade em 1991, o Núcleo de Angolanos Exilados / Residentes na África do Sul, que aparentemente nunca teve uma expressão significativa,⁵ algo que se aplica actualmente a todas as associações com origem nos refugiados.

Quanto às agremiações de cariz local, reportam-se aos espaços de vivência mais próximos da comunidade, passados (lusos) ou presentes (sul-africanos), existindo muitas vezes uma mistura de conotações (luso-sul-africanas). Tal é o caso do Futebol Clube (do Porto) de Troyeville, cuja designação tem origem no famoso clube da cidade do Porto e no bairro sul-africano onde se localiza. Já o extinto Clube dos Lisboetas referia-se a naturais da capital portuguesa, enquanto o Clube Social de Bez Valley se reporta ao bairro de residência dos simpatizantes. O Lusitano Sports Club era, a par das equipas da União e da ACPJ, um exemplo de um clube desportivo sem conotações geográficas, mas sim comunitárias, existindo também designações que incluem elementos linguísticos distintos, como o Celtic Futebol Clube de Gaia, que não reflecte qualquer integração na sociedade sul-africana mas uma imposição da *National Football League* de existir uma referência anglófona a par da portuguesa, tendo os dirigentes optado por Celtic porque os escoceses de Glasgow lideravam o futebol europeu em 1969.⁶ Quanto ao Inter de Primrose Futebol Clube, a escolha da designação resultou “de uma equipa de futebol constituída por jogadores de várias nacionalidades,”⁷ enquanto o Victoria Futebol Clube de Germiston se inspirou na Victoria Street, uma artéria próxima da zona onde residiam os portugueses

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 18 de Agosto de 1980, p.8.

² *O Século de Joanesburgo*, 14 de Janeiro de 1980, p.10.

³ *O Século de Joanesburgo*, 18 de Agosto de 1980, p.8.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Março de 1991, p.21.

⁵ Ver *O Século de Joanesburgo* de 20 de Maio de 1991, p.36.

⁶ Cf. o *Popular* de 31 de Março de 1978, p.3.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 23 de Fevereiro de 1981, p.2.

da Maia que criaram a agremiação.¹ Os clubes locais resultaram da necessidade de existirem espaços de convívio próximos das principais zonas de residência de portugueses, sendo de sublinhar que o desporto está presente em *todas* as agremiações comunitárias, exceptuando nas de cariz folclórico. No processo, edificaram alguns dos melhores complexos desportivos do país, como o da União, cujo contributo foi reconhecido pela África do Sul em 1981, através da concessão da Medalha de Serviços de Utilidade Pública.² O futebol é a modalidade mais importante, “não só pelo grande número de praticantes que envolve a nível dos clubes, como [à] enorme adesão [na] comunidade.”³ O Lusitano Sports Club foi “o melhor representante luso no âmbito desportivo sul-africano,”⁴ sobretudo na década de 1970, alcançando em 1977 o título de vice-campeão da *National Football League* e conquistando a Taça Castle.⁵ As equipas portuguesas inseriram-se nas diferentes divisões, que contavam com sul-africanos⁶ e outras equipas de expatriados, existindo um intercâmbio muito significativo, tendo Portugal (a comunidade) conquistado o título de Campeão do Mundo de Imigrantes na África do Sul por diversas vezes.⁷ Em Joanesburgo, existem núcleos de adeptos dos grandes clubes portugueses, constituindo mais uma importante ligação a Portugal e chegando a apoiar financeiramente a casa mãe em tempos de dificuldades, como aconteceu com o Benfica de Joanesburgo, presidido pelo empresário Rudolfo Gallego.⁸ Os portugueses foram ainda os responsáveis pela introdução e divulgação do hóquei em patins na África do Sul, edificando equipas de grande valor, como as da ACPJ, União e Malhanga, existindo também uma paixão pelo basquetebol, que resultou na conquista de importantes títulos sul-africanos, sobretudo na década de 1980.⁹ Noutras modalidades, como o ténis de mesa, agremiações com escassos recursos, como o desaparecido Clube dos Lisboetas e o Clube Social de Bez Valley, adquiriram grande destaque, na África do Sul e a nível internacional,¹⁰ contribuindo para um respeitável histórico comunitário que se reflecte no panorama desportivo sul-africano e que

¹ Comunicação Pessoal com Jaime Margarido, ex-Presidente do Victoria Futebol Clube de Germiston, em Primrose, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 2 de Março de 1981, p.8.

³ Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

⁴ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.130.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo*, Suplemento Desportivo de 19 de Setembro de 1977, p.1 e de 3 de Outubro de 1977, p.8.

⁶ O futebol tornou-se multirracial em 1977. Consultar *O Século de Joanesburgo* de 14 de Fevereiro de 1977, Suplemento Desportivo, p.1.

⁷ *Luso-Magazine*, N.º 1, 15 de Fevereiro de 1973, p.24.

⁸ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 15 de Abril de 1996, Suplemento Desportivo, p.13.

⁹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 20 de Outubro de 1986, Suplemento Desportivo, p.7 e Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

¹⁰ Cf. Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p., o *Popular* de 20 de Janeiro de 1978, p.10 e de 3 de Fevereiro de 1978, p.9.

continuará certamente a ser enriquecido, dado que o desporto permanece um elemento estrutural das associações. Em anos mais recentes e noutros desportos, como o ciclismo, vários jovens portugueses / luso-descendentes sagraram-se campeões da África do Sul, não por clubes portugueses mas sim sul-africanos, tendo como sonho, muitas vezes concretizado, ingressar na selecção nacional,¹ o que reflecte o seu grau de integração na sociedade sul-africana.

2. A Dinâmica e Influência Social e Cultural Associativa

As actividades das associações sempre foram pouco diversificadas, mas quer fossem de lazer, culturais ou desportivas, constituíam uma atracção após “uma semana árdua de trabalho, [permitindo] reencontrar amigos, (...) familiares e alargar a rede de contactos sociais.”² O importante sempre foi a reunião dos portugueses, qualquer motivo era válido e, por forma a permitir a participação do maior número de pessoas, existiu uma concentração das actividades nos fins de semana. Em todas as associações, sobretudo aos Domingos, existiam bailes ou tardes dançantes, animados por conjuntos da comunidade, que ainda hoje desempenham uma importante função nas associações. Até à fundação da televisão sul-africana, em 1975, muitas incluíam no seu programa sessões de cinema, além de peças de teatro, hoje raras. Durante a semana, a dinâmica das colectividades girava em torno do desporto, da escola portuguesa e dos simpatizantes que se entreteriam a conversar, a petiscar, a jogar às cartas, setas e dominó, hábitos que se mantêm no presente, num mundo maioritariamente masculino, de gente trabalhadora, simples e normalmente calorosa. As festas, muitas das quais de cariz tradicional, fomentadas por portugueses de diferentes origens, sempre constituíram a principal fonte de receitas das associações. Na década de 1970, uma das mais importantes era o arraial anual da União, uma autêntica feira popular portuguesa que envolvia o patrocínio de empresários e entidades oficiais lusas, estando “representadas diversas colectividades com barracas (...) de especialidades de culinária regional, bebidas e jogos.”³ As linhas basilares deste evento conduziram à criação do Festival da Lusitolândia, actualmente a maior festa portuguesa na África do Sul. Entretanto, diversas associações e clubes desportivos começaram a celebrar o São

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 13 de Julho de 1992, Suplemento Desportivo, p.6 e de 22 de Novembro de 1993, Suplemento Desportivo, p.14.

² Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.130.

³ *O Século de Joanesburgo*, 9 de Abril de 1979, p.8.

Martinho, com castanhas, vinho novo e fados, o Santo António, o São João e o São Pedro,¹ implementando-se também a tradição lisboeta dos Noivos de Santo António.² Posteriormente, apesar da escassez de concorrentes, seriam organizados concursos de Marchas Populares Portuguesas de Santo António (Lisboa) e de São João (Porto).³ Esta transplantação de tradições envolveu ainda diversas festas religiosas, em que se conjugam o sagrado e o profano. De facto, não só as igrejas portuguesas organizavam bailes e sessões de cinema, como várias colectividades, sobretudo ligadas à Madeira, sempre promoveram manifestações de intensa religiosidade. Uma vez que esta vertente consta noutro capítulo, é suficiente referir que, para além do Natal e da Páscoa, de entre as celebrações mais relevantes promovidas pela Igreja se destaca a festa de Nossa Senhora de Fátima que, já na década de 1960, além da liturgia e da procissão, envolvia um arraial e decorações de rua.⁴ As agremiações com origem nos refugiados introduziram também novas festas, como o dia da Cidade de Lourenço Marques e as Noites Ultramarinas, que visavam “congregar especialmente antigos naturais e residentes do ultramar português, mormente de Angola e Moçambique.”⁵ Do seio deste segmento emergiram também diversos artistas, verificando-se que, quase sem excepção, todos provêm de Moçambique, o que resultaria na fundação da Tertúlia de Artistas Moçambicanos, a única agremiação deste tipo que surgiu na comunidade e que incluía múltiplas artes.⁶ Alguns dos pianistas, escultores, pintores e cantores eram autodidactas e destacaram-se, como sucedeu com Paulo Neves, o qual fez “o retrato do Primeiro-Ministro sul-africano John Vorster, [para] agradecer o auxílio que o Governo sul-africano prestou aos refugiados portugueses.”⁷ Um dos artistas mais famosos é o tenor Manuel Escórcio, o qual editou álbuns em Afrikaans, tendo sido reconhecido com os prémios «Sarie» e «OKTV» como um dos melhores intérpretes da África do Sul.⁸ Gilberto Leal também é uma figura de vulto, sendo o autor de numerosas pinturas em azulejo dedicadas à História de Portugal, algumas das quais estão hoje em espaços públicos sul-africanos, como no caso do Teatro Municipal de Joanesburgo, sendo ainda o autor da maquete do monumento a Bartolomeu Dias, que hoje se ergue em Pretória. Outro artista de grande relevo é Orlando de Almeida, um escultor de peças metálicas cuja sensibilidade suscitou a admiração de personalidades como Nelson Mandela e o apoio de entidades como o Instituto Francês

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 7 de Novembro de 1977, p.2 e de 9 de Junho de 1980, p.35.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 5 de Novembro de 1979, p.7.

³ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 13 de Abril de 1987, p.4 e de 20 de Junho de 1988, p.23.

⁴ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.21.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 5 de Maio de 1986, p.12.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 13 de Outubro de 1986, p.13.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 8 de Novembro de 1976, pp.11-15.

⁸ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 15 de Novembro de 1982, p.29 e de 20 de Julho de 1992, p.5.

da África do Sul.¹ Algumas das suas obras estão integradas no espólio da Galeria de Arte de Joanesburgo e a escultura «Movimento em Dança» representou o pavilhão sul-africano na Feira Mundial de Sevilha, em 1992.²

Nas associações, a gastronomia lusa é omnipresente, sendo este pilar cultural sustentado por muitas senhoras anónimas, o mesmo sucedendo em muitos restaurantes portugueses, importantes pontos de encontro com ementas típicas, como a “Adega do Monge”, em Kensington, o “Café Portugal”, em Bruma Lake, o “Parreirinha”, o “La Família”, ou o “Ponto Final”, em La Rochelle, entre tantos outros. Com o tempo, as virtudes culinárias lusas extravasaram a comunidade, tendo a sua aceitação ficado patente em 1989, no Festival Gastronómico Madeirense que se realizou no Mercado de Joanesburgo, que incluiu danças folclóricas e atraiu mais de 20 000 pessoas.³ A solidariedade é outra característica das associações, cujos dirigentes, aproveitando estas ocasiões festivas, sempre procuraram sensibilizar os sócios e simpatizantes para a necessidade de realizar obras nas instalações comunitárias ou contribuir para acções de benemerência e projectos educativos, existindo sempre uma ampla divulgação e apoio às iniciativas nos meios de comunicação social, sobretudo na imprensa.

É também nas associações que “se evocam regularmente as tradições e as efemérides de sentido histórico,”⁴ sendo impossível “realizar algo de vulto (...) sem o [seu] apoio.”⁵ Os Descobrimientos inserem-se no imaginário da comunidade que, em 1988, celebrou com entusiasmo o quinto centenário da chegada de Bartolomeu Dias à Aguada de São Braz, hoje Mossel Bay. Sentindo-se “herdeira da história lusíada nesta região,”⁶ desejou lembrar condignamente a primeira passagem do Cabo da Boa Esperança, em 3 de Fevereiro de 1488,⁷ tendo o empenho dos emigrantes lusos resultado no Projecto Caravela, dinamizado pelo comandante Emílio de Sousa, iniciativa que seria integrada no Festival Dias 88, organizado pelas entidades oficiais sul-africanas e portuguesas.⁸ Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e a participação da Associação Portuguesa de Treino de Vela, o Projecto Caravela consistia na construção – financiada pela comunidade – de uma réplica de uma caravela nos estaleiros de Vila do Conde, que repetiria a viagem do navegador do século XV.⁹ Paralelamente, um velejador solitário, Manuel Mendes,

¹ Comunicação Pessoal com Orlando de Almeida em Regents Park, Joanesburgo, 14 de Junho de 2000.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 20 de Novembro de 1995, p.6.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 23 de Outubro de 1989, p.31.

⁴ Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

⁵ Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 3 de Março de 1986, p.3.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 3 de Março de 1986, p.3.

⁸ Ver *O Século de Joanesburgo* de 14 de Setembro de 1987, p.13.

⁹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 3 de Março de 1986, p.3 e de 28 de Julho de 1986, p.1.

faria a viagem em sentido inverso, a partir de Mossel Bay.¹ No dia 8 de Novembro de 1987, partiu de Belém a caravela «Bartolomeu Dias», que chegaria à África do Sul em 3 de Fevereiro de 1988,² onde permanece em exposição. A data histórica mais importante para a comunidade é o 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, existindo outras, como o 1 de Julho (Dia da Madeira), com um significado restrito aos madeirenses, sendo ainda mais localizado no que se refere aos aniversários das associações. Normalmente, a celebração da fundação de uma agremiação envolve o hastear das bandeiras de Portugal, da África do Sul e do estandarte da colectividade, como na Casa dos Poveiros.³ O Dia da Madeira exemplifica uma comemoração de uma parte da comunidade, não sendo aparente que coloque em causa a identidade nacional, se bem que se revista de algumas características especiais, pois aos hinos de Portugal e da África do Sul junta-se o da região autónoma da Madeira.⁴ Em relação ao 25 de Abril, *não é comemorado*, devido ao profundo trauma que a revolução e a subsequente descolonização provocaram na comunidade, e não apenas nos refugiados, cujas ondas de choque chegam aos nossos dias. Quanto ao 10 de Junho, “apesar de muitos portugueses terem orgulho no seu novo lar, querem preservar tradições e laços com Portugal. E é isso que significa o dia nacional dos portugueses.”⁵ A nacionalidade lusa foi simbolicamente incorporada na figura de Camões, o qual faleceu no dia 10 de Junho de 1580. Poucos países terão escolhido a data da morte de um poeta para afirmar a sua identidade nacional, homenageando a sua obra extraordinária, *Os Lusíadas*, que não honram apenas os feitos dos nossos antepassados, assumindo-se como a memória colectiva de uma nação, aí residindo a sua importância. Actualmente, o Dia de Portugal é a mais forte manifestação pública da identidade portuguesa e da ligação da comunidade a Portugal, sendo apenas ultrapassado em dimensão pelo fenómeno da Lusitolândia. Esta festa anual da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Mentais, ou Lusito, realiza-se nos finais de Abril, ou início de Maio, no Parque Wemmer Pan, zona sul de Joanesburgo. A iniciativa, que inclui pratos típicos, danças, jogos tradicionais e actuações de artistas, possui características cosmopolitas, dado que inicialmente também existiam pavilhões dedicados a Moçambique, ao Brasil, a Macau e à África do Sul, cada um com especialidades próprias.⁶ A direcção do Lusito presta anualmente contas à comunidade, publicitando-as na comunicação social. Este tipo de gestão e a nobreza dos objectivos do

¹ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 25 de Maio de 1987, p.1.

² Hoje existe em Pretória uma caravela em tamanho reduzido, oferecida à cidade pelo benemérito António Braz, em Maio de 1989.

³ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 11 de Outubro de 1976, p.2.

⁴ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 3 de Julho de 2000, p.6.

⁵ *Sunday Express*, 10 de Junho de 1984, s.p.

⁶ Ver *O Século de Joanesburgo* de 23 de Maio de 1988, p.10.

Lusito atraem membros de todas as comunidades e asseguram a sua continuidade, tendo este festival adquirido o estatuto de “maior festa portuguesa fora de Portugal.”¹ Assim, uma obra de beneficência está também na origem de um importante convívio entre diferentes culturas, centrado nas tradições e costumes portugueses. A qualidade da organização e a crescente dimensão do evento – tornou-se na maior e mais apreciada feira popular do país – proporcionou-lhe a integração no calendário oficial de festividades da cidade de Joanesburgo. Não é possível deixar de notar a escassa presença de africanos na Lusitolândia, algo atribuído essencialmente ao preço dos ingressos. Mas é certo que os convívios da comunidade portuguesa com africanos nunca tiveram grande relevo, desde logo devido ao sistema político em vigor até à década de 1990. Recentemente algumas associações, como a União, começaram a promover festas com a presença de muitos africanos de expressão portuguesa residentes na África do Sul, como no caso da Festa Moçambicana.² Mas, na verdade, a percepção com que se fica é a de que a comunidade portuguesa ainda é muito fechada, mesmo no que se refere aos jovens. No clube dos italianos, por exemplo, qualquer um é bem-vindo, sendo frequentado por sul-africanos, muitas vezes convidados e acompanhados pelos jovens daquela comunidade. Apesar das associações lusas também estarem abertas a todos, não existe no seu quotidiano uma presença assídua de elementos de outros grupos populacionais.

3. O Choque Geracional e o Futuro das Associações

As associações têm desempenhado um papel fundamental na manutenção, divulgação e transmissão aos mais jovens da identidade portuguesa na África do Sul, sendo justamente consideradas “um dos marcos mais relevantes da (...) emigração portuguesa e um dos principais factores de identidade lusíada.”³ Durante anos, foram as principais responsáveis pela educação em Português das crianças da comunidade, muitas vezes “com grandes dificuldades e quase nulo apoio externo.”⁴ Conforme se constatará no capítulo seguinte, quase todos os estabelecimentos de ensino das associações encerraram, o que contribuiria para a sua decadência, num contexto em que subsistem múltiplos factores difíceis de superar. O mérito das associações face à juventude foi reconhecido pelo então Cônsul-Geral

¹ *O Século de Joanesburgo*, 27 de Agosto de 1990, p.25.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 2 de Novembro de 1998, p.21.

³ *O Século de Joanesburgo*, 10 de Novembro de 1986, p.15.

⁴ *Popular*, 19 de Maio de 1978, p.3.

de Portugal em Joanesburgo, João Brito Câmara, ao referir que, sem estas “a língua e a cultura portuguesa já teriam desaparecido da África do Sul.”¹ No entanto, há quem defenda que nas associações se “continua a recriar a verdadeira «cultura dos três efes» (Fado, Futebol e Fátima).”² Este conservadorismo cultural da comunidade, que efectivamente existe e se cristalizou nas associações, não lhes retira o mérito, dado que *transmitem o que conhecem* e porque, durante longos anos, foram os mais importantes agentes culturais da comunidade. Um inquérito, realizado em 1980 por *O Século de Joanesburgo*, permitiu recolher algumas opiniões sobre a realidade associativa,³ designadamente de jovens, alguns dos quais assinalaram a inadequação das actividades dos clubes, onde desejavam que existissem mais discotecas, enquanto outros destacaram a diferença de ambientes sociais. McDuling explicita que as deslocações domingueiras às associações envolvem toda a família e, por isso, os jovens “ficam muitas vezes hesitantes em ir a estes clubes, [porque] sentem que os seus pais estão constantemente a vigiá-los, [pelo que] não frequentam (...) os clubes ou tão regularmente como seria possível.”⁴ As associações mostraram-se sensíveis face à juventude e muitas criaram secções de jovens, sobretudo a partir de finais da década de 1980, atribuindo-lhes a responsabilidade de gerir certos eventos, como no caso das passagens de modelos do Núcleo de Arte e Cultura.⁵ Outras, como o Victoria de Germiston, abriram mesmo discotecas nas suas instalações.⁶ No entanto, a escassez de iniciativas apelativas e de mais elevado nível cultural, a par da quebra de contacto com a língua portuguesa, resulta insuficiente para suprir as necessidades dos luso-descendentes, os quais participam hoje num limitado leque de actividades associativas, em que sobressaem as desportivas.⁷ No seu inquérito de 1989, que incidiu sobre cerca de 1 080 portugueses(as) da primeira geração, residentes em Joanesburgo, Pretória e Cidade do Cabo, Schutte verificou que apenas cerca de 20% eram membros ou frequentavam as associações lusas.⁸ Em 1991, um jornal sul-africano referia que as 18 associações portuguesas da área de Joanesburgo agregavam 7 200 pessoas,⁹ o que resulta numa média de 400 indivíduos por agremiação, que passam a 240 se assumirmos a existência de 30 associações, conforme referem a maior parte das fontes. Actualmente, segundo os dados que foi possível recolher, o número de sócios de 3 das principais associações

¹ *O Século de Joanesburgo*, 20 de Setembro de 1993, p.9.

² *O Diabo*, 11 de Fevereiro de 1992, p.12.

³ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Julho de 1980, p.4.

⁴ McDuling, Alistair James, op.cit., p.142.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 3 de Agosto de 1992, p.8.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Maio de 1990, p.4.

⁷ Comunicação Pessoal com António Pina, Jornalista da Lusa, em Suiderhood, Joanesburgo, 3 de Maio de 2000.

⁸ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.45.

⁹ Consultar o *Sunday Times* de 30 de Junho de 1991, s.p.

de Joanesburgo (A Casa da Madeira, o *Luso Africa* e a União) varia entre os 300 e os 800.¹ No entanto, se excluirmos as ocasiões festivas, os contactos realizados com os vários dirigentes comunitários indiciam uma frequência assídua de apenas algumas dezenas de sócios e simpatizantes, mesmo nos fins de semana, sendo a excepção a Casa da Madeira, que aos Domingos consegue reunir perto de 300 pessoas.² Os dados de McDuling, que distinguem luso-descendentes de diferentes idades, estudantes e pessoas já inseridas no mercado de trabalho, revelaram que, em meados da década de 1990, a grande maioria frequentava as associações portuguesas, ainda que esporadicamente.³ Os inquéritos de 2000, muitos dos quais foram preenchidos em associações, abrangeram 260 indivíduos da primeira geração e 43 luso-descendentes, revelando que, entre os primeiros, uma maioria de 56,1% participava em actividades relacionadas com a cultura portuguesa, enquanto nos jovens ascendia a 48,8%, sendo que o associativismo foi o aspecto mais focado por ambas as gerações. Segundo McDuling, o qual considera as associações «organizações étnicas», “os laços [e interesse que suscitam] decrescem à medida que a idade aumenta [e] em cada geração, com (virtualmente) nenhum retorno à vida étnica na terceira geração.”⁴ Assim, existe o risco das associações desaparecerem por falta de vitalidade, que só pode provir dos jovens, muitos dos quais já não dominam o Português.

Ao relacionarem-se com outras comunidades, os portugueses aperceberam-se que muitas tinham apenas uma associação e que “os gregos criaram o seu liceu privativo, (...) sustentado por [todos]. A comunidade judaica fundou um centro comercial, produto das acções, em banco, de toda a colectividade. A inglesa [tem] o seu clube privativo, (...) com os seus *greens* de golfe [e] *courts* de ténis, [enquanto] nós (...) vivemos em desunião e atidos a um feroz individualismo e repartidos por cerca de 4 dezenas de [associações, eivadas de] rivalidades.”⁵ Perguntamo-nos então porque é que os portugueses optaram pela criação de múltiplas associações, sem aparente benefício. A comunidade é constituída por pessoas oriundas de regiões com características próprias e “o minhoto encara as coisas de uma forma totalmente diferente do alentejano, do vizinho beirão, ou do mais longínquo algarvio.”⁶ E esta seria a justificação para “o agrupamento por regiões

¹ Comunicação Pessoal com Francisco Gonçalves e Fernando Ferreira, Directores da União, em Turffontein, 30 de Junho de 2000, Mário Franco, Presidente do Conselho Fiscal do *Luso Africa*, em Primrose, 30 de Junho de 2000 e José Quintal, Presidente da Assembleia Geral da Casa da Madeira de Joanesburgo, em Alberton, 9 de Julho de 2000.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 30 de Junho de 1997, Suplemento Desportivo, p.7.

³ Cf. McDuling, Allistair James, *idem*, p.112.

⁴ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.49.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 29 de Fevereiro de 1988, p.14.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 9 de Fevereiro de 1976, p.2.

de origem, (...) por bairros, (...) ou ainda por localidades.”¹ Tal lógica imperou durante décadas, impedindo a criação de uma Casa de Portugal, apesar de ser um projecto recorrente. A ideia de edificar uma Casa de Portugal na África do Sul já era antiga em 1976, ano em que surgiu uma comissão fundadora em Pretória, visando a concretização de um projecto de divulgação da cultura e arte portuguesas, na comunidade e junto da sociedade sul-africana.² No entanto, esta iniciativa não ultrapassou a fase embrionária,³ apesar de posteriormente retomada por Bernardino Faria, o qual pretendia salvar a ACPJ transformando-a na Casa de Portugal, que incluiria algo semelhante a um Liceu Português, através da venda das instalações à vizinha Igreja Baptista alemã e aquisição de um terreno no sul de Joanesburgo. Paralelamente, Faria defendia a “junção de vários clubes portugueses que se encontram dispersos e (...) com problemas financeiros,”⁴ proposta que não obteve apoio no seio dos dirigentes associativos, pois significaria o fim das suas colectividades. A venda da ACPJ concretizar-se-ia pouco depois, em 1999, revertendo o seu produto para um *trust fund*, até se decidir como concretizar a Casa de Portugal. Assim, esta nunca passou de uma ideia e a ACPJ ficou reduzida a uma conta bancária, cujos destinos passaram a ser geridos por um Conselho de Gestão, sendo aprovada uma alteração de estatutos que, no geral, consigna que, em caso de dissolução, o património reverterá para instituições lusas similares, que garantam a preservação do acervo.⁵ Entretanto, elementos de diversas associações de toda a África do Sul preferiram optar pela via federativa, assente em critérios de unificação e representatividade, processo que envolveria também o Conselho das Comunidades Portuguesas da África do Sul.⁶ Os objectivos iniciais de criar um elo institucional entre as associações foram alcançados e, a partir de 1989, a Federação das Colectividades Portuguesas da África do Sul começou a agregar entidades de todo o país. No entanto, em 1997, emergiram graves cisões, relacionadas com ambições individuais de projecção social, o que originaria a criação de uma outra entidade, o Conselho Administrativo das Associações e Instituições Federativas (CAAIF).⁷ Esta proverbial desunião, que na verdade deriva de um permanente clima de competição entre membros da comunidade, seria contrabalançada pouco depois pelo processo de criação do *Luso Africa Sports and Cultural Association*, que constitui um exemplo raro de colaboração. Criada em 1999, esta associação nasceu do desejo de se edificar algo

¹ *Tempo*, 2 de Agosto de 1979, p.1.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Agosto de 1976, p.1 e de 23 de Maio de 1977, p.3.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 29 de Novembro de 1976, p.5.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 6 de Julho de 1998, p.3.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 22 de Fevereiro de 1999, p.7.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 13 de Setembro de 1982, p.1, de 26 de Junho de 1989, p.6 e de 3 de Julho de 1989, p.11.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 1 de Dezembro de 1997, pp.4-26 e de 23 de Março de 1998, p.9.

semelhante ao que existia nas comunidades italiana ou grega. Também conhecida como *Luso Africa*, as suas raízes conduzem-nos à década de 1960 e a 2 clubes: o Victoria Futebol Clube de Germiston e o Inter de Primrose Clube Social e Desportivo. O Victoria foi fundado em 1964, por “gente da Maia e da Póvoa,”¹ enquanto o Inter de Primrose nasceu em 1969, *a partir do Victoria*,² porque todos queriam jogar futebol e a equipa não chegava para concretizar os desejos de todos.³ Assim, um processo inicial de cisão acabaria por se inverter décadas mais tarde, devido à necessidade de adaptação aos novos tempos, reconhecida pelos presidentes do Victoria e do Inter, Jaime Margarido e Tony Lemos, os quais acordaram a mais importante fusão no movimento associativo luso da África do Sul, tendo as receitas da alienação do património comum sido canalizadas para a aquisição do terreno do novo complexo, em Hattingh Park,⁴ Primrose, cidade de Germiston. Os responsáveis do Victoria e do Inter procuraram mobilizar outras entidades para a sua iniciativa, como o Clube Social de Bez Valley e a Casa dos Poveiros da África do Sul,⁵ não tendo esquecido a desaparecida ACPJ. Na verdade, a designação da nova agremiação era para ser inicialmente mais curta, apenas *Luso Africa Sports*, mas a perspectiva de a ACPJ integrar o projecto originou o acréscimo de *Cultural and Association*.⁶ Apesar de estas diligências não terem tido sucesso, mantém-se a abertura a qualquer entidade que queira aderir, num contexto em que as associações portuguesas de Joanesburgo atravessam severas dificuldades, consistindo o principal desafio assegurar a própria sobrevivência. Os dados recolhidos e as observações de Jaime Margarido, o decano dos dirigentes associativos na África do Sul, permitem identificar vários factores sociais, económicos e culturais que explicam a decadência das associações portuguesas.⁷ O advento da televisão na África do Sul (em 1975) e a criação da Rádio Televisão Portuguesa Internacional (RTPi), a par da elevação do nível de vida dos portugueses, originou uma diminuição do número de frequentadores, dado que as pessoas possuem hoje condições nos seus lares que anteriormente não tinham, adquirindo televisores e antenas parabólicas. A solução das associações foi fazer o mesmo, procurando captar telespectadores para programas que preferem visualizar em conjunto, como jogos de futebol transmitidos pela RTPi, o que levou ao quase completo desaparecimento das peças de teatro e das sessões

¹ Câmara, João Brito, *ibidem*, p.109.

² Comunicação Pessoal com Mário Franco, Presidente do Conselho Fiscal do *Luso Africa*, em Primrose, 30 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Jaime Margarido, Presidente do *Luso Africa*, em Primrose, 1 de Julho de 2000.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 19 de Julho de 1999, p.6.

⁵ Os dirigentes desta manifestaram interesse, mas desejavam manter a sua designação regional.

⁶ Comunicação Pessoal com Jaime Margarido, em Primrose, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000.

⁷ Ver *O Século de Joanesburgo* de 30 de Novembro de 1998, p.6.

de cinema. Por outro lado, os inúmeros estabelecimentos portugueses na área da restauração também se apetrecharam, satisfazendo as necessidades de convívio dos que desejam frequentar um espaço com um ambiente português localizado próximo da sua residência. Isto remete-nos para o factor mais negativo que afecta as associações de Joanesburgo na actualidade: a falta de segurança. O crime violento regista-se sobretudo nesta cidade e contribuiu para um afastamento das pessoas das associações, muitas das quais passaram a situar-se em áreas pouco recomendáveis, devido à dinâmica residencial que se tem verificado nos últimos anos. O crime prejudicou também as escolas associativas, que se mantinham com muitas dificuldades, tendo o afastamento gradual de pais e alunos assumido um carácter definitivo com o encerramento de quase todos os estabelecimentos deste cariz em Joanesburgo, fruto da integração do ensino de Português nas escolas sul-africanas, o que potenciou a estagnação das agremiações, a par da pouco diversificada oferta de actividades. Outro problema prende-se com o facto de os jovens não se mostrarem inclinados a participar na gestão associativa, quase sempre a cargo dos mais velhos, sendo de sublinhar que não há novos imigrantes lusos a chegar à África do Sul, a continuidade que existia desde a década de 1950 interrompeu-se, realidade que McDuling também detectou ao expressar preocupações futuras quanto ao nível da vitalidade das associações e da língua portuguesas.¹ Pior ainda, nos últimos anos tem-se detectado um movimento contrário, de saída de famílias lusas da África do Sul, provocado pela insegurança e pelas dificuldades económicas. Assim, as associações perderam frequentadores, “porque as pessoas vão para Portugal ou os filhos cresceram, integraram-se na sociedade, têm outra mentalidade, diferente da dos pais. As associações não têm nada para oferecer aos jovens [e seria necessário] reformulá-las.”² Como forma de superar as dificuldades, Margarido considera cruciais duas vertentes: a análise e eventual replicação dos exemplos proporcionados por outras comunidades e a união de esforços de diversas associações na defesa da identidade e tradições portuguesas, através da fusão de agremiações, abandonando o típico bairrismo português e pensando sobretudo na juventude. Assim, o conselho privilegia a concentração de esforços, o que esteve aliás na origem do *Luso Africa*. Nesta matéria, Pretória proporciona-nos uma interessante visão de uma lógica associativa muito diferente da de Joanesburgo e com semelhanças face a outros núcleos de imigrantes. A Associação da Comunidade Portuguesa de Pretória inclui praticamente todas as colectividades da cidade, da Casa do Sporting à obra de beneficência “Os Lusíadas”, sendo as excepções a Casa do Porto e a Casa Social da Madeira. Assim, *mantendo a*

¹ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.143.

² Comunicação Pessoal com Jaime Margarido, Presidente do *Luso Africa Sports and Cultural Association*, em Primrose, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000.

diversidade, está tudo muito mais concentrado do que em Joanesburgo, resultando numa excelente qualidade de instalações, onde eventos de grande envergadura, como as comemorações do Dia de Portugal, têm lugar. Pretória tem ainda outra particularidade: a escola da associação continua a funcionar. Ao nível do crime, é certo que também afastou um pouco as pessoas, mas existe em muito menor escala do que em Joanesburgo, pelo que se mantém uma frequência assinalável de simpatizantes. Muitos insistem em levar consigo os filhos, apesar do quadro ser semelhante a Joanesburgo no que respeita às gerações mais novas, que preferem a discoteca e os seus pontos de encontro sul-africanos. Entre o *Luso Africa* e Pretória, a realidade de uma e outra cidade e os exemplos de outras comunidades, poderão encontrar-se soluções alternativas para o movimento associativo luso na África do Sul.

IV – A VERTENTE EDUCACIONAL NA COMUNIDADE

1. O Perfil Literário da Primeira Geração e a Adaptação das Crianças Portuguesas à Escola Sul-Africana

Os portugueses que em meados do século XX demandaram a África do Sul provinham de um meio social e economicamente deprimido, tendo Van Rensburg constatado em 1968 que, dos “imigrantes entrevistados, só 2% possuíam habilitações literárias superiores à instrução primária.”¹ Esta emigração lusa seria afectada pela política educativa de Pretória, que em meados da década de 1970 estabeleceu em 12 anos a escolaridade obrigatória para europeus, o que se reflectiria numa exigência de maiores habilitações para a obtenção de residência.² Em 1989, Schutte apurou que, dos 1 004 portugueses inquiridos, 61,3% possuíam formação ao nível do ensino preparatório e primeiros anos do secundário, enquanto os 108 luso-descendentes questionados por McDuling, em 1995, revelaram que 25,9% dos progenitores possuíam a escolaridade primária, 31,3% o equivalente ao Standard 8, 9,2% terminara o ensino secundário e apenas 6,4% detinha um diploma universitário, sendo que 4,6% eram iletrados.³

As autoridades sul-africanas possuíam objectivos específicos para as diferentes gerações, sendo que aos elementos da primeira, imbuídos de uma matriz cultural estrangeira, bastaria facilitar a sua adaptação à sociedade sul-africana, enquanto os seus descendentes deveriam ser alvo de um processo de assimilação total.⁴ Em 1967, as crianças portuguesas ascendiam a 27,2% dos 14 080 alunos da rede de ensino primário e secundário do Transvaal, frequentando quase sem excepção

¹ Leal, Luus, *ibidem*, p.45. Ver também o *O Século de Joanesburgo* de 3 de Dezembro de 1979, p.24. Note-se que só em 1982 uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo alargou de 6 para 9 anos a frequência escolar em Portugal.

² Cf. Pattee, Richard, *ibidem*, p.199 e Leal, Luus, *ibidem*, p.45.

³ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p. 42 e McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp.88-99.

⁴ Consultar Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp.6-7.

escolas de língua inglesa.¹ E em 1982, segundo o *Transvaal Education Department* (TED), existiam 103 000 alunos de origem portuguesa inscritos do Grade 1 (pré-primária) ao Standard 10 (término do liceu) nesta província,² atestando o impacto do fluxo migratório luso nos estabelecimentos educativos sul-africanos, nos quais as crianças eram enquadradas em categorias, que dependiam essencialmente do seu grau de escolaridade e conhecimento das línguas oficiais sul-africanas. A aprovação nestas era fundamental para transitar de ano, tendo Quail constatado, no seu estudo de 1971, que abrange 413 alunos portugueses de 13 escolas secundárias inglesas de Joanesburgo, que cerca de ¼ reprovava no seu primeiro ano na escola sul-africana, em grande medida devido ao desconhecimento do Inglês e do Afrikaans.³ Esta questão era mais séria do que se poderia supor, uma vez que, segundo McDuling, após a chegada dos refugiados de Moçambique e de Angola, em 1975, “90% das crianças portuguesas foram consideradas como «atrasadas»,”⁴ devido à dificuldade em aprender simultaneamente duas novas línguas, constituindo o Afrikaans o principal problema.⁵ Na sua dissertação, centrada nas crianças portuguesas das escolas primárias de Joanesburgo,⁶ Grobbelaar constatou que muitas provinham de um lar onde apenas se falava Português, dado que os seus pais também desconheciam as línguas oficiais sul-africanas. Assim, o choque entre as exigências linguísticas da escola sul-africana e a realidade da criança no lar era muito assinalável. Para minimizar os problemas de adaptação linguísticos, Grobbelaar considerava que as crianças do grau primário deviam ter acesso a um ensino inicial na língua materna (Português) e existir uma concentração no domínio de uma única língua estrangeira (o Inglês), durante 1 ano lectivo, o que seria suficiente para a criança dominar bem o veículo de aprendizagem das diversas disciplinas, contribuindo para o sucesso escolar, caso contrário, como afirmava em 1974 o director do Colégio Português Sul-Africano, H. Blumenthal, “ela jamais poderá compreender a explicação do professor.”⁷ Outros autores partilham desta opinião, enfatizando Quail que 40% da sua amostra não conseguira dominar adequadamente as línguas oficiais no seu primeiro ano lectivo no sistema escolar sul-africano, por não beneficiarem de um apoio específico, para além das aulas planificadas e dos livros escolares.⁸

¹ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp.3 e 72.

² Cf. *The Star* de 28 de Junho de 1982.

³ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp. 47-49. Ver também *Diário de Notícias* de 1 de Março de 1988, p.11.

⁴ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.210.

⁵ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp. 11 e 15-16.

⁶ Grobbelaar, M.A., *Die Aanwangsonderwys van die Portugese Kind aan die Witwatersrand – ‘N Eksemplaries-Kurrikulêre Situasieanalise*, MA-Verhandeling, Universiteit van Suid-Afrika, Pretoria, 1990.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 31 de Dezembro de 1974, p.9.

⁸ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, p.74. Ver também pp.57-58.

O convívio com crianças sul-africanas colmatava em parte esta deficiência, quer na escola quer nas áreas de residência, tendo a esmagadora maioria dos alunos lusos inquiridos por Quail uma opinião positiva em relação à escola sul-africana que frequentavam.¹ A inserção de muitos luso-descendentes no ambiente escolar sul-africano foi prejudicada pelo facto de muitos não participarem em actividades extracurriculares, em virtude de frequentemente exercerem uma actividade laboral após o horário escolar,² na maior parte das vezes em *shops* pertencentes aos pais e na agricultura. A obrigatoriedade de observação da lei sul-africana, que impedia a contratação de menores de 16 anos, significava que as crianças portuguesas tinham a possibilidade de adquirir habilitações similares ao sul-africano médio. No entanto, existia nos jovens uma acentuada tendência para a interrupção da formação literária quando atingiam aquela idade – usualmente no Standard 8 – ou logo após a conclusão da escolaridade obrigatória, preferindo auferir de um salário, em muitos casos nos negócios dos progenitores.³ A esta situação acrescia uma aparente indiferença de muitos destes em relação ao percurso literário dos descendentes, que se espelhava em ausências óbvias das reuniões escolares ou na falta de acompanhamento de deveres, sendo que parte destas atitudes se deveria ao facto de desconhecerem as línguas oficiais e de não saberem como ajudar, devido às suas escassas habilitações.⁴ Não obstante, segundo Quail, em 1971 as aspirações da maioria destes em relação aos filhos privilegiava a conclusão dos estudos secundários (Standard 10), reduzindo-se para o Standard 8 as expectativas em relação às filhas, considerado um grau suficiente para muitos. Quanto aos 431 descendentes inquiridos, a maior parte estava indecisa quanto ao seu percurso académico, pretendendo 28,3% dos rapazes e 15,6% das raparigas ingressar em instituições de ensino superior, não sendo negligenciável o peso dos que afirmaram que não prosseguiriam os estudos, respectivamente, 42,1% e 43,9%.⁵ Segundo os dados disponíveis, entre 1979 e 1987, cerca de 6 000 alunos portugueses completaram a *Matriculation* – o exame final do ensino secundário – na província do Transvaal, cujo resultado influi na candidatura à universidade.⁶ Posteriormente, só se obtiveram números de 1996 e de 1998, respectivamente de 665 e 670 alunos,⁷ circunscritos

¹ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, p. 40.

² Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, p.78.

³ Ver Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.14 e 24 e *O Século de Joanesburgo* de 3 de Dezembro de 1979, p.24.

⁴ Cf. o *Rand Daily Mail* de 5 de Abril de 1977, s.p., Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp.29-30 e 61.

⁵ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp.33-35. Ver ainda o *Sunday Express* de 10 de Junho de 1984, s.p. e o *The Star* de 3 de Fevereiro de 1988, s.p.

⁶ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 5 de Janeiro de 1981, p.1, de 21 de Dezembro de 1981, p.4, de 21 de Junho de 1982, p.17, de 20 de Dezembro de 1982, p.27, de 26 de Dezembro de 1983, p.1, de 29 de Dezembro de 1986, p.5, de 28 de Dezembro de 1987, p.1 e *Diário de Notícias* de 1 de Março de 1988, p.11.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 6 de Janeiro de 1997, p.1 e de 4 de Janeiro de 1999, p.6.

ao Gauteng, impossibilitando comparações, dada a nova delimitação das províncias. Apesar dos escassos questionários preenchidos pelos luso-descendentes em 2000, apenas 29, podemos retirar algumas pistas válidas, verificando-se que 17% ainda estão a frequentar o ensino secundário, já completado por mais de metade dos inquiridos (os que já não são estudantes), resultando que, no geral, 72% possuem pelo menos a frequência do ensino secundário, enquanto os restantes 27,5% obtiveram um grau universitário, o que indicia efectivamente uma evolução positiva em relação ao perfil da primeira geração.

2. As Origens e a Evolução do Ensino em Português na África do Sul

A primeira escola portuguesa de que há registo na África do Sul remonta a 1909, funcionando em Fordsburg (Joanesburgo), na Associação Lusitana de Socorros Mútuos, sob a direcção de um clérigo, tendo encerrado no ano seguinte devido à escassez de alunos.¹ Aqui também se leccionava Inglês e, não obstante a sua existência efémera, reflecte uma preocupação imediata em proporcionar um vínculo cultural e linguístico aos jovens, por sempre se contemplar um futuro retorno a Portugal.² De facto, na génese das actuais escolas portuguesas na África do Sul, que remonta a 1952, está um *pedido dos emigrantes portugueses* ao então Ministro das Finanças Águedo de Oliveira, de passagem por Joanesburgo, que resultaria no envio do docente Andrade Pires por parte de Lisboa, para lançar na crescente comunidade as bases educativas em Português.³ Em meados da década de 1960, em toda a África do Sul, existiam 3 escolas comunitárias, 2 das quais em associações, designadamente na ACPJ e na União, a que acresciam a da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, a cargo das Irmãs Salesianas Filhas de Maria Auxiliadora, estando todas sediadas em Joanesburgo e provendo a algumas centenas de alunos.⁴ Inicialmente, o ensino ministrado cingia-se ao grau primário, alargando-se aos preparatório e secundário nas décadas de 1960 e 1970, seguindo as crianças os programas e manuais oficiais da então província de Moçambique, cujos serviços educativos detiveram a responsabilidade pedagógica das escolas lusas na África do Sul, até à independência.⁵ A acção educativa destas assentava essencialmente no voluntarismo

¹ Cf. Câmara, João Brito, *ibidem*, p.59.

² Cf. o *Jornal de Notícias* de 12 de Junho de 1992, p.7 e o *Rand Daily Mail* de 7 de Abril de 1977, s.p.

³ De acordo com Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.15.

⁴ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.14-15 e *O Século de Joanesburgo* de 17 de Novembro de 1986, p.18.

⁵ De acordo com Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, pp.133-134 e Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.15.

do associativismo e da Igreja, subsistindo carências que provocavam nas crianças sentimentos de rejeição, sobretudo no que se refere à sobrecarga horária adicional, dado que a escola sul-africana se iniciava às 8h00 e a portuguesa se estendia até cerca das 21h00.¹ Nesta última, para além da História, Geografia e Português, os discentes confrontavam-se ainda com sobreposições de disciplinas leccionadas no sistema sul-africano, sendo por vezes colocados em classes que não correspondiam às que frequentavam neste, o que provocava sentimentos de tédio e de regressão. Por outro lado, a escassez de pessoas devidamente habilitadas para a docência e a qualidade deficiente de algumas instalações, que incluíam anexos e garagens, também suscitavam comparações negativas com as superiores condições de ensino sul-africanas.²

No período de transição para a independência que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, os exames finais de língua, cultura e literatura portuguesas, que proporcionavam a equivalência entre os sistemas de ensino sul-africano e luso, passaram a ser supervisionados pela Embaixada de Portugal em Pretória.³ O fluxo de refugiados para a África do Sul provocou enormes transformações, dado que, para além de muitas crianças e jovens em idade escolar, incluía também muitos adultos qualificados, vários dos quais criaram estabelecimentos de ensino privados, por forma a suprir as novas necessidades educativas da comunidade.⁴ No entanto, em Julho de 1975, estimava-se que a carência de professores portugueses ainda atingia cerca de 5 000 crianças de Joanesburgo, existindo uma superpopulação em muitos espaços educativos e multiplicando-se as denominadas «escolas de garagem», usualmente geridas por senhoras com habilitações medianas e sem preparação pedagógica.⁵ Esta situação conduziu a um avolumar das reivindicações, no sentido de se oficializar o ensino de Português – dispensando os alunos da escola portuguesa de exame externo, tendo apenas de se submeter às provas internas – criar o respectivo cargo de coordenação, contratar professores qualificados e serem clarificadas equivalências literárias, dado que o regresso a Portugal permanecia em aberto. Reconhecendo a gravidade da situação, Lisboa delineou uma estratégia centrada na oferta de cursos de Português – entretanto reduzidos à língua, História e Geografia, o que aliviou a carga horária – nas escolas sul-africanas das zonas de concentração de portugueses, no período da tarde, custeando Portugal os custos de

¹ Comunicação pessoal com António Maurício de Abreu, o qual desempenhou funções de docente de História e Português na escola da Associação da Colónia Portuguesa de Joanesburgo. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 27 de Agosto de 1974, p.10 e de 1 de Outubro de 1974, p.7.

² Consultar Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, pp.134-136 e *O Século de Joanesburgo* de 8 de Outubro de 1974, p.7.

³ Cf. Leal, Luus, *ibidem*, p.51.

⁴ Ver Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.139 e *Tempo* de 2 de Agosto de 1979, p.1.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 2 de Dezembro de 1975, p.14, de 19 de Janeiro de 1976, p.12 e de 9 de Fevereiro de 1976, p.9.

funcionamento inerentes. Este projecto-piloto, que se cingia ao ensino primário, iniciou-se em 1978 e teria extensas consequências, pois ao pretender tornar mais acessível o ensino de Português aos luso-descendentes, afectaria negativamente as escolas das associações portuguesas e privadas, espoletando um prolongado processo de encerramento de praticamente todos estes estabelecimentos em Joanesburgo,¹ sendo que, devido à sua localização – no centro, sul e leste da cidade – poderiam ter constituído uma “rede” complementar à das escolas sul-africanas. As excepções seriam essencialmente os jardins de infância geridos pelas igrejas lusas, bem como o Colégio Verney e a escola da Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Deficientes Mentais, que continuaram a enquadrar culturalmente as crianças da comunidade.² O Colégio Verney, reconhecido oficialmente por Lisboa em 1975, adaptar-se-ia às novas circunstâncias através da inclusão do *curriculum* sul-africano, após autorização do TED, em 1982, proporcionando a frequência contínua da escolaridade portuguesa, paralela à sul-africana, desde a pré-primária ao secundário.³ Nesse ano, Portugal iniciou negociações com a África do Sul, visando a introdução da língua portuguesa como disciplina opcional no *curriculum* secundário sul-africano. Em 1985, este ensejo começaria a tomar forma, em virtude da decisão das autoridades de Pretória de autorizar o “ensino de uma língua [materna] dos grandes grupos étnicos das zonas [residenciais, sendo que] só num bairro de Joanesburgo, [Regents] Park, 95% dos alunos [eram] portugueses.”⁴ Mas tal não significou uma oferta automática dos cursos de Português nas áreas lusas de Joanesburgo, devido à elevada autonomia de que dispunham as direcções dos estabelecimentos de ensino sul-africanos. McDuling referiu o exemplo de um antigo director da *Forest High School*, o qual “não queria que o Português fosse ensinado, [pois] considerava que os alunos podiam ir para a escola portuguesa se queriam aprender a língua,”⁵ atitude que poderia estar relacionada com o objectivo primordial de aculturação plena das crianças portuguesas. De qualquer forma, o processo de alargamento da oferta de Cursos de Língua e Cultura Portuguesas (LCP) no pátamar primário prosseguiria, abrangendo não apenas Joanesburgo como as outras áreas consulares, sob a responsabilidade da coordenação do ensino de Português na África do Sul. Em relação ao ensino secundário, a rede oficial só começaria a ser implantada em 1999, sendo que em 2000 os LCP já eram ministrados em 59

¹ Cf. o *Pretoria News*, 23 de Outubro de 1978, s.p., Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, pp.139-140 e *O Século de Joanesburgo* de 21 de Julho de 1980, p.9.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 20 de Dezembro de 1976, p.19, de 15 de Março de 1982, p.8 e McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.211.

³ Comunicação Pessoal com Aldina Pinto-Teixeira, Directora do Colégio Verney, em Rosettenville, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000.

⁴ *Jornal de Notícias*, 11 de Março de 1985, s.p. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 8 de Março de 1982, p.8.

⁵ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.214.

escolas primárias e 33 secundárias sul-africanas, envolvendo um total de 4 453 alunos e 46 professores, pretendendo-se incluir actualmente também outras comunidades lusófonas, como a moçambicana e angolana.¹ Esta última fase iniciara-se em 1998, com um projecto experimental em Rosettenville, no sul de Joanesburgo, percursor dos 17 cursos integrados existentes em 2000, que proporcionaram finalmente uma continuidade entre o ensino primário e secundário, dividindo-se os alunos em grupos – de iniciação ou avançados – de acordo com os seus conhecimentos de Português.² Por outro lado, para ultrapassar as dificuldades de mobilidade resultantes da elevada criminalidade e da dispersão geográfica da comunidade radicada em Joanesburgo, a coordenação prevê implementar uma modalidade de ensino à distância, eventualmente em cooperação com a *University of South Africa* (UNISA).³ Existem ainda iniciativas complementares, respeitantes ao ensino de luso-descendentes adultos e cônjuges sul-africanos, a par de uma biblioteca portuguesa itinerante e projectos direccionados para as crianças, como a revista *Viva*⁴ e o suplemento *Lusokid*, publicado com *O Século de Joanesburgo*, que promovem a ligação destas à cultura portuguesa. Para obstar às carências de recursos pedagógicos foi criado um Centro de Recursos e Produção de Material Didáctico no Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, com diversos apoios comunitários e oficiais.⁵ Na realidade, apesar da reconhecida prosperidade desta comunidade, subsistem dificuldades ao nível de ensino, sendo de sublinhar que esta sempre almejou possuir algo semelhante a um liceu português, como sucede com outros núcleos de expatriados, como o alemão, francês ou grego. Mas a simples dimensão da diáspora lusa, a par da sua dispersão geográfica e da proverbial dificuldade dos seus líderes em chegarem a um acordo sempre inviabilizaram tal projecto,⁶ talvez porque em Joanesburgo as escolhas possíveis seriam múltiplas, uma vez que existem associações com excelentes infra-estruturas. O renomado Colégio Verney será o que mais se aproxima de tal ambição, apesar do seu cariz privado e do limitado espaço das suas instalações, sitas na antiga *Rosettenville Junior School*, dado que actualmente é a única escola luso-sul-africana reconhecida oficialmente por Portugal e pela África do Sul a funcionar nesta cidade.⁷ O corpo docente provém a dezenas de crianças luso-descendentes, moçambicanas, angolanas e sul-africanas, desde a pré-primária

¹ Cf. Viana, Ruth Jordão Gomes da Costa, *Relatório de Actividades 1998/2000 na África do Sul*, Documento não publicado, Joanesburgo, 2000, pp.5-10. Consultar ainda *O Século de Joanesburgo* de 24 de Julho de 2000, p.28 e o Anexo 5.

² Viana, Ruth Jordão Gomes da Costa, *op.cit.*, pp.7-9.

³ Viana, Ruth Jordão Gomes da Costa, *idem*, p.15.

⁴ Dinamizada pela docente Isabel Barros (da *Capricorn High School*, em Polokwane) e apoiada por empresários portugueses da província do Limpopo.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 29 de Março de 1999, p.10.

⁶ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 8 de Março de 1982, p.8 e de 29 de Junho de 1992, p.6.

⁷ Cf. *O Século Magazine* de Setembro de 1993, p.10.

ao secundário, tendo a direcção da escola exprimido o desejo de integrar a rede de cursos de LCP e proposto assumir-se como pólo cultural e centro de apoio pedagógico ao ensino de Português na área sul de Joanesburgo,¹ o que não foi aparentemente considerado compatível com os custos da rede de ensino oficial.

No que se refere ao ensino superior, na sequência de cursos rápidos iniciados na década de 1920, que visavam facilitar as relações económicas com Moçambique, as autoridades sul-africanas criaram um programa de Português no início da década de 1930, cujo âmbito se alargaria à História e Literatura lusas. Quanto a Portugal, por volta de 1952, colocou na Universidade de Witwatersrand (Wits) um leitor de Português, tendo a secção portuguesa desta instituição recebido, em 1953, apoio do empresário Ernest Oppenheimer, ligado ao grupo De Beers, o qual criou o *Ernest Oppenheimer Institute for Portuguese Studies*,² para fomentar o entendimento entre Portugal e a África do Sul, através do conhecimento mútuo. Neste sentido, foram adquiridas obras portuguesas e instituídas bolsas de estudos,³ estando entre os beneficiados o prestigiado Professor Eric Axelson, entretanto falecido. Após este primeiro impulso, surgiram outros cursos de Português, em 1963 e 1972, respectivamente na UNISA e na Universidade de Potchefstroom, sendo o desta última encerrado “em 1979, por vacatura de lugar e dificuldades [em] encontrar um professor que fosse membro da igreja protestante oficial e de expressão africânica,”⁴ o que indicia mais uma vez problemas de aparente discriminação quanto à religião e língua, para além da falta de especialistas sul-africanos em assuntos portugueses. Entretanto, na Wits e na UNISA surgiram cátedras, sendo que nesta última a disciplina de Português existe oficialmente desde 1967 – funcionando desde 1964 num regime dirigido a alunos auto-propostos – ano de criação do Departamento de Português, no âmbito do qual seria instituído o Prémio Machado de Assis, em 1989.⁵ No sistema sul-africano, os subsídios estatais concedidos às universidades dependem do rácio entre o número de professores e de alunos. Devido aos custos que implicava e à diminuta frequência dos cursos de Português – ver quadro seguinte – em 1995 o Departamento de Português da Wits foi encerrado, o mesmo sucedendo ao da Universidade de Cape Town.⁶ Portugal criou então o que se designou como centro cultural e o Instituto Camões destacou uma leitora, passando o ensino da língua e cultura portuguesas a funcionar integrado, enquanto secção, no Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Wits.⁷

¹ Comunicação Pessoal com Aldina Pinto-Teixeira em Rossettenville, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000.

² Consultar Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.142 e Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.15.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 7 de Março de 1988, p.13. Aparentemente, no presente o centro está desactivado, por falta de verbas e docentes.

⁴ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.142.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 27 de Maio de 1996, p.24.

⁶ Que ministrou o ensino de Português entre 1985 e 1991.

⁷ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 30 de Janeiro de 1995, p.3.

Quadro 15
Alunos do Curso de Estudos Portugueses na
Universidade de Witwatersrand, 1975-2000

Ano	1975	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Alunos	10	37	52	51	33	43	46	46	46	11	5	16	14	23	10

Fontes: *Século de Joanesburgo*, 20 de Maio de 1975, p.13; McDuling, Allistair James, *Language Maintenance and Shift in the Portuguese Community of Johannesburg*, Tese de Mestrado, University of South Africa, Pretória, 1995, p.217, p.217. Dados do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade de Witwatersrand, 11 de Julho de 2000.

Em relação à UNISA, a realidade não difere muito ao nível de alunos,¹ mas sim no seu potencial e dinâmica, pois com cerca de 130 000 estudantes em vários países, é uma das mais importantes universidades de ensino à distância do mundo. Por outro lado, o empenho das responsáveis pela Secção de Português do Departamento de Línguas Românicas, Fernanda Jones, Ana Margarida van Eck e Teresa Cunha, reflecte-se no facto de a UNISA ser a única instituição universitária sul-africana a oferecer um bacharelato em Português. Esta equipa delineou para 1997 cursos de pós-graduação, por forma a permitir aos alunos interessados uma continuação de estudos avançados que já existiam noutras línguas do departamento.² Em 2000, apesar de não existirem elementos exclusivamente referentes a portugueses, exceptuando a obtenção de diplomas dos alunos com nacionalidade portuguesa, obtiveram-se os números sobre a frequência (em todos os cursos) dos *alunos de expressão portuguesa*, que incluem moçambicanos, angolanos, etc. O censo da UNISA baseia-se no país de nascimento dos alunos e na sua língua materna, pelo que muitos luso-descendentes estarão também incluídos nos discentes de nacionalidade sul-africana, limitando assim as conclusões.

Quadro 16
Estudantes de Expressão Portuguesa na UNISA, 1996-2000

	1996	1997	1998	1999	2000
País Origem					
Portugal	24	18	17	14	12
RAS	305	323	374	430	484
Outros	31	52	55	60	90
Total	360	393	446	504	586

Fonte: Censo da *University of South Africa*, 5 de Julho de 2000

¹ Consultar McDuling, Allistair James, *ibidem*, p. 216.

² Consultar *O Século de Joanesburgo* de 27 de Maio de 1996, p.24.

A maioria destes alunos tem até 29 anos de idade existindo um claro predomínio de residentes na província do Gauteng (80,5%) e de nados na África do Sul (83,6%).

Quadro 17
Alunos Portugueses Diplomados pela UNISA, 1996-1999

Ano	1996	1997	1998	1999
Alunos	25	34	32	46

Fonte: Censo da *University of South Africa*, 5 de Julho de 2000. A maioria graduou-se na área de computadores, comércio e gestão e outros bacharelatos e licenciaturas em ciências diversas.

A responsabilidade do ensino luso nas instituições educativas terciárias é do Instituto Camões, a par da vertente cultural. As comparações com os congéneres alemão, francês, inglês ou espanhol são, por vezes, muito acutilantes,¹ devido aos problemas que subsistem na diáspora e na projecção da cultura lusa no mundo. O número de portugueses diplomados pela UNISA é insignificante face à dimensão da comunidade, reforçando a percepção de que são necessárias outras abordagens para manter os laços culturais através do ensino, algo que hoje é particularmente importante, uma vez que muitas famílias ponderam a possibilidade de regressar a Portugal, sendo que permanecem problemas de equivalências literárias entre os sistemas de ensino português e sul-africano.² Ciente desta realidade, Lisboa criou no ensino superior um contingente especial para emigrantes, bolsas para os luso-descendentes que pretendam continuar os seus estudos universitários em Portugal e a iniciativa de promoção da língua portuguesa '*Lusitanis in Diaspora*', com a participação da Universidade de Aveiro. Os programas de viagens de luso-descendentes a Portugal, com o apoio das linhas aéreas nacionais, também servem o desígnio de preservação da herança cultural.³

¹ Ver, por exemplo, o *Diário de Notícias* de 9 de Agosto de 1996.

² Cf. *Visão* de 7 de Outubro de 1993, pp.46-48 e *O Século de Joanesburgo* de 4 de Outubro de 1992, p.8.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Junho de 1980, p.12, de 27 de Outubro de 1980, p.16, de 26 de Junho de 1989, p.1 e de 5 de Abril de 1999, p.7.

V – OS DESAFIOS LINGÜÍSTICOS NA COMUNIDADE

1. A Evolução Linguística das Diferentes Gerações

Na África do Sul, os portugueses depararam-se com um dos maiores problemas que enfrenta qualquer emigrante: o desconhecimento das línguas oficiais, então o Afrikaans e o Inglês. O estudo de Van Rensburg, de 1968, que abrangeu 50 portugueses residentes em Bloemfontein, província do Orange Free State,¹ atestou que somente 4% das pessoas possuíam conhecimentos rudimentares de Afrikaans, sendo a norma o desconhecimento total. Quanto ao Inglês, o domínio de 56% e 36% dos inquiridos era nulo ou reduzido, respectivamente, desconhecendo ambas as línguas a esmagadora maioria dos elementos do sexo feminino, apesar de cerca de 17% possuírem rudimentos ou bons conhecimentos de Inglês. Assim, só excepcionalmente um elemento da comunidade comunicava em Afrikaans, surgindo o Inglês como língua de “ponte” com outros grupos populacionais, apesar dos deficientes conhecimentos revelados pela maior parte da amostra. No capítulo anterior, verificámos que os adultos e as crianças portuguesas tendiam a aprender preferencialmente o Inglês, por sentirem mais dificuldades em relação ao Afrikaans, mas em 1977, uma sondagem do *Rand Daily Mail* indicava que 38% da primeira geração ainda não falava nenhuma das línguas oficiais.² As razões apontadas por Leal para explicar esta realidade são múltiplas, salientando-se a omnipresente intenção de regressar à pátria, sendo por isso suficiente saber apenas o mínimo indispensável para poder exercer uma profissão, a que acresce o facto de que muitos portugueses trabalhavam com e para compatriotas, podendo mesmo “alguns (...) nunca encontrar trabalho fora da comunidade.”³ De facto, pelo menos inicialmente, tendia-se a privilegiar uma lógica de relacionamento voltada para o interior do grupo étnico,

¹ Consultar Leal, Luus, *ibidem*, p.54.

² Cf. o *Rand Daily Mail* de 5 de Abril de 1977, s.p., que se baseou em dados do executivo sul-africano, da Sociedade Portuguesa de Beneficência e líderes comunitários.

³ *Sunday Express*, 13 de Maio de 1984, s.p. Ver também Leal, Luus, *ibidem*, pp.55-57.

que ocupava áreas residenciais bem definidas, pontilhadas por estabelecimentos comerciais de conterrâneos, pelo que a motivação para aprender as línguas oficiais seria diminuta para muitos, especialmente idosos e domésticas, devido à sua vivência diária nestes espaços, onde beneficiavam de auxílio sempre que necessário.¹ Esta solidariedade não eliminava totalmente as dificuldades fora do ambiente comunitário, tendo o estudo de Schutte, de 1989, constatado que 64,7% dos 1 007 portugueses inquiridos consideraram a comunicação o principal problema que enfrentaram na África do Sul. Os dados obtidos em 2000 proporcionam pistas sobre a evolução dos conhecimentos linguísticos dos portugueses ao longo dos anos, uma vez que abrangem a situação existente à chegada à África do Sul e na actualidade. Num universo de 259 elementos da primeira geração, 64,4% apenas dominavam o Português quando se radicaram na África do Sul, valor que no presente se reduz a 5%, sendo que cerca de 1/4 ainda não escreve noutra língua que não a portuguesa. Quanto ao Inglês, era falado por 28,1% dos recém-chegados, enquanto hoje a percentagem ascende a 86,4%, sendo que *ninguém* possuía conhecimentos de Afrikaans, cujo domínio oral ainda abrange apenas 20,2% dos inquiridos, pelo que a aprendizagem do Inglês na comunidade teve de facto primazia. Em relação às línguas e dialectos africanos, destaca-se o Fanagaló (ou Fanacaló),² a língua franca das minas, hoje dominada por alguns comerciantes madeirenses, em virtude de possuírem muitos empregados e clientes africanos. De acordo com os dados recolhidos, passou-se então de uma situação inicial em que a maioria das pessoas apenas falava e escrevia o Português, para outra, na actualidade, em que a maior parte dos portugueses fala e escreve 2 línguas – Português e sobretudo Inglês – sendo de registar o crescimento dos que hoje dominam uma terceira, mantendo-se paralelamente uma percentagem bastante significativa de indivíduos que apenas escrevem Português.

Face ao contexto descrito, num típico lar da comunidade o Português predominava,³ mas a frequência da escolaridade sul-africana induziria um crescente bilinguismo no seio dos luso-descendentes, os quais privilegiam hoje a utilização do Inglês e do Português, sendo esta última o canal de ligação com ascendentes com deficientes conhecimentos das línguas oficiais.⁴ Efectivamente, tal como os seus progenitores, as crianças portuguesas, sobretudo as que chegavam em idade escolar, também tiveram de enfrentar obstáculos linguísticos, dado que tinham de se integrar num sistema educativo diferente, que lhes exigia o domínio de 2 línguas oficiais totalmente estranhas. Esta questão foi abordada no capítulo anterior, sendo

¹ Cf. o *Sunday Express* de 13 de Maio de 1984, s.p.

² A frequente identificação com o Zulu impossibilita uma distinção clara, sendo o Fanagaló uma aglomeração de elementos desta língua, do Afrikaans, Shangaan, Sotho, Tswana e Português.

³ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.44.

⁴ Cf. McDuling, Alistair James, *ibidem*, p.121, 124 e 132.

suficiente referir que, inicialmente, muitas superavam o problema da língua através do convívio com os seus pares da comunidade e amigos sul-africanos. “Após alguns anos [na escola sul-africana, já falavam] fluentemente tanto Afrikaans como Inglês,”¹ tendo este processo de socialização originado uma perda progressiva da herança linguística dos pais,² pelo que, com o tempo, as dificuldades das novas gerações passariam a centrar-se no domínio do Português. Seria esta erosão linguística e o desejo de que os luso-descendentes mantivessem uma raiz cultural lusa que resultaria na criação de uma oferta pedagógica local em Português, por parte das associações e da Igreja. No entanto, esta matriz de ensino comunitária não se revelaria suficiente para obstar à tendência descrita, devido às suas reconhecidas deficiências. Diversos autores defendem que “os modelos mais eficazes para manter uma língua minoritária parecem ser a opção em proporcionar uma educação bilingue ou a frequência de escolas étnicas e uma educação inicial na língua materna.”³ Se parte destas necessidades eram supridas pelo ambiente familiar e pelo convívio com outros portugueses / luso-descendentes, a questão da “escola étnica” já é mais complexa, dado que, ao contrário de outras comunidades, como a alemã, que concentraram recursos visando a excelência do ensino na sua língua materna,⁴ na lusa assistiu-se a uma dispersão de estabelecimentos de ensino, privados e no âmbito das associações, algo que também derivou da própria geografia comunitária. Deste modo, a par da integração social na sociedade de acolhimento, verifica-se que a inexistência de uma política educativa coerente e de uma dinâmica cultural sustentada pelo Estado português contribuía para um desvanecer da língua entre os mais jovens⁵ e para um esbater dos laços culturais. No entanto, de acordo com os raros inquéritos que focaram este aspecto, designadamente os de Schutte e McDuling, a atitude dos luso-descendentes em relação ao Português permanece positiva, tendo o primeiro constatado que era a língua preferida de 56,6% dos 1 084 inquiridos de 1989.⁶ Quanto a McDuling, em 1995 concluiu que 53,7% dos luso-descendentes de Joanesburgo questionados desejavam ter um domínio perfeito do Português, podendo-se inferir que não o possuíam, sendo que neste contexto temporal tal também já reflectiria uma preocupação com o futuro, colocando-se a possibilidade de emigrar⁷ e / ou de regressar a Portugal com os seus pais, tema analisado em capítulo posterior. Consciente

¹ Picard, J.H., “The Portuguese Influence on Afrikaans With Particular Reference to Military Language”, in *Militaria*, Vol.18, No.3, Directorate of Public Relations of the South African Defence Force, Pretoria, 1988, p.9.

² Consultar, por exemplo, Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.27 e o *Popular* de 4 de Novembro de 1977, p.9.

³ McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp.57-58.

⁴ *Notícia*, Ano I, N.º 9, Outubro de 1991, p.46.

⁵ Consultar, por exemplo, o *Expresso* de 15 de Junho de 1991, p.14.

⁶ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.44.

⁷ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp.127-129.

desta realidade, na última década Portugal tem redobrado os esforços no sentido de promover a preservação dos laços culturais no seio das novas gerações, através da integração do ensino de Português no *curriculum* sul-africano, mas que “não produziu até agora os resultados que seriam desejáveis, isto é, garantir o acesso à língua e cultura portuguesas ao nível do ensino básico, secundário e universitário. Isto significa que, em termos da língua e cultura portuguesas, estamos condenados a praticamente desaparecerem (...) nas próximas 2 gerações.”¹ Em 1966, Baptista Júnior já afirmava que “na África do Sul a língua portuguesa parece que tende a perder-se na terceira (...) e não na segunda geração, como noutros países; este facto pode ser atribuído à diversidade de línguas que (...) tem de falar.”² Como pudemos constatar, a insistência dos pais para que os filhos (a segunda geração) recebessem alguma educação em Português está na génese desta constatação, perdendo-se gradualmente a ligação com a língua a partir da terceira (a actual) em diante, uma vez que a socialização na sociedade sul-africana é muito mais completa. McDuling reforça a ideia de Baptista Júnior, ao referir-se a um “típico padrão de erosão da língua materna em 3 gerações sucessivas, (...) identificado por Nahirny e Fishman,”³ em que a primeira apenas comunica na língua de origem, a segunda caracteriza-se pelo bilinguismo e a terceira já considera como materna a língua da sociedade anfitriã. “A adolescência é (...) uma fase [crucial] para o processo de inflexão da língua, pois é quando é mais provável que esta comece ou acelere,”⁴ devido ao predomínio de contactos sociais alargados, em detrimento da esfera familiar. A maioria dos luso-descendentes enquadra-se na segunda geração, permitindo os 44 inquiridos de 2000 constatar que 97,6% dos inquiridos falam e 95,3% escrevem (com algumas dificuldades) o Português, enquanto 62,7% e 58,1% domina ambos os aspectos do Português, Inglês e Afrikaans. Todos falam e escrevem Inglês, salientando-se que 35% apenas sabe falar e escrever nesta língua, ascendendo a 65,1% os que falam e a 60,4% os que escrevem Afrikaans. Contactos pessoais com diversos jovens, de idade superior a 25 anos, clarificaram que falam entre si tanto num Inglês fluente como em Português e, frequentemente, uma mistura de ambas as línguas. Quando conversam em Português, muitas vezes utilizam expressões inglesas no meio da conversa e até frases inteiras, quando o termo em Português não aparece com a rapidez necessária. Por outro lado, no que respeita aos que ainda não atingiram a

¹ Comunicação Pessoal com Alexandre Santos, Membro do Conselho das Comunidades Portuguesas e da Comissão Social e Cultural do Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, Bordeaux, Joanesburgo, 19 de Julho de 2000.

² Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.28.

³ McDuling, Alistair James, *ibidem*, p.73. O raciocínio dos dois autores referidos foi publicado no número 13 da *Sociolinguistic Review* (pp.311-326) em 1965 e intitula-se ‘American Immigrant Groups: Ethnic Identification and the Problem of Generations’.

⁴ McDuling, Alistair James, *ibidem*, p.81.

maioridade, há indicações de que possuem grandes dificuldades no domínio do Português, mas todos utilizam diversas expressões em Inglês e Afrikaans, independentemente do grau de fluência em Português. Tendo em conta o referido, a conclusão de McDuling de que “toda a comunidade está a inflectir para uma situação de comunicação bilingue”¹ adquire mais substância, sobretudo se tivermos em consideração que está também a verificar-se uma significativa dinâmica residencial em que tendem a desaparecer as grandes concentrações de portugueses em bairros específicos – que McDuling designa por “ilhas linguísticas” – e que beneficiavam a manutenção do Português. Outro factor adverso é a diminuição do número de pessoas que se expressam em Português e com as quais é possível conviver,² não existindo hoje um fluxo de ingresso de portugueses na África do Sul, o que constitui uma fonte de preocupação quanto ao futuro da língua e da própria comunidade. No entanto, devemos realçar que existe alguma protecção das autoridades sul-africanas quanto ao Português, fruto de uma das raras iniciativas políticas no que concerne à comunidade, promovida pelo *Democratic Party* num fórum envolvendo o luso-descendente Manuel de Freitas, o qual defendeu o direito de utilização da língua materna na África do Sul.³ Paralelamente, há um renovado interesse por parte dos sul-africanos no Português, dados “os crescentes laços comerciais com Moçambique e Angola, [que] estão a [suscitar] uma (...) procura de estudos da língua portuguesa.”⁴ Mas há ainda outro motivo, que se prende com o facto de muitos portugueses e luso-descendentes terem começado a ponderar uma saída da África do Sul, sendo que diversos são casados(as) com sul-africanos(as), que não dominam a língua portuguesa. Assim, para acederem a um passaporte português / da União Europeia, têm de aprender Português, sendo neste contexto que se entende a iniciativa da Coordenação do Ensino de Português na África do Sul de, em 1991, lançar um projecto piloto com a criação de um Curso de Iniciação de Língua Portuguesa para Adultos, gratuito e ministrado em horário pós-laboral.⁵ Apesar de a oferta no presente ainda ser escassa, diversos contactos no terreno comprovaram a sua importância e necessidade, sendo de referir a título de exemplo as aulas do Núcleo de Arte e Cultura, em Regents Park, destinadas a adultos que são sobretudo de nacionalidade sul-africana e casados(as) com elementos da comunidade, para os quais o domínio de uma língua (Português) é uma variável crucial para o seu futuro.

As intersecções linguísticas não afectaram apenas os portugueses, uma vez que o Português também marcou o Afrikaans, apesar de tal não ser amplamente

¹ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.161.

² McDuling (*ibidem*, p.55) não se refere especificamente a este facto, mas antes à variável em si.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Março de 1998, p.8.

⁴ *Sunday Times*, 6 de Junho de 1993, p.8.

⁵ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 11 de Março de 1991, p.17.

reconhecido. No seu estudo sobre as influências do Português e do Crioulo, Marius Valkhoff defende que os Descobrimentos portugueses originaram uma situação em que o Português Crioulo (ou *Low Portuguese*) emergiu à escala global como uma língua franca dos marinheiros, comerciantes, colonos e das pessoas com quem contactavam, incluindo escravos africanos e asiáticos na zona de Cape Town, desde o início do seu povoamento por europeus até cerca do primeiro quarto do século XIX. Refere ainda que incluía termos Malaios e que a importância deste “idioma universal” foi totalmente subestimada pelos académicos da África do Sul, sobretudo ao nível da influência de termos portugueses e crioulos no Afrikaans.¹ Valkhoff insurgiu-se mesmo “contra alguns filólogos que afirmam que a língua sul-africana, [o Afrikaans], era originária do Holandês, sem qualquer influência estrangeira.”² Na verdade, o Afrikaans, “a mais moderna das línguas germânicas, deriva directamente do Holandês do século XVIII, com adaptação de palavras de muitos idiomas estrangeiros.”³ Esta ligação linguística dos portugueses com os sul-africanos tem profundas raízes históricas, o que está na origem de influências mútuas em diversas esferas da vida na África do Sul, desde a culinária ao sector militar.

2. Os Meios de Comunicação Social em Português e a Comunidade

Os órgãos de comunicação social “também desempenham um papel proeminente num grupo imigrante, não só no que respeita à manutenção da língua [como] de laços com o país de origem.”⁴ O grau de acesso à informação sobre Portugal e o mundo, em Português, que os residentes na África do Sul possuíam no passado, difere bastante da realidade actual. Tal deriva da evolução do contexto político sul-africano, das iniciativas do Estado português e da história da própria comunicação social da comunidade, designadamente da imprensa, rádio e televisão.

2.1 - A Dinâmica da Imprensa Comunitária

A esmagadora maioria das publicações que surgiram na comunidade portuguesa da África do Sul foi fundada na zona de Joanesburgo. Esta cidade e o apreço

¹ Cf. Valkhoff, Marius F., op.cit., pp.241-244.

² *Notícias da África do Sul*, Ano 16, N.º 238, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Setembro de 1966, p.6.

³ Júnior, José Baptista, ibidem, p.48.

⁴ McDuling, Alistair James, ibidem, p.58.

por *O Século* (de Lisboa) deram nome à mais antiga e importante iniciativa editorial da comunidade, *O Século de Joanesburgo*.¹ Fundado em Junho de 1963 por António Braz, um empresário português falecido em Maio de 1998, visava contribuir para a manutenção da língua e cultura portuguesas em África. Com uma modesta tiragem inicial, começou como um mensário de cariz regional, proporcionando aos emigrantes um primeiro elo de informação escrita face a Portugal,² um acompanhamento da dinâmica comunitária na África do Sul e da evolução da situação não só neste país como de Moçambique e Angola. Decorridos 5 anos, *O Século de Joanesburgo* passou a ter uma periodicidade semanal e em 1981 já chegava a toda a África Austral, inserindo-se hoje num moderno grupo empresarial, liderado desde 1987 por Horácio Roque, ano em que a publicação foi distinguida pela Secretaria de Estado das Comunidades, com a atribuição da Medalha e Diploma de Valor e Mérito das Comunidades Portuguesas.³ *O Século de Joanesburgo* sempre foi o jornal comunitário de maior prestígio, desempenhando desde há longos anos uma função cujo valor não deve ser subestimado, não só a nível linguístico como no apoio a iniciativas sociais e culturais da comunidade. Com uma tiragem que, desde a década de 1990, varia entre 30 000 e 40 000 exemplares⁴ e que no presente se situa em cerca de 35 000,⁵ *O Século de Joanesburgo* é actualmente o mais importante semanário de língua portuguesa – feito por e para portugueses – em toda a África, sendo de enfatizar que, se não existisse, talvez não fosse possível escrever a história dos portugueses na África do Sul.

Após 1975, na sequência da descolonização e da chegada de diversos profissionais do meio jornalístico, assistiu-se a uma proliferação de publicações na comunidade, quase todas com uma existência efémera, devido ao limitado mercado e à preponderância de *O Século de Joanesburgo*, como o semanário *Popular*, editado em Joanesburgo a partir de 22 de Outubro de 1976, *A Tribuna* e o *Padrão*, este último um mensário criado em 7 de Agosto de 1969, em Durban, pelo Clube Português do Natal.⁶ Esta é uma das raras iniciativas cuja sede não se situava em Joanesburgo, a par da revista *Contacto*, fundada em Pretória em Agosto de 1975.⁷ Em Fevereiro de 1973 surgiu ainda, em Joanesburgo, o jornal

¹ Cf. Câmara, João Brito, *ibidem*, p.109.

² Ver Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.28 e Anónimo, *A. Braz in South Africa, 1937-1989 – 1488-1988, Bartolomeu Dias*, sem autor, sem editora, Pretória, 1989, pp.3-13.

³ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.229, *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, p.60 e Câmara, João Brito, *ibidem*, pp.109-110 e Anónimo, *op.cit.*, p.13.

⁴ Consultar o *Expresso* de 15 de Junho de 1991, p.5, o *Sunday Times* de 6 de Junho de 1993, s.p., McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.229 e Câmara, João Brito, *ibidem*, p.109.

⁵ Comunicação Pessoal com Rogério Varela Afonso, Director de *O Século de Joanesburgo*, em 12 de Julho de 2000, Ormonde, Joanesburgo.

⁶ Cf. Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p. e Da Rosa, Víctor Pereira, Trigo, Salvato, *ibidem*, p.143.

⁷ Segundo o *Diário de Lisboa* de 4 de Setembro de 1975, p.5.

Luso Magazine, bem como diversas revistas de cariz generalista no final da década de 1970, como a *Tempo Ilustrado*, *Vida Portuguesa* e *Erre, Erre... Mexilhão*.¹ Em 1986, exceptuando *O Século de Joanesburgo*, todas estas publicações tinham desaparecido,² surgindo apenas em Joanesburgo, no ano de 1988, o bimensal *Luso*, propriedade de José Passos – o qual também foi o responsável por outra publicação anterior, *A Ronda* – cujo falecimento, em 1992, ditou o fim do projecto.³ Entretanto, em Janeiro de 1991, Jorge Duarte criou a revista mensal *Notícia*, cuja abordagem directa, mas algo polémica, dos problemas da comunidade portuguesa, conseguiu obter um espaço próprio no mercado editorial em Português, sendo gratuita até à sua 87.^a edição, em Agosto de 1998.⁴ O último desenvolvimento na imprensa comunitária registou-se já depois da estadia no terreno, tendo muito recentemente Duarte criado uma nova revista, a *Visão*. No presente, para além destas revistas mensais e do semanário *O Século de Joanesburgo*, a comunidade tem ainda acesso – apesar do elevado custo – a publicações com origem em Portugal, que lhe proporcionam um “contacto com a língua materna e com os acontecimentos [de maior relevo] do seu país.”⁵

2.2 - A Rádio e os Portugueses da África do Sul

A rádio constitui outro elo importante com os emigrantes portugueses, possuindo o Rádio Clube de Moçambique, em 1966, programas específicos para a África do Sul, tendo pouco depois sido lançada a Secção Portuguesa da *South African Broadcasting Corporation*,⁶ cujo serviço em Português ficaria a cargo de Zito Pereira,⁷ o qual estaria também na origem da Rádio Paralelo 27, a pioneira das emissões radiofónicas comunitárias lusas na África do Sul. Em 3 de Abril de 1976, esta estação começou a transmitir em onda curta via Suazilândia, a partir da Swazi Radio, dando seguimento a um programa de rádio em Português já existente em 1975, da responsabilidade da *Transworld Radio Swaziland*.⁸ Esta iniciativa, que também teve como mentor Carlos Sommer, teria continuidade, a partir de 1976, com “Isabel e Alexandre Caratão, locutores que se haviam radicado na África do Sul procedentes

¹ Cf. Leal, Luus, *ibidem*, p.56 e Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

² Cf. Da Rosa, Victor Pereira, Trigo, Salvato, *ibidem*, p.144.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 24 de Agosto de 1992, p.22.

⁴ Cf. *Notícia*, Ano VIII, N.º 86, Julho de 1998, p.3.

⁵ Leal, Luus, *ibidem*, p.56.

⁶ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.29, *O Século de Joanesburgo* de 19 de Fevereiro de 1974, p.4, de 8 de Abril de 1975, p.4 e de 13 de Maio de 1975, p.7.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 26 de Junho de 1989, p.5.

⁸ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.224 e *O Século de Joanesburgo* de 1 de Julho de 1975, p.14.

de Angola,¹ em Agosto de 1975. Ao longo dos anos, a Rádio Paralelo 27, sediada em Rosettenville, foi alargando os seus períodos de transmissões, surgindo no início da década de 1980 como a estação comunitária não apenas de 350 000 ouvintes portugueses radicados na África do Sul como de outros 250 000 na África Austral, apesar de não ser possível confirmar estas alegações. Entre 1992 e 1993, os novos proprietários, o casal Bettencourt e José Silva, visando cativar o público luso-descendente e já com algum espaço de emissão em frequência modelada, abandonaram o Português como língua exclusiva, lançando alguns programas em Inglês e alterando a denominação da estação para Rádio Cidade.² Mas os onerosos custos de funcionamento conduziram a uma situação de falência técnica, sendo a estação e a *Swaziland Commercial Radio* adquiridas, em 1993, por Agostinho de Andrade, surgindo então a actual Rádio Cidade Internacional,³ também sediada no sul de Joanesburgo, em Kenilworth. Devido ao momento político, em Abril de 1994 as autoridades sul-africanas decidiram cancelar temporariamente as licenças de emissões em frequência modelada, ficando a Rádio Cidade Internacional novamente confinada à onda curta. Posteriormente, Andrade apostou na onda média, no período nocturno, sendo hoje a Rádio Cidade Internacional escutada em grande parte da África do Sul, Moçambique e Angola, apesar das reconhecidas dificuldades de recepção.⁴ Entretanto, em Outubro de 1994, um grupo liderado por Bettencourt – denominado Rádio Clube Português – apresentou à *Independent Broadcasting Authority* (IBA) um pedido de licença de uma rádio para a comunidade portuguesa,⁵ tendo Andrade revelado disponibilidade para celebrar “um protocolo de colaboração e cedência gratuita das suas instalações.”⁶ Em meados de 1995, a IBA autorizou o início das emissões da novel estação, sediada em La Rochelle, mas a falta de entendimento entre múltiplos sectores da comunidade e dificuldades financeiras determinariam o fim deste projecto em meados de 1998,⁷ ao qual se seguiria outro, denominado Rádio África Austral. Tendo como principais dinamizadores Bettencourt, Gil Nunes e Maria Emília Cerejo, previa a criação de uma estação de rádio digital no âmbito da *DSTV Multichoice*, a empresa responsável pela gestão dos canais digitais

¹ *O Século de Joanesburgo*, 22 de Abril 1996, p.17.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Maio de 1990, p.4 e McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp. 144 e 224.

³ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 4 de Novembro de 1996, Suplemento Hotéis, p.V. Ver também a edição de 17 de Julho de 1995, p.17.

⁴ Cf. *Notícia*, Ano VI, N.º 65, Agosto de 1996, p.10, McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.145 e Comunicação Pessoal com António Pina, Jornalista da Lusa, em Suiderhood, Joanesburgo, 3 de Maio de 2000.

⁵ De acordo com *Notícia*, Ano V, N.º 56, Outubro de 1995, p.24.

⁶ *Notícia*, Ano VI, N.º 60, Fevereiro de 1996, Suplemento dedicado à Rádio Comunidade Portuguesa, p.9.

⁷ Cf. *Notícia*, Ano V, N.º 52, Junho de 1995, p.24, Ano VI, N.º 65, Agosto de 1996, p.3, *O Século de Joanesburgo* de 22 de Maio de 1995, p.15 e de 22 de Junho de 1998, p.7.

da televisão por satélite e que assegurava já as emissões da *British Broadcasting Corporation* e *Voice of America*, entre outras. A Rádio África Austral tinha uma grande vantagem adicional e um senão: podia existir no mesmo “espaço” da Rádio Televisão Portuguesa internacional (RTPi), mas obrigava os ouvintes a subscreverem os canais da televisão por satélite. A *Multichoice* mostrou-se interessada, mas impôs como condição a participação de pelo menos uma estação de renome de Portugal, que seria a Radiodifusão Portuguesa (RDP), que integraria o projecto com parte da programação da RDP África e da Antena 1.¹ A Rádio África Austral ficaria sediada em Northcliff, arredores de Joanesburgo, sendo formalmente inaugurada em Abril de 1998. Planeando emitir 24 horas por dia, financiar-se-ia com receitas publicitárias das empresas de Portugal e dos países-alvo, designadamente da África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia, Zimbábwe e Moçambique. No entanto, esta estação parece esfumar-se em Outubro desse ano, pelo que também esta iniciativa teve uma existência efémera.² Esta é a principal característica da Rádio Lusitolândia, que emite cerca de 1 semana por ano, enquanto decorre o festival da Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Deficientes Mentais, ou Lusito, no recinto do Parque de Wemmer Pan, em La Rochelle, subúrbio no sul de Joanesburgo. Esta rádio trabalha em conjugação com a Antena 1 de Portugal, emitindo os noticiários da RDP internacional em Português, mas utilizando também extensivamente o Inglês, contemplando assim necessidades de publicidade a empresas comunitárias e sul-africanas que auxiliam a obra do Lusito, bem como os jovens luso-descendentes. Na actualidade, existe então apenas uma rádio comunitária permanente, a Rádio Cidade Internacional, usufruindo ainda os portugueses das emissões em ondas curtas da rádio estatal de Portugal, a RDP internacional.³

2.3 - O Panorama Televisivo Comunitário

O historial do audiovisual em Português na África do Sul está estreitamente ligado à figura de Viriato Barreto, um cineasta que se radicou neste país proveniente de Moçambique, no rescaldo da descolonização. Tendo realizado diversos filmes e documentários destinados à comunidade, Barreto constatou que a indústria cinematográfica sul-africana se destinava essencialmente ao público afrikaner, mas procurou manter alguma actividade nesta esfera.⁴ Em 1978 constituiu, com Carlos Sommer, a empresa Vídeo-Televisão Portuguesa / Canal 2, que alugava

¹ Cf. *Notícia*, Ano VIII, N.º 83, Março / Abril de 1998, pp.32-33.

² Cf. *Notícia*, Ano VIII, N.º 81, Janeiro de 1998, p.10, N.º 84, Maio de 1998, p.10, N.º 88, Outubro de 1998, p.38 e *O Século de Joanesburgo* de 27 de Abril de 1998, p.6.

³ Ver Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.29 e Leal, Luus, *ibidem*, p.56.

⁴ *Popular*, 6 de Janeiro de 1978, p.10.

vídeo-cassetes com programas brasileiros, proporcionando pela primeira vez aos portugueses na África do Sul a possibilidade de visualizarem programas de televisão em Português.¹ Na sequência do advento da televisão na África do Sul, em 5 de Janeiro de 1976,² surgiria também, uma década mais tarde, a estação comercial *M-Net*, ligada ao *lobby* de imprensa afrikaner, visando proporcionar uma alternativa aos principais jornais, negativamente afectados com a novidade das emissões de televisão. A viabilidade económica da *M-Net* dependia dos subscritores e foi por essa vertente que enveredou Barreto, iniciando em 1986 um processo negocial de aquisição de tempo de antena que utilizaria para emissões destinadas à comunidade portuguesa.³ Estas inserir-se-iam na vertente da *Community Services Network* da *M-Net*, que hoje engloba “canais locais comunitários especializados para indianos, portugueses, italianos, judeus e comunidades cristãs.”⁴ A primeira emissão da nova empresa TVP – Televisão Portuguesa ocorreu em 9 de Abril de 1989, destinando-se aos portugueses residentes na actual província do Gauteng, alargando-se posteriormente a cobertura às principais urbes sul-africanas.⁵ Visando retratar a realidade comunitária exclusivamente em Português, a TVP cedo foi reconhecida como tendo “um papel vital na promoção e aprofundamento da identidade cultural portuguesa, (...) particularmente em relação aos mais jovens,”⁶ possuindo também uma componente informativa face à realidade em Portugal e contando com profissionais de prestígio, como Zito Pereira. Para além da produção própria, a TVP complementou a sua grelha com programas adquiridos a estações de televisão de Portugal, não usufruindo de um tratamento preferencial estatal em virtude de ser uma empresa privada, apesar de prestar um serviço de interesse público.⁷ A pioneira TVP tem hoje paralelos noutras comunidades, como é o caso da *East-Net* (indiana), *Shalom TV* (judaica) e *Panorama Itália*, que emitem através do referido canal comunitário da *M-Net*, tendo entretanto Barreto formado a empresa *Telecom Holdings*, que produz também a programação da *Shalom TV*, nos seus estúdios *Sasani*. A adesão da comunidade ao projecto da TVP revelou um significativo sucesso inicial, uma vez que, em Maio de 1989, já chegava – através da subscrição da *M-Net* – a cerca de

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 9 de Outubro de 1978, p.8.

² Cf. o Government Communication and Information System, *South Africa Yearbook 2001/2002*, Government Communication and Information System, Pretoria, 2001, p.123.

³ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

⁴ Government Communication and Information System, *South Africa Yearbook 2001/2002*, Government Communication and Information System, Pretoria, 2001, p.124.

⁵ Cf. o *Sunday Times* de 7 de Junho de 1992, s.p. e o *Diário de Notícias*, 13 de Março de 1998, p.52.

⁶ Cf. o *Sunday Times*, 6 de Junho de 1993, s.p. e *O Século de Joanesburgo* de 6 de Março de 1989, p.3.

⁷ Segundo a *ScreenAfrica*, February 1998, pp.24-26 e Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

6 000 lares na África do Sul, existindo actualmente entre 9 000 a 10 000 assinantes.¹

Para além da TVP, a comunidade pode ainda aceder às emissões da RTPi que, fundada em 1992,² é actualmente o mais importante veículo de comunicação em Português, acessível via satélite. Funcionando “24 horas por dia [desde 1995], tem cobertura global, (...) 15 milhões de lares assinantes em 50 países e uma audiência potencial superior a 60 milhões de telespectadores.”³ Na África do Sul, o operador que proporciona a ligação à RTPi é a *DSTV Multichoice*,⁴ sendo necessário possuir uma antena parabólica. Desde a sua criação que a RTPi tem procurado enfrentar o desafio de oferecer uma programação adequada às comunidades lusas espalhadas pelo mundo, que se regem por diferentes fusos horários. Os responsáveis da RTPi optaram por uma solução em que os programas visualizados a uma determinada hora são repetidos mais tarde, por forma a contemplar os horários nobres dos diversos continentes, sendo o objectivo fomentar “o contacto com a cultura portuguesa e o conhecimento dos factos que ocorrem em Portugal, [permitindo] às pessoas que estão longe [manter um elo, através dessa] informação, à terra natal.”⁵ A RTPi suscitou um interesse imediato junto da comunidade portuguesa na África do Sul e muito particularmente das associações, verificando-se uma concentração de audiências em períodos bem definidos, designadamente nas transmissões em directo “dos noticiários, (...) jogos de futebol e outras competições desportivas que envolvem clubes portugueses ou a selecção.”⁶ Uma importante constatação prende-se com a maior proximidade das pessoas da comunidade face aos políticos portugueses, no sentido em que, através do noticiário, ficam a conhecer o Governo, os líderes partidários e as suas ideias, algo que não acontecia de forma abrangente antes da RTPi existir. Outros programas concretizaram o desejo dos portugueses residentes no estrangeiro de saberem o que se passa nas suas regiões de origem, sendo de assinalar ainda o interesse em conhecer a realidade de outras comunidades lusas espalhadas pelo globo. Sobre este aspecto, Barreto defende a colaboração entre as televisões lusas comunitárias e a RTPi, o que contribuiria significativamente para a grelha da programação internacional desta última, através da transmissão de conteúdos de

¹ De acordo com o *The Star* de 20 de Maio de 1989, s.p. e Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Abril de 1997, p.11.

³ In www.rtp.pt.

⁴ A *Multichoice Africa*, que se dedica às emissões por satélite, surgiu como entidade autónoma da *M-Net* em 1995, de acordo com o Government Communication and Information System, *South Africa Yearbook 2001/2002*, Government Communication and Information System, Pretoria, 2001, p.124.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Abril de 1997, p.11.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 10 de Outubro de 1993, p.13.

várias comunidades em diferentes dias da semana.¹ Utilizando exclusivamente a língua portuguesa, a RTPi visa promover a sua divulgação ao nível mundial, o que é especialmente importante em relação aos jovens luso-descendentes. Além da vertente lúdica, “a reeducação do Português é uma preocupação que (...) pretende não descurar, [tendo idealizado] um programa, *Língua Viva*, que não se destina a ensinar, mas sim a consolidar os conhecimentos”² linguísticos. No entanto, no seio da comunidade há pais que consideram que o ensino do Português deveria ter um peso maior na RTPi, dadas as carências sentidas localmente nesta vertente, explicitadas previamente. Uma perspectiva diferente, mas interessante, é proporcionada por Barreto, o qual considera que seria necessário apostar mais na divulgação das actividades culturais portuguesas que espelhassem o Portugal moderno, apontando como exemplo a dinâmica demonstrada pelas comunidades francesa, grega e outras na África do Sul. Para Barreto, a RTPi devia optar ainda por uma estratégia em Inglês, para chegar aos luso-descendentes na África do Sul, os quais pouco se identificam com Portugal.³ Tendo em conta o desvanecer do Português no que respeita aos jovens, esta sugestão terá alguma lógica, eventualmente num horário bem definido e com opções bilingues, mesmo recorrendo a legendas, mas captando a atenção dos luso-descendentes com programas do seu interesse.

Após este quadro geral, recorrendo aos dados de McDuling e aos que foi possível obter em 2000, podemos agora verificar qual o real grau de influência dos diferentes meios de comunicação social em língua portuguesa junto da comunidade residente na região de Joanesburgo. No inquérito de 1995, McDuling restringiu as questões de televisão ao canal comunitário, o mesmo sucedendo em relação à rádio, excluindo assim a televisão e a rádio estatal portuguesa.⁴ Das suas conclusões, ressalta que “um grande número de inquiridos referiu «nunca» entrar em contacto com os vários aspectos dos media, [tendo McDuling concluído que estes tinham] um efeito muito limitado, ou marginal, na manutenção da língua materna.”⁵ Apesar destas considerações e da exiguidade da amostra, no que respeita aos adultos, verifica-se que 83% lê, regular ou ocasionalmente, jornais e revistas em Português, realidade que se aplica a apenas ¼ destas pessoas no que se refere aos livros. Quanto aos luso-descendentes mais jovens, os valores são, respectivamente, de 54% e 58%, ultrapassando os adultos na literatura, o que se deverá ao facto de serem estudantes e a leitura de autores portugueses

¹ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

² *O Século de Joanesburgo*, 21 de Abril de 1997, p.11.

³ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

⁴ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.113.

⁵ McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp.180-181.

integrar a sua formação. No entanto, McDuling tem uma interpretação algo diferente, optando por enfatizar que a “reduzida” percentagem de jovens que lê a imprensa portuguesa seria causada por “um declínio na literacia na língua materna, ou seja, a geração mais jovem consegue falar a língua, mas não escrever ou ler.”¹ Em relação à Rádio Cidade Internacional, o seu peso é diminuto em ambas as camadas etárias, se bem que tenha captado a atenção de alguns dos jovens. Por seu turno, a televisão comunitária assume uma posição de grande relevo, uma vez que é vista, com regularidade ou de forma ocasional, por 67% dos adultos e dos jovens. Ao nível de filmes e peças de teatro, as diferenças são mínimas, não desempenhando qualquer papel de relevo, eventualmente por a oferta ser muito escassa. Já no que respeita aos vídeos portugueses, 58% dos jovens e 37% dos adultos utilizam-nos com frequência. Assim, podemos constatar que, em 1995, a televisão, a imprensa e os vídeos eram os meios de comunicação social locais e de entretenimento preferidos de ambas as gerações. McDuling recomendou então uma aposta nos meios audiovisuais, usualmente bastante apreciados por todas as faixas etárias, mas em especial pela juventude. Tal não significa descurar a imprensa, no entanto, “se o actual estado de iliteracia ou semi-iliteracia na comunidade continuar, não é provável que os media impressos tenham grande [influência, enquanto os] electrónicos (televisão e rádio) (...) têm um potencial ilimitado para desempenharem um papel de liderança na manutenção da língua materna.”² Os questionários de 2000 permitem complementar os dados de McDuling. Ao nível da primeira geração, à pergunta sobre se e como se mantêm informadas sobre Portugal, responderam 262 pessoas, das quais 87,7% afirmativamente, sendo que apenas 12,2% referiram que não procuram informar-se sobre Portugal. Quanto aos luso-descendentes, independentemente de “apenas” 41,8% terem referido ter ponderado radicar-se em Portugal, como se constatará no último capítulo, dos 43 inquiridos 79,1% afirmaram procurar manter-se informados sobre o país de origem dos progenitores, tendo 20,9% das pessoas respondido negativamente. Quanto aos meios utilizados pelas diferentes gerações para se manterem actualizadas, constatou-se que, apesar da esmagadora maioria dos inquiridos da primeira geração não ter distinguido a televisão local da comunidade (TVP) da estação estatal portuguesa (RTPi), há uma clara opção pela RTPi. Agregando 72,6% das 205 respostas obtidas, a televisão é, sem dúvida, o meio informativo de preferência da maior parte das pessoas, seguido da imprensa, com 40,4%, existindo um claro domínio do mercado local por parte de *O Século de Joanesburgo*. Quanto à rádio e à internet, foram mencionadas por 4,8% e 6,3% dos inquiridos, respectivamente. Os 24 luso-descendentes que

¹ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.146.

² McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.181.

responderam ao inquérito também privilegiaram a televisão (79,1% das respostas) e a imprensa (45,8%), sendo de salientar que a RTPi e *O Século de Joanesburgo* foram referidos por 66,6% e 20% do total de inquiridos, respectivamente. Em último lugar está a internet, apenas utilizada por 8,3% desta amostra, realçando-se que a rádio nem sequer aparece mencionada pelos luso-descendentes, atestando a existência de uma importante lacuna nesta vertente. Desta forma, consubstancia-se a percepção que existe actualmente na comunidade de que “os portugueses informam-se sobre Portugal [essencialmente] através da televisão (RTPi) e jornais.”¹

¹ Comunicação Pessoal com Carlos Silva, Sócio-Gerente da Agência de Viagens Novo Mundo, Bruma, Joanesburgo, 31 de Março de 2000.

VI – A MULHER E A FAMÍLIA COMO CENTRO DA COMUNIDADE

1. O Perfil da Família Lusa e a Influência da Igreja

A família é a célula básica da comunidade lusa, referindo Baptista Júnior que era usualmente do tipo nuclear, ou seja, abrangia o casal e respectiva descendência.¹ Dos 1 080 adultos da primeira geração inquiridos por Schutte em 1989, 84,2% eram casados(as), enquanto os(as) solteiros(as) e divorciados(as) ascendiam, respectivamente, a 9,4% e 2,6%.² Os dados de 2000, referentes a 251 indivíduos da primeira geração, revelam um ligeiro aumento dos divórcios, para 8,7%, sendo que 78% das pessoas eram casadas, 2,8% viúvas e 10,3% permaneciam solteiras, inserindo-se estas na faixa etária mais jovem. Em relação à descendência, os resultados de Schutte e os obtidos em 2000 – neste caso, incluindo os netos – são muito semelhantes, constatando-se no quadro seguinte que a maior parte dos lares eram compostos pelos pais e 2 filhos, que ascendiam a 3 em cerca de 20% dos casos.

Quadro 18
Descendência dos Portugueses da Primeira Geração Residentes no Triângulo do Vaal, Cape Town (1989), Joanesburgo e Pretória (2000)

	1989	2000	% Netos
Número Filhos	%	%	
Sem Filhos	4,1		
Um	17,6	16,0	23,9
Dois	43,5	56,2	38,8
Três	20,3	19,6	9,0
Quatro	7,7	6,8	7,5
Cinco	4,0	1,4	10,4
Seis ou mais	2,7		10,5

Fonte: Schutte, Carel Daniel, *The Adaptation to South Africa and Attitudes Regarding Re-emigration from the Country of Portuguese Immigrants*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1989, p.41 e Questionários no terreno. O total de respostas de Schutte é de 947, enquanto o dos questionários de 2000 agrega 219 respostas em relação ao número de filhos e 67 no que respeita aos netos.

¹ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.25.

² Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.41.

Em relação aos luso-descendentes que já tinham contraído matrimónio em 2000, verificou-se que os divórcios continuam a ser raros e que também têm, em média, 2 filhos, que constituem a terceira geração desta comunidade. No entanto, a experiência de constituição de uma família variou geracionalmente, registando-se significativas alterações de comportamento, com particular incidência nos anos mais recentes. A decisão de emigrar teve profundas consequências na esfera familiar da primeira geração, num contexto em que o casamento se verificava numa idade menos avançada do que actualmente. Em muitos casos, o homem emigrava só, gerindo os magros rendimentos iniciais de forma a assegurar a subsistência do agregado em Portugal,¹ concentrando-se em edificar condições de alojamento e de estabilidade laboral que permitissem a reunião familiar, que ocorria após um intervalo de 1 a 3 anos.² A chegada da esposa e dos filhos proporcionava ao emigrante maior estabilidade psicológica e social, permitindo-lhe enfrentar com mais confiança os problemas de um quotidiano que se processava numa sociedade culturalmente diversa e na qual a sua inserção se resumia à esfera laboral. Quanto aos jovens solteiros, muitos constituíram família na África do Sul, verificando-se que, durante décadas, as relações sentimentais duradouras se estabeleceram primordialmente com conterrâneos, preferencialmente oriundos das mesmas regiões, algo particularmente óbvio nos madeirenses, sendo comuns os casamentos por procuração.³ As áreas residenciais dos portugueses, onde surgiram igrejas, associações e negócios lusos, eram espaços ideais para encontrar pares com raízes culturais, económicas e sociais idênticas. Como referiu Leal, “o padrão habitacional da comunidade (...) isola linguisticamente os indivíduos do sexo feminino e não encoraja os [homens] a procurarem relações sociais fora do seu grupo étnico.”⁴ Desta forma, a emergência de novas famílias portuguesas processava-se naturalmente no seio da própria comunidade, existindo no presente factores que continuam a favorecer esta tendência nos luso-descendentes, como o associativismo, que potencia não apenas um elo cultural como contactos sociais enquadrados pelos mais velhos,⁵ que frequentemente resultam em casamento. Por outro lado, a distância social e cultural limitou as possibilidades de surgirem relações de cariz mais permanente com outras comunidades. Tal não significa que fossem inexistentes, mas só recentemente se tornaram usuais os casamentos entre pessoas de outras etnias e luso-descendentes, o que reflecte a

¹ Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 5 de Novembro de 1979, p.3.

² Cf. Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, op.cit., 1975, p.12.

³ Ver, por exemplo, Júnior, José Baptista, ibidem, p.23.

⁴ Leal, Luus, ibidem, p.55.

⁵ Consultar Ministério do Trabalho e Segurança Social, *Relatório da Participação no 1.º Encontro de Portuguesas Migrantes no Associativismo e no Jornalismo*, Ministério do Trabalho e Segurança Social – Direcção-Geral da Família, Lisboa, 19 de Julho de 1985, p.7.

integração destes na sociedade sul-africana. Não obstante, muitos progenitores portugueses ainda se mostram cépticos face a estas uniões, sobretudo no que se refere a descendentes do sexo feminino, por temerem o desaparecimento do apelido luso e que a família se desagregue, em caso de saída do país.¹ Na verdade, a situação económico-social da África do Sul está a induzir muitas famílias a contemplarem o regresso a Portugal, ou simplesmente o êxodo, em virtude da violência criminal e da escassez de empregos, o que coloca em perspectiva a possibilidade de existirem separações – que muitos da primeira geração sofreram – se um ramo do agregado decidir partir e não existirem condições para que todos continuem reunidos. Em capítulo subsequente voltará a abordar-se esta questão, sendo de enfatizar a subsistência de obstáculos face aos matrimónios extra-comunitários, a maior parte ainda relacionados com diferenças culturais, a que acresce a acção da Igreja, que, como referiu Baptista Júnior, favoreceu uma postura de conservadorismo no seio das famílias lusas.² Estas são o núcleo da identidade étnica comunitária, possuindo “uma importância extraordinária como elemento de unificação,”³ a par da Igreja Católica, constituindo estas duas instituições pilares estruturantes da diáspora lusa na África do Sul. A Igreja Católica exerceu sempre uma acção influente sobre as famílias portuguesas, defendendo a sua primazia, coesão e harmonia, de acordo com os princípios religiosos. Esta realidade é parcialmente visível noutros grupos, como o afrikaner, que também se revela cioso dos seus valores culturais e religiosos,⁴ não obstante existirem divergências, sobretudo no que concerne à estabilidade do lar, ao grau de autonomia da esposa e dos descendentes, bem como à atitude face aos idosos. A religiosidade terá contribuído significativamente para a solidez das famílias lusas,⁵ sendo a ruptura socialmente condenada e de tal forma excepcional que o divórcio estava condicionado pela legislação, que só se alterou após a revolução de Abril de 1974, “por acordo assinado no Vaticano entre a Santa Sé e o Governo português, [tornando-se] o divórcio civil (...) válido para casamentos religiosos.”⁶ Foi esta rígida matriz sociocultural que a primeira geração transportou para a África do Sul, o que contribui para explicar o diminuto número de divórcios, mesmo num país em que tal sucedia com frequência. Por outro lado, ao contrário do que seria expectável, não obstante a comunidade lusa ser essencialmente urbana, tal não provocou um desvanecimento das relações familiares, existindo indicações de

¹ Cf. Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, Bordeaux, Joanesburgo, 28 de Maio de 2000 e com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

² Consultar Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.23.

³ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.24.

⁴ Segundo Picard, J.H., *ibidem*, p.9.

⁵ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, p.29 e Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.49.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 25 de Fevereiro de 1975, p.1.

que muitos agregados da primeira geração incluíam também idosos. No geral, tal deve-se tanto a um esforço subsequente de reunião mais alargado, envolvendo os pais do casal da primeira geração, como ao longo tempo de permanência de muitos portugueses na África do Sul, existindo assim diversas gerações no mesmo espaço familiar. Adicionalmente, Schutte demonstrou que antes de se radicarem na África do Sul, muitos portugueses já aí tinham parentes. Na realidade, cerca de 47% dos 1 069 inquiridos afirmaram ter à sua espera parentes próximos, enquanto perto de 31% possuíam outros familiares no país,¹ que constituíram um apoio inicial precioso para muitos recém-chegados, simplificando a sua adaptação ao país. Assim, para além da inserção numa comunidade portuguesa, beneficiavam ainda do facto de possuírem relações sólidas e próximas com membros de um grupo mais exclusivo, a sua família. A influência deste círculo próximo na primeira geração reflecte-se, por exemplo, nos mais idosos, sendo frequente a coabitação entre os progenitores do casal e a respectiva descendência deste.² Muitas senhoras eram domésticas, provendo às necessidades dos idosos da família, os quais também exerciam uma influência linguística importante nas crianças, dado que quase sem excepção só comunicavam em Português.³ Assim, em muitos casos, temos então um espaço familiar relativamente alargado, apesar da tendência generalizada para a constituição de famílias nucleares nas sociedades urbanas. Na actualidade, a família está sob intensa pressão, essencialmente devido à insegurança social, que concentra as preocupações quotidianas, a par do futuro dos descendentes.⁴ Neste ponto, é relevante retornar às comparações com as famílias sul-africanas, também de cariz nuclear, mas em que sobressai uma “tendência para se isolar dos outros familiares, [pois] vive numa habitação que não é compartilhada por outros parentes.”⁵ Algumas destas atitudes têm sido absorvidas por luso-descendentes, referindo Baptista Júnior que, na segunda geração, “o processo de aculturação [potencia o estabelecimento de] relações familiares de acordo com os padrões de conduta do país,”⁶ algo que se reflecte nas atitudes face aos idosos, que denotam por vezes menor proximidade, apesar de serem raros os casos de abandono.⁷ Estes problemas têm sido alvo da atenção dos clérigos católicos que acompanham a comunidade, os

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.45.

² Ver, por exemplo, Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.24.

³ Ver McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.45.

⁴ Cf. Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000 e com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

⁵ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.25.

⁶ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.77.

⁷ Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

quais têm procurado favorecer soluções que conciliem a família com as exigências da intensa actividade profissional dos casais mais jovens. Um exemplo é o Centro de Dia da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, em Pretória, em que os idosos podem relacionar-se com as cerca de 60 crianças (sobretudo portuguesas) da creche que ali funciona, tendo o seu responsável referido que o objectivo é proporcionar aos primeiros um convívio diurno, regressando à companhia dos filhos e netos no final do dia.¹ Desta forma, a Igreja procura salvaguardar a relação familiar intergeracional, visando evitar que se quebrem laços de solidariedade que sempre foram fundamentais no seio da comunidade portuguesa. Obviamente que a sociedade sul-africana influenciou a lógica de vida da primeira geração, mas é possível afirmar que o núcleo familiar primordial permaneceu conservador, sendo as mudanças mais visíveis nos luso-descendentes.

2. As Fronteiras do Universo da Mulher Portuguesa e a Emancipação das Novas Gerações

O enquadramento cultural das famílias que se radicaram na África do Sul não diferia do de Portugal, cujo Código Civil, até à década de 1970, privilegiou o homem nas relações conjugais, considerado legalmente o chefe da família, num contexto em que a maior parte das mulheres se dedicavam exclusivamente ao lar. O predomínio do esposo era de tal forma abrangente que um simples arrendamento de uma casa era feito em seu nome, condicionando fortemente a liberdade da mulher, impossibilitando uma relação de igualdade.² Esta realidade acompanhou o fluxo migratório para a África do Sul, pelo que “a comunidade portuguesa sempre foi patriarcal, (...) talvez (...) chauvinista, (...) apesar de muitos homens (...) não serem dessa opinião.”³ E “Leal explica que, por muitos homens (...) terem [chegado] antes das suas esposas, [estas] estavam em desvantagem. Não falavam a língua e não podiam trabalhar, (...) eram o parceiro secundário no casamento,”⁴ estando confinadas às actividades domésticas. Esta realidade contrastava com a das famílias sul-africanas, uma vez que “as mulheres costumam empregar-se enquanto solteiras, nos primeiros tempos de casadas antes de terem filhos e depois de [estes] deixarem o lar. O pai e marido é o chefe de família, embora,

¹ Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

² Consultar, por exemplo, o *Popular* de 7 de Abril de 1978, p.10.

³ *Sunday Express*, 13 de Maio de 1984, s.p.

⁴ *Sunday Express*, 13 de Maio de 1984, s.p.

legalmente, haja igualdade.”¹ Tomando como referência a década de 1960, verificamos que as mulheres lusas “eram, na [sua] grande maioria, oriundas de meios rurais, com baixo nível escolar.”² Através de inquéritos a 54 estudantes luso-descendentes residentes em Joanesburgo, McDuling concluiu que 25,9% das progenitoras possuía frequência do ensino primário, 20,3% do preparatório, 22,2% do secundário e 5,5% diplomas técnicos ou superiores, valor similar aos das iletradas.³ Este perfil literário constituiria um significativo obstáculo à sua integração, a par do facto de, por a maior parte serem domésticas – 80%, segundo Quail – dependerem em absoluto do esposo em termos económicos, constituindo excepções as jovens com habilitações médias,⁴ que se empregavam sobretudo no sector de serviços e as que laboravam num estabelecimento comercial familiar, usualmente madeirenses. Estas não descuravam os seus deveres maternos, dividindo o seu tempo entre a loja e uma visita rápida a casa. Noutros casos, os filhos eram criados no próprio local de trabalho e, quando necessário, apelava-se à ajuda dos avós que residiam em Portugal,⁵ resultando no referido núcleo familiar alargado. Muitas crianças beneficiavam assim da companhia dos seus avós, os quais se radicavam na África do Sul para auxiliar a criar os netos. Como constatámos no capítulo prévio, em finais da década de 1960 o grau de conhecimento que as mulheres lusas possuíam das línguas oficiais era muito reduzido. Por muitas não estarem integradas no mercado de trabalho, tinham menos conhecimentos de Inglês do que os homens e desconheciam completamente o Afrikaans. Isto que significa que, *dentro da comunidade portuguesa, as mulheres eram o segmento mais afectado pelo isolamento*, ao nível social, cultural e laboral, devido às condicionantes socioculturais e à falta de qualificações literárias e linguísticas. Por isso, “são as últimas a aventurarem-se fora da sua pequena ilha segura [e recorrem aos] filhos (...) para servirem de intérpretes.”⁶ As limitações linguísticas eram, assim, também um factor que contribuía para o desconhecimento das mulheres portuguesas da sociedade sul-africana, pois a comunicação directa não existia e os dados que obtinham do “mundo exterior” provinham de terceiros. Esta era uma realidade bem diferente da que conheciam os maridos e as crianças, as quais tinham obrigatoriamente de frequentar a escola, onde privavam com colegas e professores sul-africanos. Concerteza que as mulheres contactavam assim sobretudo com portugueses e particularmente entre si, durante as deslocações às

¹ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.25.

² *Diário de Notícias*, 18 de Fevereiro de 2000, p.20.

³ Consultar McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp. 88-99.

⁴ Cf. *Notícia*, Ano VI, N.º 59, Janeiro de 1996, p.42, Leal, Luus, *ibidem*, p.46, Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.24 e Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp.28-29.

⁵ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo*, Suplemento «Comunidade no Feminino», Julho de 1998, pp.6-12.

⁶ *Rand Daily Mail*, 7 de Abril de 1977, s.p.

lojas comunitárias e visitas aos respectivos lares na área de residência, sendo que, ao gerirem as compras essenciais, asseguraram a manutenção dos hábitos alimentares portugueses, tanto na esfera familiar como nas associações. Por outro lado, os frequentes encontros entre as mulheres resultaram na criação de uma rede de apoio mútuo, clarificando este quotidiano as conclusões dos “estudos realizados pelo *Ernest Oppenheimer Institute*, [que] indicam que a vida não mudou muito para a mulher portuguesa [na África do Sul]. Geralmente, a mãe não trabalhadora pode não ter conseguido dominar qualquer das línguas oficiais e manteve os laços culturais com Portugal, (...) mas ela é muito (...) autónoma e independente.”¹ Esta autonomia refere-se aos bairros portugueses onde decorria a sua vida, não à sociedade sul-africana, exercendo neste pequeno universo uma forte influência ao nível social e cultural, sendo de sublinhar que a fé católica é essencialmente fomentada pelas mulheres, as frequentadoras mais assíduas das igrejas,² onde procuram e obtêm conforto espiritual. Na actualidade, este é fundamental para as que têm de lidar com a tragédia familiar, como é o caso das viúvas (sobretudo madeirenses) que após a morte violenta do marido, devido à elevada criminalidade, têm de continuar o negócio e criar os filhos sozinhas. Outra vertente de relevo prende-se com o desejo da primeira geração de dotar as crianças de um mínimo de educação em Português, que induziu diversas donas de casa, com uma reduzida literacia, a iniciarem “escolas de garagem”, apesar das deficientes condições pedagógicas.³ Por estes motivos, não podemos reduzir a actuação da mulher portuguesa ao lar e à condição de doméstica, dado que a sua influência extravasou muito a esfera familiar. Subsequentemente, a partir de meados da década de 1970, o processo de integração na sociedade sul-africana possibilitaria a autonomia financeira e novas oportunidades de participação na vida comunitária.

Apesar de muitas manterem uma actividade doméstica ao longo das décadas, como constataram Van Rensburg, Botha, Quail, Schutte e McDuling, em alguns casos, imperativos económicos obrigavam a uma inserção no mercado laboral, frequentemente no operariado fabril ou em funções de secretariado, para além das actividades em espaços comerciais lusos. Uma nova análise dos dados constantes no capítulo II, acrescidos de alguns elementos complementares, inseridos no quadro seguinte, permite-nos tentar traçar um perfil evolutivo profissional da mulher portuguesa, através de comparações geracionais.

¹ *Rand Daily Mail*, 9 de Junho de 1983, s.p.

² Ver o *Sunday Express* de 13 de Maio de 1984, s.p.

³ Cf. Comunicação Pessoal com Ruth Viana, Coordenadora do Ensino de Português na África do Sul, em 23 de Junho de 2000, Pretória.

Quadro 19

**Sexo e Profissão dos Portugueses Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000
Primeira e Segunda Gerações**

Profissão Actual	Primeira Geração				Segunda Geração			
	Sexo		Sexo		Sexo		Sexo	
	M	%	F	%	M	%	F	%
Empresário(a)	88	47,5	6	7,7	6	20,6	-	-
Empregado(a)Escritório / Hotelaria	9	4,8	28	36,3	8	27,5	6	40
Operários Especializados	28	15,1			4	13,7		
Professor(a), Engenheiro(a), Advogado(a), Contabilista, Desenhador(a)	8	4,3	16	20,7	4	13,7	1	6,6
Estudante	2	1	1	1,2	2	6,8	5	33,3
Técnico(a) Electrónica / Informática	1	0,5	2	2,5	2	6,8	1	6,6
Jornalista	3	1,6	1	1,2				
Gestor(a), Gerente, Supervisor(a), Economista	26	14	6	7,7	1	3,4		
Barbeiro, Cabeleireira, Esteticista, Estilista	1	0,5	2	2,5				
Reformado(a)	13	7	2	2,5				
Padre	5	2,7						
Artista Plástico	1	0,5						
Doméstica			13	16,8			2	13,3
Político, Compositor					2	6,8		
Total	185		77		29		15	

Fonte: Questionários no terreno. O total de respostas é de 306.

As mulheres da primeira geração e as luso-descendentes predominam no sector administrativo, serviços comerciais e alguns nichos de maior qualificação ou resultantes da idade, como as docentes e as estudantes, respectivamente, subsistindo ainda uma apreciável percentagem de domésticas em ambos os casos. Por outro lado, ao nível do empresariado, são as mulheres da primeira geração que pontificam neste sector, como co-proprietárias dos numerosos negócios da comunidade. Estar à frente de um supermercado não é a primeira opção das jovens, as quais optam primordialmente por carreiras no sector terciário, sendo que as luso-descendentes domésticas, de idade mais avançada, possuem um percurso e uma vivência bastante mais aproximada face à primeira geração do que em relação às mulheres mais jovens. Recorrendo às 77 respostas das mulheres da primeira geração constantes no Apêndice 7, podemos retirar mais algumas ilações em relação às profissões, por região de origem, apesar de os dados serem meramente indicativos.

As oriundas do continente são sobretudo empregadas de escritório, existindo alguns quadros qualificados com uma actividade semelhante à das provenientes de Moçambique, constituindo as domésticas uma parcela importante neste segmento. Em relação às madeirenses, são sobretudo empregadas comerciais, possuindo ou trabalhando em negócios no sector alimentar, de bebidas e distribuição, além da hotelaria. As que vieram de Angola, no geral, têm um perfil idêntico ao das continentais, mas não no que se refere às domésticas, o que não será de estranhar, tendo em conta que a condição de refugiadas de muitas as obrigou a reconstruir a vida, pelo que a maior parte teve de aprender novas profissões e integrou-se no mercado de trabalho comunitário e sul-africano. Este foi também o percurso das mulheres provenientes de Moçambique, entre as quais predominavam quadros qualificados, pelo que o fluxo de refugiadas também terá contribuído para abrir novos horizontes e perspectivas para as adolescentes lusas. A análise deste percurso profissional permite-nos de facto constatar que as mudanças na posição social e económica feminina só se tornam óbvias nas jovens portuguesas, uma vez que muitas das mulheres da primeira geração não foram trabalhar como assalariadas, pois, para além do problema das qualificações técnicas e literárias, tinham ainda de enfrentar diversos estereótipos sociais. “Na maioria dos casos, a mulher não tem tido a liberdade de decidir (...) o que fazer com a sua vida. (...) As ideias tradicionais da sociedade é o homem como sustento da família, a mulher como dona de casa, as duas vocações sendo mutuamente exclusivas.”¹ Acresce que, ao nível da família e da comunidade, a mulher tinha de lidar com uma mentalidade colectiva que a colocava numa posição injusta, forçando-a a escolher entre as suas legítimas aspirações e as funções familiares que tradicionalmente recaem sobre si. O escrutínio social era apertado e centrava-se nas consequências das suas opções em relação aos descendentes, resultando em enormes pressões sociais quando se inseria no mercado de trabalho. A ausência do lar era considerada negativa para as crianças, que assim perderiam laços fundamentais com a matriz cultural portuguesa, designadamente ao nível linguístico,² transpondo-se para as progenitoras o peso da transmissão da herança cultural, cerceando-lhes o leque de possibilidades à sua disposição, sob pena de terem de suportar um sentimento de culpa ou o julgamento social das suas opções. Esta função de inculcar na prole uma marca cultural não pode ser alocada somente às mães (domésticas), antes dependendo de uma multiplicidade de instituições, entre as quais a escola, a igreja, as associações e a própria comunidade enquanto entidade colectiva com uma identidade que deseja preservar. Independentemente do exposto, muitas mulheres da primeira geração permaneceram efectivamente no lar, enquanto as que já exerciam uma actividade

¹ *Notícia*, Ano II, N.º 20, Setembro de 1992, p.38.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 12 de Fevereiro de 1974, p.6.

profissional, frequentemente em negócios próprios, não sofreram grandes transformações no seu quotidiano, dado que não se integraram propriamente no mercado de trabalho sul-africano mas sim no seu tecido empresarial, via comunidade. Não se constata assim significativas mudanças na situação laboral das mulheres da primeira geração, algo a que não será estranho o avançar da idade – que dificultaria crescentemente a obtenção de um emprego, sobretudo em pessoas que sempre foram domésticas – e o grau de satisfação com o nível de vida de que usufruíam. Segundo Schutte, em 1989, das 1 073 esposas portuguesas que inquiriu, 78% consideraram-se felizes ou muito felizes com a vida na África do Sul.¹ Assim, para descrever a emancipação da mulher lusa é necessária uma concentração nas novas gerações, cuja experiência surge como uma ponte entre as realidades comunitária e sul-africana.

As longas horas de trabalho da maior parte dos emigrantes da primeira geração “impedem, ou dificultam, por vezes, o convívio dos pais e dos filhos. Estes últimos «estrangeirizam-se» com facilidade, recusando o modo de viver dos [ascendentes],”² não só pelo esforço implícito às profissões destes como pela influência que representava o convívio com os jovens sul-africanos. De facto, a integração social dos luso-descendentes traduziu-se na emergência de um perfil literário e comportamental similar ao de qualquer jovem sul-africano, sendo natural que as aspirações tendessem a ser as mesmas. A análise de Quail da ocupação dos tempos livres de 413 jovens portugueses e dos sentimentos que possuíam face às atitudes dos pais fornecem algumas pistas sobre este processo de transformação das mentalidades, que se repercutiria, ao nível da mulher das novas gerações, num desejo e num percurso pessoal e profissional mais autónomo. As principais actividades de lazer dos jovens de ambos os sexos centravam-se nas visitas mútuas, deslocações a cafés e desporto, concluindo Quail que os rapazes possuíam maior liberdade, enquanto, aparentemente, as jovens tinham uma vida social diminuta.³ Estas eram frequentemente proibidas de saírem sós, existindo também um controlo apertado sobre a vida social e amorosa dos rapazes, o que reflectia a mentalidade familiar lusa, assente em códigos morais tradicionais, que contrastava com as atitudes parentais sul-africanas e com os anseios dos descendentes, crescentemente imbuídos de padrões comportamentais da sociedade de acolhimento.⁴ A resistência ao conservadorismo foi fomentada pelas oportunidades que a obrigatoriedade de frequentar o ensino sul-africano até à idade de 16 anos proporcionou às jovens portuguesas, apesar da relativa sobrançeria inicial

¹ Segundo Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.47.

² *O Século de Joanesburgo*, 4 de Março de 1975, p.14.

³ Cf. Quail, David Lockwood, *ibidem*, pp.64-65.

⁴ Consultar, por exemplo, o *Rand Daily Mail* de 7 de Abril de 1977, s.p. e de 9 de Junho de 1983, s.p. Ver também Quail, David Lockwood, *ibidem*, p.62.

dos pais face aos seus estudos. No capítulo IV verificámos que, em 1971, uma maioria dos pais desejava que os rapazes terminassem o liceu (Standard 10), não existindo o mesmo grau de preocupação em relação às filhas, que se cingia ao Standard 8, postura que se coadunava de alguma forma com as aspirações das próprias nesta altura¹ mas que se iria alterando devido às crescentes exigências do mercado de trabalho e à convivência com os seus pares sul-africanos. Desta forma, no plano socioeconómico, as filhas foram menos condicionadas do que as suas mães, as quais estavam limitadas pela rigidez da estrutura da família do emigrante primordial. É assim que “muitas [luso-descendentes] estão agora a fazer o que as suas mães e avós nem podiam sonhar, [como] frequentar a universidade [e ingressar] no mercado de trabalho.”² Estas jovens possuem um “universo relacional muito diferente daquele que os pais conheceram, o mesmo acontecendo em relação à actividade profissional, [pois] muitas (...) já possuem uma qualificação,”³ essencial para uma integração laboral com sucesso. A outra vertente que as distingue das suas progenitoras é a linguística, que permitiu que deixassem de estar “«confinadas ao lar» e restringidas em termos de educação. São mais propensas a ter uma carreira [e têm] maior fluência e literacia em Inglês.”⁴ Um exemplo desta dinâmica de emancipação que se começou a verificar nas luso-descendentes da comunidade extravasou a mesma em 1988, quando a empresária Ana Maria Valente criou a primeira revista dirigida às mulheres com uma carreira profissional, o que constituiu uma inovação no panorama editorial sul-africano, onde até então só existiam publicações femininas de lazer.⁵ Dotada de uma formação literária média, usualmente complementada por cursos técnicos e, em menos casos, de um grau académico de nível superior, a jovem luso-descendente estava assim bem preparada para ingressar no mercado de trabalho. No entanto, tal não significa uma eliminação dos obstáculos sociais, particularmente ao nível familiar. Muitas luso-descendentes, “tiveram de ultrapassar ambientes desanimadores e atitudes arcaicas [e] tomar a decisão difícil de constituir família (...) precisamente durante os anos em que (...) tenta[m] estabelecer-se [profissionalmente, mantendo-se] o estigma de [que] uma mãe com carreira (...) tem a tendência de abandonar a criação dos filhos.”⁶ Neste aspecto, as pressões a que estão sujeitas estas jovens não são muito diferentes das que enfrentavam as suas mães, mas a situação mais vulgar hoje em dia é ambos os elementos do casal terem uma profissão. Como refere a prestigiada psicóloga Anabela Nascimento, “o

¹ Segundo Quail, David Lockwood, *ibidem*, p.34.

² *Sunday Express*, 13 de Maio de 1984, s.p.

³ *Diário de Notícias*, 18 de Fevereiro de 2000, p.20.

⁴ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.158.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo*, Suplemento «Comunidade no Feminino», Julho de 1998, p.11.

⁶ *Notícia*, Ano IV, N.º 46, Novembro de 1994, p.46.

núcleo familiar português na África do Sul está numa fase de mudança, [existindo novos problemas, como a sobrecarga horária do casal e] a falta de apoio dos pais, normalmente da avó, na educação das crianças, o que era comum e típico da nossa comunidade. Cada vez mais [a]vós, por motivos vários, estão a optar por regressar à terra natal, [sendo hoje] as exigências de educar os filhos (...) causa de muita tensão e *stress*, principalmente para a mulher.”¹ Temos assim um leque de consequências importantes na esfera familiar, existindo uma pressão constante sobre a mulher que deseja prosseguir a sua carreira e não se demite das suas funções de mãe, sendo neste enquadramento que “uma nova geração está a surgir e a modificar o tipo tradicional de vivência dos emigrantes e suas comunidades.”²

3. A Liga da Mulher Portuguesa e os Desafios do Presente

Outra vertente em que é possível observar as transformações, e que de alguma forma contribui para as mesmas, é o associativismo, em que se destaca a Liga da Mulher Portuguesa da África do Sul, fundada em 7 Dezembro de 1988 e formalmente apresentada em 20 de Maio de 1989. Sendo resultado de uma iniciativa de cerca de 20 mulheres portuguesas, possui hoje várias centenas de activistas e conquistou o respeito de toda a comunidade,³ existindo para servir as mulheres portuguesas e luso-descendentes, qualquer que seja a sua condição social, cultural, económica e religiosa. A principal responsável pela dinamização desta obra é Manuela Rosa, uma residente em Pretória, a qual explicitou que “foi pensando na mulher portuguesa, de certo modo esquecida e isolada no seu pequeno mundo e com vista a promover a união de todas elas, (...) que resolvemos criar esta Liga.”⁴ Procurando solucionar problemas sociais concretos que afectam o sector feminino comunitário, a Liga visa erigir uma rede de apoio social centrada na mulher e na partilha de conhecimentos, auxiliando-a no processo de adaptação à sociedade de acolhimento e promovendo a sua elevação cultural, através da organização de palestras temáticas. A valorização da mulher e da sua função económica e sociocultural, na comunidade e na sociedade sul-africana, expressa-se na ênfase

¹ *Notícia*, Ano II, N.º 17, Junho de 1992, p.46.

² Ministério do Trabalho e Segurança Social, *idem*, p.10.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Dezembro de 1990, p.27 e *Notícia*, Ano III, N.º 30, Julho de 1993, p.10.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 7 de Agosto de 1989, p.7.

concedida à defesa da família e da identidade comunitária,¹ que não se traduz numa postura etnicamente exclusivista, dado que se contempla a criação de laços com mulheres de outras culturas, o que constitui um sinal de que as portuguesas compreenderam a necessidade de se darem a conhecer e de fomentarem relacionamentos extra-comunitários mais profundos na nova África do Sul. A pertença ao mesmo género proporciona uma identidade abrangente passível de superar a nacionalidade e facilita o intercâmbio sociocultural, visando contribuir para um maior activismo feminino, benéfico para a sociedade sul-africana e para a comunidade. Tal como sucedeu em relação às Academias do Bacalhau, a originalidade da Liga abriu novos caminhos no associativismo luso, tanto na África do Sul como noutros países, uma vez que até à sua fundação não existia uma organização deste tipo nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Os meritórios objectivos e entusiasmo da Liga suscitaram um enorme interesse, que se traduziu na abertura de delegações em diversas cidades sul-africanas, estando hoje dotada de estruturas provinciais e de um conselho nacional. Note-se que, em 1996, a Liga ainda não possuía uma sede própria, mas tal já se concretizara em 2000, estando localizada em Pretória. Foi nesta cidade que, em Março de 1991, se realizou o I Congresso da Liga, para permitir a discussão presencial alargada dos problemas organizacionais, o delinear das actividades e o convívio directo entre mulheres de toda a África do Sul.² Esta forma de trabalho em conjunto, a dedicação dos seus membros e o alcance das suas actividades, elevou a Liga a um patamar de grande relevância no seio do movimento associativo luso na África do Sul, sendo hoje um dos seus principais expoentes, emergindo como a institucionalização da emancipação da mulher portuguesa, com uma lógica própria, num mundo maioritariamente masculino. Apesar de as mulheres não abundarem nos órgãos representativos da comunidade e de terem usualmente um papel menos visível nas associações, não obstante participarem nestas com dedicação, avolumam-se os casos em que se destacaram pela sua actuação. Um exemplo é a estimada Lurdes Santos, que em 1998 foi a primeira mulher a ascender à presidência de uma associação cultural portuguesa, designadamente do Núcleo de Arte e Cultura, que espelha a nova mulher lusa, tal como Eulália Salgado, a primeira advogada portuguesa a exercer esta profissão na África do Sul, em 1978, e que chegou a vice-presidente do Directório,³ organismo de contacto com o executivo sul-africano no que se referia a assuntos portugueses, analisado em capítulo posterior. Salgado resumiu

¹ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 7 de Agosto de 1989, p.3, de 18 de Junho de 1990, p.13 e *O Emigrante* de 5 de Abril de 1991, p.10.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Dezembro de 1990, p.28, de 21 de Março de 1991, p.8, de 4 de Novembro de 1996, p.6 e de 27 de Março de 2000, p.5.

³ Cf. *Notícia*, Ano VIII, N.º 85, Junho de 1998, p.14, *O Século de Joanesburgo*, Suplemento «Comunidade no Feminino», Julho de 1998, p.9 e o *The Star* de 28 de Maio de 1988, p.6.

as transformações que ocorreram na componente feminina da comunidade e no seu relacionamento com a sociedade sul-africana, enfatizando que hoje a mulher lusa pontifica não apenas na esfera familiar, como esposa e mãe, mas também nos meios profissionais, na beneficência, na arte e cultura.¹ Esta modificação do papel da mulher portuguesa não representou, no entanto, uma ruptura generalizada com as crenças e a cultura de origem, permanecendo no seio da família lusa um conservadorismo que se espelha na manutenção de um assinalável controlo social em relação aos jovens.² Paralelamente, as luso-descendentes sabem que as mulheres sul-africanas são emancipadas, possuem uma carreira e privilegiam a independência económica, sendo a sua grande ambição seguir este mesmo percurso. Apesar de no último capítulo ser abordada em profundidade a questão de uma eventual aposta dos jovens em Portugal, é pertinente referir que este ensejo das jovens implica possuírem um bom nível de vida socioeconómico, que muitas sentem não poderem atingir em Portugal, uma vez que seguem a realidade do nosso país através da RTPi, como verificámos anteriormente, estando por isso informadas dos principais problemas, como o desemprego. Não prescindindo do seu projecto de vida, optam na maior parte dos casos por permanecer na África do Sul, ou procurar destinos alternativos onde sentem que podem ter uma vida semelhante, como é o caso da Austrália. A sua postura reflecte assim o longo caminho da mulher portuguesa em direcção à autonomia e igualdade plenas, uma vez que têm a possibilidade de decidir o seu futuro, de forma independente.

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 29 de Maio de 1989, p.8.

² Cf. o *Sunday Express* de 13 de Maio de 1984, s.p., *O Século de Joanesburgo* de 2 de Junho de 1986, p.33, *Notícia*, Ano VI, N.º 59, Janeiro de 1996, p.42 e *Viva*, N.º 2, Junho de 2000, p.4.

VII – A IGREJA CATÓLICA COMO ELEMENTO DE COESÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA COMUNITÁRIA

1. As Igrejas Portuguesas de Joanesburgo e Pretória

A Igreja Católica é a instituição mais influente, prestigiada e multifacetada da comunidade, o que resultou da conjugação do seu poder espiritual com actividades de cariz educacional, cultural, recreativo e de assistência social. A sua acção, com um historial de décadas, só tem paralelo no associativismo luso, sobrepondo-se-lhe em âmbito e relevo, devido à exclusividade que detém na vertente do apoio espiritual e à forma harmoniosa como se integra no quotidiano dos portugueses. A Igreja é o epicentro espiritual do expatriado, que “tem quem o baptize, quem o case, quem o confesse, quem lhe dê a extrema-unção e quem o acompanhe à última morada,”¹ sendo os clérigos tratados com respeitosa deferência, tal como sucede em Portugal. Até à descolonização, a Igreja Católica Portuguesa na África do Sul dependeu da Arquidiocese de Lourenço Marques, tendo a acção missionária actual o apoio da Igreja e da Conferência Episcopal de Portugal, respondendo perante o Patriarcado de Lisboa, designadamente à Obra Católica Portuguesa de Migrações. Paralelamente, encontrando-se na jurisdição do Bispo de Joanesburgo, nada pode ser realizado sem a sua anuência.² Há décadas que a Santa Sé possui um enviado especial na África do Sul, mas “só em 1994 foram estabelecidos laços [formais com] o Estado do Vaticano.”³ Num país essencialmente protestante, a existência de uma numerosa comunidade lusa católica resultou na escolha de um português para Núncio Apostólico na África do Sul, funções que o Arcebispo D. Manuel Monteiro de Castro exerceu entre 1998 e 2000.⁴ Na rede de assistência católica portuguesa neste país sobressaem

¹ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.22.

² Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

³ *O Século de Joanesburgo*, 23 de Outubro de 2000, p.24.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 24 de Agosto de 1998, p.3 e de 27 de Março de 2000, p.9.

Joanesburgo e Pretória, onde se situam as mais antigas igrejas lusas do país. Como se constatará em capítulo posterior, os portugueses “tendem a radicar-se em áreas residenciais específicas, onde mantêm a sua cultura e praticam a sua fé católica.”¹ Esta lógica residencial, que se verificou desde muito cedo em Joanesburgo e em Pretória, originaria espaços religiosos destinados a servir os portugueses, que constituem igrejas “étnicas”. A designação não contradiz o carácter ecuménico do catolicismo, referindo-se ao facto de serem igrejas criadas para os portugueses, proporcionando todos os serviços e liturgias em Português. Por outro lado, o templo foi sempre um local aberto a outro tipo de celebrações, aí se reproduzindo também a cultura portuguesa, nas festas, na culinária, no respeito pelas tradições. Neste sentido, são de facto espaços étnicos de vincada influência, tal como as associações. No entanto, estas paróquias – capelanias é a designação correcta² – não estão actualmente fechadas a outros grupos. Formalmente, uma igreja católica portuguesa na África do Sul “é considerada, dentro do Direito Canónico, uma paróquia pessoal, não local, porque não é territorial [e] não tem jurisdição sobre todos os que vivem [nas cercanias].”³ O termo paróquia pessoal deriva do facto de existir para servir as pessoas de língua portuguesa, não só portugueses mas de outras comunidades, como a moçambicana ou a angolana. A abertura política do regime sul-africano ditou o fim das barreiras raciais também na esfera religiosa mas, mesmo no presente, a esmagadora maioria dos fiéis destas igrejas continuam a ser portugueses, não porque exista discriminação, mas porque são na realidade *entendidas por todos como fazendo parte da comunidade*. Existem apenas 4 paróquias exclusivamente portuguesas na África do Sul, situando-se 2 em Joanesburgo (Nossa Senhora de Fátima e Santo António dos Portugueses), 1 em Pretória (Santa Maria dos Portugueses) e outra na Cidade do Cabo.⁴

Na década de 1930, o desejo dos madeirenses radicados na zona oriental de Joanesburgo de possuírem um enquadramento religioso similar ao que detinham em Portugal, que justifica que sejam descritos como o núcleo da crença católica comunitária, sensibilizou o Arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodoro Clemente de Gouveia, o qual instou as autoridades de Lisboa a criarem “uma Missão Católica no Transvaal, [decidindo-se] que os missionários iriam ser fornecidos pelas Missões Católicas Portuguesas do Ultramar.”⁵ É assim que, em 1941, chega a Joanesburgo o Padre Carlos Tomás Camacho, o primeiro clérigo com a missão

¹ Basson, J. L., “Portuguese Immigration into South Africa: a Genealogical Survey of its Influence on this Country”, in *Familia*, Volume 25, N.º 1, 1988, p.7.

² A capelania abrange o complexo das instalações da igreja. O capelão é um clérigo que exerce a sua actividade religiosa junto das comunidades emigrantes.

³ Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

⁴ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.234.

⁵ Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, *op.cit.*, p.11.

de prestar assistência religiosa e social aos portugueses na África do Sul.¹ A escolha da zona de Brentwood Park, em Benoni, resultou do facto de aí existirem diversos agricultores madeirenses, os quais seriam auxiliares incansáveis do clérigo, desde a angariação de fundos para a aquisição de um terreno à mão-de-obra necessária para edificar uma igreja, que começou a tomar forma em 16 de Dezembro de 1945. A inauguração da que seria a primeira igreja portuguesa na África do Sul coincidiu com a chegada da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, padroeira de Portugal, à qual foi consagrado o templo, em 14 de Novembro de 1948.² O complexo e as suas actividades foram crescendo, com a construção da residência paroquial,³ provindo o financiamento de doações e de festas na capelania, que, na prática, significaram o *início da vida social dos portugueses* da zona. Alguns anos mais tarde, devido às carências sentidas pela comunidade, iniciou-se a construção de uma maternidade, num edifício adjacente, mas que nunca teria esse uso, pois quando chegaram de Moçambique as Irmãs Salesianas, Filhas de Maria Auxiliadora, em Setembro de 1965, optou-se pela criação de uma escola portuguesa, que estas passaram a gerir, a par de um internato feminino.⁴ A adesão da comunidade foi imediata e dezenas de crianças passaram a frequentar a escola sul-africana (inglesa) durante a manhã e a portuguesa à tarde, acrescida da catequese. A congregação consolidou-se e em breve surgiram novas iniciativas dos fervorosos paroquianos madeirenses, os quais, saudosos das festas religiosas das terras de origem, ofereceram à igreja numerosas efígies provenientes de Portugal, para que se celebrassem efemérides relacionadas com os padroeiros das suas freguesias.⁵ A igreja e as suas actividades foram registando evoluções noutras esferas que não a religiosa, sendo as Irmãs Salesianas, ao nível educativo, responsáveis pela escola portuguesa, entre 1965 e 1990. Após um interregno de 6 anos, durante o qual as instalações foram ocupadas por Irmãs Carmelitas – e assim transformadas em convento, desde 1992 – a escola passou, em 1996, para a alçada das “Irmãs da Congregação das Franciscanas Hospitalarias [da Imaculada Conceição, provenientes de Moçambique, as quais] recomeçaram o ensino da língua portuguesa,”⁶ que se mantém até hoje. Na vertente social,

¹ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 22 de Outubro de 1979, p.7.

² De acordo com Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, idem, pp.14 e 27 e José Baptista, ibidem, p.21.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 17 de Novembro de 1986, p.18.

⁴ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 9 de Novembro de 1998, Suplemento dedicado à Igreja de Brentwood Park, p.I e Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, ibidem, p.39.

⁵ De acordo com Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, ibidem, pp.39-40.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 9 de Novembro de 1998, Suplemento dedicado à Igreja de Brentwood Park, p.II.

iniciaram nesse ano, no convento, um lar destinado a albergar idosos portugueses,¹ a Casa Nossa Senhora de Fátima, na sequência da chegada do novo reitor da igreja, Padre Carlos Gabriel, proveniente da Zâmbia, cuja esfera de influência, como veremos, extravasa em muito a área de Brentwood Park.

Ao Padre Camacho seguiram-se outros clérigos, como o Padre Manuel de Freitas, da Congregação dos Padres da Missão, o qual se instalou em Boksburg, a sul de Benoni, no ano de 1951. Detectando a tendência dos portugueses para se concentrarem no sul de Joanesburgo, optou por fundar em Mayfair, ainda nesse ano, a Missão Católica de Santo António dos Portugueses, no intuito de prestar assistência espiritual aos portugueses e aos mineiros africanos provenientes de Moçambique que laboravam na zona de Crown Mines. Aí surgiu, em 1957, a residência paroquial e iniciou-se a construção de uma igreja, em 10 de Junho de 1963, que seria inaugurada em 31 de Janeiro de 1965, tendo por padroeiro o Santo de Lisboa. Até à descolonização, o complexo de Mayfair pertenceu à Arquidiocese de Lourenço Marques, mas actualmente insere-se na Diocese Católica de Joanesburgo, delimitada por Carletonville, Nigel, Vanderbijlpark e Midrand.² Em 1975, ainda na esteira da independência, chegaram de Moçambique as Irmãs Victorianas, que assumiram a tarefa de edificar uma creche e uma escola primária comunitária, que se mantêm em funcionamento.³ O Padre Freitas exerceu a sua actividade em Crown Mines até à sua morte, em 1988,⁴ tendo os actuais responsáveis, os Padres Vicentinos Miguel Lemos e Pedro Magalhães, chegado em 1990 e 1998, respectivamente, provenientes de Moçambique. Nesta missão portuguesa, sobressai uma conjugação da fé com elementos da História de Portugal, estando os muros pontilhados de azulejos em que figuram santos e quadros históricos, como os que aludem aos Descobrimentos, existindo lápides com versos de Camões e de Fernando Pessoa.⁵ Desta forma, a imagem sagrada (religiosa) está representada junto da histórica, o que expressa também a função da Igreja enquanto elemento de ligação cultural a Portugal.

A terceira igreja portuguesa que foi possível visitar situa-se em Pretoria West e está, desde 1995, a cargo de Frei Gilberto Teixeira, também proveniente de Moçambique. “Esta paróquia foi fundada pelos Franciscanos em 1967, por um grupo que veio de Moçambique e que aceitou este compromisso com o Arcebispo de Pretória e com a comunidade portuguesa”⁶ da capital. Assim surgiu a bela

¹ Segundo Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, *ibidem*, pp.56-57.

² Segundo *O Século Magazine* de Novembro / Dezembro de 1994, pp.7-9, *O Século de Joanesburgo* de 13 de Novembro de 1995, p.21 e McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.232.

³ Segundo a revista *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, p.58.

⁴ Segundo *O Século Magazine* de Novembro / Dezembro de 1994, p.7.

⁵ Cf. *O Século Magazine*, Novembro / Dezembro de 1994, p.9.

⁶ Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

Igreja de Santa Maria dos Portugueses, o principal espaço religioso luso na capital sul-africana. A congregação é composta maioritariamente por portugueses, sobretudo da primeira geração, participando ainda nas missas alguns africanos de expressão portuguesa. Actualmente, a capelanía é “composta por uma residência paroquial, a creche Imaculada Conceição e (...) o centro de dia São Francisco de Assis.”¹ As instalações são amplas, possuindo mesmo um coreto, utilizado para cerimónias religiosas, ocasiões lúdicas e discursos oficiais dos representantes diplomáticos. “Tudo o que está neste complexo foi feito pela comunidade, [através de] festas de angariação de fundos, [incluindo o centro diurno], uma obra há muito desejada,”² que visa fomentar a coesão das famílias portuguesas e proporcionar aos idosos um convívio estreito com as dezenas de crianças – sobretudo portuguesas – que frequentam o infantário paroquial. Saliente-se ainda que a Igreja de Santa Maria dos Portugueses é “a única paróquia que é membro [da União] das Misericórdias”³ de Portugal. Esta ligação à Santa Casa da Misericórdia pode resultar numa ajuda preciosa no que se refere ao centro para idosos, que irá estar dotado de enfermeiras e de apoio de médicos, o que depende do sucesso dos contactos efectuados com clínicas lusas na África do Sul. Se bem que se destine a apoiar pessoas idosas capazes de viver o seu quotidiano de forma autónoma, estão previstos alojamentos para alguns residentes permanentes.⁴ Assim, tal como está a suceder em Joanesburgo, o clérigo de Pretória está a adequar as funções da Igreja às necessidades actuais da comunidade, o que resulta numa ampliação crescente do seu espaço de actuação, particularmente importante na esfera social.

Além de usufruírem do apoio espiritual e social das igrejas mencionadas, muitos elementos da comunidade lusa de Joanesburgo inserem-se e frequentam também outras paróquias. Não sendo congregações “étnicas”, muitas não possuem um clérigo próprio, a exercer a sua actividade exclusivamente numa só área. “Malvern, Belgravia e Primrose, por exemplo, partilham um padre que viaja para ministrar [apoio] às 3 paróquias.”⁵ Actualmente, esta tarefa está a cargo do Padre Hernando Villada, um colombiano proveniente do seminário de Maputo, capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, que abrangem cerca de 10 bairros de Joanesburgo, alguns dos quais, como Berea e Troyeville, foram no

¹ Comunicação Pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Pretória, 14 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Pretória, 14 de Julho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

⁵ *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, p.58.

passado áreas de grande concentração de portugueses.¹ Hoje, os luso-descendentes escolhem outras zonas para residir, sobretudo nos subúrbios, envolvendo-se “nas paróquias dos [seus actuais] bairros, [em detrimento da] paróquia mãe, onde foram baptizados.”² Ficaram sobretudo os portugueses da primeira geração, cujo número é ainda significativo, atendendo à descrição que o clérigo faz do seu quotidiano: “a minha actividade [diária], basicamente, é ser assistente espiritual dos portugueses. (...) Estas 3 paróquias são especiais, são bastante [frequentadas por eles], mas não são missões portuguesas, (...) são capelanias, quer dizer, nós damos assistência aos portugueses porque eles moram na paróquia.”³ Descendo a Johannesburg Street, chegamos à Igreja Católica de *St. Patrick*, em La Rochelle, o bairro que ao longo das décadas mais tem sido identificado com a comunidade portuguesa. *St. Patrick* está actualmente sob a responsabilidade do Padre Gerhard Hattingh, o qual, em 2000, substituíra recentemente o Padre Barney McAleer, que por sua vez assumiu a liderança da *Church of the Holy Angels*, em Bezuidenhout Valley. Entre a residência do pároco e o templo existe um colégio católico, anunciando os quadros informativos missas em Português e Inglês. Ao contrário do Padre Barney McAleer, que era fluente em Português,⁴ o então recém-chegado Padre Hattingh sentia-se mais à vontade na comunicação em Inglês, tendo detectado em La Rochelle algo que não vira em Bezuidenhout Valley: existem alguns sintomas de tensão social entre os portugueses e os novos residentes africanos, muitos oriundos das ex-colónias portuguesas. Concretamente, subsiste algum desconforto em certos sectores da comunidade portuguesa, que se exprime na dificuldade em participar em manifestações religiosas nas ruas com africanos que partilham a mesma fé. O Padre Hattingh atribui tal aos sentimentos de revolta e de recalçamento presentes em alguns dos portugueses que se viram na condição de refugiados.⁵ Por outro lado, há um receio visível das consequências da vaga de residentes africanos, os quais têm vindo a inserir-se numa área que foi, durante muito tempo, “portuguesa”. Os grupos de jovens desempregados africanos que nos olham penetrantemente nas artérias secundárias de La Rochelle fazem-nos perceber de onde provém o medo, num contexto em que a elevada criminalidade mina as relações sociais. Qualquer um sente a

¹ Cf. Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

⁴ *Notícia*, Ano VII, N.º 80, Dezembro de 1997, p.52.

⁵ Comunicação Pessoal com o Padre Gerhard Hattingh, Pároco da Igreja Católica de *St. Patrick*, em La Rochelle, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000.

pressão, ao deslocar-se numa área que já foi denominada de *Little Portugal*, mas que dificilmente podemos hoje classificar de portuguesa.

2. As Áreas de Influência das Igrejas e os Nichos Residenciais dos Portugueses

A influência das igrejas portuguesas foi sendo edificada através do dinamismo dos diferentes clérigos que assumiram os seus destinos ao longo dos anos. No caso da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, as actividades do reitor não se esgotam em Brentwood Park, estendendo-se as celebrações de missas dominicais, desde 1966, aos templos de Springs e Germiston, onde residem muitos portugueses.¹ No presente, para além das localidades referidas, o Padre Gabriel tem ainda a seu cargo paroquianos lusos radicados numa vasta área no leste de Joanesburgo, que compreende Boksburg, Edenvale, Bedfordview, Kempton Park, Benoni, Brakpan, Nigel e Heidelberg.² No que se refere à Igreja de Santo António dos Portugueses, em Mayfair, a acção pastoral dos Padres Lemos e Magalhães estende-se “aos aglomerados portugueses mais próximos,”³ mantendo-se Mayfair como um pólo de atracção para os portugueses, não porque actualmente se concentrem aí – os residentes são sobretudo indianos – mas porque muitos nasceram e cresceram na sua esfera de influência paroquial. McDuling descreve-a como uma área “cinzenta”, semi-industrial e comercial, explicitando que muitos portugueses se deslocam a esta igreja, independentemente de residirem perto ou longe, por tradição.⁴ Relembre-se que esta é uma paróquia cuja existência gira em torno do Português, que “não [possui] uma área definida, territorial. [Servimos] todos os de língua portuguesa, [sejam portugueses], moçambicanos ou angolanos. (...) Mas a maioria, a quase totalidade [dos fiéis], são portugueses... madeirenses,”⁵ o mesmo sucedendo na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, apesar da abertura a todas as comunidades lusófonas. Como se constatou que o Padre Villada também possui uma significativa congregação de portugueses e que muitos ainda residem na zona envolvente de La Rochelle, podemos assumir

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 9 de Novembro de 1998, Suplemento dedicado à Igreja de Brentwood Park, p.I.

² Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

³ *O Século Magazine*, Novembro / Dezembro de 1994, p.9.

⁴ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.233.

⁵ Comunicação Pessoal com o Padre Miguel Lemos, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

que, na maior parte das áreas geográficas abrangidas por todas estas igrejas subsistem numerosos paroquianos da comunidade que, em alguns casos, são mesmo os únicos fiéis. Este dado é muito útil quando justaposto aos tradicionais bairros de residência lusos, permitindo realizar comparações inéditas entre a lógica residencial comunitária e o espaço real de influência da Igreja Católica Portuguesa. Sendo esta questão analisada noutra capítulo, por ora é suficiente referir que as igrejas mencionadas – exceptuando a de Pretória – proporcionam uma cobertura religiosa quotidiana que se centra em Joanesburgo e nos seus arredores, particularmente nos subúrbios e cidades satélites do sul e do leste da grande metrópole. Desde que o Padre Camacho chegou à África do Sul, na década de 1940, os clérigos encarregues de zelar pelo apoio espiritual dos portugueses assumiram a missão adicional de “expandir uma obra social em torno da Igreja.”¹ A necessidade de angariar fundos para sustentar iniciativas de cariz social aguçou o engenho e, uma vez que não existiam apoios exteriores à comunidade, foi no seio desta que tudo se desenvolveu. Esta é, assim, uma das variáveis mais importantes que está na origem da conjugação das festas religiosas e tradicionais portuguesas, que tinham ainda as vantagens acrescidas de fomentar o convívio e os laços com a cultura portuguesa, como veremos. A emergência e agravamento de dificuldades económico-sociais conduziram a reacções da comunidade, com o objectivo de encontrar soluções próprias para os problemas sentidos ao nível local. Na actualidade, verifica-se que, na primeira linha de auxílio às pessoas idosas, aos deficientes mentais e aos desapossados estão, para além da Igreja Católica, “instituições não governamentais de caridade que têm sido criadas pelos portugueses, [cuja acção extravasa a comunidade].”² De facto, apesar da boa vontade da rede de igrejas, muitas não possuem um sistema de apoio social sofisticado, como sucede com a de Santo António dos Portugueses, cuja estrutura consiste nos clérigos e no grupo de caridade local. “Fazemos um peditório mensal, as pessoas já sabem e contribuem para os pobres. (...) Vamos atendendo, pontualmente, a casos que são apresentados. Portanto, um serviço organizado, não temos.”³ Em Pretória, só por volta de 1995 é que se iniciou “a festa dos pobres, que era a Imaculada Conceição, para angariar fundos (...), porque se começou a dar conta de que havia muita gente necessitada, [devido ao] desemprego, casos de doença [e às reduzidas] pensões sociais.”⁴ É essencialmente desta forma que os clérigos

¹ *O Século de Joanesburgo*, 1 de Março de 1976, p.5.

² Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com o Padre Manuel Magalhães, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

tentam diminuir as carências na comunidade, recorrendo sobretudo à boa vontade dos seus paroquianos,¹ incluindo os luso-descendentes, os quais têm tido uma função de grande relevo nesta acção social. De facto, desde há décadas que, nos bairros de residência dos portugueses, surgiram grupos de jovens ligados às igrejas católicas locais, das quais constituem extensões no terreno, sendo a sua obra actualmente indispensável, pois muitas pessoas menos afortunadas, incluindo de outras etnias e raças, dependem da sua existência.² A dedicação de muitos destes jovens de origem portuguesa reflecte-se no reconhecimento público do mérito das suas actividades, que concertam com o pároco local e que incluem visitas a lares de idosos, acompanhamento de enfermos, apoio a viúvas, ofertas de cabazes de Natal, distribuição de roupas e alimentos, bem como angariação de fundos.³ A solidariedade não tem filiação religiosa, existindo grupos de luso-descendentes ligados a outros credos que não o catolicismo que também prestam uma assistência social comunitária, como o Departamento de Jovens da Igreja Adventista do Sétimo Dia, de Turffontein.⁴ Esta inclusão noutros credos justifica uma análise aprofundada, por forma a detectar qual a extensão do fenómeno e eventuais consequências na coesão da comunidade.

3. Manutenção e Erosão do Catolicismo na Comunidade

Baptista Júnior resumiu bem a postura do emigrante português face à religião, o qual, “por índole, é católico; às vezes é indiferente, mas raramente é ateu ou filiado noutra credo.”⁵ Em 1971, Botha constatou que 83% dos 100 inquiridos no seu estudo eram católicos, pertencendo 4% à Igreja Reformada Holandesa, subscrevendo então a observação de Davie, datada de 1949, de que “o típico português é um católico romano devoto,”⁶ algo consubstanciado ainda por Leal e

¹ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 19 de Outubro de 1987, p.15.

² Comunicação Pessoal com o Padre Manuel Magalhães, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 19 de Maio de 1980, p.10, de 15 de Novembro de 1982, p.29, de 29 de Setembro de 1986, p.11, de 22 de Dezembro de 1986, p.14, de 23 de Julho de 1990, p.6.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 15 de Dezembro de 1986, p.33.

⁵ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.19.

⁶ Botha, Simon Christoffel Jacobus, *Enkele Faktore Wat die Inskakelingsvatbaarheid Van 'n Groep Portugese Immigrante aan die Witwatersrand Bepaal*, MA-Verhandeling, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Roodepoort, 1971, pp.80-81. Consultar também Davie, M.R., *World Immigration*, MacMillan, New York, 1949, p.177.

pelos dados de Schutte, de 1989, cuja amostra de 1 078 indivíduos atestou um predomínio de 87% de católicos.¹ Segundo dados oficiais sul-africanos, em 1970 e 1991 os católicos romanos caucasianos ascendiam a cerca de 305 000 e 315 000, respectivamente,² pelo que os portugueses constituíam uma minoria religiosa neste segmento populacional, composto por 96% de cristãos, 50% dos quais africaners, que se distribuíam pelas diversas vertentes calvinistas da Igreja Reformada Holandesa.³ Ao nível da primeira geração, socializada em Portugal, verifica-se assim uma estabilidade da fé católica ao longo das décadas, sendo os dados mais escassos no que se refere aos luso-descendentes. Não obstante, é um facto que a Igreja Católica Portuguesa sempre procurou fomentar a unidade familiar e integrar os mais jovens da comunidade no seu seio, processo iniciado com o baptismo. Neste objectivo, a Igreja e as famílias portuguesas convergiram esforços. Na verdade, a influência da família foi determinante na manutenção da ligação ao catolicismo, uma vez que a educação católica começava no seio familiar, o que incluía deslocações regulares à igreja, onde à liturgia se seguiam frequentemente convívios sociais. Desta forma, o jovem era enquadrado na Igreja através da família e das suas relações sociais, que se concentravam nas reuniões comunitárias aos fins de semana. Por outro lado, existia ainda um percurso bem definido para as crianças, as quais, antes de efectuarem a primeira comunhão, frequentavam a catequese, o que continua a suceder, mas em menor grau, designadamente nas igrejas de Mayfair e de Brentwood Park.⁴ O inquérito de Quail permite-nos constatar que a maioria dos 413 jovens portugueses abrangidos no seu estudo não considerava negativa esta ligação à Igreja, pois “69,1% dos rapazes e 78,3% das raparigas [viam favoravelmente] a religião e a Igreja.”⁵ E em 1995, 96,2% dos luso-descendentes inquiridos por McDuling professavam a religião católica, sendo 1,8% protestantes e militando uma percentagem idêntica nas testemunhas de Jeová,⁶ tendo os dados que foi possível obter em 2000 confirmado esta tendência para a manutenção dos jovens na crença religiosa dos pais. Para este facto terá contribuído decisivamente a estreita ligação entre a fé e a identidade comunitária. McDuling menciona um estudo de Steinberg, de finais da década de 1970, o qual observara que as comunidades portuguesa e grega tinham pontos comuns, sendo “a religião (...) uma importante componente na manutenção da identidade, (...) uma influência estabilizadora, [que] protege a identidade do recém-chegado. É

¹ Cf. Leal, Luus, *ibidem*, p.52 e Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.42.

² Segundo o South African State Department of Information, *op.cit.*, 1978, p.758, e o South African Institute of Race Relations, *op.cit.*, 1994, p.89.

³ De acordo com Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.20.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre Manuel Magalhães, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

⁵ Quail, David Lockwood, *ibidem*, p.70.

⁶ Cf. McDuling, Alistair James, *ibidem*, pp.86-98.

por isso que as minorias são por vezes conhecidas como subcomunidades religiosas.”¹ Na verdade, em 1977, os portugueses eram descritos pelos sul-africanos, entre outras coisas, como católicos,² ou seja, a religião, para os portugueses e para outros grupos, constituía uma parte indissociável da sua identidade, pelo que qualquer afastamento “da sua cultura ou da Igreja Católica Romana [era] olhado de forma severa pela família e amigos.”³ No entanto, a comunidade não é imune às influências de outras igrejas e credos, ocorrendo dissidências, como se constatou nos dados acima referidos, tendo uma minoria aderido ao protestantismo, sobretudo à Igreja Reformada Holandesa, bem como a outro tipo de cultos. A auscultação de clérigos da comunidade permitiu clarificar quais as principais influências não católicas às quais os portugueses se mostram permeáveis, procurando-se, paralelamente, identificar as causas de tal fenómeno e situá-lo no tempo. Note-se que, independentemente do enorme empenho dos clérigos que têm servido a comunidade ao longo das décadas, se analisarmos o seu número, limitado pelas disponibilidades da Igreja Católica em Portugal, verificamos que seria impossível manterem vivo o catolicismo sem a devoção profunda dos portugueses. Por outras palavras, *a comunidade desejou manter-se católica*. Em Setembro de 1974, por exemplo, existiam apenas 6 missionários portugueses que proviam a toda a comunidade na África do Sul, que ascendiam a 11 em 1983, ano em que já se estimavam em 600 000 os portugueses radicados no país.⁴ Por outro lado, no seio desta comunidade, só em 19 de Novembro de 1995 ocorreu a “primeira ordenação, em Joanesburgo, de [um] padre diocesano de língua portuguesa,”⁵ António Nunes, na paróquia de *St. Patrick*, em La Rochelle, o qual não foi colocado numa zona residencial lusa mas no Soweto, devido à nova política do bispado, que consiste em tentar colmatar o fosso racial no país.⁶ Actualmente, há “10 capelães que (...) asseguram o serviço religioso católico à comunidade portuguesa,”⁷ nem todos portugueses, como verificámos, explicando este déficit de clérigos que a maior parte dos portugueses assista à missa nas igrejas católicas

¹ McDuling, Alistair James, *ibidem*, p.33. As conclusões de Steinberg foram publicadas em 1978 no N.º 18 do *South African Journal of Sociology*, com o título de “A Note on Immigrants and Religion in a South African City”.

² Segundo o *Rand Daily Mail* de 6 de Abril de 1977, s.p.

³ *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, p.58.

⁴ Cf. Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, *idem*, 1975, p.36, Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, *op.cit.*, 1984, p.9, Nogueira, Eurico Dias, *op.cit.*, p.7 e *Rand Daily Mail* de 6 de Abril de 1977, s.p.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 13 de Novembro de 1995, p.21.

⁶ Enviando padres caucasianos para bairros africanos e clérigos africanos para zonas de europeus. Ver ainda *Notícia*, Ano V, N.º 58, Dezembro de 1995, p.28.

⁷ *Jornal de Notícias*, 4 de Agosto de 2001, p.5.

sul-africanas, que não possuem padres lusos.¹ Paralelamente, como referido pelo responsável pelas paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, há uma tendência dos mais novos para mudarem de residência, mantendo, no entanto, o hábito de regressarem à zona geográfica onde nasceram e cresceram, para visitar os pais, em cuja companhia alguns participam esporadicamente na missa dominical. Desta forma, são os paroquianos da primeira geração, residentes na zona, os que mais estão envolvidos nas actividades religiosas das suas igrejas, realidade aplicável às diversas áreas em que se situam as igrejas lusas, ou nas quais os portugueses constituem a maioria dos fiéis. Para além do afastamento geográfico que se verifica em relação aos luso-descendentes, na década de 1990, a tendência para a saída da África do Sul de portugueses também afectou a afluência às igrejas, como McDuling referiu no que respeita a Mayfair.² A diminuição das congregações, derivada da mudança de residência e de país é assim um factor de relevo no panorama religioso da comunidade.

Apesar da escolha dos portugueses ter recaído, no geral, na vinculação à fé do seu país de origem, a dificuldade dos poucos clérigos lusos em proporcionarem um apoio directo e contínuo a toda a comunidade explica, em parte, algumas dissidências. Este fenómeno, ao contrário do que seria de esperar, começou com elementos da primeira geração e não com os luso-descendentes. Podemos situar temporalmente a adesão a outras crenças na década de 1970, período em que parece ter adquirido alguma consistência, percepção reforçada pelos media sul-africanos que, em 1977, referiam que “alguns [portugueses] estão já a afastar-se do catolicismo em direcção [às] Igrejas Protestante, Assembleia de Deus e Reformada Holandesa.”³ Note-se que estas recorriam aos serviços de clérigos brasileiros, que colocavam em bairros portugueses, por forma a ultrapassarem os obstáculos linguísticos em relação à comunidade. No total, em meados da década de 1970, estimava-se que cerca de 2 600 portugueses tinham abandonado o catolicismo e aderido a estas igrejas, surgindo assim, em Pretória e Joanesburgo, a Igreja Evangélica Portuguesa, ou Assembleia de Deus – cujo primeiro templo luso data de 1962 – e a Igreja Reformada Portuguesa, uma ramificação da homóloga Holandesa.⁴ Esta situação de potencial erosão suscitou preocupações da Igreja Católica lusa quanto à fé dos luso-descendentes, criticando-se a falta de convicções dos elementos da primeira geração,⁵ concluindo alguns que os continentais

¹ Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

² Cf. McDuling, Alistair James, *ibidem*, p.233.

³ *Rand Daily Mail*, 6 de Abril de 1977, s.p.

⁴ De acordo com Comunicação Pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Pretória, 14 de Julho de 2000, *Rand Daily Mail*, 6 de Abril de 1977, s.p. e Leal, Luus, *ibidem*, p.52.

⁵ Ver Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, *ibidem*, 1975, p.21.

e os madeirenses eram os mais e menos propensos à conversão, respectivamente, enquanto os refugiados se situariam no meio termo, sendo que alguns destes poderiam ser atraídos por uma facilitação da sua permanência no país.¹ No entanto, só “um muito reduzido número de refugiados de Angola e de Moçambique que receberam auxílio da *Afrikaans Dutch Reformed Church* se tornaram membros desta igreja.”² Os madeirenses constituem, assim, o núcleo mais arraigado do catolicismo na comunidade, sendo os que mais frequentam as igrejas, exprimindo-se este conservadorismo no facto de recentemente terem incluído no seu espaço associativo, em Alberton, uma capela.³ Apesar de não ser um fenómeno expressivo, sendo consensual a opinião de que a comunidade permanece católica, na década de 1970 já existiam membros portugueses de entidades como a Igreja Rhema, Adventistas do Sétimo Dia e, mais recentemente, da Assembleia de Deus, que disponibilizam serviços religiosos em Português, usualmente por intermédio de brasileiros.⁴ Os párocos comunitários continuam a fomentar a coesão do grupo luso nesta vertente, mas estão conscientes de que na África do Sul, um país com características modernas e graves problemas económico-sociais, existe uma concentração das preocupações dos pais no “futuro dos filhos na sociedade, mais do que [com] o futuro dos filhos na Igreja.”⁵ E como “a comunidade portuguesa na África do Sul está a diminuir, devido ao número de famílias que regressam à sua terra, [é fundamental] rejuvenescer esta comunidade. Para tal é necessário acolher e entusiasmar os mais novos, [para] que sintam esta Igreja como sua.”⁶ Mas existem outros problemas, conforme constatámos em capítulo anterior, como o facto de hoje as crianças luso-descendentes dominarem “melhor o Inglês que o Português, [pelo que] grande parte [frequenta a catequese] em igrejas inglesas,”⁷ não se tratando neste caso de um afastamento do catolicismo mas sim das igrejas portuguesas, que acresce à dinâmica residencial descrita. Por outro lado, tentou-se verificar, ao nível dos luso-descendentes, se os casamentos extra-comunitários têm contribuído para a erosão do catolicismo. Uma auscultação geral dos clérigos permitiu constatar que, hoje, os portugueses tendem crescentemente a casar indiscriminadamente dentro e fora da comunidade,

¹ Segundo o *Rand Daily Mail* de 6 de Abril de 1977, s.p.

² *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, p.58.

³ Ver *O Século de Joanesburgo* de 23 de Novembro de 1998, p.8 e de 19 de Junho de 2000, p.7.

⁴ Cf. o *Sunday Express* de 13 de Maio de 1984, s.p., Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, ibidem, p.124, Schutte, Carel Daniel, ibidem, p.42, McDuling, Alistair James, ibidem, p.182 e Comunicações Pessoais com os Padres António Nunes, Hernando Villada, Miguel Lemos e Frei Gilberto Teixeira.

⁵ Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

⁶ Gabriel, Padre Carlos, De Souza, Irmã Clarissa, Oleastro, Silvio, ibidem, p.61.

⁷ Comunicação Pessoal com o Padre Miguel Lemos, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

com sul-africanos e membros de outras diásporas. Esta situação era rara no passado, sobretudo tendo em conta o peso da Igreja Católica nas diversas fases da vida de um português na África do Sul, como nos baptizados das crianças, que são dias de festa em que o elemento religioso está muito presente, sendo os padrinhos normalmente os parentes ou amigos pertencentes à comunidade. A mesma lógica direccionada para o interior do grupo luso aparece nos casamentos, que até há alguns anos se processavam, “por norma, dentro da comunidade, [seguindo] o ritual (...) da Igreja Católica e os costumes (...) dos portugueses,”¹ não se encorajando no passado uniões com outros grupos populacionais, que suscitavam, por vezes, reacções desfavoráveis por parte das famílias portuguesas.² Esta atitude, abordada no capítulo anterior, tem hoje outros contornos, mas os pais continuam a exercer uma forte influência sobre os descendentes, preferindo casamentos com elementos portugueses. Como referiu um empresário madeirense do sector da distribuição, em relação aos filhos, “dentro do possível, tentei convencê-los a casarem com mulheres portuguesas, porque é a nossa tradição.”³ Socializados na África do Sul, hoje muitos luso-descendentes “decidem conviver ou repartir a vida com pessoas de outra religião, [começando] alguns (...) a frequentar outra igreja, para evitarem problemas conjugais, o que se traduz num afastamento da comunidade religiosa lusa. Estes matrimónios ocorrem usualmente com outros grupos caucasianos, resumindo-se as exigências da Igreja Católica, no caso de uniões religiosas, à aceitação, por parte do nubente de outra crença, de aceitar a condição de educar os filhos na fé católica.⁴ Através dos registos dos diversos templos, nota-se uma tendência para a diminuição dos casamentos dos luso-descendentes pela igreja, que pode ser um reflexo do movimento de saída da África do Sul, a par do facto de muitos escolherem igrejas inglesas, devido ao desconhecimento da língua portuguesa por parte do consorte,⁵ justificando onexo entre a língua e a esfera religiosa uma análise mais aprofundada.

¹ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.23.

² Ver, por exemplo, o *Rand Daily Mail* de 7 de Abril de 1977, s.p.

³ Comunicação Pessoal com Ramiro Jorge, em City Deep, Joanesburgo, 18 de Abril de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000 e Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com os Padres Manuel Magalhães e Miguel Lemos, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

4. Fé, Tradições Religiosas e Reprodução da Identidade Cultural

Os portugueses transportaram para a África do Sul a sua fé e a sua forma de viver. A seu pedido, a Igreja Católica acompanhou-os e tem contribuído para a afirmação da identidade étnica comunitária, cujas manifestações culturais públicas – usualmente de cariz lúdico – começaram a adquirir relevo nos espaços religiosos, a propósito de eventos mais ou menos solenes. O melhor exemplo da miscelânea do sagrado, do profano e de símbolos nacionais é o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que, já na década de 1960, era assinalado na Igreja de Nossa Senhora de Fátima “com discursos do pároco e do Cônsul português, missa, procissão e arraial.”¹ Subsequentemente, surgiram diversos espaços associativos, que complementaram as actividades das igrejas, entidades que, a par das famílias, constituem o tripé de sustentação da herança cultural lusa na comunidade.² Baptista Júnior explica de forma soberba o choque entre o impacto da inserção dos portugueses na sociedade sul-africana e o desejo destes de manterem os seus referenciais, ao mencionar que “receiam sair do seu ambiente católico; apegam-se, cada vez mais, às suas tradições, fazendo da religião o mais importante elemento da vida quotidiana, procedendo de forma a confundir-se o «ser cristão» com o «ser português». São traços característicos dessa atitude, a atmosfera cristã do lar, (...) a missa dominical (...) e as festividades tradicionais da Igreja.”³ Na comunidade, esta tem actuado como guardião de um conjunto de crenças e de comportamentos, procurando a “preservação de valores que não queria ver perdidos e adulterados pela cultura dominante, [assumindo-se como] um elemento essencial para conseguir que o (...) «arquipélago» comunitário dispusesse de vida própria, [como] nas celebrações dos ritos de passagem, (...) fundamentais para manter a caracterização étnica do grupo.”⁴ Na África do Sul, observam-se os costumes e as tradições católicas do baptismo aos funerais, existindo nos cemitérios sectores para diferentes religiões,⁵ o que beneficiava o sentido de identidade, étnica e religiosa, uma vez que conduziu a uma concentração de campos de portugueses no espaço correspondente, como em West Park, no norte de Joanesburgo. O funeral não significa o fim das manifestações de religiosidade, dado que “uma qualidade típica dos portugueses (...) é

¹ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.33.

² Consultar também Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.133.

³ Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.20-21.

⁴ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.125.

⁵ Cf. Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.23.

o seu grande culto para com os seus mortos, não olvidando a sua memória e prestando significativas homenagens póstumas.”¹ Para além das diferentes cerimónias “pessoais” que ocorrem ao longo da vida de um elemento da comunidade, naturalmente cumpre-se o hábito colectivo “de celebrar algumas festividades do calendário litúrgico católico, [como o] Natal, [a Páscoa e] os santos padroeiros das suas igrejas.”² Recorde-se que as numerosas festas – religiosas e populares – surgiram originalmente por iniciativa das igrejas portuguesas, às quais se seguiram as das associações, fomentando a presença regular nas missas o contacto com conterrâneos, sendo o adro da igreja ainda hoje um importante pólo agregador, um ponto de encontro privilegiado, sobretudo nos fins de semana. Na verdade, o dinamismo e a capacidade de intervenção da Igreja nas diferentes esferas comunitárias tornaram-se possíveis integrando nos espaços de fé uma vertente lúdica, visando conceder sustentabilidade aos vários projectos, de cariz social, educacional e relacionados com a edificação e melhoramentos dos templos, adquirindo desta forma a Igreja uma posição de relevo no panorama cultural da comunidade. As festas religiosas, além da missa, também incluem por vezes procissões, frequentemente seguidas de um arraial, com música e gastronomia típicas, recriando-se o ambiente que se vive em Portugal nestas ocasiões. Um outro aspecto da preservação da identidade lusa por parte da Igreja prende-se com a utilização exclusiva da língua portuguesa nas igrejas comunitárias de Joanesburgo e Pretória, durante décadas. No presente, a maioria do trabalho pastoral do reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima é efectuado em Português, enquanto que em Mayfair somente se recorre a esta língua, por forma a manter a própria identidade da Igreja de Santa Maria dos Portugueses.³ Neste aspecto, a comunidade também se revela bastante ciosa, tendo Da Rosa e Trigo sublinhado que as pessoas preferem a “liturgia (...) em língua portuguesa, não porque tivessem dificuldades de maior noutras línguas, em que também se fazia o culto católico, mas porque lhes pareceria uma traição à portugalidade terem de rezar ao seu Deus em estrangeiro.”⁴ Esta reserva linguística não se resume às paróquias “étnicas”, uma vez que há décadas é possível assistir a missas em Português noutros locais de Joanesburgo onde residem muitos portugueses que não prescindem de vivenciar a sua fé na língua de origem, como em Springs, Germiston, Malvern, Belgravia ou Kensington.⁵ Por outro lado, apesar de a acção da

¹ *O Século de Joanesburgo*, 24 de Junho de 1996, p.27.

² Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.126.

³ Comunicação Pessoal com os Padres Carlos Gabriel e Miguel Lemos, em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

⁴ Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *ibidem*, p.124.

⁵ Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000 e Padre Hernando

Igreja Católica portuguesa ter privilegiado os grandes centros urbanos, não se resumiu a estes espaços, tendo sido criados “centros de catequese em Português disseminados pelos vários recantos”¹ da antiga província do Transvaal. No entanto, é um facto que, “no resto do país, os fiéis portugueses ouvem missa em Inglês ou dita em Português por padres estrangeiros.”² A situação da língua portuguesa nas igrejas que servem a comunidade tem vindo a sofrer pressões, sobretudo devido às novas gerações. Este é um fenómeno que afecta sobretudo as paróquias que não são portuguesas e nas quais se detecta uma tendência crescente para o bilinguismo. O estudo de McDuling proporciona alguns dados úteis ao nível de 54 luso-descendentes, dos quais 51,8% preferiam que os serviços se processassem em Inglês, 22,2% em Português e 25,9% em ambas as línguas, resultando estas opções da percepção de que os serviços em Inglês são mais curtos e mais fáceis de entender, tendo muitos dificuldade em acompanhar o rápido ritmo dos clérigos que usam o Português e existindo alguns jovens que apenas sabem rezar em Inglês.³ Em virtude deste facto, hoje, na Igreja de *St. Patrick*, em La Rochelle, as missas já são ministradas em Português e em Inglês, o mesmo se aplicando à Igreja de *Holy Angels*, em Bezuidenhout Valley, cujos paroquianos portugueses da primeira geração privilegiam liturgias em Português, enquanto os luso-descendentes estão mais à vontade com o Inglês.⁴ Este facto conduziu também as Igrejas de Nossa Senhora de Fátima e de Santa Maria dos Portugueses a proporcionarem, por vezes, serviços religiosos em língua inglesa, numa tentativa de adaptação à realidade linguística comunitária, crescentemente bilingue.⁵ Considerando que no quotidiano da rede de igrejas que serve a comunidade predominam os paroquianos da primeira geração, os que dominam o Português enquanto língua materna, como também notou McDuling, a influência da Igreja Católica – e sobretudo das paróquias étnicas – na defesa do Português tem tendência para se esbater no que respeita aos luso-descendentes, não só porque muitos já não dominam bem o Português como por poderem assistir à missa católica em numerosos locais, em Inglês. Assim, “o laço ou a relação com a igreja portuguesa (...) quebra-se.”⁶ Actualmente, é este cenário que os escassos prelados lusos

Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

¹ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.22.

² Leal, Luus, *ibidem*, p.52.

³ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.114.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre Gerhard Hattingh, pároco da Igreja de *St. Patrick*, em La Rochelle, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000.

⁵ Cf. Comunicação Pessoal com Frei Gilberto Teixeira, Clérigo Franciscano da Igreja de Santa Maria dos Portugueses, Pretoria West, 10 de Junho de 2000 e McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.116.

⁶ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.150.

procuram contrariar, mas recusando prescindir da identidade portuguesa das suas paróquias. McDuling relembra as considerações de Pütz no seu estudo sobre a comunidade alemã na Austrália, em que este referia que “a pertença a uma denominação religiosa (...) parece promover a manutenção da língua, que, por sua vez, sublinha a importância de uma combinação de domínios, i.e., religião, etnicidade e língua.”¹ Podemos assim detectar um possível caminho a seguir: evitar as dissidências na congregação, promover a sua unidade face às incursões de outras Igrejas e manter a utilização do Português nas paróquias étnicas. Tal não pode passar pela exclusão do Inglês, a verdadeira língua materna dos luso-descendentes, mas é óbvio que todo este processo estará destinado ao fracasso sem uma revisão da oferta da educação em Português, como explicitado no capítulo IV. No fundo, se a língua portuguesa continuar a registar uma erosão nas novas gerações, como tem sucedido, a existência de paróquias portuguesas poderá deixar de fazer sentido, uma vez que os luso-descendentes são o futuro da comunidade. É por isso fundamental mantê-los vinculados à identidade portuguesa, não de uma forma exclusivista mas sim consentânea com a realidade da sua integração na sociedade sul-africana.

¹ McDuling, Alistair James, *ibidem*, p.30. O autor alemão publicou as suas principais conclusões em 1991, no 12.º Número do *Journal of Multilingual and Multicultural Development*.

VIII – DO APARTHEID À POBREZA SEM FRONTEIRAS: OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS NA COMUNIDADE

1. Prosperidade e Pobreza na Comunidade

Ao chegar à África do Sul, os portugueses, reconhecidos por todos como árduos trabalhadores, inseriam-se na categoria racial que beneficiava do domínio do Estado, o que lhes permitiu, na maior parte dos casos, prosperar. Se excluirmos o período de chegada dos refugiados das ex-colónias lusas, verificamos que as referências à pobreza no seio da comunidade eram raras até ao final da década de 1980. No seu estudo de 1989, Schutte atestou que, de entre cerca de 1 060 portugueses inquiridos, 75% consideravam as suas condições de vida medianas ou boas, encarando o futuro com optimismo.¹ Mas nesse mesmo ano, após uma década em que a economia crescera, em média, cerca de 1%, iniciou-se um período de recessão, que se estenderia até ao final de 1992.² E em 1994, a base sociopolítica que contribuía para o sucesso económico dos imigrantes de origem europeia ruiu. O Governo de Unidade Nacional, liderado por Nelson Mandela, procurou um equilíbrio entre a necessidade de “unificar pacificamente o país e ultrapassar os obstáculos do crescimento económico.”³ O resultado foi o *Reconstruction and Development Programme*, ou RDP, política socioeconómica de cariz estrutural que contemplava a construção de uma nova identidade nacional multicultural e a eliminação das desigualdades,⁴ através de alterações socioeconómicas profundas e do desenvolvimento económico. A concretização dos objectivos definidos dependia de um crescimento anual em torno dos 5%, acompanhado

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.54.

² Consultar South African Communication Service, *South Africa Yearbook 1996 e South Africa Yearbook 1997*, South African Communication Service, Pretoria, 1996, p.231 e p.246.

³ Cramer, Christopher, ‘Rebuilding South Africa’, *Current History*, Maio de 1994, p.208.

⁴ Ver African National Congress, *The Reconstruction and Development Programme: a Policy Framework*, African National Congress, Cidade do Cabo, 1994. Consultar ainda Republic of South Africa, *White Paper on Reconstruction and Development*, s.l., 1994.

da criação de 300 a 500 000 postos de trabalho,¹ para fazer face às expectativas e necessidades da população. No entanto, a pesada herança de desigualdade social do *apartheid* e a “falta de pessoal especializado para formular e implementar o programa”,² tornaram impossível atingir as metas desejadas. Mais simplesmente, Mandela desejava acelerar um processo de libertação económica e social dos africanos, mas a obtenção de resultados imediatos revelou-se incompatível com a morosidade inerente a quaisquer reformas profundas. E é neste contexto, marcado por um elevado índice de desemprego, fomentado por uma gigantesca imigração ilegal, que o crime se multiplicou e se transformou no principal problema do país. Para um crescente número de famílias lusas, a nova África do Sul significou também desemprego e pobreza, devido ao clima de recessão, pelo que, no início da década de 1990, contrastando com o sentimento optimista existente em 1989, o desânimo instalou-se na comunidade. Os receios e as dúvidas quanto ao que o futuro reservava generalizaram-se e afectaram negativamente os investimentos no país, contribuindo para um ciclo vicioso difícil de quebrar, em grande parte devido à crescente criminalidade, que por sua vez derivava do astronómico índice de desemprego, numa sociedade em que a maioria da população não possuía acesso a qualquer tipo de segurança social. Em finais de 1992, já eram conhecidos centenas de casos de portugueses com graves carências, existindo inclusivamente situações de fome. Giorgio Pagan, da direcção da Sociedade Portuguesa de Beneficência, confirmou que, em 1993, esta instituição já distribuía alimentos a dezenas de famílias, na sua maioria com uma reduzida escolaridade e, por isso, mais expostas à recessão. O crime também estava na origem das dificuldades de algumas senhoras, que perderam os seus esposos e enfrentavam agora a vida sozinhas.³ Os portugueses mais qualificados também acabariam por ser afectados pela crise económica, pelo que, num curto espaço de tempo, a situação comunitária sofreu significativas alterações. As transformações políticas provocaram o desaparecimento das condições sobre as quais se edificou o percurso económico dos portugueses, surgindo variáveis novas, como a concorrência laboral *de facto* entre todos os segmentos da população. A existência de acentuadas disparidades ao nível da educação e da qualificação profissional conduziram o Governo sul-africano à adopção de um extenso programa de discriminação positiva, em contraposição à negativa que existia no *apartheid*, visando compensar a população africana e elevar o seu estatuto em todas as esferas da sociedade, tanto no que respeita ao acesso aos postos de trabalho como à gestão de empresas, públicas e privadas. O *Employment Equity Act*, de

¹ Ver South African Communication Service, *South Africa Yearbook 1995*, South African Communication Service, Pretoria, 1995, p.220.

² Ver Fitzgerald, P., McLenan, A., & Munslow, F., (eds.), *Managing Sustainable Development in South Africa*, Oxford University Press, Cidade do Cabo, 1995.

³ Segundo o *Diário de Notícias* de 1 de Maio de 1993, p.10.

1998, é uma das leis mais importantes, visando “a adopção de medidas positivas para diminuir os desequilíbrios sociais,”¹ enquadrado pelo *Labour Relations Act* de 1995 e complementado por outras regulamentações, como o *Basic Conditions of Employment Act* e o *Skills Development Act*, de 1997 e 1998, respectivamente. Esta nova realidade tem provocado algumas reacções negativas no tecido social sul-africano, que se manifestam em certas percepções, como a de que se está a promover um novo *apartheid*, que prejudica os caucasianos. Os privilégios concedidos aos africanos pela política governamental de *affirmative action* têm contribuído para que os europeus sintam maiores dificuldades em obter colocação no mercado de trabalho, mesmo quando possuem qualificações técnicas, devido à existência de quotas, consentâneas com a demografia do país. Desta forma, a minoria dos 13% de europeus que beneficiou do anterior regime político tem hoje de ceder a prioridade aos segmentos menos favorecidos, que abrangem 87% da população, não europeia. No âmbito da comunidade lusa, esta nova situação tem sido particularmente sentida pelos luso-descendentes, originando mesmo o abandono do país, questão abordada no último capítulo.

2. Os Mecanismos de Protecção Social de Portugal e da África do Sul

Os instrumentos sul-africanos de protecção social mais importantes são os apoios destinados aos desempregados e aos carenciados, através do que podemos designar como um rendimento mínimo. Em relação às pensões, a legislação sul-africana mais relevante é o *Social Assistance Act* de 1992.² Em termos gerais, o trabalhador por conta de outrem, inscrito no *Unemployment Insurance Fund*, tem a hipótese de optar por receber as verbas correspondentes aos seus descontos laborais de forma faseada ou de uma só vez. A responsável pelos serviços sociais do Consulado-Geral de Joanesburgo, Vera Nazareth, explicitou que, no sistema sul-africano, a obrigatoriedade de realizar descontos não existe como a conhecemos em Portugal. Por exemplo, uma pessoa trabalha por conta de outrem durante 3 anos e desconta 4 a 7% sobre o seu ordenado. Qualquer das partes apenas tem de conceder um prazo de notificação de despedimento de 24 horas, recebendo a pessoa a totalidade do que descontou durante os 3 anos. Se

¹ *The Mercury*, 9 de Agosto de 1999, p.1.

² Cf. a *South African Government Gazette*, Number 20235, Vol. 408, Pretoria, 25 June 1999. Ver ainda o *Social Assistance Amendment Act* de 1994 e os *Welfare Laws Amendment Acts* de 1996 e 1997.

trabalhou 20 anos, pode receber a pensão toda em dinheiro ou apenas 1/3, transformando-se o remanescente numa pensão exígua de 500, 800 ou 1 000 randes. Assim, o número de anos de que usufrui desta pensão (os outros 2/3 da verba) depende do esquema por que optou.¹ Não são raros os casos em que as pessoas utilizam os montantes recebidos para pagar os empréstimos que contraíram para adquirir a sua habitação, resultando no rápido esgotamento das verbas disponíveis, entendendo-se assim porque é que há portugueses com casa própria mas sem outra fonte de rendimentos que não a reduzida pensão social sul-africana, que em 2000 era de 520 randes,² ou 78 euros. Estes direitos concedidos pelo Estado sul-africano revelaram-se insuficientes, não impedindo que as condições de vida de muitos portugueses se degradassem, num contexto em que o país enfrenta enormes desafios económico-sociais. A explicação é simples: o alcance do auxílio estatal sempre foi limitado, devido à escassez de recursos. “A África do Sul não [tem] possibilidades de sustentar uma rede alargada de segurança social [e] a política oficial é encorajar os grupos dependentes a olharem por si próprios, em vez de se tornarem receptores passivos da segurança social.”³ Existe assim uma reconhecida fragilidade no sistema, estando o actual Governo sul-africano a envidar esforços no sentido de conjugar as potencialidades do Estado e as do sector privado. Tendo em conta o problema de desemprego na África do Sul, facilmente se conclui que qualquer verba é insuficiente para prover a todos e, no caso específico dos portugueses, apenas se aplica aos elementos economicamente activos. Estes são ainda hoje a maioria da comunidade, mas cerca de 19% das pessoas da primeira geração têm actualmente uma idade igual ou superior a 60 anos. E se incluirmos as que têm mais de 50 anos, chegamos a um valor de 43%. Assim, o envelhecimento significa que, dentro de alguns anos, muitos mais portugueses deparar-se-ão com uma situação em que não há garantias de protecção social para além das pensões sul-africanas de reforma e os problemas agravar-se-ão. Uma interrogação surge então: estando numa situação de grande carência, porque é que não optam pelo regresso definitivo a Portugal? As autoridades lusas verificaram que os idosos, “de um modo geral não desejam ser repatriados, em virtude de aí permanecerem há longos anos, onde já criaram raízes.”⁴ Além deste motivo, foi possível constatar que muitos não possuem contactos estreitos com ninguém em Portugal, mesmo que aí tenham familiares. Assim, confrontados com a perspectiva do isolamento social (ficarem sós), preferem permanecer na África do Sul, vivendo com dificuldades. Ciente da evolução da realidade descrita,

¹ Comunicação Pessoal em Bruma, Joanesburgo, 6 de Junho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Vera Nazareth em Bruma, Joanesburgo, 6 de Junho de 2000.

³ Editors Inc, *SA 2000-01 South Africa at a Glance*, Editors Inc, Craighall, Johannesburg, s.d., p.52.

⁴ *Notícia*, Ano IX, N.º 97, Setembro de 1999, p.35.

Portugal, que em 1999 possuía acordos internacionais de segurança social com 29 países, mas nos quais ainda não se incluía a África do Sul,¹ considerou necessária uma nova abordagem. Na sequência de propostas das Secretarias de Estado das Comunidades e da Inserção Social, foi criado, em 2000, o Apoio Social aos Idosos Carenciados (ASIC) com mais de 65 anos, materializado num subsídio mensal,² “calculado através da média entre os valores da pensão social portuguesa e a (...) do país de residência. No entanto, foi estabelecido um montante mínimo fixo de 30 euros,”³ uma vez que, por vezes, o valor final (a diferença entre o valor das 2 pensões) era insignificante, sendo que o subsídio não poderia ultrapassar a pensão social mínima portuguesa, que em 2000 ascendia a cerca de 150 euros.⁴ Quando em Joanesburgo se tomou conhecimento do ASIC, o Conselho da Comunidade, os clérigos das igrejas lusas e outros elementos da comunidade colaboraram estreitamente com os diplomatas na identificação das pessoas carenciadas. A recepção das inscrições no Consulado-Geral de Joanesburgo começou em 17 de Janeiro de 2000,⁵ tendo ingressado na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, até Julho de 2002, 482 candidaturas provenientes da África do Sul, das quais foram aprovadas 281, permanecendo outras em análise.⁶ Vera Nazareth referiu que a prova do estado de carência não foi feita por muitos candidatos e respectivas famílias, sendo necessário que estas também não possuam condições para auxiliarem os parentes em dificuldades. Se mesmo assim estes critérios forem cumpridos pelos carenciados, é preciso “que *não tenham* [a] nacionalidade do país de residência.”⁷ Entretanto, surgiram anúncios do Consulado referentes às pensões sul-africanas, informando os portugueses da actualização de dados que estava a ser promovida pelas autoridades do país de acolhimento e da existência de um novo bilhete de identidade, sem o qual as pessoas perderiam o direito à pensão social sul-africana. Além disso, *só os portugueses detentores de uma autorização de residência permanente*⁸ e

¹ Ministério do Trabalho e da Solidariedade, *Guia do Contribuinte / Guia do Beneficiário da Segurança Social*, Lisboa, 1999, p.75.

² Em 2002, Portugal aprovou um mecanismo complementar que alarga o âmbito do ASIC, transformando-o em Apoio Social aos Emigrantes Carenciados (ASEC), eliminando o limite de idade. O ASEC apoia pontualmente emigrantes portugueses desaposados por motivos excepcionais (por exemplo, crime e catástrofes naturais) e só se aplica aos casos em que os países de acolhimento não possuam os mecanismos apropriados de garantia de protecção.

³ Notícia da Agência Lusa (Marta Clemente) de 17 de Julho de 2002.

⁴ Cf. Brochura “Uma Política Coerente e Integrada” do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2001, p.2, *Diário de Notícias*, 29 de Novembro de 2000, p.17 e *Notícia*, Ano VII, N.º 80, Dezembro de 1997, p.55.

⁵ Cf. a revista *Notícia*, Ano X, N.º 101, Janeiro de 2000, p.14.

⁶ Cf. Notícia da Agência Lusa (Marta Clemente) de 17 de Julho de 2002.

⁷ Notícia da Agência Lusa (Marta Clemente) de 17 de Julho de 2002. Itálico do investigador.

⁸ Consultar o *Social Assistance Act No. 59* de 1992.

que tivessem solicitado a pensão social sul-africana *antes de Março de 1996* tinham direito a esta,¹ estando excluídos todos os pedidos posteriores. Neste contexto, o Consulado enfatizava que “esta última informação oficial do *Department of Welfare* vem confirmar a conveniência de que os nacionais portugueses adquiriram, com brevidade, a nacionalidade sul-africana, para que possam beneficiar de todas as regalias sociais atribuídas aos cidadãos deste país.”² Esta questão da nacionalidade terá estado na origem de várias situações de inelegibilidade, dado que para beneficiar da pensão social sul-africana um idoso português carenciado tem de ser cidadão sul-africano,³ mas Portugal exclui os que possuam outra nacionalidade. Muitas pessoas ficaram assim numa situação de exclusão face a ambos os sistemas, devido às respectivas exigências legais. Sucede ainda que diversos idosos perderam o contacto com os seus familiares, frequentemente por indiferença destes, não beneficiando de qualquer apoio de Portugal por vergonha de assumirem a sua condição de pobres, o que dificulta o diagnóstico real da situação na comunidade.

3. As Origens e o Desenvolvimento de uma Assistência Social Comunitária

Até à chegada dos refugiados, em meados da década de 1970, a comunidade não se sentiu compelida a criar instituições de solidariedade, pois não existiam necessidades que o justificassem. Em relação aos desenvolvimentos ulteriores, não sendo possível conhecer e incluir todas as entidades que exercem uma actividade de valor social na comunidade, tentou-se proporcionar uma compilação dos exemplos mais relevantes.

3.1 - A Importância das Academias do Bacalhau

As Academias do Bacalhau têm a sua origem numa refeição entre amigos que decorreu no bairro de Hillbrow, em Março de 1968, em que José Ataíde, Ivo Cordeiro, Rui Pericão e Durval Marques acordaram fundar a Academia do Bacalhau

¹ Estando incluídos na definição de “cidadão sul-africano”. Consultar a *South African Government Gazette*, Number 20235, Vol. 408, Pretoria, 25 June 1999.

² *Notícia*, Ano X, N.º 101, Janeiro de 2000, p.21.

³ O que até há pouco tempo não sucedia no que se refere à maioria das pessoas da primeira geração.

de Joanesburgo no jantar de celebração do Dia de Portugal, em Junho do mesmo ano.¹ Marques é o presidente honorário das Academias do Bacalhau² e clarificou a origem dessas tertúlias e das suas tradições. Escolheu-se a designação de Academia para proporcionar prestígio à entidade no país de residência, enquanto o termo compadre surge como símbolo da amizade entre os membros, bem como o prato de bacalhau das reuniões semanais, o “fiel amigo”, a par do vinho, do azeite e do pão portugueses, importados e de confecção local, respectivamente.³ Desta forma, o participante usufrui de uma refeição portuguesa, independentemente do país onde se encontra. Quanto ao badalo, cujo som se ouve no início e no final do repasto, bem como para conseguir as atenções dos compadres, surgiu “para impor alguma ordem nos almoços. [E o brinde] «Gavião de Penacho» foi importado do Orfeão Universitário do Porto, [ao qual pertenceu Marques] e que era cantado pelos estudantes quando, em grupo, davam azo à sua alegria.”⁴ Os princípios e objectivos das Academias do Bacalhau revelam que são agremiações que almejam mais do que a confraternização entre portugueses, independentemente da sua classe social ou nível cultural. Na realidade, há também um claro desígnio de conjugação de esforços, no sentido de promover o prestígio, a cultura e os valores lusos no país de acolhimento e as relações com outras comunidades. Por fim, existe um compromisso de proporcionar “assistência moral e material entre a comunidade, (...) através da Sociedade Portuguesa de Beneficência.”⁵ As Academias não têm “estatutos ou registos oficiais que as vinculem institucionalmente como associação ou clube [e] têm-se regido (...) por normas que se tornaram consuetudinárias.”⁶ Em Novembro de 1971, estabeleceram-se algumas regras e procedimentos no I Congresso das Academias do Bacalhau, que se realizou em Joanesburgo e seriam adoptados por todas as Academias.⁷ Por exemplo, a entrada de novos compadres, que depende da aprovação dos membros e realiza-se por meio de um tirocínio, usualmente a presença em pelo menos 6 almoços seguidos, a proibição de discutir assuntos religiosos, políticos ou negócios durante as refeições, a igualdade de estatuto entre os membros, eliminando-se quaisquer títulos (académicos ou outros) e a eleição do presidente da tertúlia, que a representa face ao exterior e preside aos almoços. A vertente filantrópica sempre existiu na Academia de Joanesburgo, hoje conhecida por Academia Mãe, inicialmente de forma pontual e depois estruturada na Sociedade Portuguesa de Beneficência.

¹ Cf. Marques, Durval, *Breves Notas sobre a Fundação da Primeira Academia do Bacalhau*, Documento não publicado, Joanesburgo, Dezembro de 1996, p.1.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 28 de Junho de 1976, p.8 e de 3 de Agosto de 1987, p.13.

³ Cf. Marques, Durval, *op.cit.*, pp.1-2.

⁴ Marques, Durval, *idem*, p.1.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 6 de Fevereiro de 1978, p.10.

⁶ Câmara, João Brito, *ibidem*, p.110.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Fevereiro de 1977, p.12.

Quando se tomava conhecimento de casos de pessoas que requeriam auxílio, “o dinheiro (...) aparecia em cima da mesa dos almoços, contribuindo cada um com o que (...) pudesse.”¹ Por outro lado, qualquer quebra das referidas regras significa uma multa pecuniária, aplicada pelo “carrasco”, que reverte para instituições de beneficência. E quando é preciso acumular uma verba mais significativa, realizam-se leilões de peças de arte ou de qualquer outro item, sempre com este fim. Mas o evento que marcou uma viragem nas Academias foi a vaga de refugiados, conduzindo a “que, no IV Congresso das Academias do Bacalhau, realizado na Suazilândia, de 8 a 10 de Novembro de 1974, fosse tomada a decisão de se criar a Sociedade Portuguesa de Beneficência da África do Sul,”² cuja acção se explicita adiante. No entanto, sublinhe-se que a primeira entidade que surgiu no contexto da descolonização foi o Grupo de Bem-Fazer “Os Lusíadas”, em Setembro de 1974,³ que exerceu uma actividade de grande relevo na recepção dos portugueses das ex-colónias que se refugiaram na África do Sul. Após a criação da Academia de Joanesburgo, registou-se uma multiplicação destas tertúlias, que mantiveram as linhas de actuação da Academia Mãe, sendo que em 1998 ascendiam a “quase 30 Academias espalhadas pelo mundo, [com] cerca de 3 000 compadres e comadres.”⁴ Apesar de actualmente já existirem muitas comadres, as Academias permanecem um mundo essencialmente masculino e onde avultam empresários, o que levou McDuling a descrever a Academia Mãe como “uma sociedade para homens de negócios estabelecidos, com mais idade.”⁵ Este predomínio está na origem da percepção de que as Academias são elitistas, mas a explicação é mais simples: a benemerência custa dinheiro e os almoços podem estender-se pela tarde, pelo que é natural que a maioria dos que podem estar presentes possuam uma confortável posição social. Na realidade, “as acções da Academia foram, e são, generosas”⁶ e sem os empresários portugueses o desenvolvimento do sector social da comunidade não teria sido possível, pelo que merecem esse reconhecimento. Em 1990, o então Embaixador de Portugal na África do Sul, José Cutileiro, afirmou que “a Academia tem contribuído, mais do quaisquer outras organizações, para promover o prestígio e o bom nome dos portugueses na África do Sul.”⁷ E o Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, realçou dois aspectos que considerou fundamentais nas Academias: a manutenção de “uma cultura herdada dos nossos navegadores – que sem o bacalhau não

¹ Marques, Durval, *ibidem*, p.3.

² Marques, Durval, *ibidem*, p.3.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 6 de Junho de 1977, p.13.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 29 de Julho de 1998, p.2.

⁵ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.111.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 27 de Junho de 1977, p.8.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 29 de Outubro de 1990, p.11.

podiam sobreviver a bordo das naus – e [a ajuda aos] necessitados.”¹ As Academias constituem um exemplo de relevo, pela “dimensão universal do [seu] espírito, (...) traduzida na esfera armilar como moldura do «fiel amigo» (...). Sem sedes fixas e com normas simples, (...) são hoje um caso inédito de longevidade e de expansão,”² apoiando instituições tão diversas como a Associação Portuguesa de Deficientes Profundos, a Casa do Nazareno, a Casa do Gaiato de Maputo, o Instituto de Deficientes Visuais de Moçambique e a Sociedade Portuguesa de Beneficência.³

3.2 - A Sociedade Portuguesa de Beneficência

Como referido, a chegada de numerosos refugiados originou uma atitude por parte das Academias do Bacalhau. O primeiro presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência (SPB), Durval Marques, explicitou que houve necessidade “de socorrer os portugueses que vieram (...) de Moçambique e depois de Angola, e nada estava estruturado. Improvisou-se (...) e tudo foi concretizado. Mas (...) entendeu-se necessária a criação de um organismo que, efectivamente, ajudasse a comunidade portuguesa.”⁴ Foi então fundada a SPB, hoje de âmbito nacional. “Começou a funcionar em fins de 1975, mas o seu registo oficial só foi feito em 13 [de Março de 1979]. A sua primeira sede ficou instalada (...) na esquina da Polly & Kerk Streets,”⁵ no centro de Joanesburgo, começando de imediato a receber as receitas dos convívios das Academias do Bacalhau, à semelhança do Grupo de Bem-Fazer “Os Lusíadas”, ao qual está ligada a agremiação de Pretória.⁶ A SPB “não pediu ajuda ao Governo, (...) foi patrocinada por homens de negócios da comunidade,”⁷ pelas associações portuguesas, empresas sul-africanas e pessoas anónimas. Além de sustentarem a acção imediata, as verbas angariadas serviram para diversificar os apoios aos refugiados, pois só nos primeiros 6 meses de 1976, “cerca de 2 500 portugueses (...) solicitaram os seus préstimos.”⁸ Emergiu assim um conjunto de serviços que incluíam aconselhamento jurídico para a obtenção das autorizações laborais e de residência, colocação no mercado de trabalho, doações de verbas, vestuário e alimentos, entre outras acções, contando para isso

¹ *O Século de Joanesburgo*, 3 de Agosto de 1987, p.13.

² *O Século de Joanesburgo*, 10 de Outubro de 1994, p.20.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Outubro de 1994, p.20.

⁴ Alves, Marcial, *ibidem*, p.157.

⁵ Marques, Durval, *ibidem*, p.4.

⁶ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 14 de Junho de 1976, p.15, 28 de Junho de 1976, p.9 e de 7 de Fevereiro de 1994, p.9.

⁷ *The Star*, 28 de Maio de 1988, p.6.

⁸ *O Século de Joanesburgo*, 28 de Junho de 1976, p.9.

sobretudo com a generosidade da comunidade. Após este dinamismo inicial, registou-se uma perda de *momentum* e detecta-se claramente a falta do passo seguinte, eventualmente óbvio, de consolidação da SPB e das suas actividades, através de uma estreita colaboração com as colectividades lusas, cujos dirigentes, considerados representantes locais comunitários, ansiavam por uma maior participação em decisões relacionadas com assuntos de natureza social.¹ Tal desejo visava uma acção mais eficaz e constitui o reconhecimento de que a SPB era o núcleo do apoio social à comunidade, “a instituição de recurso dos mais desprivilegiados.”² A direcção da SPB tentou, de facto, obter a colaboração dos clubes portugueses, solicitando-lhes que realizassem festas a seu favor, mas tal não correspondia às referidas pretensões de participação efectiva, pelo que a conjugação de esforços sempre foi limitada, cerceando o desenvolvimento e alcance do sector de assistência social da comunidade. De qualquer forma, a SPB assumia-se “como um departamento assistencial reconhecido pelo Governo sul-africano, [com] técnicos qualificados, [com] um âmbito de acção e de trabalho equivalentes aos dos departamentos sul-africanos com o mesmo objectivo. [No entanto,] todo o auxílio que esta Sociedade presta depende do apoio que a comunidade nos possa dar.”³ Neste sentido, além das colectividades, também as igrejas lusas concediam apoio, disponibilizando instalações para iniciativas como festas de Natal para os portugueses idosos, para os quais surgiu desde cedo o projecto de construção de um lar de terceira idade, sendo que, ao longo das décadas, para além do apoio financeiro a pessoas desfavorecidas, a actuação da SPB também incluiu as vertentes do aconselhamento familiar, jurídico e protecção de órfãos.⁴ A SPB sempre procurou um equilíbrio financeiro, confiando sobretudo na Academia do Bacalhau de Joanesburgo, num contexto em que, com o decorrer dos anos, a vertente de solidariedade das Academias do Bacalhau adquiriu uma grande relevância. Um exemplo disso surgiu em 1985, com a criação, pelos compadres da Academia de Joanesburgo, do *Luso South African Benefit Trust Fund*, para “apoiar as actividades da [SPB].”⁵ A ideia é simples: os juros revertem a favor da SPB, podendo ser canalizados para qualquer outra entidade social de auxílio à comunidade.⁶ A par de muitos beneméritos, mais ou menos anónimos, de empresas portuguesas e algumas sul-africanas, os órgãos de comunicação social da comunidade, designadamente *O Século de Joanesburgo*, também merecem

¹ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 22 de Outubro de 1979, p.5.

² *O Século de Joanesburgo*, 10 de Outubro de 1994, p.20.

³ *O Século de Joanesburgo*, 6 de Agosto de 1981, p.5.

⁴ Ver, por exemplo, Alves, Marcial, *ibidem*, p.157 e *O Século de Joanesburgo* de 20 de Dezembro de 1982, p.8.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 18 de Junho de 1990, p.14.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 19 de Maio de 1986, p.15.

uma referência especial, pelo seu apoio incondicional a esta instituição, que “formalizou” estas relações criando um sistema de quotas e o diploma de sócio benemérito. Em 1992, a obra da SPB foi reconhecida por Portugal, tendo recebido da Secretaria de Estado do Emprego e da Segurança Social um donativo de 100 000 randes.¹ Este apoio pontual repetir-se-ia no futuro, mas não sistematicamente, “já que [por norma a SPB] não recebe qualquer assistência financeira, quer do Governo sul-africano quer do (...) português.”² Tal não significa que Pretória não proporcionasse alguns auxílios preciosos, pois nesse ano a SPB já era responsável pela alimentação de cerca de 300 pessoas, integrada no *Feeding Scheme* do Governo e complementada com cupões individuais no valor de 35 randes, para despesas básicas, também num total de 100 000 randes,³ o que nos permite verificar que então as carências na comunidade já eram importantes. Tal obrigava a uma procura incessante de financiamentos para as actividades da SPB, que acabaria por organizar um dos eventos sociais mais relevantes da comunidade de Joanesburgo, o Baile das Debutantes, que se tornaria na sua principal fonte de receitas, actualmente canalizadas para o lar da terceira idade.⁴ A ambição de construir um lar de idosos começou a tomar forma em 1986, com a doação à SPB de uma moradia situada em Judith’s Paarl, onde foi instalada a sua sede e o Centro Social de Convívio da Terceira Idade Maria Leites.⁵ Em 1988, o prestigiado Ramiro Jorge, que então presidia à SPB, frisou que o maior núcleo estrangeiro na África do Sul tinha de possuir um lar para os seus idosos, alguns dos quais sentiam dificuldades de adaptação em instituições sul-africanas, relacionadas com a língua e hábitos alimentares.⁶ O primeiro passo foi a compra do Convento das Freiras Ursulinas, contíguo à Igreja Católica de Bez Valley, em Kensington. No início de 1990 chegaram os primeiros idosos, os quais esgotaram de imediato o limite de capacidade das instalações, pelo que se contemplou uma ampliação.⁷ Entretanto, o convento foi declarado monumento nacional, o que impedia quaisquer alterações estruturais, obrigando a outra solução, no cerne da qual estaria o empresário Bernardino Faria, o qual encetou um processo negocial com o Ministério da Habitação e Administração Local, visando a obtenção de um complexo com maior capacidade, tendo recaído a escolha na antiga escola primária de Albertskroon, sita na zona noroeste de Joanesburgo e então desocupada.⁸

¹ Cf. *Notícia*, Ano II, N.º 21, Outubro de 1992, p.15.

² *O Século de Joanesburgo*, 23 de Outubro de 2000, p.8.

³ *Notícia*, Ano II, N.º 20, Setembro de 1992, p.15.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 17 de Julho de 1989, p.5 e *Notícia*, Ano V, N.º 53, Julho de 1995, p.9.

⁵ De acordo com o *O Século de Joanesburgo* de 21 de Julho de 1986, p.7.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 27 de Junho de 1988, p.18.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 5 de Fevereiro de 1990, p.32.

⁸ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Maio de 1993, p.24.

Faria tornou possível a aquisição da propriedade concedendo à SPB um elevado empréstimo isento de juros e, em 6 de Maio de 1993, recebeu formalmente as instalações¹ onde se edificaria um lar de terceira idade condigno. Pretendia-se criar “uma verdadeira «vila» portuguesa, (...) construir e vender moradias familiares, com arquitectura portuguesa, para ali se ir fixando gente de todas as idades, [gerando assim] receitas para a manutenção do lar.”² A comunidade uniu esforços pensando nos seus idosos e acumularam-se os apoios das Academias do Bacalhau, da Fundação Calouste Gulbenkian e de muitas pessoas que ofereceram equipamentos e materiais de construção, tendo a Associação Médica Portuguesa da África do Sul supervisionado a criação de um consultório clínico no local.³ Empresários proeminentes, como o falecido António Braz, Horácio Roque e os elementos do chamado Grupo dos 50, adiantaram uma verba que permitiu o início das obras, complementada com o auxílio de outras tertúlias, como os *Wednesday Boys* e a Associação dos Amigos da Caldeirada, que ofereceu o equipamento hospitalar da unidade de cuidados intensivos da enfermaria.⁴ Surgiu assim a Vila de Santa Isabel, que possui excelentes condições, incluindo apoio de freiras da Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias, desde 2000, mas que alberga somente algumas dezenas de idosos, não sendo suficiente para suprir as necessidades existentes.

3.3 - A Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Deficientes Mentais

Esta é a instituição social da comunidade mais conhecida dos sul-africanos, beneficiando de um apoio e carinho generalizados. Fundada em 10 de Janeiro de 1979, aspirava a criar uma escola para deficientes mentais, fruto sobretudo da iniciativa da assistente social Valentina Gouveia.⁵ Em virtude da existência de pessoas com incapacidades mentais na comunidade, havia “necessidade de criar um organismo português, dado que estes doentes sentem grande[s dificuldades] em recuperarem nos institutos sul-africanos, devido ao problema da língua.”⁶ Este projecto envolveu um esforço de consciencialização abrangente, por forma a dinamizar vontades e recursos, tanto junto de colectividades lusas como de entidades exteriores à comunidade, como a Escola Alemã de Auckland Park, que

¹ Segundo a revista *Notícia*, Ano VI, N.º 60, Fevereiro de 1996, pp.11-12.

² *O Século de Joanesburgo*, 24 de Maio de 1993, s.p.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 30 de Outubro de 1989, pp.3-6.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 6 de Fevereiro de 1995, p.17 e de 12 de Junho de 1995, p.19.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 26 de Março de 1979, p.11, e de 26 de Maio de 1980, p.10.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 3 de Setembro de 1979, p.5.

disponibilizou as suas instalações para espectáculos com vista à angariação de fundos para o Lusito. O município de Joanesburgo cedeu, por um aluguer simbólico, um terreno em Judith's Paarl para a construção do Centro do Lusito, juntando-se a instituições lusas, que incluíam o Estado, mas sobretudo elementos da comunidade que insistiam em edificar a obra, considerada portuguesa.¹ Tal como sucedeu em relação ao lar de Albertskroon, o Centro de Apoio Diário a Diminuídos Mentais recebeu doações monetárias, de materiais de construção e viaturas, tendo sido inaugurado em Janeiro de 1983, passando a proporcionar a cerca de duas dezenas de crianças “terapia ocupacional, da fala, de grupo, desenvolvimento das faculdades básicas [e] actividades recreativas, coordenadas por profissionais qualificados. Seguiu-se o desafio de ampliar as instalações, continuando a angariação de fundos – sua única fonte de rendimento – que abrangiam quotas de beneméritos, donativos, vendas de rifas, campanhas de Natal e, sobretudo, o arraial anual da Lusitolândia, que se tornou a sua principal fonte de financiamento² desde 1979, conforme explicitado no capítulo III. Em 1990 começaram a funcionar as novas instalações, tendo entretanto o Lusito extravasado o âmbito da comunidade, pois já cuidava de “crianças portuguesas, moçambicanas e sul-africanas (...) de todos os níveis [sociais] e raças.”³ Em 1996, foi adquirido à *Johannesburg Child Welfare Society*, em Regents Park, um terreno para construir uma nova escola, enquadrada num bairro vincadamente luso, dado que o Centro de Judith's Paarl tinha “a sua capacidade saturada, além do facto de se inserir numa zona (...) alvo de sucessivos assaltos.”⁴ Após uma nova etapa de mobilização de vontades junto da comunidade, no sentido de financiar as obras, a escola do Lusito transferiu-se para Regents Park, em Abril de 1998, apetrechada com infra-estruturas e equipamentos que lhe permitiram passar a auxiliar, com terapia da fala e ocupacional, em Português e Inglês,⁵ 80 alunos de dia – metade dos quais de origem portuguesa – e almejando ter no futuro capacidade de internamento para 50 crianças e jovens.⁶ Para além das contribuições de empresários e de associações da comunidade, como a Casa do Benfica de Joanesburgo, então presidida por Rudolfo Gallego,⁷ a concretização deste sonho foi possível com o

¹ Ver *O Século de Joanesburgo* de 5 de Novembro de 1979, p.7, de 8 de Outubro de 1981, p.103 e de Dezembro de 1981, p.10.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 26 de Maio de 1986, p.VI do suplemento dedicado ao Lusito e a edição de 9 de Junho de 1986, p.8.

³ *O Século de Joanesburgo*, 24 de Abril de 1995, p.III do suplemento dedicado ao Lusito.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 18 de Novembro de 1996, p.23.

⁵ Comunicação Pessoal com Selena de Andrade e Susana de Lima em Regents Park, Joanesburgo, 29 de Junho de 2000.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 19 de Abril de 1999, p.VIII do suplemento dedicado ao Lusito e de 27 de Abril de 1998, p.7.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 31 de Julho de 1997, suplemento desportivo, p.6.

auxílio de outras entidades, como o grupo Banco Comercial Português / Atlântico, que ofereceu um novo edifício em 1999.¹

3.4 - A Associação Familiar Pérola do Atlântico e os *Superior Care Centres / Cape Shelter Homes*

Fundada em 16 de Abril de 1994 e presidida por José Lume, a Associação Familiar Pérola do Atlântico visa edificar uma clínica lusa em Joanesburgo, procurando acumular fundos através de confraternizações, usualmente no salão paroquial da Sé Catedral de Joanesburgo,² pelo que existe uma ligação ao sector religioso, sempre muito vincado nos madeirenses. Dado que esta instituição também possuía laços com o *Nazareth Home*, em Yeoville, onde viviam diversos portugueses,³ esteve no cerne de outro projecto de um lar de terceira idade, a concretizar nas instalações da clínica, em Waterlands, arredores de Boksburg. Esta iniciativa não se cingia aos idosos lusos, contemplando também o auxílio a doentes de outras comunidades lusófonas residentes em Joanesburgo, como a angolana. A ideia do lar e o subsequente alargamento do âmbito de acção surgiu depois da conjugação de esforços com João Geral, fundador dos *Superior Care Centres / Cape Shelter Homes*. Em conjunto, estas obras de solidariedade social “providenciam tecto, comida e emprego aos [pobres] de todas as raças e (...) nacionalidades. [Cuidam de] crianças abandonadas, vítimas de abusos e órfãs [e têm um] programa de abrigo, comida e emprego a mães solteiras, [além de outro] de reabilitação de toxicod dependentes e acções de recuperação de alcoólatras.”⁴ Estas instituições constituem outro exemplo de como a colaboração entre elementos da comunidade pode resultar em obras de enorme alcance social, sem existir uma dependência de subsídios, apenas contando com a generosidade dos seus conterrâneos.

3.5 - A Multiplicação dos Grupos de Beneficência na Comunidade

Muitas instituições de solidariedade social surgiram ao longo da década de 1990, fruto do agravamento do contexto económico-social e das crescentes necessidades, tanto ao nível de famílias da comunidade como da sociedade

¹ *Notícia*, Ano IX, N.º 93, Abril de 1999, p.16 do suplemento dedicado ao Lusito.

² Segundo a revista *Notícia*, Ano IV, N.º 39, Abril de 1994, p.9 e *O Século de Joanesburgo* de 30 de Maio de 1994, p.8.

³ Cf. a revista *Notícia*, Ano IV, N.º 46, Novembro de 1994, p.28.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 8 de Fevereiro de 1999, p.6.

sul-africana em geral. Permanecendo no quase anonimato, formam actualmente o verdadeiro núcleo do sector assistencial luso, ao nível local. Em 1990, Fernando Lagoa, António Reis, Fernando Barros e António Barros fundaram o Grupo Humanitário Português, no intuito de fornecer “almoços diários a portugueses (...) em dificuldades financeiras, especialmente [à] terceira idade e deficientes físicos.”¹ Efectivamente, a insegurança alimentar atingiu tais níveis que, em 1993 e 1995, existiram na comunidade campanhas contra a fome, através do Banco Alimentar Contra a Fome na Comunidade Portuguesa e do Banco Alimentar Português.² Ao nível da esfera religiosa, a paróquia de La Rochelle tem sido o embrião de diversos projectos de reconhecido mérito, a partir de uma acção visando famílias lusas necessitadas. Nos finais da década de 1980, os paroquianos fundaram o Grupo Madre Teresa, no intuito de proceder à distribuição da “sopa aos pobres [e que] tem vindo progressivamente a alargar a sua actuação de bem-fazer, ajudando hoje (...) cerca de 200 pessoas necessitadas, (...) distribuindo alimentação, auxiliando no pagamento de rendas (...) e cuidando de crianças desamparadas.”³ O Grupo de Beneficência da Paróquia de La Rochelle também foi criado no início da década de 1990 e provém a muitos “portugueses necessitados, [cuja] sobrevivência [seria] praticamente impossível”⁴ sem a sua ajuda. Centrando-se sobretudo nas famílias residentes em La Rochelle, Turffontein e South Hills, obtém recursos através de festas e donativos e com o tempo começou a proporcionar uma assistência básica importante, por meio da entrega de verbas “para as pequenas necessidades quotidianas e ainda abastecimento de produtos alimentares, roupas e medicamentos. O apoio moral e espiritual não está esquecido pelo grupo, cujos membros visitam pessoas (...) nos hospitais ou clínicas.”⁵ O dinamismo dos jovens de La Rochelle e de outras igrejas, como a de Malvern, mereceu a atribuição aos primeiros, em 1993 e 1996, pelas autoridades sul-africanas, do galardão «Cavaleiros da Gama», que distingue a excelência no seio de cerca de 130 grupos de Gauteng.⁶ Existem ainda outros exemplos, como a Casa Portuguesa Clube Samaritano, criada em meados de 1996, que distribui refeições gratuitas e roupas a pessoas de todas as raças e nacionalidades, nas suas instalações em Boksburg North, em orfanatos e missões com as quais colabora.⁷ Há ainda outras entidades de cariz social, mas com maior projecção noutras esferas da comunidade, como o Fórum Português Contra o Crime, que se insere na problemática da

¹ *O Século de Joanesburgo*, 9 de Julho de 1990, p.6.

² Consultar a revista *Notícia*, Ano V, N.º 58, Dezembro de 1995, p.7 e Ano VI, N.º 60, Fevereiro de 1996, p.29.

³ *Notícia*, Ano II, N.º 23, Dezembro de 1992, p.23.

⁴ *Notícia*, Ano IV, N.º 46, Novembro de 1994, p.14.

⁵ *Notícia*, Ano VIII, N.º 82, Fevereiro de 1998, p.20.

⁶ Cf. *Notícia*, Ano VI, N.º 66, Setembro de 1996, p.16.

⁷ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 13 de Janeiro de 1997, p.4 e de 28 de Abril de 1997, p.7.

violência social, tal como a *Southern African Portuguese Fund Raising Association*. Esta última, criada em 1997 por Agostinho de Andrade, José Luís da Silva, José Quintal e José Nascimento, conta com apoios de colectividades como a Casa da Madeira, visando auxiliar psicológica, social e economicamente famílias vítimas da criminalidade, de doença incapacitante ou do desemprego.¹ Quase todas as instituições referidas promovem iniciativas de apoio mútuo, além da solidariedade que recebem das associações e comunidade em geral, constituindo uma das vertentes mais importantes das actividades dos portugueses, no sentido de proverem às suas próprias necessidades e, frequentemente, às de outros grupos populacionais. Até à chegada dos refugiados, não se vislumbrava uma rede de apoio social formal na comunidade, pois os problemas não o justificavam e as soluções eram relativamente simples, sendo suficientes os apoios espontâneos a algum compatriota que sofresse um infortúnio. A par da Igreja, as associações onde os portugueses se reuniam e as de cariz social entretanto fundadas, são os pilares com que a comunidade enfrenta os seus principais problemas, deixando esta matriz de ser suficiente na década de 1990, dada a dispersão do potencial da comunidade por múltiplas iniciativas, num fenómeno comparável ao que ocorreu com as associações.² Mas também é no seio destas, repetidamente instadas a tal pelos diplomatas, que começa a verificar-se um redireccionar de objectivos, no sentido de desenvolverem a sua vertente social.³

¹ Cf. *Notícia*, Ano VII, N.º 71, Março de 1997, p.27.

² Ver, por exemplo, *Notícia*, Ano VII, N.º 74, Junho de 1997, p.3.

³ Comunicação Pessoal com o Embaixador Fernandes Pereira em Pretória, 23 de Junho de 2000. Ver também *Notícia*, Ano III, N.º 33, Outubro de 1993, p.14.

IX – A DIMENSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA COMUNIDADE E AS SUAS RELAÇÕES COM O PODER

1. A Comunidade Internacional, Portugal e a África do Sul

As relações de Portugal com a região austral do continente africano antecedem a criação da União Sul-Africana, que só surgiu formalmente em 31 de Maio de 1910, remontando os laços com alguns dos seus sectores populacionais ao século XIX,¹ fruto da proximidade geográfica da então província de Moçambique, particularmente no que se refere aos *boers*, que dominariam a política sul-africana entre 1948 e 1994. O contexto histórico ditou que Portugal e a África do Sul se debatessem com problemas similares face à Organização das Nações Unidas (ONU), devido às respectivas concepções de exercício do poder em África. No caso de Portugal, a questão central prendia-se com o direito à autodeterminação das denominadas províncias ultramarinas, enquanto a África do Sul era condenada pelo domínio sobre o Sudoeste Africano e política de *apartheid*. Duas declarações governamentais proporcionam uma visão interessante da forma de pensar de Lisboa e Pretória, explicando a atitude de irredutibilidade face à comunidade internacional. Em 1959, o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Eric Louw, referia que a população caucasiana do seu país “é daqui, é esta a sua casa; está aqui para *ficar*.”² E em 1962, Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, enfatizava “a ideia de resistir e *ficar* em África.”³ Decorrendo a Guerra Fria, Baptista Júnior sublinha ainda a frontal rejeição da ideologia marxista-leninista, considerada uma ameaça comum à sua presença no continente.⁴ O perigo materializava-se nos apoios externos aos movimentos de libertação africanos, num contexto em que já decorria, desde

¹ Consultar, por exemplo, Leal, Luus, *ibidem*.

² Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.69. Ênfase acrescentada.

³ Júnior, José Baptista, *ibidem*, p.69. Ênfase acrescentada.

⁴ Consultar Júnior, José Baptista, *ibidem*, pp.70-71.

1961, a guerra colonial portuguesa e se avolumava a resistência interna contra o *apartheid*, expressa nos eventos de Sharpeville e na proibição do *African National Congress* (ANC) em 1960, que então criaria a sua ala militar, a *Umkhonto We Sizwe* (Lança da Nação), ou MK. A edificação de laços entre os diversos grupos africanos e entre estes e os soviéticos contribuíram para cristalizar uma sensação de cerco na mente de portugueses e sul-africanos, cerrando fileiras perante os que exigiam o término dos respectivos modelos políticos de dominação em África. Se a ideologia dos soviéticos provocava anticorpos, também as potências ocidentais eram alvo de críticas, devido à percepção de que o seu objectivo era “explorar as nossas riquezas, (...) criar espaços de domínio económico [e] político-social. Nem uns nem outros gostam da nossa maneira de estar no mundo.”¹ Neste enquadramento, os sul-africanos e a comunidade lusa residente na África do Sul auxiliavam o esforço de guerra português, contra o expansionismo soviético e em defesa da “missão civilizacional” em África, considerando-se que as acções destinadas a “afectar a estabilidade das províncias portuguesas (...) visa[vam] igualmente a África do Sul”.² Assim, este conflito não era somente luso, era também sul-africano, sendo os militares portugueses as tropas do *front* e a comunidade e os sul-africanos uma outra retaguarda, de apoio logístico, mais próxima que a metrópole. A emergência, no seio da sociedade civil sul-africana, do Fundo de Apoio aos Militares de Moçambique, do Fundo dos Soldados Portugueses e do *Southern Cross Fund*, que angariavam verbas, lembranças, equipamento médico, etc., para os combatentes portugueses, reflectia esta realidade, tal como os recipientes para donativos monetários nos estabelecimentos comerciais da comunidade e festas associativas promovidas com este intuito específico.³ A revolução de 25 de Abril de 1974 iria provocar enormes repercussões em toda a África Austral, incluindo na comunidade portuguesa radicada na África do Sul, país em que na véspera, o *National Party* (NP) obtivera nova vitória eleitoral.⁴

¹ *O Século de Joanesburgo*, 12 de Março de 1974, p.1.

² *Notícias da África do Sul*, Ano 21, N.º 300, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Novembro de 1971, p.18.

³ Cf. *Notícias da África do Sul*, Ano 19, N.º 271, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Junho de 1969, pp.4-5. Ver também as edições de Outubro de 1968, p.18, de Dezembro de 1968, p.2 e de Outubro de 1970, p.8.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 30 de Abril de 1974, p.12.

2. O Impacto da Revolução e Descolonização Lusas

Em 30 de Abril, *O Século de Joanesburgo* noticia a revolução metropolitana com o título «Nova Orientação Política de Portugal», destacando a figura do General António de Spínola, a criação da Junta de Salvação Nacional e o seu programa de acção. Spínola almejava a paz ultramarina e assumia o compromisso de “garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana, *no seu todo pluricontinental*.”¹ Para tal propunha a autodeterminação das províncias ultramarinas, no âmbito de um modelo federal semelhante ao que De Gaulle defendera na década de 1950. A independência surgia assim como uma possibilidade no horizonte, mas não imediatamente. Num contexto em que se exigia o fim do conflito colonial, Spínola assume a liderança do Estado, em 15 de Maio de 1974, empossando no dia seguinte um executivo provisório, devendo o período de excepção terminar após a realização de eleições legislativas e presidenciais, que se seguiriam a uma nova Constituição. A democratização da sociedade e a prossecução de uma política económico-social mais equitativa constituíam as linhas mestras de Spínola, o qual, na vertente externa, a par de preconizar a reaproximação à Europa e uma neutralidade diplomática sem discriminações, comprometeu-se a respeitar os acordos internacionais que vinculavam Portugal, referindo-se especificamente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), visando sossegar os que temiam uma inflexão para o comunismo.² Desejando assegurar a manutenção de boas relações, a África do Sul foi um dos “primeiros países que reconheceram o novo regime”³ português, tendo o Primeiro-Ministro John Vorster favorecido um cenário de independência dos territórios lusos em África e sublinhado o princípio da não ingerência nos assuntos internos, considerando que “a raiz dos problemas em todos esses territórios reside, exactamente, na política portuguesa de assimilação – que é a negação da nacionalidade dos seus diversos povos.”⁴ Vorster mantinha assim a defesa da sua ideia de *apartheid*, reposicionando-se face ao novo contexto político luso, “que significou o início de uma fase de ainda maior isolamento internacional”⁵ para a África do Sul. Portugal também alterou a sua postura na ONU, emitindo “a primeira condenação formal e oficial do *apartheid*

¹ *O Século de Joanesburgo*, 30 de Abril de 1974, p.9. Ênfase acrescentada.

² De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 21 de Maio de 1974, pp.10-11.

³ *Notícias da África do Sul*, Ano 24, N.º 329, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Maio de 1974, p.3.

⁴ *Notícias da África do Sul*, Ano 24, N.º 335, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Novembro de 1974, p.4.

⁵ Caldeirinha, Cláudia de Castro, *Portugal e a África do Sul – Relações Escassas no Pós-Apartheid*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 1997, p.29.

(...) «como prática, como política e como princípio».¹ A questão do Ultramar era obviamente a mais delicada para Spínola, o qual, reconhecendo o direito à auto-determinação dos povos, referira que qualquer solução carecia de legitimação popular, abrangendo os sectores africano e europeu residentes nos territórios ultramarinos. Para tal, teria de existir uma consulta popular, que não se reduziria a uma escolha entre a integração em Portugal e a independência total, contemplando-se sim um leque diversificado de possibilidades e recusando-se o favorecimento de um grupo étnico, racial ou político em particular.² No entanto, a forma como de facto se processaria a descolonização, sem um referendo alargado a todos os segmentos populacionais, teria um profundo impacto na comunidade portuguesa da África do Sul, afectando a sua percepção sobre o 25 de Abril de 1974. Na verdade, a revolução foi um evento considerado positivo pela generalidade da comunidade, pois “restituiu ao povo português a ansiada liberdade, intimamente aguardada por todos nós.”³ Mas os desenvolvimentos subsequentes, designadamente a radicalização das forças políticas e os indícios da crescente influência soviética em Portugal, iriam alterar dramaticamente a postura e a perspectiva de uma significativa parte da comunidade, explicando a emergência de um certo antagonismo face às autoridades de Lisboa conotadas com ideologias de esquerda. Nestes portugueses permanecia a convicção de que o inimigo era o movimento comunista internacional, reforçada pelo facto de residirem num país ferozmente antimarxista. Sendo os movimentos africanos considerados ramificações do poder soviético, não seriam passíveis de usufruir de grandes simpatias. Mas é pertinente sublinhar que, quanto à questão colonial, a comunidade não revelou homogeneidade, pois “uns dizem que perdemos [as ex-colónias]. Outros, que a liberdade e independência dos povos são um direito inalienável.”⁴ No entanto, também é certo que após a descolonização, que resultou num fluxo de refugiados para a África do Sul, os portugueses aí residentes seriam influenciados no seu posicionamento político pelos que chegavam despojados de tudo, encarnando as consequências negativas da revolução metropolitana. Estas concentrariam as atenções durante anos, ofuscando as principais conquistas de Abril, a liberdade e a democracia. Tal não significa que a comunidade, no geral, fosse apologista do regime de Oliveira Salazar, mesmo que para alguns significasse estabilidade, ordem e grandeza histórica, mas infelizmente foi esta imagem que perdurou em Portugal. Assim, para muitos, o 25 de Abril passou a ser sinónimo de uma descolonização desastrosa, promovida por civis, militares e partidos de

¹ *Diário de Lisboa*, 9 de Outubro de 1974, p.1.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Maio de 1974, p.11.

³ *O Século de Joanesburgo*, 18 de Junho de 1974, p.5. Ver ainda a edição de 13 de Agosto de 1974, p.8.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 27 de Agosto de 1974, p.8.

esquerda ligados aos soviéticos. O trauma que constituiu o fim do império português, não através de uma derrota militar mas de um processo político conturbado, feria a alma dos que tinham sido imbuídos de valores patrióticos e combatido na guerra colonial. A descolonização significou também para muitos uma traição, por não se terem cumprido as condições inicialmente previstas de consulta a todas as componentes populacionais dos territórios ultramarinos. A ascensão ao poder dos movimentos de libertação de cariz marxista, como o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) não augurava nada de bom para a África do Sul, que passaria a contar apenas com um aliado na África Austral: a Rodésia. E por fim, a deterioração das condições de segurança ditaram que, no seio dos portugueses caucasianos residentes em Angola e Moçambique, os quais formariam a maior parte dos refugiados, ficasse gravado um sentimento de abandono face às autoridades civis e militares de Portugal. Indefesas, traumatizadas devido aos horrores que testemunharam, ainda hoje pouco conhecidos, estas pessoas chegariam à África do Sul em condições muito precárias e contribuiriam para a (con) fusão de eventos na psique comunitária. Assim se entende porque é que ainda hoje o 25 de Abril não é alvo de celebrações na África do Sul, pois seria um elemento de instabilidade na comunidade. Logo após o golpe de Estado, Portugal atravessou um período de grande instabilidade política, económica e social, conduzindo Spínola a alertar para o perigo de derrocada dos ideais de Abril.¹ As diversas forças políticas digladiavam-se em torno de diferentes projectos para o país, com maior ou menor grau revolucionário, constituindo o 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março de 1975 (na origem do exílio de Spínola no Brasil) e o 25 de Novembro de 1975 marcos na luta pelo controlo do poder estatal. Neste contexto, *O Século de Joanesburgo*, que anunciara o seu apartidarismo desde a eclosão da revolução,² espelhou em poucos meses a evolução das preocupações com a possibilidade de implantação de um regime comunista em Portugal. Desde a demissão de Spínola, em 29 de Setembro de 1974, nota-se uma inflexão editorial no sentido de criticar abertamente o comunismo e em Dezembro já se referia a “1974 [como] o ano mais trágico desde 1580, passando agora, como então, a ser governados por «estranhos».”³ Estando agendadas eleições para Março de 1975, os expatriados que decidissem recensear-se possuíam direito de voto, embora restringido aos que tivessem filhos menores em território nacional e se encontrassem fora de Portugal há menos de 5 anos, bem como aos que estivessem em Portugal há mais

¹ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 4 de Junho de 1974, p.9 e de 12 de Junho de 1974, p.10.

² Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 7 de Julho de 1974, p.1.

³ *O Século de Joanesburgo*, 31 de Dezembro de 1974, p.12.

de 6 meses.¹ Na realidade, a esmagadora maioria dos portugueses na África do Sul não era elegível, dado que muitos se encontravam aí há mais de 5 anos, como verificámos no capítulo I. Por outro lado, não podemos esquecer que estes portugueses nunca tinham participado activamente na política, nem em Portugal nem na África do Sul, não possuindo qualquer formação cívica nesta esfera, devido à natureza dos regimes políticos em que viviam. Para tal também contribuía o facto de residirem num país com limites estreitos à informação política, o que originava uma proliferação de boatos e dúvidas difíceis de ultrapassar, tendo Duarte Barbosa, então director de *O Século de Joanesburgo*, sublinhado que “nunca votámos, [pelo que] devem perguntar aos seus familiares em Portugal quais os partidos que melhores programas políticos apresentam,”² acrescentando um aviso (ainda) velado sobre os comunistas. As lacunas mencionadas explicam alguma apatia política e juntamente com os obstáculos legais expressaram-se no facto de, no início de 1975, estarem recenseados na rede diplomática da África do Sul apenas 315 portugueses.³ Entre os que desejavam participar nas eleições e se viram impossibilitados de o fazer pelos condicionalismos apontados surgiram reacções negativas, que atribuíam responsabilidades aos partidos de esquerda, por estarem cientes de que não poderiam contar com o apoio da comunidade,⁴ algo a que não era alheio o facto de estarem radicados num país antimarxista. Paralelamente, a radicalização das forças políticas em Portugal provocaria um fenómeno idêntico na comunidade, destacando-se as explosões de bombas de fraca potência na frontaria do Consulado-Geral de Joanesburgo, em 25 de Abril e em 11 de Novembro de 1975, datas do golpe em Portugal e da independência de Angola. Esta última acção envolveu ainda o queimar da bandeira portuguesa, revelando o repúdio de alguns sectores em relação à alteração do regime em Portugal e, sobretudo, às suas consequências para as ex-colónias.⁵ O jornalista António Ramos realça que tal sentimento terá sido alvo de instrumentalização, pois entre os refugiados que demandaram a África do Sul também constavam elementos da polícia política do regime português, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direcção-Geral de Segurança (PIDE-DGS), alguns dos quais teriam sido usados pelos serviços secretos sul-africanos, o *Bureau of State Security* (BOSS), contra o Governo da FRELIMO.⁶ Apesar de não ser possível atestar tais alegações, era patente que a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e a União

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Dezembro de 1974, p.10.

² *O Século de Joanesburgo*, 31 de Dezembro de 1974, p.1. Ver ainda edição de 3 de Dezembro, p.1.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 8 de Abril de 1975, p.2.

⁴ Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 7 de Janeiro de 1975, pp.8-10.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 18 de Novembro de 1975, p.2.

⁶ Segundo Ramos, António, *Samora Machel, Morte Anunciada*, Edição África Repórter, Joanesburgo, 1998, pp.68-70.

Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) colhiam as preferências de alguns sectores da comunidade.¹ Em Portugal, temia-se a implantação de uma República Popular segundo os moldes da Europa de Leste e pairava o espectro da guerra civil, reflectindo-se a gravidade da situação na atitude do Presidente norte-americano Gerald Ford de afirmar que “não é possível manter numa organização [a OTAN] cujos fins é combater o comunismo, um país sob a influência comunista como Portugal.”² Na mesma altura, o britânico *Times* noticiava que um dissidente checoslovaco, o General Jan Sejna, “divulgou um plano soviético destinado a implantar em Portugal, em 1976 ou 1977, um Governo controlado pelos comunistas.”³ E a primeira visita de um chefe de Estado português à União Soviética, realizada pelo General Costa Gomes, obteve como comentário do *Pravda* que “os soviéticos (...) acompanham com a mais sincera simpatia as transformações democráticas no território português.”⁴ Em meados de 1975, *O Século de Joanesburgo* assumira já uma linguagem claramente antimarxista e acidamente crítica face à matriz da descolonização,⁵ defendendo que, “porque somos portugueses e patriotas, não podemos aceitar que a ditadura marxista-leninista seja implantada em Portugal.”⁶ Patriotismo passou assim a ser sinónimo de anticomunismo, o que explica a categorização, na imprensa de Portugal, dos portugueses da África do Sul como “reaccionários”. Como referia o então Cónsul-Geral de Portugal em Joanesburgo, Carlos Taquenho, “é evidente que, quem pensa na [comunidade] da África do Sul, a associa à extrema direita, [o que] não corresponde necessariamente à verdade.”⁷ Efectivamente, o facto de residirem num país cujo regime se baseava na discriminação etno-racial afectou negativamente a imagem da comunidade, que assim aparecia, no seu todo, como “reaccionária” e também racista. É necessário referir ainda os numerosos ex-militares portugueses que se encontravam na África do Sul, cuja experiência na guerra colonial explica os discursos centrados na pátria e nas virtudes castrenses. O activismo político de alguns foi espoletado pela percepção de que o comunismo avançava em Portugal e inflamado pelas recordações de camaradas de armas caídos em combate.⁸ No denominado “período gonçalvista”, as clivagens políticas em Portugal estiveram também na origem da emergência de múltiplos movimentos independentistas de cariz antimarxista e que influenciariam os expatriados na

¹ Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 14 de Outubro de 1975, p.9 e de 27 de Julho de 1987, p.20. Ver também Caldeirinha, Cláudia de Castro, op. cit., p.42.

² *O Século de Joanesburgo*, 27 de Maio de 1975, p.13.

³ *O Século de Joanesburgo*, 10 de Junho de 1975, p.8.

⁴ *A Capital*, 7 de Outubro de 1975, p.2.

⁵ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 12 de Agosto de 1975, p.2.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 29 de Julho de 1975, p.1.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 17 de Junho de 1975, p.13.

⁸ Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 22 de Julho de 1975, pp.5-8.

África do Sul e noutros países. No continente português surgiram o Movimento Para a Independência do Algarve (MIA) e o Movimento Para a Independência das Beiras (MIB). Nas ilhas, destacaram-se a Frente de Libertação Açoriana (FLA), conotada com os Estados Unidos da América,¹ e a Frente de Libertação da Madeira (FLAMA), esta com um braço armado, as Brigadas Revolucionárias Para a Independência da Madeira (BRIMA).² Paralelamente, materializam-se movimentos antimarxistas no seio da comunidade, surgindo em Bloemfontein, no mês de Setembro de 1975, o Círculo D. António Prior do Crato, que se propunha fomentar a criação de células de imigrantes anticomunistas em toda a África do Sul e noutras comunidades portuguesas, para combater “activamente” uma panóplia de partidos portugueses e derivados dos movimentos africanos, desde o Partido Comunista Português (PCP) ao Partido Popular (hoje Social) Democrata (PPD), FRELIMO, MPLA e Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre outros.³ Não deixa de ser curiosa a inclusão do PPD nesta lista, o que espelha também alguma indefinição ideológica da época, que posteriormente se clarificaria. As acções do Círculo visavam prioritariamente o “esclarecimento junto das comunidades portuguesas, a fim de evitar a introdução de elementos comunistas (...) no [seu] seio.”⁴ Vivia-se então um clima de suspeita generalizado na comunidade da África do Sul,⁵ mas não só, pois o antimarxismo não se reduzia aos portugueses aí residentes, abrangia outros, como os italianos. Também estes formaram, em 11 de Dezembro de 1976, a União Italiana Para a Defesa do Ocidente (UNIDO),⁶ para promover a resistência na África do Sul contra o marxismo-leninismo. Curiosamente, dada a convicção de que em Itália se verificavam fenómenos similares aos de Portugal, a UNIDO recorria também à vertente religiosa, planeando “incentivar todos os que se prezem de ser católicos a unirem-se [n]uma frente comum que possa combater a penetração comunista neste país. É pretensão da UNIDO unir desde já a comunidade italiana com a portuguesa na África do Sul.”⁷ Uma outra situação merece destaque especial e pode proporcionar nexos ao referido. Após os eventos de 16 de Junho de 1976, no Soweto, quando milhares de “alunos [africanos] das escolas secundárias (...) entraram em greve, protestando contra o uso obrigatório do Afrikaans como

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 2 de Setembro de 1975, p.7 e de 16 de Setembro de 1975, p.1. Ver também a edição de 23 de Maio de 1977, p.1.

² De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 2 de Setembro de 1975, p.10.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 14 de Outubro de 1975, p.9.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 2 de Setembro de 1975, p.2.

⁵ Cf. o *Diário de Lisboa* de 4 de Setembro de 1975, p.5.

⁶ Que também surge depois como União Internacional para a Defesa do Ocidente, eventualmente por transcender a comunidade italiana. Consultar *O Século de Joanesburgo* de 15 de Agosto de 1977, p.9.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Abril de 1977, p.11.

meio de instrução,”¹ as autoridades sul-africanas contemplaram intimar os imigrantes com residência permanente a envolverem-se activamente, com armas, na defesa do país, se tal fosse necessário. Uma jornalista sul-africana, referindo-se aos diversos segmentos da comunidade lusa, considerava que os refugiados “lutaram uma vez – e perderam. Desta vez, a maior parte tem pouco para defender. Mas eles têm um ardente ódio contra o comunismo. A ideologia tem um [peso] fraco junto dos colonos, [não refugiados]. O seu dinheiro está aqui [e] os seus filhos cresceram aqui. A minha crença é a de que [pegarão] em armas, [pois são fiáveis] política e militarmente.”² Conclui então que, “se a situação na África Austral [se deteriorar], é provável que as crianças e os investimentos materiais mantenham aqui os colonos.”³ Em relação a estes portugueses, bem como a outros cidadãos europeus, o deputado do *Progressive Federal Party* (PFP), Dave Dalling, enfatizava ser necessário um maior compromisso com a África do Sul, “ou os nossos visitantes permanentes [sic] apenas desejam, como parasitas, partilhar os frutos da nossa sociedade, mas não as responsabilidades ou problemas?”⁴ Em 1976 emerge a Frente Lusíada Antimarxista da África do Sul (FLAMAS), cujo símbolo era uma tocha flamejante com a designação da organização e a bandeira portuguesa, que pretendia levar o Governo português a responder pela descolonização perante o Tribunal Internacional da Haia, sob acusações de crimes de guerra e exigindo compensações para os refugiados.⁵ Com um discurso notoriamente contra o 25 de Abril de 1974 e líderes anónimos, a FLAMAS é um bom exemplo da associação que foi feita entre a revolução e a descolonização, conduzindo à recusa de ambas, pelos traumas envolvidos na segunda. A presença de uma ideologia política conservadora, antimarxista, aliada a concepções patrióticas, explica-se pelo contexto histórico que se vivia em Portugal. O facto de, nas décadas subsequentes, diversas figuras conotadas com a descolonização terem permanecido no poder, afectaria as relações entre Portugal e uma parte significativa da comunidade, provocando desconforto, mesmo na actualidade, entre membros desta que foram refugiados e elementos da classe política portuguesa. A FLAMAS não se confinava à África do Sul, onde tinha sede na Baixa de Joanesburgo, na Kerk Street, pois existiam núcleos nas comunidades lusas na Venezuela e Brasil. Em Portugal, surge o Movimento Independente Para a Reconstrução Nacional (MIRN), liderado pelo General Kaúlza de Arriaga. Recusando a

¹ South African Institute of Race Relations (SAIRR), *South Africa in Travail: the Disturbances of 1976/77*, SAIRR, Joanesburgo, 1978, p.3.

² *Rand Daily Mail*, 6 de Abril de 1977, s.p.

³ *Rand Daily Mail*, 7 de Abril de 1977, s.p.

⁴ *The Star*, 19 de Maio de 1978, s.p.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 6 de Setembro de 1976, p.9, de 27 de Setembro de 1976, p.13 e *Rand Daily Mail* de 7 de Abril de 1977, s.p.

denominação de partido político, o MIRN visava mobilizar a sociedade civil “anti-extremista e antimarxista”, com o objectivo de reconstruir Portugal. A sua criação foi descrita por *O Século de Joanesburgo* como representando “para a comunidade portuguesa da África do Sul a esperança de um Portugal novo.”¹ O MIRN registou, de facto, algum apoio na comunidade, junto da qual iniciou a actividade em Fevereiro de 1977, através de Morais Barbosa, um refugiado que tinha sido director da Faculdade de Letras da Universidade de Lourenço Marques e que liderava então a Divisão de Português do Departamento de Estudos Românicos da Universidade de Witwatersrand.² Mesmo não sendo uma organização declaradamente política, o MIRN emergiu como a entidade que suscitava consenso em vários sectores da comunidade – incluindo a FLAMAS³ – e, mais importante, desejava mobilizá-la, optando por abrir uma delegação na Baixa de Joanesburgo, na Troye Street, em 1 de Dezembro de 1977.⁴ Em 1978, Morais Barbosa foi substituído como delegado do MIRN pelo Comandante Lopes Praça, ex-director dos Serviços de Marinha de Moçambique.⁵ Entretanto, em Portugal, no dia 24 de Março de 1976, surgiria também a Associação Política do Arquipélago da Madeira (APAM), com o seu jornal *Zarco*, visando a união de todos os madeirenses não partidários de ideias comunistas em torno da visão de independência da Madeira.⁶ Note-se que, em 1978, tal projecto seria, no geral, abandonado, sendo substituído pelo da autonomia, eventualmente, como chegou a ponderar Alberto João Jardim, na forma de um Estado federado.⁷ Mas são de assinalar as diligências que entidades como a APAM e a FLAMA realizaram junto dos portugueses residentes na África do Sul, neste caso apenas dos madeirenses, tendo a APAM designado 3 delegados neste país, o que reflecte alguma capacidade de penetração e apoio comunitário, apesar de efémero.⁸ Quanto à FLAMA, no início de 1978 planeava recolher assinaturas de madeirenses para remeter à ONU, onde o movimento esperava obter reconhecimento para a sua causa independentista. No entanto, a sua mensagem não obteve eco nos ilhéus da comunidade, algo a que não será estranho o facto de terem começado a circular notícias de que a FLAMA poderia possuir ligações ao líbio

¹ *O Século de Joanesburgo*, 6 de Dezembro de 1976, p.16.

² Cf. *Rand Daily Mail* de 7 de Abril de 1977, s.p. e *O Século de Joanesburgo* de 8 de Maio de 1978, p.1.

³ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 16 de Agosto de 1976, p.9.

⁴ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 28 de Novembro de 1977, p.1. Ver também a edição de 13 de Junho de 1977, pp.1-9.

⁵ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 15 de Maio de 1978, p.12.

⁶ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 15 de Agosto de 1977, p.5.

⁷ Consultar o *Popular* de 3 de Março de 1978, p.7. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 5 de Setembro de 1977, p.5.

⁸ Cf. *Popular* de 7 de Outubro de 1977, p.9 e *O Século de Joanesburgo* de 27 de Fevereiro de 1978, p.8.

Muammar Khadafi, então tido como promotor dos interesses soviéticos, o qual surgiu a defender a independência da Madeira.¹

3. A Comunidade como Actor Face a Portugal e à África do Sul

Tal como os sul-africanos tinham auxiliado os militares portugueses durante a guerra colonial, as associações e igrejas comunitárias apoiavam o *Southern Cross Fund*, que redireccionou esforços para as forças rodesianas e depois para os soldados sul-africanos em missão nas fronteiras.² Estes incluíam numerosos portugueses / luso-descendentes, incorporados nas Forças Armadas sul-africanas após a alteração – a primeira de várias – da lei sul-africana da nacionalidade, em Fevereiro de 1978, pela qual todos os jovens com menos de 25 anos, residindo há 2 anos no país, se tornavam automaticamente sul-africanos,³ o que significou o *envolvimento directo de muitos membros de famílias portuguesas no conflito militar*. As chefias castrenses consideravam os conhecimentos de Português particularmente úteis nas zonas fronteiriças, onde se encontrava a frente militar externa, tendo sido criados “certos batalhões virtualmente de língua portuguesa,”⁴ especialmente de transmissões. Em homenagem aos que tombavam em combate – que incluíam luso-descendentes – em defesa do país onde viviam, diversos ex-militares portugueses passaram a integrar, pelo menos desde 1974, os desfiles do *Remembrance Day*, celebrado em 14 de Novembro.⁵ Em 1977, a notícia de que Portugal estaria disponível para acolher uma Conferência Internacional Contra a *Apartheid*, Racismo e Colonialismo na África Austral, promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, provocou desagrado na comunidade lusa, colocada numa posição desconfortável perante o regime de Pretória, devido ao tema e por estar prevista a participação de figuras internacionais ligadas a Moscovo. Em Durban iniciou-se então o Movimento de Protesto da Comunidade Portuguesa da República da África do Sul Contra a Realização do

¹ Ver, por exemplo, o *Popular* de 10 de Março de 1978, p.8.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 29 de Março de 1976, p.15, de 24 de Maio de 1976, p.10 de 8 de Outubro de 1979, p.1.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 27 de Fevereiro de 1978, p.1, de 9 de Fevereiro de 1987, p.24 e Comunicação Pessoal com José Ferreira, Advogado, em Rosettenville, Joanesburgo, 25 de Abril de 2000.

⁴ Picard, J.H., *ibidem*, p.9. Consultar também *O Século de Joanesburgo* de 9 de Fevereiro de 1987, p.24 e de 1 de Fevereiro de 1993, p.4.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 1 de Novembro de 1976, p.16. Ver ainda edição de 24 de Janeiro de 1983, p.1.

Congresso Anti-*Apartheid* em Portugal, que mobilizaria com sucesso grande parte da comunidade, representada pelas colectividades de todo o país,¹ que consideraram a atitude do Governo português, liderado por Mário Soares, uma “ingerência nos assuntos internos [sul-africanos, susceptível de] ser tomada como uma posição hostil de Portugal (...) e provocar (...) uma retaliação, traduzida na repatriação de alguns milhares de portugueses.”² Estes receios justificavam-se pela existência de portugueses em situação ilegal em território sul-africano, a par da percepção de que “o mínimo consentimento dos europeus à subversão marxista poderá ter graves consequências,”³ sendo mencionado o exemplo da ameaça de expulsão dos cidadãos holandeses por parte de Pretória, devido aos laços entre o seu país e movimentos africanos de oposição ao *apartheid*.⁴ A cúpula da APAM, que tentou estabelecer laços com a comunidade, defendia, em Joanesburgo, “que todos os bons madeirenses renegam as atitudes ofensivas para com a África do Sul, [instando-os a mostrar] desacordo com [o] Governo português.”⁵ No entanto, a reunião efectuou-se mesmo em Lisboa, entre 16 e 19 de Junho de 1977, contribuindo para azedar as relações entre a comunidade e as autoridades lusas de então. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Roelof “Pik” Botha desvalorizou a situação, mas recordou que o seu executivo proporcionou “bastante assistência aos refugiados [e que] há imensos cidadãos portugueses residentes na África do Sul, [pelo que] creio que há uma base sólida para continuarmos as boas relações.”⁶ Ficou o aviso. A jornalista do *Rand Daily Mail*, Vicki Rosenthal, ressaltando generalizações excessivas a toda a comunidade, após analisar os jornais comunitários *O Século de Joanesburgo* e *Popular*, concluiu que “as simpatias [dos portugueses] residem, sem dúvida, no [NP]. *O Século de Joanesburgo* tem sido comparado ao órgão do *Herstigte Nasionale Party* (HNP), *Die Afrikaner*. O seu rival recentemente fundado, *Popular*, situa-se algures entre uma visão conservadora e a imprensa em Afrikaans,”⁷ ou seja, muito próximo do pensamento político dominante do NP. Tal posicionamento do *Popular* era patente, por exemplo, ao descrever a campanha do NP para as eleições gerais de 1977.⁸ O *Popular* possuía uma equipa de colaboradores composta

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Janeiro de 1977, p.3 e de 30 de Maio de 1977, p.1.

² *O Século de Joanesburgo*, 16 de Maio de 1977, p.13.

³ *O Século de Joanesburgo*, 15 de Agosto de 1977, p.9. Consultar ainda o *Popular* de 31 de Março de 1978, p.16.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 22 de Agosto de 1977, p.11.

⁵ *Popular*, 7 de Outubro de 1977, p.9.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 5 de Setembro de 1977, p.8.

⁷ *Rand Daily Mail*, 6 de Abril de 1977, s.p.

⁸ Ver, por exemplo, o *Popular* de 18 de Novembro de 1977, p.1 e de 9 de Dezembro de 1977, p.3.

sobretudo por refugiados de Angola e Moçambique, críticos da descolonização,¹ assumindo-se como uma publicação “no caminho da defesa [da África do Sul e] luta intransigente contra todas as formas de marxismo e comunismo.”² Apesar de a esmagadora maioria dos portugueses da primeira geração não possuir direito de voto nas eleições sul-africanas, por manterem somente a cidadania lusa,³ em certos bairros de Joanesburgo alguns começaram a participar nas campanhas eleitorais do NP, como voluntários ou proporcionando apoio diverso, em especial monetário, o que também se aplica a elementos de outras comunidades estrangeiras residentes na África do Sul.⁴ Não obstante o militantismo político ser apátnio de uma ínfima minoria, registre-se que existia uma forte pressão social sobre a comunidade, oriunda do seu seio – incluindo os meios de comunicação social – e da sociedade em que estava inserida, sendo exemplificativas as suspeitas que emergiram sobre doutrinação marxista das crianças nas escolas comunitárias.⁵ O início da participação política efectiva de portugueses na política sul-africana remonta a 1978, com a integração do médico Fernando Brito nas fileiras do NP, como líder do ramo local de Kensington, Joanesburgo. Proveniente de Moçambique em 1959 e detentor também da cidadania sul-africana, Brito formou um conselho de 6 elementos, o único exclusivamente composto por portugueses, por meio do qual instava os membros da comunidade a integrarem-se mais profundamente no país, através da sua naturalização como sul-africanos, sendo o motivo subjacente a crescente pressão interna, regional e internacional contra o regime de Pretória. Na esteira de outros políticos, Brito também sublinhava que os portugueses “têm vivido da abundância da terra e é tempo de considerarem dar algo em troca à África do Sul.”⁶ Entretanto, iam surgindo outras pontes entre o NP e a comunidade, recorrendo deputados como Hennie Bekker, do círculo de Jeppestown, a algumas figuras desta, que assumiam as funções de elo de ligação com o partido, o mesmo sucedendo com a diáspora grega e italiana.⁷ Apesar de existirem referências a apoios dos portugueses ao NP, tal não seria uma prática muito comum, pois só a partir de meados da década de 1970 surgem indícios com alguma substância sobre esta questão, sendo 1977 um marco decisivo,

¹ Consultar o *Diário de Lisboa* de 27 de Outubro de 1977 e o *Popular* de 4 de Novembro de 1977 e de 5 de Maio de 1978.

² *Popular*, 21 de Outubro de 1977, p.8.

³ Ver, por exemplo, o *The Star* de 19 de Maio de 1978, s.p. e o *The Citizen* de 29 de Agosto de 1978, s.p.

⁴ Cf. o *Popular* de 2 de Dezembro de 1977, pp.1-2.

⁵ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 19 de Setembro de 1977 e de 2 de Dezembro de 1977. Ver também o *Popular* de 30 de Setembro de 1977.

⁶ *The Citizen*, 29 de Agosto de 1978, s.p.

⁷ Consultar, por exemplo, o *The Star* de 20 de Março de 1982, s.p. a revista *Tempo* de 2 de Agosto de 1979, p.1 e o *Sunday Times* de 13 de Agosto de 1989, s.p.

pois foi neste ano que, face à confusão reinante em Portugal e decorrendo as eleições gerais sul-africanas, “a comunidade [se] interessou desusadamente pelas coisas locais [e] chegou a intervir em alguns distritos”¹ eleitorais, da forma descrita. Um comentário de 1981 no *The Star* reforça esta percepção, ao referir que “o [NP] está agora a obter apoio financeiro de uma fonte *inesperada* – os imigrantes portugueses, [cuja simpatia pelas] políticas do [NP] derivava das experiências porque tinham passado em Angola e Moçambique.”² Tal remete-nos para o segmento dos refugiados que, “se apoiaram algum partido, tendia a ser o [NP], por gratidão por os ter aceite na África do Sul quando não tinham para onde ir,”³ sendo de sublinhar que os apoios mencionados se referem somente a alguns empresários que efectuaram contribuições para actos eleitorais do NP. Mas a maior parte destes não eram ex-refugiados, pelo que a explicação é mais complexa, podendo residir na referida pressão que as autoridades exerciam junto das várias comunidades estrangeiras radicadas no país.⁴ Cientes de que se esperavam sinais positivos da sua parte, alguns elementos da comunidade lusa teriam então decidido estabelecer relações mais próximas com o NP, mas a imprensa comunitária especificava que os portugueses queriam apenas trabalhar e que “não apoiamos o *apartheid*.”⁵ Quanto à participação na esfera política portuguesa, os indivíduos maiores de idade registados na rede diplomática podiam exercer o seu direito de voto nas eleições legislativas, das quais resultariam 4 deputados pela emigração – proporção que se mantém – mas não nas presidenciais.⁶ Não sendo o recenseamento obrigatório para os expatriados, não obstante terem decorrido várias actualizações dos cadernos eleitorais desde meados da década de 1970, o número dos que se registavam e cumpriam os requisitos para votar foi sempre escasso, ascendendo a apenas 9 747 pessoas em Joanesburgo, no início de 1976.⁷ Apesar de se seguir atentamente a evolução da política em Portugal, este reduzido número de eleitores deriva de uma proverbial aversão à burocracia e à desconfiança que se verificava em relação aos diplomatas e ao processo de votação por correio, temendo-se a manipulação dos boletins.⁸ Este ano marcou também o início de visitas periódicas de candidatos de partidos portugueses à África do Sul, realizando o Centro Democrático Social (CDS) e o PPD sessões de esclarecimento centradas nas eleições legislativas de 25 de Abril de 1976, registando-se a ausência do

¹ *Popular*, 30 de Dezembro de 1977, p.10.

² *The Star*, 20 de Março de 1982, s.p. Ênfase acrescentada.

³ *The Star*, 19 de Setembro de 1995, s.p.

⁴ Consultar o *The Star* de 20 de Março de 1982, s.p.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Agosto de 1986, p.20.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 12 de Julho de 1982, p.10.

⁷ Comunicação Pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Pretória, 14 de Julho de 2000 e de acordo com *O Século de Joanesburgo* de 22 de Março de 1976, p.15.

⁸ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 15 de Março de 1976, p.15 e de 19 de Abril de 1976, p.16.

Partido Socialista (PS) e do PCP, entre outros, já cientes da existência de um forte antagonismo ideológico na comunidade. De facto, no seio desta continuavam a emergir entidades de cariz político, como um clube militar português, criado em 1978, que possuía um “Estado-Maior” e agregava não só militares – supõe-se que prestando serviço na África do Sul – como paramilitares e ex-combatentes da guerra colonial. Afirmavam então ao recém-eleito Primeiro-Ministro Pieter W. Botha “incondicional apoio na defesa [da comunidade e da] nação sul-africana e activo repúdio [do] comunismo.”¹ Este clube pediria a integração no Conselho das Organizações de Antigos Militares, também denominado Organização Mundial Antimarxista dos Antigos Combatentes, que agregava 11 países e era presidida pelo General Neil Webster, Director-Geral dos Recursos da *South African Defense Force*,² o qual manteve encontros com o General Kaúlza de Arriaga na Sauer Street, em Joanesburgo, onde se localizava a sede da Associação dos Pára-Quedistas Portugueses na África do Sul. Arriaga era o patrono desta entidade, que assim aparece claramente como o clube militar mencionado, estabelecendo-se também um nexos entre o MIRC e antigos militares portugueses imbuídos de um espírito nacionalista, anticomunista e agastados com o modelo da descolonização. De facto, muitos portugueses radicados na África do Sul “não apagaram da alma os traumas com que ali chegaram. Odeiam os políticos de Lisboa, em particular os de esquerda. Ainda não fizeram as pazes com [Mário] Soares [e Almeida Santos], que responsabilizam pela «vergonha da descolonização».”³ Por isso viam com desagrado o Governo socialista português e tendiam para o espectro político concorrente. Como referido, existiu uma fusão de conceitos, afirmando-se que “só a Direita é realmente portuguesa e inequivocamente nacionalista.”⁴ Nesta situação, o sucessor do PPD, o Partido Social Democrata (PSD), apesar de descrito por *O Século de Joanesburgo* como de “centro-esquerda”, tinha todas as condições para captar este eleitorado potencial, o que se reflectiu na abertura, em Outubro de 1978, de um núcleo em Joanesburgo, primeiro sediado em Bertrams e depois (de 1987) em La Rochelle.⁵ Em 1980, ano de legislativas e presidenciais, os cadernos eleitorais registaram uma evolução, fruto de um forte apelo dos média comunitários “contra a ameaça marxista, [para] ajudar a salvar Portugal com os votos dos emigrantes.”⁶ Os recenseados aumentaram então em cerca de 10 000 pessoas, atingindo um total superior a 23 000, das quais 17 000 residentes

¹ *O Século de Joanesburgo*, 2 de Outubro de 1978, p.16.

² Consultar *O Século de Joanesburgo* de 27 de Novembro de 1978, p.16, de 4 de Dezembro de 1978, p.1 e de 11 de Dezembro de 1978, p.20.

³ *Diário de Notícias*, 29 de Fevereiro de 1988, p.14. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 24 de Abril de 1978, pp.1-8.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 11 de Dezembro de 1978, p.24.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 9 de Outubro de 1978, p.8 e de 26 de Janeiro de 1987, p.2.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 17 de Março de 1980, p.1.

em Joanesburgo.¹ Para além de informação geral sobre as formalidades da votação, *O Século de Joanesburgo* alertava que, dos 12 partidos ou coligações, “9 pertencem à área marxista e, por isso, [são] altamente perigosos para o futuro de Portugal,”² abandonando assim a neutralidade política e apelando directamente ao voto na Aliança Democrática (AD),³ que defendia o direito de voto dos emigrantes nas presidenciais e a criação de um Conselho das Comunidades Portuguesas, proporcionando-lhes representação. 1980 marcaria a inauguração de uma delegação (a primeira fora de Portugal) da AD em Joanesburgo e o início das visitas de altas individualidades políticas portuguesas à África do Sul,⁴ entre as quais a Secretária de Estado da Emigração Manuela Aguiar e o líder madeirense Alberto João Jardim. Entretanto, Kaúlza de Arriaga e os representantes do MIRN na África do Sul começaram a indicar aos simpatizantes o voto na AD, como forma de “contestar às esquerdas marxistas a maioria parlamentar.”⁵ Neste enquadramento surgiu mais um movimento, designado de Tradição, Família e Propriedade (TFP), que exerceu “intensa actividade nas áreas de Joanesburgo e Pretória, difundindo os fundamentos para combate ao comunismo e os meios para neutralizar a guerra psicológica (...) de Moscovo. [Note-se que o] TFP, nascido no Brasil em 1961, [era] apoiado pela *South African Catholic Defence League*,”⁶ constituindo um exemplo curioso de projecção de influência de outro núcleo luso, exterior à comunidade mas que contava com o apoio de um organismo sul-africano católico. A AD venceria as eleições de Outubro de 1980, obtendo 96% dos votos dos 16 642 portugueses da África do Sul que participaram neste sufrágio.⁷ Assumindo uma postura de não ingerência nos assuntos sul-africanos mas de condenação do *apartheid*, o novel Governo, liderado por Francisco Sá Carneiro, marcou a linha política desde então face a Pretória, que podemos designar de *appeasement*. Em grande medida, o reconhecimento da importância numérica dos portugueses aí residentes ditou esta opção e assegurou um *modus vivendi* com a comunidade, uma vez que Portugal se abstinha de votar contra a política de *apartheid* na Comissão dos Direitos Humanos da ONU.⁸ O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira, explicitaria que a “comunidade pesou na abstenção portuguesa [face a uma] resolução

¹ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 9 de Junho de 1980, pp.1-8.

² *O Século de Joanesburgo* de 15 de Setembro de 1980, p.9.

³ Ver *O Século de Joanesburgo* de 5 de Novembro de 1979, p.16.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 15 de Dezembro de 1980, p.13 e de 29 de Dezembro de 1980, p.10.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 12 de Novembro de 1979, p.9.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 2 de Junho de 1980, p.9.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 20 de Outubro de 1980, pp.1-11.

⁸ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 12 de Março de 1979, p.8. Ver ainda edição de 21 de Abril de 1980, p.8.

que pedia a condenação da África do Sul e a interrupção de qualquer tipo de relações com este país.”¹ Na sequência das promessas eleitorais, a comunidade passou também a ter uma estrutura representativa, órgão interlocutor e de aconselhamento face a Portugal que recomendava prudência nas críticas à política sul-africana.² É neste plano que adquire sentido a quantificação dos portugueses, que se tornou uma variável de peso nas políticas externas de Portugal e da África do Sul, com as vozes dos conselheiros de permeio. De facto, decretado crime contra a humanidade em 1973, o regime de *apartheid*, sobretudo após a descolonização lusa, necessitava de romper o isolamento internacional. Com uma numerosa comunidade na África do Sul, Portugal “era uma porta que se abria na Europa, para [tentar] influenciar a opinião pública internacional.”³ Não seria por acaso que, em 1981, Pretória optaria pela abertura de um Consulado no Funchal e que as autoridades madeirenses sempre zelassem pela manutenção de relações cordiais. Entretanto, a emergência das Forças Populares 25 de Abril e a morte de Sá Carneiro, em 1980, contribuíram para manter acesa a chama ideológica na comunidade e o seu estado de alerta permanente face à política portuguesa. Pouco antes das eleições presidenciais de Dezembro de 1980, o Círculo D. António Prior do Crato voltou a revelar dinamismo, defendendo uma frente nacional contra o comunismo entre a AD e outras entidades politicamente próximas, como o MIRN.⁴ O candidato da AD seria o General Soares Carneiro, que perderia as eleições para o General Ramalho Eanes. Este facto, a par do não reconhecimento do direito de voto dos emigrantes nas presidenciais, contribuiria para impedir uma confiança inicial face a Eanes. Acresce que a visita que este realizaria em 1981 a diversos países africanos que integravam a Linha da Frente contra a África do Sul, entre os quais Moçambique, Zâmbia e Tanzânia, não foi bem vista por alguns sectores da comunidade, em cuja memória perdurava a expulsão dos portugueses de Moçambique, pela FRELIMO.⁵ E a aparente disposição de Eanes para acolher em Lisboa, em Julho de 1982, a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente e para a Paz e Libertação Nacional na África Austral, motivou protestos veementes, entre a comunidade, parte da classe política portuguesa, secção do PSD de Joanesburgo e autoridades de Pretória, tendo a sua Embaixada em Lisboa recordado que existiam 700 000 portugueses no país.⁶ A conferência seria cancelada, mas as reacções que suscitou

¹ *O Século de Joanesburgo*, 24 de Setembro de 1981, p.11.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 7 de Setembro de 1981, p.7.

³ Comunicação Pessoal com José Nascimento, Advogado, em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 25 de Agosto de 1980, p.3.

⁵ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 21 de Dezembro de 1981, p.20.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 31 de Agosto de 1981, p.11 e de 5 de Julho de 1982, p.1.

induzem algumas considerações úteis. Reportando-se à descolonização, um editorial de *O Século de Joanesburgo* recusava “admitir que tenha lugar em solo português uma reunião para apoiar terroristas [sic] a soldo da União Soviética contra a África do Sul, país (...) que nos acolheu, (...) nomeadamente quando centenas de milhares de nós tivemos que abandonar Angola e Moçambique, traídos pelo MFA e espoliados pela FRELIMO e pelo MPLA.”¹ Note-se que, descontada a carga ideológica e os traumas dos que se assumiam como porta-vozes da comunidade, o que se pretendia preservar, em última instância, era a posição desta face aos sul-africanos, temendo represálias. No fundo, receando a expulsão do país onde tinham escolhido viver, algo que não teria a ver com o regime político em vigor, mas sim com a possibilidade de aceder a melhores condições socioeconómicas. Paralelamente, surge a ferida do êxodo traumático das ex-colónias, que é recorrente pois *nunca sarou*, provocando azedume qualquer aproximação aos movimentos (depois Governos) aos quais apontavam responsabilidades e que integravam a Linha da Frente. E isto explica a necessidade que sentiam de defender a África do Sul, tanto face a actores internos (como o ANC e a *South West People’s Organisation*, ou SWAPO) como externos, mesmo que tal significasse ir contra as mais altas instâncias de Portugal, o que era facilitado pelo fosso ao nível das ideias políticas. A identificação com o país de acolhimento traduzia-se numa lealdade que resultava de uma gratidão sincera e, num Estado onde a comunicação social possuía graves limitações, derivava também numa linguagem similar à do executivo sul-africano. Como mencionado, os laços entre alguns elementos do poder sul-africano e da comunidade foram adquirindo consistência, sobretudo após a independência das ex-colónias portuguesas. Em 1980, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Pik Botha era já uma presença assídua em eventos promovidos pelas agremiações, sendo considerado bastante amigo da comunidade portuguesa.² Em 1979, pouco antes de Portugal criar uma estrutura representativa da comunidade, surgiu o Directório Português na África do Sul, também designado por Directório Para os Assuntos Portugueses na África do Sul, que se apresentava como “uma associação cultural, (...) formada por personalidades (...) no campo social, económico, político e assistencial, tanto portuguesas como sul-africanas, com o fim principal de estreitar os laços de amizade entre as 2 comunidades, [cujo lema era] «Unidos Seremos Fortes».”³ Para além de usufruir “de voz activa e conceituada junto das autoridades governativas [sul-africanas, pretendia] solucionar os problemas dos portugueses no país de acolhimento.”⁴

¹ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Junho de 1982, p.22.

² Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 23 de Junho de 1980, p.3.

³ *Panorama*, N.º 77, Novembro de 1983, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.19.

⁴ Ministério do Trabalho e Segurança Social, *ibidem*, p.5.

O empresário Silvério Silva e a advogada Eulália Salgado – a qual também integraria o Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses – ocupavam a presidência e a vice-presidência desta entidade, que protagonizaria o primeiro encontro entre elementos da comunidade e as mais altas esferas do poder sul-africano.¹ Tal sucedeu em 17 de Outubro de 1983, num jantar em honra do Primeiro-Ministro P.W.Botha, no qual este recebeu um cheque com a contribuição dos cerca de 300 portugueses presentes para as despesas do NP com o referendo sobre a nova Constituição, previsto para 2 de Novembro de 1983.² Refira-se que o *P.W. Botha Referendum Fund* possuía uma comissão portuguesa, o que também assinala um novo tipo de relacionamento com a comunidade. Se o cariz elitista do Directório e dos convidados que participaram no jantar não permite concluir que a comunidade em peso apoiava o NP, também é de assinalar que tal não impedia os dirigentes do NP de considerarem o Directório o seu interlocutor comunitário. Por outro lado, no repasto estavam representantes de cerca de 20 colectividades portuguesas do Transvaal³ pelo que, pelo menos ao nível de dirigentes associativos, emitiam uma mensagem de apoio abrangente ao executivo sul-africano e – como a classificou *O Século de Joanesburgo* – de reconhecimento face ao país de acolhimento.⁴ Este ponto é relevante, pois os portugueses sempre se consideraram “hóspedes” dos sul-africanos e, apesar de se suspeitar que muitos marcaram presença apenas por uma questão de prestígio social, é bom ter em conta que nesta altura qualquer dissidência comunitária era impossível, implicando, no mínimo, o ostracismo. E as pressões dos sul-africanos eram palpáveis, como atestam declarações posteriores do Ministro do Interior Stoffel Botha, o qual, dirigindo-se aos portugueses numa colectividade de Joanesburgo, “disse esperar que [a] comunidade estivesse ao lado do Governo nas reformas sociopolíticas em que (...) está empenhado.”⁵ Um outro exemplo demonstra que os políticos lusos também não eram imunes a este fenómeno, dado que, mesmo contra a opinião de Lisboa, Alberto João Jardim decidiu receber no Funchal o já Presidente da República P.W. Botha, invocando os 300 000 madeirenses que residiam na África do Sul.⁶ A mínima fricção provocava repercussões: quando Portugal recusou ao Ministro da Defesa, General Magnus Malan, o visto que lhe permitiria deslocar-se à Madeira, logo foi recordado que “tem a seu cargo cerca de 10 000 jovens [militares] portugueses.”⁷ Entretanto, em Portugal preparavam-se as legislativas de 25 de Abril de

¹ De acordo com o *The Star* de 28 de Maio de 1988, p.6.

² Cf. *Panorama*, N.º 81, Abril de 1984, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.12.

³ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 17 de Outubro de 1983, pp.1-5.

⁴ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 10 de Outubro de 1983, pp.1-2.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 9 de Junho de 1986, p.19.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 17 de Novembro de 1986, p.3.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 1 de Dezembro de 1986, p.24. Ver ainda a edição de 22 de Dezembro de 1986, p.3.

1983, às quais concorreria, nas listas do CDS e pelo círculo da emigração, o anterior representante do MIRN em Joanesburgo, Morais Barbosa. Sendo um ex-elemento da comunidade, entende-se a tendência de *O Século de Joanesburgo* para o apoiar, em detrimento do agora concorrente PSD, devido ao seu conhecimento directo da diáspora. Em relação aos restantes partidos, a postura antimarxista mantinha-se, alertando-se para a possível confusão entre a anterior Aliança Democrática e a Aliança Povo Unido (APU), em que participava o PCP.¹ Quanto ao PS, uma das poucas figuras de proa a visitar a África do Sul foi Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1984. No entanto, o objecto da sua deslocação foi diplomático, não visando especificamente a comunidade, onde era óbvio o escasso apoio ao executivo socialista.² Na realidade, só em 1986, ano em que Mário Soares ascende à presidência da nação, encontramos referência a uma visita de deputados socialistas com responsabilidades na esfera da emigração, integrados numa comitiva parlamentar. Quanto aos registos eleitorais comunitários, quase não variaram entre 1982 e 1984, permanecendo pouco acima dos 23 000,³ sendo voz corrente que “os emigrantes portugueses (...) raras vezes se envolvem na política, porque há prioridades mais importantes,”⁴ que estão na origem da própria decisão de se radicarem noutra país. Tal explica que os esforços dos representantes locais dos partidos portugueses e de algumas figuras de relevo na comunidade, no sentido de elevar os números nos cadernos eleitorais, não obtivessem resultados. De facto, na área consular de Joanesburgo, o recenseamento de 1986 derivou num acréscimo de apenas cerca de 40 novos eleitores e nas legislativas de 14 de Julho de 1987 apenas votaram 5 837 pessoas, 68,2% das quais no PSD, 30,7% no CDS e 1% no PS.⁵ Mais uma vez, apenas os 2 primeiros partidos efectuaram acções de campanha substanciais junto da comunidade, sendo residual a identificação com o PS. Os contactos entre esta e as autoridades sul-africanas tornaram-se mais frequentes, emergindo gradualmente a percepção de que os portugueses também começaram a ser vistos como um eleitorado a ter em conta. De facto, apesar de a esmagadora maioria não possuir a cidadania sul-africana – como se constata no Anexo 6 – logo, não tendo direitos políticos, alguns tinham optado pela naturalização. Por outro lado, mesmo sem uma participação efectiva nas urnas, era interessante, do ponto de vista de potenciais apoios financeiros, tratar a comunidade como se fosse uma faixa do

¹ Ver *O Século de Joanesburgo* de 18 de Abril de 1983, pp.1-12. Consultar também a edição de 17 de Fevereiro de 1986, p.1.

² Consultar, por exemplo, o *Sunday Express* de 13 de Maio de 1984, p.13.

³ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 3 de Maio de 1982, p.3, de 2 de Maio de 1983, p.1 e de 7 de Maio de 1984, p.1.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 18 de Agosto de 1986, p.24.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 23 de Junho de 1986, p.1 e de 28 de Setembro de 1987, p.3.

eleitorado. Tal explica o discreto apelo feito pelo Ministro da Educação e Formação Barend Du Plessis “aos líderes da comunidade, [desejando] que os portugueses assumam o seu papel sendo eleitores, votando.”¹ Desta abertura surgiria outra possibilidade de participação rara, neste caso nas listas de candidatos do NP às eleições gerais de 6 de Maio de 1987, tendo o empresário português Giorgio Pagan sido convidado por Pik Botha a concorrer pelo círculo de Houghton, uma zona elitista de Joanesburgo. A sua adversária seria a deputada do PFP, Helen Suzman, que dominava esta circunscrição desde 1953, situação que se manteria.² Botha sublinhava que apenas o NP transformaria a África do Sul sem ceder ao marxismo, enquanto Pagan apelava aos expatriados com direito a voto, não só portugueses como das comunidades grega, italiana e judaica.³ O objectivo de Pagan era “mostrar aos portugueses que nós temos um lugar no Parlamento [e romper com a ideia de que] aqui somos convidados, por isso não podemos envolver-nos.”⁴ A incursão de um português na esfera política granjeou-lhe o apoio de proeminentes figuras da comunidade, entre empresários e dirigentes associativos, sendo publicitada na imprensa comunitária, em Português, a mensagem do NP para o país, sob o mote “Reformas Sim, Rendição Não”, que já veiculava alterações políticas de vulto mas sem comprometer a segurança e a estabilidade.⁵ Refira-se que esta foi também a primeira vez que o NP recorreu a uma campanha no jornal comunitário para promover candidatos, nomeadamente os que concorriam em Turffontein e Rosettenville, bairros de Joanesburgo com uma maioria de residentes lusos, reincidindo nesta estratégia nas eleições municipais de 1988, prometendo essencialmente lei e ordem, sendo o lema “Votar no NP é Sensato.”⁶ Note-se que, nesta altura, elementos da comunidade também sofriam, embora não constituíssem alvos *per se*, com os atentados bombistas na África do Sul, registando-se vários feridos e mesmo vítimas mortais de origem portuguesa.⁷ Neste contexto, *O Século de Joanesburgo*, actuando como caixa de ressonância da comunidade, realizava diatribes sobre o sentido de voto dos luso-sul-africanos, sublinhando que Pik Botha “tem o [apoio] da maioria dos portugueses aqui residentes [e que os] que sofreram na carne e no espírito o drama de angolanos e moçambicanos não estão dispostos a contemplar outra traição em nome da

¹ *The Citizen*, 11 de Junho de 1984, s.p.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Fevereiro de 1987, p.21.

³ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 4 de Maio de 1987, p.9.

⁴ *Style*, Julho de 1989, pp.42-45.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 27 de Abril de 1987, p.5.

⁶ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 15 de Agosto de 1988, p.6 e de 22 de Agosto de 1988, p.6.

⁷ Em 2003, a Comissão da Verdade e Reconciliação decidiu indemnizar 16 portugueses(as) ou as suas famílias, a título póstumo, por atentados de motivação política perpetrados pelo MK e pelo *Azanian People's Liberation Army* (APLA) entre Julho de 1986 e Abril de 1994, cf. *O Século de Joanesburgo* de 5 de Maio de 2003.

liberdade. (...) Hóspedes (...) nesta pátria adoptiva, apoiamos o Governo nos seus esforços em promover uma sociedade mais justa,”¹ ou seja, o seu programa de reformas. É interessante o paralelo estabelecido entre o momento político sul-africano e a descolonização portuguesa, emergindo a estabilidade como o factor de maior importância. E a estabilidade era conotada, neste caso, com um apoio ao NP por parte dos que podiam votar, para evitar um caos semelhante ao que se verificara em Angola e Moçambique. Entendemos melhor este raciocínio se atentarmos ao facto de este jornal comunitário possuir diversos profissionais que viveram nas ex-colónias. Na verdade, em 1988, o novo director passou a ser Silva Ramalho, outro ex-residente em Moçambique, até 1975.² Acresce que para muitos portugueses que tinham acompanhado a instabilidade política em Portugal no pós-25 de Abril o NP era de facto sinónimo de segurança. Nunca tinham conhecido outro Governo sul-africano e, como enfatizou um dirigente associativo, “simplesmente habituaram-se à ideia de apoiar o NP, tal como se acostumaram a beber Coca-Cola,”³ sendo o NP identificado com “o Governo (...) que lhes [dera a] oportunidade de [prosperidade] económica que (...) sonhariam ter”⁴ em Portugal. E para tal também contribuiria o facto de, na esteira de Pik Botha, outros políticos do NP também se terem aproximado da comunidade, como Rex Le Roux, deputado por Pretoria West, bairro da capital densamente povoado por portugueses, cuja atitude cordial contribuiu “para que a nossa comunidade o respeite e admire e o honre, por vezes, com jantares e reuniões de convívio.”⁵

4. Os Portugueses e as Transformações Políticas na África do Sul

Mesmo antes dos ventos de mudança que se anunciavam na África do Sul, Portugal não considerava viável a estratégia das sanções, privilegiando o diálogo e uma solução de compromisso “harmoniosa, a fim de evitar que grande número dos seus cidadãos se veja obrigado a deixar [a África do Sul] e regressar às origens. Uma tal eventualidade, para além dos efeitos sociais (...) teria também consequências graves para a economia portuguesa, ainda em situação de grande

¹ *O Século de Joanesburgo*, 23 de Março de 1987, p.24.

² De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 1 de Fevereiro de 1988, p.3.

³ *Sunday Times*, 13 de Agosto de 1989, s.p.

⁴ Comunicação Pessoal com José Nascimento, Advogado, em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000.

⁵ *Contacto*, Série II, N.º 4, Maio-Junho de 1989, Pretória, p.25.

fragilidade.”¹ Na prática, tal cenário constituiria uma replicação do êxodo colonial, o que explica a prudência com que Portugal geria as suas relações com um regime com o qual não se identificava, mesmo contra a opinião vigente na Comunidade Económica Europeia e no âmbito da Assembleia-Geral da ONU. Por outro lado, alguns frisavam que se Portugal aprovasse sanções económicas contra a África do Sul estaria também a abrir um contencioso com a comunidade lusa, que seria directamente afectada pelas mesmas.² De facto, apesar de não podermos afirmar peremptoriamente que a maioria dos portugueses não se identificava com “a política segregacionista sul-africana, (...) os emigrantes [tendiam] a justificar o regime do país de acolhimento,”³ o que é apanágio de muitas outras comunidades. Em 1988, a eleição do Presidente George Bush traduziu-se na adopção de uma linha de acção que se coadunava com o pensamento luso, defendendo “o fim completo do *apartheid*, [recusando a] implantação de um regime radical pró-soviético [e favorecendo uma] mudança pacífica.”⁴ Registrando a inflexão norte-americana, pouco depois o Primeiro-Ministro Cavaco Silva “defendeu a necessidade de mudanças que conduzam à eliminação do *apartheid*, à suspensão do estado de emergência e à libertação de Nelson Mandela.”⁵ Tal enquadrava-se também na ascensão de F.W. De Klerk à liderança do NP, que acumularia com a presidência interina do país após a demissão de P.W. Botha. Preconizando “Renovação, Paz e Prosperidade”, De Klerk foi descrito pelo jornal comunitário como “um salto no desconhecido.”⁶ As suas ideias ainda careciam de clarificação mas instalou-se um clima de expectativa, sobretudo em torno do seu entendimento de renovação. Na campanha para as eleições de 6 de Setembro de 1989, De Klerk continuaria a publicar anúncios dirigidos à comunidade lusa, contendo uma mensagem que pretendia ser tranquilizante e se referia a “uma nova África do Sul. (...) Iremos unir sul-africanos, (...) desenvolver uma nova Constituição, onde todo o indivíduo poderá participar sem dominar (...). Agitação, violência e terrorismo irão ser controlados por mão firme. (...) O diálogo [é] a chave do futuro.”⁷ Era esta a sua noção de renovação, que afinava pelo novo diapasão internacional que marcaria o final da Guerra Fria e onde se incluía a posição de Portugal. Os *slogans* de De Klerk enfatizavam a “nova liderança, nova energia, [declarando-se]

¹ *O Século de Joanesburgo*, 30 de Junho de 1986, pp.1-24.

² Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 9 de Junho de 1986, p.1, de 29 de Setembro de 1986, p.15 e de 6 de Outubro de 1986, p.1.

³ *Diário de Lisboa*, 4 de Abril de 1988, p.7.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 14 de Novembro de 1988, p.17.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 26 de Junho de 1989, p.1.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Agosto de 1989, p.3. Ver ainda edição de 15 de Maio de 1989, p.32.

⁷ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Setembro de 1989, p.5.

pronto para o futuro [e apelando ao voto no NP, pois] não há outra alternativa.”¹ Mas um novel actor político demonstraria interesse na comunidade, o *Democratic Party* (DP), recorrendo também a *O Século de Joanesburgo* para publicitar em Português as suas ideias de um executivo de representação proporcional. Muito a propósito, os seus argumentos remetiam para receios antigos, mas bem vivos na memória comunitária: “queremos negociações para evitar uma guerra como em Angola e Moçambique. (...) Vota no partido que te assegura o futuro! Não queiras ser «retornado».”² Assim, o DP utilizou a mesma estratégia empregue pelo NP em 1988, comparando a transição política sul-africana e a descolonização lusa. Mas foi mais longe, ao insistir no regresso à condição de “retornado” como consequência da instabilidade que se seguiria, neste caso se não existisse um processo político negociado. Ao NP e ao DP adicionou-se ainda o *Conservative Party* (CP), pelo que em 1989, pela primeira vez, podemos constatar que existiu uma competição política entre diversas forças partidárias pelo eleitorado português, que já teria então um potencial não desprezável, sendo composto sobretudo por jovens luso-descendentes e pelos que tinham optado pela naturalização. O chefe da publicidade do CP, um dissidente do NP, Koos Van Der Merwe – o qual em 1980 presidia ao Directório³ – estimava existirem então 15 000 a 20 000 portugueses registados como eleitores, mostrando-se determinado a obter alguns destes votos, que tenderiam sobretudo para o NP. Tal como sucedeu com o DP, os painéis de campanha que o CP afixou em zonas residenciais de portugueses e reproduziu na comunicação social centravam-se na descolonização: “Não Mais Mozambique [*sic*] e Angola para Mim” era o mote,⁴ querendo transmitir a mensagem de que as situações aí vividas pelos portugueses não deveriam repetir-se. Esta atenção inusitada face aos portugueses derivava do facto de estas eleições serem decisivas para o futuro do país, estando em causa 3 projectos de sociedade: o do NP (renovação prudente), CP (defesa dos fundamentos do *apartheid*) e DP (liberalismo democrático). Não terá então sido por acaso que, em Abril de 1989, poucas semanas após De Klerk assumir a liderança do NP e antes das eleições gerais, tenha sido entregue e divulgado um estudo do *Human Sciences Research Council*, encomendado pelo *Department of Home Affairs*, até hoje o único diagnóstico oficial sul-africano aprofundado sobre a comunidade. Numa fase crucial, procurava-se estabelecer o perfil de uma comunidade que a esmagadora maioria desconhecia, partidos políticos incluídos. No que se refere à esfera política, este trabalho de Schutte proporciona dados importantes, mas que devemos analisar

¹ *O Século de Joanesburgo*, 28 de Agosto de 1989, p.5.

² *O Século de Joanesburgo*, 4 de Setembro de 1989, p.11.

³ Cf. *The Citizen* de 11 de Julho de 1980, s.p.

⁴ Segundo o *Sunday Times* de 13 de Agosto de 1989, s.p.

com cautela. Através da entidade contratante, Schutte teve acesso aos registos dos portugueses com mais de 18 anos que se tinham naturalizado sul-africanos ou obtido residência permanente – um total de 60 369 pessoas – e que residiam no país há pelo menos 1 ano. Desta forma, estão excluídos da amostra de cerca de 1 100 indivíduos de Cape Town e da região de Pretória-Witwatersrand-Triângulo do Vaal os luso-descendentes e os que não possuíam autorização para permanecer no país de forma continuada, o que abrange ilegais e detentores de residências temporárias. Cerca de 47% destes portugueses tinham-se radicado na África do Sul entre 1966 e 1975. Apesar de o número de respostas variar ligeiramente nas diversas questões, por motivos de raciocínio optou-se por uma concentração nas percentagens a que chegou Schutte.¹ Interrogados sobre se a sua opinião face às políticas raciais do Governo sul-africano se tinha alterado desde que residiam no país, 88,1% dos 1 054 portugueses responderam negativamente. E estas opiniões (de 1 081 pessoas) dividiam-se da seguinte forma: 44,6% consideravam-nas correctas ou totalmente correctas, 6,7% condenava-as abertamente e uma maioria de 48,7% não soube responder, mostrou-se indecisa ou evitou categorizá-las. Isto é significativo, sobretudo ao analisar os resultados seguintes. Se as autoridades sul-africanas decidissem implementar o sistema de 1 homem, 1 voto, apenas 3,7% (dos 1 080 inquiridos) aprovariam e 60% opor-se-iam, “isto é, a maioria era contrária à concessão de direitos políticos aos [africanos].”² Mas entre os indiferentes e indecisos chegamos a um total de 36,3%. Note-se que quem se declarasse a favor de tal medida estaria a posicionar-se directamente contra o Governo sul-africano, o que não seria sensato. Na realidade, uma questão importante, que quase passa despercebida no inquérito, prende-se com a comparação da liberdade política sentida em Portugal e na África do Sul.³ Dos 1 079 inquiridos, 34,5% consideravam que o país de origem possuía maior liberdade do que a África do Sul, que agregou apenas 26,9% das preferências. A maioria dos portugueses, 38,3%, não respondeu a esta questão, sendo a sua omissão significativa, seja por sentirem dificuldade em comparar regimes, por não desejarem optar entre o país natal e o de adopção ou ainda porque a resposta poderia ser prejudicial, leia-se, crítica para a África do Sul. E isto pode de facto indiciar que não sentiam liberdade política, o que se reflectiria nos questionários num constrangimento difícil de ultrapassar. Esta percepção agudiza-se quando se verificam os dados sobre as atitudes dos sul-africanos, sendo as negativas quase residuais, o que está longe da realidade.⁴ Por outro lado, é necessário ter em conta que o predomínio dos

¹ Consultar Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.51-56.

² Revista do *Expresso*, 15 de Junho de 1991, p.11.

³ Ver Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.48.

⁴ Consultar, por exemplo, Groenewald, D.C. & Smedley, Linda, *op.cit.*

portugueses no pequeno comércio os tornava, nesta altura, “alvos na vaga de crime violento que está a varrer o país. Eles estão ansiosos por ver estabilidade na África do Sul, para proteger os modestos ganhos materiais para [que] trabalharam arduamente.”¹ E estabilidade era o que De Klerk procurava assegurar, sem perder a determinação de fomentar profundas mudanças políticas. Schutte procurou detectar o grau de interesse dos 1 081 inquiridos face à esfera política, emergindo que 37,8% se consideravam bastante ou muito interessados, 33,5% apenas ligeiramente e 29,3% não revelavam nenhum. Obviamente que o eleitorado-alvo de qualquer força política seria aquela faixa dos cerca de 38% da comunidade, mas se tivermos em conta que apenas 8,4% (de entre 1 077 pessoas) tinha optado pela naturalização, acedendo a direitos políticos,² então o segmento politicamente mais importante só poderia ser o dos luso-descendentes. Em 1994, esta situação certamente estaria na origem da concessão do direito de voto a todos os cidadãos estrangeiros com o estatuto de residentes permanentes, “um conceito inteiramente novo na história eleitoral do país,”³ como sublinhou a Vice-Ministra da Justiça Sheila Camerer. De Klerk venceria as eleições de 1989, obtendo a maioria no Parlamento, mas o CP seguiu-se-lhe em número de votos, superando o DP. Nesta altura, De Klerk era descrito pela imprensa comunitária como um homem de boas intenções, talvez como um Gorbachov africano, mas cujo pragmatismo abria a caixa de Pandora, o que se expressava no dinamismo de diversos movimentos radicais, africanos e afrikaners.⁴ Entretanto, poucos dias após a vitória de De Klerk o filho do Presidente Mário Soares sofreu um acidente aéreo na Jamba, em Angola. Em estado grave, foi transportado para a África do Sul, onde seria visitado pelo chefe de Estado português, a título pessoal. Apesar do profundo antagonismo que suscitava nalguns sectores da comunidade, todos respeitaram a sua preocupação e condição de pai. Soares, um defensor das reformas, manteve então um encontro com De Klerk, num contexto em que já se aventava a possibilidade da libertação de Nelson Mandela. Mas ninguém estava verdadeiramente preparado para o que se seguiria pouco depois e “a comunidade [seria] totalmente apanhada de surpresa pelas mudanças dramáticas anunciadas pelo Presidente De Klerk.”⁵ Uma outra questão de Schutte revela-se particularmente útil para o perfil político desta. Instados a graduar o poder político que sentiam possuir os portugueses na África do Sul, as respostas dos inquiridos constam no Anexo 7. Apesar das fronteiras entre categorias não serem claras,

¹ *Sowetan*, 9 de Março de 1992, s.p.

² Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.40-53.

³ *O Século de Joanesburgo*, 31 de Janeiro de 1994, p.5.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 11 de Setembro de 1989, p.36, de 25 de Setembro de 1989, p.44 e de 16 de Outubro de 1989, p.36.

⁵ *Sunday Times*, 2 de Setembro de 1990, s.p.

sobretudo no que se refere a ter algum ou não possuir muito poder, constata-se que a esmagadora maioria não atribuía um significativo grau de poder político aos portugueses. No entanto, e talvez mais importante, uma minoria considerava que possuíam algum ou muito poder. Tendo em conta que nesta altura não existia uma única figura de origem lusa na política activa sul-africana, a explicação para que subsistisse esta percepção remete-nos para os laços existentes entre algumas personalidades da comunidade e políticos sul-africanos que, no pensamento dos portugueses anónimos, seriam transformados em influência política.

5. A Postura da Primeira Geração e a Génese da Consciência Política dos Luso-Descendentes

Os contactos da comunidade com a política, sul-africana e portuguesa, continuam a ser uma actividade quase exclusiva de portugueses da primeira geração, frequentemente com uma base educacional frágil e uma vivência pessoal que não se processou em sociedades democráticas. O despontar de uma consciência política ocorreu no seio dos que possuíam capacidade para gerir o seu tempo, usualmente empresários de sucesso, muitos almejando reconhecimento social, outros eventuais benefícios económicos por parte do executivo sul-africano. Paralelamente, conforme foi emergindo a necessidade de estabelecer laços com os principais núcleos de portugueses, os dirigentes associativos apareciam como interlocutores privilegiados, por via da sua actividade quotidiana nas colectividades, espaços de reunião onde se deslocavam as famílias lusas. Desta forma, não é de estranhar que quando foram criadas estruturas representativas da comunidade tenham sido estas pessoas o substrato do que podemos designar de classe política comunitária, num processo de fusão entre a elite económica e a associativa. Surgiu assim um círculo restrito de homens de negócios, dirigentes associativos e, mais recentemente, representantes legítimos (eleitos) da comunidade e também dos principais partidos portugueses, sendo usual a acumulação de todas estas características numa só pessoa, um líder comunitário. Com o tempo, foram aprendendo a adaptar-se às transformações em Portugal e na África do Sul, acumulando experiência e formando um entendimento próprio sobre a política, o que se traduziu em linhas de comportamento muito específicas, pouco dadas a alterações, que constituiriam um factor condicionante para a própria comunidade. Quanto aos jovens luso-descendentes só começaram a realizar incursões visíveis na política em finais de 1989, optando não pela reprodução da postura dos

elementos da primeira geração, mas sim pela ruptura. E o protagonista desta foi a *Democratic Initiative of the Portuguese in South Africa* (DIPSA), “em oposição à hegemonia política dos líderes de opinião entre os portugueses.”¹ Mas a causa imediata da sua criação foi um artigo do proeminente jornalista africano Es’kia Mphahlele, publicado em Julho de 1988 na revista *Tribute*, extremamente crítico para a comunidade portuguesa.² Perturbada com a imagem negativa desta e determinada a alterá-la, a jornalista Maria Manuela de Castro-Moura decidiu fundar a DIPSA com outros jovens compatriotas, nomeadamente um psicólogo docente na Universidade de Vista (Soweto), António de Gouveia, e um advogado com estreitas ligações ao associativismo de Joanesburgo, José Nascimento. Gouveia referiu que se encontraram com Mphahlele logo após a publicação do artigo,³ no entanto, a DIPSA só surgiria formalmente em meados de Abril de 1990, após as eleições gerais de Setembro de 1989, nas quais Castro-Moura participara como colaboradora – aparentemente a única portuguesa – do DP. Isto explica que a DIPSA tenha obtido o apoio do co-líder do DP, Wynand Malan,⁴ o que poderá evidenciar um novo tipo de estratégia (pós-eleitoral) deste partido face à comunidade e em particular aos seus jovens, ao contribuir para a dinamização de um grupo comunitário politicamente próximo. Gouveia explicitou que tiveram contactos com outro elemento do DP, Zach De Beer, mas que Malan lhes aconselhou que a DIPSA devia “continuar num processo independente do DP. (...) Mas houve alguns problemas pessoais e a iniciativa [terminou cerca de] 1 ano”⁵ depois. Nascimento tocou noutro ponto interessante e que contribui para a compreensão dos laços com o DP, ao sublinhar que sempre existiram portugueses que refutavam o *apartheid*, mas que não se expressavam de uma forma institucional. Tal posicionamento traduzia-se somente num voto pelo PFP – cujo herdeiro seria o DP – então o partido oposicionista no Parlamento exclusivamente caucasiano. Eventualmente, “essa consciência [política] levou à criação da DIPSA, para ser um tipo de interlocutor com os movimentos de libertação [sul-africanos] e a «comunidade portuguesa», [sensibilizando-os para o facto] de que os portugueses não eram os racistas das lojas (...) que apoiavam o *apartheid* [e o] NP. [Surgimos] simplesmente [como] um grupo de sul-africanos de origem portuguesa que tinham todo o interesse em ficar na África do Sul, que éramos tão sul-africanos como eles e que havia uma perspectiva diferente a apresentar. (...)

¹ *Jornal de Notícias*, 20 de Fevereiro de 1991, p.7.

² Intitulado *500 Years of Misadventure*. Consultar o *The Star* de 7 de Abril de 1990, s.p.

³ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

⁴ Cf. o *The Star* de 7 de Abril de 1990, s.p. e de 21 de Abril de 1990, s.p.

⁵ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

Na altura, [membros da comunidade] chamaram-nos de comunistas.”¹ A questão da permanência no país deriva do facto de muitas famílias ponderarem enviar os seus jovens para Portugal, temendo pela sua segurança ao prestarem serviço militar. António Ramos acrescenta que é neste contexto e face às percepções negativas dos africanos que “esta geração, que aqui cresceu e que é sul-africana e fala Afrikaans, (...) procura mostrar à sociedade sul-africana (...) que os «*bloody porra*» não são todos iguais, [também são] sul-africanos [e] não concordam (...) com o sistema.”² Os objectivos da DIPSA consistiam em edificar um *lobby* de luso-descendentes que participasse efectivamente nas mudanças políticas através do estabelecimento de relações com todas as forças políticas sul-africanas, *excluindo inicialmente o NP*, apesar da abertura posterior, e com grupos anti-*apartheid* em Portugal, só tendo sido possível encontrar menções sobre um Movimento Português Contra o *Apartheid*.³ Não pretendendo representar toda a comunidade, que reconhecia como politicamente inerte, mas apenas os seus jovens mais comprometidos com o futuro da África do Sul, a DIPSA almejava, no entanto, exercer junto daquela uma acção (in)formativa sobre a situação, tentando afastar receios face às mudanças políticas e promovendo a aceitação de uma sociedade não-racial democrática.⁴ Quando a DIPSA iniciou oficialmente as suas actividades, em Abril de 1990, publicitou as suas ideias n’ *O Século de Joanesburgo*, convidando a comunidade a contactar a sua sede, uma caixa postal em Melville, Joanesburgo.⁵ Subsequentemente não surgem mais referências à DIPSA naquele jornal comunitário, somente na nova revista *Notícia* e na imprensa de Portugal. João Gomes Cravinho, o qual também privou com as principais figuras da DIPSA em 1990, sublinhou que “os líderes da comunidade utilizaram todos os esquemas (...) para criar dificuldades ao novo movimento. *O Século de Joanesburgo* (...) ignorou durante meses aquilo que era a mais importante evolução política da comunidade desde há anos; exerceram-se (...) pressões sociais e mesmo profissionais sobre as principais figuras do movimento,”⁶ para além das referidas acusações de ligações ao comunismo. Este seria o preço da dissidência, que não era algo comum, devido à “teia de dependências económicas e sociais que constitui o núcleo da comunidade, [tornando-a] uma massa relativamente vulnerável e

¹ Comunicação Pessoal com José Nascimento, Advogado, em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000.

² Comunicação Pessoal com António Ramos, Jornalista, em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000.

³ Consultar o *The Star* de 21 de Abril de 1990, s.p. e o *Público* de 18 de Abril de 1993, p.25.

⁴ Cf. o *The Star* de 7 de Abril de 1990, s.p. Ver ainda *Correio da Manhã* de 28 de Março de 1991, p.21.

⁵ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 30 de Abril de 1990, p.12.

⁶ Cravinho, João Gomes, *Portugueses na África do Sul – Retrato Político de uma Comunidade Emigrante*, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Lisboa, 1990, p.26.

fácil de moldar pelos líderes, [cuja] mensagem [era] clara: a comunidade portuguesa deve procurar manter o silêncio total sobre assuntos políticos, excepto em períodos de campanha eleitoral, durante os quais deve apoiar discretamente o [NP].”¹ Mas devemos lembrar que este apoio, tanto a nível de verbas como de votos efectivos, só poderia ser proporcionado por um reduzido sector da comunidade, dado que a esmagadora maioria não possuía condições económicas – e muito menos interesse – para tal e direitos políticos. Independentemente destas dificuldades a DIPSA prosseguiu as suas actividades, destacando-se a palestra “O Papel dos Portugueses na Futura África do Sul”, realizada em 1991 na Universidade de Witwatersrand.² Neste ano, a DIPSA agregava já mais de 100 elementos, apesar de tal ser ínfimo face à dimensão da comunidade. António de Gouveia explicitou então que “o sentimento com que nos olharam foi (...) muito negativo (...). O nosso comportamento provocou um verdadeiro choque entre os portugueses, normalmente radicais de direita, muito hostis aos movimentos democráticos. [Quanto aos luso-descendentes], as suas referências são as dos meios onde vivem, meios brancos racistas. Recusam a troca de ideias, desconfiam dos políticos, dos partidos, fogem a tomar posições, a participar.”³ Tais afirmações foram publicadas na imprensa de Portugal, induzindo também aqui uma imagem muito negativa para a comunidade, não sendo apropriadas etiquetas globais para a primeira geração e os jovens, reproduzindo estes últimos apenas a atitude de apatia e de afastamento da política dos progenitores, essa sim generalizada. E tal não pode ser metamorfoseado em hostilidade para com a democracia, assim como o meio social não implica, *a priori*, um determinismo nas atitudes. Entretanto, em 11 de Fevereiro de 1990, Mandela é libertado, marco a que se seguiriam negociações entre Governo e Oposição sobre um novo texto constitucional. Prossequindo a análise sobre De Klerk, *O Século de Joanesburgo* considerava-o, nesta altura, “um líder competente e honesto.”⁴ Após um período de relativa calma, a violência recrudescceu, afectando sobretudo a província de Natal. E “em Julho de 1990, a luta generalizou-se no Transvaal, entre os zulus do (...) *Inkatha* (...) e o ANC, [agravando-se quando o] MK (...) regressou à África do Sul devido à amnistia de 1991.”⁵ Os receios de uma guerra civil originaram uma visita de Alberto João Jardim à África do Sul, procurando acalmar os portugueses e garantir que a sua segurança e a dos seus bens seriam asseguradas pelas autoridades sul-africanas.⁶

¹ Cravinho, João Gomes, “La Communauté Portugaise dans la Nouvelle Afrique du Sud”, in *Lusotopie – Transitions Libérales en Afrique Lusophone*, Editions Karthala, Paris, 1995, pp.335-336.

² Cf. o *Diário de Notícias* de 28 de Março de 1991, p.32.

³ *Público*, 22 de Julho de 1991, s.p.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 5 de Março de 1990, p.36.

⁵ *Sábado*, 30 de Julho de 1993, p.84.

⁶ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 9 de Julho de 1990, p.15.

Esta vertente era essencial, pois “vivendo na periferia das comunidades [africanas], graças à sua actividade [comercial], os portugueses estão em posição ideal para se transformarem nos bodes expiatórios de uma explosão social que todos os dias acontece, um pouco por toda a parte.”¹ Estas profundas transformações provocaram “muita ansiedade, aliás muito mais que noutras comunidades, [devido] às experiências de Moçambique”² e Angola. Num contexto em que o ANC defendia a manutenção de sanções até que a democratização fosse total, De Klerk visitou Portugal a convite do Presidente Soares, solicitando os bons ofícios de Lisboa junto de Bruxelas, com o objectivo contrário, aliás partilhado pelo executivo de Cavaco Silva, obtendo como resposta um compromisso com o processo de reconciliação sul-africano.³ Quanto à comunidade, Soares acreditava que esta apoiava as reformas do seu homólogo, sustentando-se na convicção de que “a maior parte dos portugueses e dos luso-descendentes (...) estão muito próximos do [NP].”⁴ Note-se que em Maio de 1990, segundo a Agência Lusa, a comunidade portuguesa era o único núcleo de imigrantes na África do Sul que não possuía qualquer canal directo de contacto com o ANC,⁵ função que era desempenhada pelos governantes portugueses que se deslocavam àquele país. Se tal é perfeitamente compreensível no que se refere ao diálogo político institucional, bilateral, também é certo que não impedira que a comunidade tivesse estabelecido pontes com o NP. Na realidade, o referido Directório, “durante cerca de 2 décadas [teria] acesso quase directo ao Ministro do Interior do Governo sul-africano,”⁶ estando ainda activo em 1991.⁷ O problema era o NP ser caso único. Este facto e outros danificariam a imagem da comunidade, que já se referiu ser avessa a activismos políticos, em grande medida devido a pressões no seu próprio seio. Um exemplo foi o cancelamento de uma visita do Bispo Desmond Tutu à Igreja de São José, em Durban, a convite do pároco português. Elementos da comunidade discordaram não só com a utilização do templo para discursos de cariz político como porque “os portugueses, como imigrantes no país, devem estar completamente ausentes da política.”⁸ Suspeita-se que poderíamos acrescentar algum mal-estar pelo facto de Tutu ser uma das figuras mais críticas do Governo, desejando-se

¹ *Notícia*, Ano I, N.º 6, Julho de 1991, p.19.

² Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Maio de 1990, pp.1-18.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Maio de 1990, p.22.

⁵ Cf. *Notícia*, Ano I, N.º 6, Julho de 1991, p.19.

⁶ Aparentemente, existem planos para a sua reactivação, mantendo-se o empresário Silvério Silva como presidente desta entidade, segundo *O Século de Joanesburgo* de 7 de Abril de 2003, p.15.

⁷ Ver *O Século de Joanesburgo* de 4 de Março de 1991, p.14.

⁸ *O Século de Joanesburgo*, 16 de Julho de 1990, p.14.

evitar uma conotação aberta com este posicionamento. Apesar de um óbvio deficit de comunicação entre os portugueses residentes no país e o ANC, Mandela não deixou de tentar uma aproximação, pela primeira vez, através de uma entrevista a *O Século de Joanesburgo*, referindo-se à comunidade como “essencial à construção da nova África do Sul [e] todos queremos que participe e se integre plenamente.”¹ Esta mensagem era idêntica à do líder do *Inkatha Freedom Party* (IFP), Mangosuthu Buthelezi, sendo depois também adoptada pelo NP e repetida à exaustão por Portugal, que temia um isolamento político comunitário prejudicial. Por isso, o Embaixador de Portugal na África do Sul, José Cutileiro, realçou a imparcialidade política da comunidade face às transformações que decorriam.² A situação de segurança continuava a agravar-se, não só devido às rivalidades entre grupos políticos como às crescentes dificuldades económicas e sociais – mantinham-se as sanções – que se traduziam nos índices de criminalidade. Por vezes, como referido, a violência política afectava colateralmente os portugueses, mas nesta altura já se verificavam alguns casos de vandalismo e mesmo de bombas tendo por alvo negócios da comunidade.³ Surge então o “discurso [de] abertura do Parlamento sul-africano por De Klerk, em 1 de Fevereiro de 1991, (...) imediatamente reconhecido (...) como o golpe de misericórdia no *apartheid*. [De Klerk] promete justiça, direitos políticos totais e liberdade para todos.”⁴ Joe Slovo, líder do *South African Communist Party* (SACP) e aliado próximo de Mandela, “aconselhou [os portugueses da África do Sul] a contribuir para construir uma «auténtica democracia [e enfatizou que] nenhum branco [devia] reccar a regra da maioria»,”⁵ acrescentando uma referência subliminar aos processos de democratização de Moçambique e Angola.⁶ Alberto João Jardim, o político português mais ligado à comunidade, também a “instou a apoiar as reformas (...) e a participar na construção da democracia na África do Sul,”⁷ assumindo uma posição similar à de seu porta-voz junto do poder político sul-africano,⁸ estabelecendo pontes de diálogo, como verificámos, bastante necessárias. A relação de Jardim com Pretória era cordial, tendo pouco antes resultado num acordo de cooperação multifacetado entre a região autónoma e a província do Transvaal, que teria seguimento num protocolo de 3 de Março de 1993.⁹ Nas eleições de Setembro de 1989 já existiam

¹ *O Século de Joanesburgo*, 30 de Julho de 1990, p.12.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 30 de Abril de 1990, p.12.

³ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 13 de Fevereiro de 1989, p.24.

⁴ *Lusitano*, 22 de Fevereiro de 1991, p.2.

⁵ *Público*, 15 de Abril de 1991, p.44.

⁶ Ver o *Diário de Notícias* de 15 de Abril de 1991, p.36.

⁷ *The Citizen*, 20 de Maio de 1991, s.p.

⁸ Ver, por exemplo, *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Maio de 1991, p.6.

⁹ Consultar *O Dia* de 30 de Maio de 1991, p.9, *O Século de Joanesburgo* de 1 de Março de 1993, p.1 e *Notícia*, Ano VIII. N.º 90, Dezembro de 1998, p.16.

indicações de que os sinais de mudança estavam a ser compreendidos e a provocar alterações na comunidade, tendo um enviado do *Diário de Notícias* à África do Sul enfatizado que “um forte número de [portugueses] apoia a lógica de 1 homem, 1 voto, (...) aceita e conviverá com um regime de maioria [africana].”¹ Não é possível comprovar este sentimento com dados concretos, mas os elementos de análise posteriores indicam, de facto, uma propensão crescente dos portugueses para publicitar o seu apoio ao fim do *apartheid*, o que reforça a ideia de que as conclusões de Schutte podem não reflectir a real opinião dos inquiridos. Entretanto, o reforço das certezas quanto a uma alteração de regime foi favorecendo este posicionamento, emergindo também outras ligações com os sul-africanos. Durval Marques, administrador do *Bank of Lisbon & South Africa*, referia, em 1991, que “a maioria da comunidade, [de forma realista], apoia as reformas introduzidas [por] De Klerk, apesar do cepticismo de alguns. [Marques acumulava então] a presidência do comité português na *South Africa Foundation*, [que] «reporta sobre as mudanças que têm lugar em Portugal, seus efeitos na África do Sul e vice-versa», (...) adiantando que a Fundação tem por objectivo combater o isolamento do país.”² Em 1990, como mencionado no capítulo II, surge o Grémio de Empresários de Língua Portuguesa da África Austral (GELPAA), liderado por Horácio Roque, no intuito de promover contactos empresariais com diversos países vizinhos da África do Sul. Procurava-se assim participar na reconstrução económica da África Austral, condição considerada essencial para a manutenção da paz na região. Seria algo similar a uma diplomacia económica de um sector empresarial da comunidade, reconhecendo-se que o seu poder nesta esfera era o seu maior bem, em contraposição a um diminuto peso político. Em 1991, os portugueses “parecem ter começado a acreditar que as reformas de De Klerk são a sério e que, em breve, os [africanos] tomarão conta do país. Alguns, poucos, aplaudem de alma e coração. Outros, também minoritários, sentem-se traídos e resistem às mudanças. A maioria está, pura e simplesmente, confusa.”³ Para tal contribuiriam as diferentes referências que constituíam as bases da complexa grelha mental comunitária: “na Casa da Madeira, em Alberton, (...) fotografias de Salazar, Tomás, Jardim, Manuela Aguiar, Soares, Pik Botha e Vorster (...) atestam a confusão cultural e política da comunidade. [Nas] associações (...) revive-se verdadeiramente, o ambiente português de há 30 ou 40 anos, [aqui] a cultura dos 3 efes (Fado, Futebol e Fátima) ainda faz sentido.”⁴ Mas existiam outras variáveis. A leitura de Hennie Bekker, deputado do NP por Jeppestown, era a de

¹ *Panorama*, N.º 139, Fevereiro de 1990, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.19.

² *Jornal de Notícias*, 7 de Julho de 1991, p.4.

³ Revista do *Expresso*, 15 de Junho de 1991, p.10.

⁴ Revista do *Expresso*, 15 de Junho de 1991, p.14.

que os portugueses “«estão com medo do poder dos [africanos] por causa de Angola e de Moçambique», [pelo] que tinha de dedicar bastante atenção à comunidade, (...) para impedir que o voto português se passe para o rival CP, que se opõe às reformas de De Klerk. E Bekker não se cansa de explicar (...) que [aquele] não está a negociar uma «rendição, mas uma partilha do poder, com salvaguardas para os brancos».”¹ É neste contexto que em 1991, na sequência dos apelos de governantes portugueses e sul-africanos, *O Século de Joanesburgo* protagonizou uma alteração significativa face à postura de “não envolvimento” na política sul-africana, ao recomendar que “os portugueses, conforme as respectivas convicções pessoais, devem participar activamente nos vários quadrantes políticos sul-africanos. Não é ficando isolados, (...) entregando a outros a representação dos interesses, que se acautelam os nossos legítimos direitos.”² Desta forma, para além de uma abertura a um activismo político, regista-se também outra, face a diferentes partidos políticos sul-africanos. Entretanto, estas alterações não teriam paralelo em relação à política portuguesa, já que, em 1989, “na área consular de Joanesburgo, de longe a mais significativa, (...) o recenseamento (...) acusava cerca de 9 800 inscrições, Pretória 2 500, Cabo 2 300 e Durban 1 144, [sendo] o número [de novos registos] irrisório.”³ Nas legislativas de 6 de Outubro de 1991, num universo de pouco mais de 30 000 votantes no círculo de Fora da Europa, os que residiam “na África do Sul (...) deram ao PSD a histórica vitória [de] 91,7%,”⁴ mantendo a tendência dos anos anteriores, já que o CDS agregou 5,4% dos votos e o PS 1,1%.⁵ Quanto às presidenciais, os emigrantes lusos continuavam a não poder exercer o direito de voto, porque poderiam influir decisivamente nos resultados de uma eleição directa, o que não sucede nas legislativas, por neste caso terem uma quota de representação. Este mecanismo constituía assim uma protecção do eleitorado residente em território nacional, mais bem informado sobre a dinâmica política e cuja opinião poderia ser secundarizada por portugueses radicados no exterior. Para os que residiam na África do Sul, no entanto, a impossibilidade de aceder ao voto nas presidenciais significava a negação do princípio da representação de todos os portugueses pela figura do Presidente da República, explicando em parte o facto de se auto-intitularem “cidadãos de segunda.”⁶ Paradoxalmente, os registos eleitorais permaneciam diminutos, pelo que a questão da desvirtualização do sentido de voto de alguma forma nem se colocaria na prática, pois apesar do desejo expresso, por alguns, de votar, muito

¹ Revista do *Expresso*, 15 de Junho de 1991, pp.12-13.

² *O Século de Joanesburgo*, 10 de Junho de 1991, p.4.

³ *O Século de Joanesburgo*, 25 de Junho de 1990, p.40.

⁴ *Notícia*, Ano I, N.º 10, Novembro de 1991, p.31.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 21 de Outubro de 1991, p.20.

⁶ *Notícia*, Ano II, N.º 17, Junho de 1992, p.47.

poucos se inscreviam para o fazer, devido à “maciça apatia e desinteresse que reina no seio da nossa comunidade.”¹ Na realidade, em 1992, após novo recenseamento, na área consular de Joanesburgo constavam apenas 7 422 eleitores, 3 035 na zona da Cidade do Cabo e 1 820 em Durban.² Parte desta apatia poderia ser explicada pelo facto de as atenções da comunidade estarem centradas nos sinais de profundas transformações que continuaram a acumular-se na África do Sul. Em Junho de 1991 o NP abriu as suas fileiras a membros de outras raças, beneficiando então de um reforço do apoio dos *coloured*.³ Nesse mês, alguns portugueses da Cidade do Cabo deram um passo importante, ao convidarem Mandela a dialogar directamente com a comunidade local, na Associação Portuguesa do Cabo da Boa Esperança. O encontro decorreria em 12 de Julho, com a presença de cerca de 150 portugueses interessados em auscultar as linhas políticas do ANC face às comunidades estrangeiras e à economia. Temia-se então um processo de nacionalização de empresas, cenário que Mandela recusou. Quanto às diversas comunidades, considerou-as parte da população sul-africana, evitando distinções e esperando um envolvimento positivo. No caso da portuguesa, esta propunha-se a participar sobretudo na esfera económica, única em que possuía real capacidade e que era fundamental para travar a degradação das condições de vida. A reunião com Mandela foi muito positiva para a comunidade, mas outros desenvolvimentos impediam-na de acalmar os seus receios. Apesar do estabelecimento de uma paz social mínima entre o NP, ANC e IFP, em Setembro de 1991,⁴ diversas forças políticas de relevo mantinham-se à margem do processo de diálogo que depois se materializaria na *Convention for a Democratic South Africa* (CODESA). Entre estas salientavam-se a *Azanian People's Organisation* (AZAPO), o HNP, o CP, então liderado por Andries Treurnicht, o *Afrikaner Weerstandsbeweging* (AWB) ou Movimento de Resistência Afrikaner, e outras organizações extremistas. Viviam-se tempos difíceis, em que diversos grupos populacionais favoreciam uma solução federalista que lhes permitisse possuir um território próprio. Entre os afrikaners que reclamavam uma pátria existia quem ameaçasse com uma “terceira revolução *boer*” violenta caso não fossem contemplados os seus desejos de autodeterminação.⁵ Isto significava potencialmente uma guerra civil, segundo contornos étnicos e raciais, algo demasiado perigoso para ser ignorado. De Klerk decide então convocar um referendo, ainda abarcando somente os sul-africanos caucasianos, para auscultar o real apoio à prossecução

¹ *Notícia*, Ano II, N.º 20, Setembro de 1992, p.23.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 29 de Junho de 1992, p.28.

³ Ver *O Século de Joanesburgo* de 3 de Junho de 1991, p.36.

⁴ Consultar De Klerk, F.W., *The Last Trek – A New Beginning, The Autobiography*, MacMillan, London, 1998, p.217.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 9 de Setembro de 1991, p.5.

das reformas negociadas que preconizava, ou seja, ao seu projecto de refundação da África do Sul, expresso numa nova Constituição. Agendada para 17 de Março de 1992, a consulta popular teria como potenciais participantes “apenas cerca de 20% [da comunidade, pois] somente os cidadãos sul-africanos (...) têm acesso ao voto.”¹ Estes 20% abarcariam os portugueses naturalizados sul-africanos e os luso-descendentes nascidos na África do Sul. Para os media comunitários não existiam dúvidas: De Klerk tinha de ser apoiado, face ao espectro da guerra civil. O seu partido prosseguiria a estratégia de concessão de uma atenção específica ao voto comunitário português e grego, como reconheceu o porta-voz do NP Piet Coetzer, optando por anúncios em Português na imprensa lusa local.² É interessante constatar que os gregos, exercendo uma actividade similar aos portugueses – em restaurantes e pequenas lojas – também partilhavam os problemas de insegurança, face à escalada da criminalidade. E aparentemente a percepção sobre o seu posicionamento político também coincidia com a referente aos portugueses, dado que se ressaltava que “a lealdade das 2 comunidades para com De Klerk não se traduzia geralmente em entusiasmo face a um futuro Governo de maioria [africana]. Mas muitos aceitam tal como muito possível e terão de viver com isso.”³ E não seriam apenas os estrangeiros, uma vez que 68% da população branca subscreveria a continuação da via reformista. Quanto aos portugueses, o Embaixador sul-africano em Lisboa, Pieter Swanepael, agradeceu “o apoio que (...) dispensaram neste processo, temos consciência que houve um grande número de pessoas que participaram na votação e que contribuíram para que o resultado do referendo tivesse sido tão positivo.”⁴ Assim, segundo as autoridades sul-africanas, a mobilização dos portugueses com direitos políticos teria sido um facto. Durão Barroso, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, visitou a África do Sul pouco depois do referendo, em representação da Presidência Europeia, que então competia a Portugal. Refira-se que seria durante este período que a Comunidade Europeia levantaria as sanções contra a África do Sul, desejando demonstrar um apoio inequívoco ao processo de transição, num contexto em que na comunidade lusa a atitude de aceitação das transformações começava a ser evidente.⁵ Mas na verdade a vitória eleitoral de De Klerk não afastara os receios de que a situação pudesse tornar-se caótica. É nesta encruzilhada que surgem alegações de laços entre parte da comunidade portuguesa e os extremistas afrikaners, geralmente denominados em termos de espectro político como “extrema

¹ *O Século de Joanesburgo*, 2 de Março de 1992, p.2.

² Cf. o *Rand Daily Mail* de 13 de Março de 1992, s.p.

³ *Sowetan*, 9 de Março de 1992, s.p.

⁴ *Lusitano*, 29 de Maio de 1992, p.11.

⁵ Cf. *O Comércio do Porto* de 26 de Maio de 1991, p.10. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 18 de Maio de 1992, p.3.

direita”. Alberto João Jardim, na sua crónica semanal n’ *O Século de Joanesburgo*, alertou para os perigos de que tal conotação pudesse generalizar-se a toda a comunidade, cuja acção devia primar pela moderação.¹ Um importante inquérito da Agência Lusa junto de todas as representações diplomáticas e meios de comunicação social da comunidade, efectuado em finais de 1992, revelou a imagem que possuíam desta, “descrita como situacionista e conservadora, (...) maioritariamente por trabalhadores semianalfabetos, moldados numa «apoliticidade» e / ou apoio ao regime em vigor”,² *mas que também consideravam negativo e indefensável*. De alguma forma, esta auscultação confirma os comentários anteriores sobre o estudo de Schutte. Apesar de predominar na comunidade um sentimento de que era necessário adaptar-se a um Governo multiracial e, num futuro próximo, dominado pelos africanos, “mercê de um passado recente traumatizante e da influência da ala radical branca, alguns vêem ainda a maioria [africana] como o «inimigo» de todos os brancos.”³ Constata-se então a omnipresença das sequelas da descolonização, que, apesar de constituírem a experiência de um segmento da comunidade, a todos afectou, gravando-se no colectivo como parte do seu historial e ressurgindo com inusitada força nos momentos de maior incerteza. Tal como os partidos sul-africanos utilizavam a questão colonial para tentar captar votos da comunidade, também os brancos mais radicais recorreriam a esta estratégia. Alberto João Jardim também detectou este fenómeno e, após sublinhar a anterior xenofobia para com os portugueses, sublinhou que “só quando o regime do *apartheid* se tornou (...) insustentável é que os extremistas desse sistema se lembraram também de «namorar» a comunidade portuguesa, tentando explorar os traumas”⁴ da descolonização. Assim, é razoável admitir que a comunidade, até ao início do processo de reformas de De Klerk, não teria sido alvo de interesse daqueles elementos radicais, temática aprofundada adiante, por uma questão de organização do texto.

6. A Negociação da Transição e a Crescente Inserção da Comunidade na Esfera Política

Em Fevereiro de 1993, elementos do ANC reuniram-se com empresários sul-africanos no *Carlton Centre*, em Joanesburgo, procurando novos espaços de

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Agosto de 1992, p.13. Ver ainda a edição de 21 de Maio de 1990, p.23.

² *O Dia*, 8 de Janeiro de 1993, p.24.

³ *O Diabo*, 11 de Fevereiro de 1992, p.12.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Outubro de 1993, p.12.

diálogo com a sociedade civil e criar um espírito de confiança no futuro do país. Neste fórum esteve presente uma substancial delegação da Associação de Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP),¹ entidade fundada em 1990 e agora liderada por Manuel Moutinho, um empresário naturalizado sul-africano, oriundo do Porto e que vivera em Moçambique até 1974. Mais uma vez deparamos com alguém proveniente das ex-colónias portuguesas, à semelhança do novo responsável por *O Século de Joanesburgo*, Rogério Varela Afonso, também um ex-residente em Moçambique. A percepção de que os ex-refugiados eram politicamente mais dinâmicos que os restantes sectores da comunidade, pelo menos até à década de 1990, consolida-se quando analisamos as eleições municipais de 27 de Maio de 1993. Nas listas do NP surgiu Paulo Andrade, um estudante de advocacia português de 22 anos nascido em Moçambique, radicado na África do Sul desde 1975 e o mais jovem candidato de sempre a uma vereação na autarquia de Joanesburgo. Integrara o NP em finais de Outubro de 1989, residia no sul da cidade e aí edificara a sua carreira política, no círculo eleitoral de Turffontein, ascendendo a presidente da juventude do NP, a membro do comité executivo do partido no Transvaal e da equipa responsável pela coordenação da estratégia eleitoral nacional,² o que de alguma forma constitui um reconhecimento da evolução da importância política que o NP foi concedendo à comunidade lusa, em particular aos seus jovens. O percurso de Andrade permite-nos ainda retirar outras conclusões: perderia as eleições em Turffontein para o adversário do CP, o que não deixa de ser significativo, dada a elevada concentração de portugueses na área. Assim, poderíamos ser conduzidos a inferir que existiu uma tendência destes para votar nos conservadores. No entanto, outros grupos populacionais também residiam aí e permanece a dúvida sobre quantos portugueses naturalizados e luso-descendentes votaram de facto. Por outro lado, apenas 1 100 pessoas se deslocaram às urnas, tendo Andrade perdido por cerca de 100 votos, pelo que existiu uma cisão entre os que pendiam para o NP e os apoiantes do CP, o que nos proporciona um posicionamento geral em termos de espectro político. Andrade perdera votos para o CP devido às consequências económico-sociais do processo de reformas de De Klerk, que para muitos significou mais violência e um decréscimo na qualidade de vida.³ Nesta altura, estando já agendadas eleições gerais para Abril de 1994, discutia-se seriamente a possibilidade de fundar um Estado afrikaner, iniciando-se um período crucial para o país e a comunidade. Como referido, Andrade participaria na logística da campanha do NP e esteve

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 1 de Março de 1993, p.12. Consultar também *Notícia*, Ano III, N.º 26, Março de 1993, p.17 e o capítulo II.

² Segundo *O Século de Joanesburgo* de 3 de Maio de 1993, p.3.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 31 de Maio de 1993, p.3.

envolvido em debates de esclarecimento dirigidos à comunidade. Um destes realizou-se na União Portuguesa, sob o tema “Alternativas Políticas da Nova África do Sul”, constituindo uma iniciativa conjunta de jovens pertencentes à AJEPP, da representação do PSD e de grupos de solidariedade social comunitários, como o dos Jovens Unidos de La Rochelle.¹ No fundo, proporcionava a palavra aos jovens, espelhando também aqui as transformações que a comunidade estava a atravessar. E o seu envolvimento activo revelava-se agora em diversos actos, como na participação no *Youth Peace Link*, em Joanesburgo, uma iniciativa de rua em que milhares de jovens de todas as origens deram as mãos pedindo paz, num contexto em que os níveis de violência política atingiam novos píncaros, salientando-se o assassinato do Secretário-Geral do SACP, Chris Hani.² Quanto às diversas forças políticas sul-africanas, procuravam preparar-se para o embate eleitoral decisivo de 1994, partilhando uma mensagem para a comunidade que instava a que prosseguisse com o seu contributo para a economia, ou seja, esta era a melhor forma de uma comunidade cujo peso era essencialmente económico auxiliar a construir a nova África do Sul. Para tal, era necessário estabilizá-la, evitar a acumulação de receios e mesmo o seu êxodo, que teria consequências nefastas para o tecido empresarial do país. Neste sentido, Mandela visitou oficialmente Portugal pela primeira vez em Outubro de 1993, sugerindo às autoridades de Lisboa um novo encontro com a comunidade, desta vez em Joanesburgo. Mandela assegurou que as minorias nada tinham a temer, explicitando que os africanos “não estão contra os portugueses mas contra um regime opressivo branco e minoritário, durante o qual a comunidade portuguesa nunca se revelou.”³ Daí a importância que Mandela concedia aos encontros na Cidade do Cabo e em Joanesburgo, considerando que permitiam desfazer imagens negativas da comunidade junto dos africanos. Neste ponto, a AJEPP emerge como um novo elemento de contacto comunitário. Logo após a visita de Mandela a Portugal, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva remeteu uma missiva à AJEPP, reforçando o apelo de participação da comunidade na edificação da nova África do Sul, na sequência do que o líder do ANC já vinha defendendo.⁴ E o resultado seria o convite da AJEPP a Mandela para estar presente no seu jantar anual, em Joanesburgo, no dia 30 de Outubro de 1993, no qual o líder do ANC faria uma palestra subordinada ao tema “O Papel da Comunidade Portuguesa na Nova África do

¹ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 14 de Junho de 1993, p.6.

² Cf. O'Meara, Dan, *Forty Lost Years: The Apartheid State and the Politics of the National Party, 1948-1994*, Ohio University Press, Athens, 1996. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 16 de Agosto de 1993, p.3.

³ *O Século de Joanesburgo*, 11 de Outubro de 1993, p.4.

⁴ Cf. o *The Star* de 6 de Outubro de 1993, s.p. e o *Diário de Notícias* de 27 de Outubro de 1993, p.5.

Sul.”¹ Moutinho, o qual presidia à AJEPP, focou a necessidade de existir um diálogo directo com a comunidade, para a esclarecer sobre os desenvolvimentos políticos e dissipar receios, sobretudo os que se prendiam com a segurança de bens e investimentos. Mandela reiterou que não existiriam expropriações e terá dado também indicações ao ANC para prosseguirem reuniões com a comunidade.² A seguinte ocorreria pouco depois, em 2 de Dezembro, num restaurante luso de Regents Park, o que limitaria concerteza o número de participantes. É neste contexto que surge mais uma surpresa: existia um elemento de ligação entre o ANC e a comunidade, Tony Pestana, um militante do partido de Mandela que aparentemente não seria caso único, o que aliás confirmar-se-ia pela inclusão da portuguesa Maria Ramos no futuro governo do ANC. Mas não foi possível obter mais dados sobre este activismo comunitário, que permanece virtualmente desconhecido.³ O mesmo sucede com a extrema direita, cuja acção junto da comunidade explica, em parte, a manutenção de certos receios e dúvidas no seio desta. Como mencionado, o interesse dos radicais brancos pela comunidade lusa é recente, só adquirindo significado quando De Klerk implementa as reformas políticas de fundo. De facto, as referências que encontramos ligando a comunidade aos extremistas, designadamente ao AWB, prendem-se com o aluguer de instalações associativas a esta organização. Mas existiam também indícios mais preocupantes, pelo que importa analisar todos os dados que foi possível recolher. A União Portuguesa, sita em Turffontein, alugou o seu espaço ao AWB em 1986 e em Agosto de 1992, o mesmo sucedendo em 4 de Fevereiro de 1993 e noutra data – que não é possível especificar – com a Casa do Porto de Pretória.⁴ Apesar desta ser uma prática corrente, a disponibilização de instalações ao AWB quando a situação político-social era explosiva expôs a comunidade a todo o tipo de especulações negativas. Por outro lado, constata-se que subsistiam receios de represálias contra portugueses, caso fosse recusado o aluguer dos espaços. Apesar de se frisar que nenhum português participara nos encontros, o simbolismo de uma reunião numa colectividade lusa era suficientemente forte para conotar toda a comunidade com as ideias de líderes como Eugene TerreBlanche. Por isso foram inconsequentes as declarações de um director da Casa do Porto de Pretória, o qual recusou qualquer simpatia comunitária para com o AWB. Refira-se que existiram fortes reacções de repúdio por parte dos líderes da comunidade e em Portugal, quando se tornou óbvio que “os radicais de extrema direita (...) estavam

¹ Cf. *Notícia*, Ano III, N.º 33, Outubro de 1993, p.14.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 1 de Novembro de 1993, pp.3-4.

³ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 29 de Novembro de 1993, p.13 e *Notícia*, Ano IV, N.º 39, Abril de 1994, p.7 e N.º 40, Maio de 1994, p.5.

⁴ Ver o *Sunday Times* de 14 de Fevereiro de 1993, s.p. e *Notícia*, Ano III, N.º 26, Março de 1993, p.19.

a recrutar activamente cidadãos portugueses e tinham [alegradamente] uma unidade especial de 200 «soldados» portugueses num *Wenkommando*,¹ ou esquadrão, de Joanesburgo. Isto era um dado novo para a comunidade, que só em Agosto de 1992 tomou conhecimento de que existia um *kommandant* português no AWB, José Ferreira, de 36 anos. Nascido na Madeira e radicado na África do Sul desde tenra idade, surgiu pela primeira vez numa das reuniões na União Portuguesa. Só o facto de existir um elemento português aceite pelos *boers* (os africaners mais conservadores) no seu seio é surpreendente, mas uma análise do discurso de Ferreira permite alguma clarificação. Ele justificava a sua militância no AWB por este estar “interessado em integrar a comunidade portuguesa e outras, como a italiana e a grega. Além disso, nós temos membros da comunidade judaica, o que demonstra que não somos nazis.”² Assim, Ferreira teria homólogos noutras comunidades, que constituiriam elementos de ponte com imigrantes, o que explicaria a sua aceitação no AWB. Mas tendo em conta que estes *boers* nunca tinham tido grande abertura face a outros grupos étnicos, tal formaria parte de uma estratégia meramente conjuntural, devido ao facto de o AWB ponderar cenários de conflito armado, o que explicaria o seu inusitado interesse nos estrangeiros europeus. No fundo, o AWB procurava apoios segundo linhas raciais e já não étnicas, secundarizando-as. E o discurso de Ferreira, que constituía uma manta de retalhos, demonstra que se procurava uma mobilização a partir de receios concretos, do quotidiano. Ferreira negava qualquer hostilidade para com os africanos, centrando-se no perigo que constituía o braço armado do ANC, o MK, trilhando um caminho que procurava atribuir-lhe a violência criminal contra comerciantes lusos. Paralelamente, reiterava a necessidade de união contra o marxismo, aventando que o objectivo do ANC seria o de “nacionalizar aquilo que os portugueses e outras comunidades possuem.”³ O aluguer das instalações associativas e a emergência pública de Ferreira foram os primeiros sinais de alarme, mas o que espoletou mal-estar generalizado foram declarações de TerreBlanche, o qual, em Fevereiro de 1993, na Casa do Porto de Pretória, “reclamou como seus os portugueses sul-africanos. [Para ele, Ferreira] provava que não era apenas a nação *boer* que estava a ser ameaçada pela nova África do Sul. [E a presença] de representantes do conservador *Mineworkers Union* mostrava que a resistência à nova África do Sul estava a espalhar-se a outros sectores brancos.”⁴ Na ocasião, Ferreira “afirmou que os esforços de recrutamento na comunidade tinham tido um grande sucesso [e] o líder do ramo de Joanesburgo do

¹ *Sunday Times*, 14 de Fevereiro de 1993, s.p.

² *Semanário*, 15 de Agosto de 1992, p.27.

³ *Semanário*, 15 de Agosto de 1992, p.27.

⁴ *The Star*, 5 de Fevereiro de 1993, s.p.

AWB, General Japie Oelofse, disse que estava a recrutar activamente apoios portugueses. «Temos pelo menos 400 membros em Joanesburgo»,¹ 200 dos quais seriam portugueses, liderados por Ferreira. Ou seja, a fazer fé nestes dirigentes do AWB, cerca de 50% dos seus “soldados” em Joanesburgo seriam portugueses. A análise da imprensa comunitária permite constatar que quando estas afirmações se tornaram públicas existiram muitas reacções negativas de elementos da comunidade, recusando tais alegações. Sendo escassos os dados sobre esta questão, não podemos ir mais além do que registar o envolvimento de um português numa posição destacada no AWB, que eventualmente terá obtido alguma simpatia numa franja da comunidade em Joanesburgo, apesar de ser provável um exagero propositado dos números, pois exceptuando Ferreira ninguém na comunidade se posicionou a favor do AWB, pelo contrário, a tendência foi de repúdio.

7. As Eleições de 1994 e o Apelo à Participação dos Portugueses

É neste contexto que as lacunas nas vias de comunicação com os diversos partidos sul-africanos se tornaram mais óbvias. Para além dos laços já existentes com o NP, apesar de se ter estabelecido um clima de abertura entre o ANC e algumas entidades da comunidade, os contactos não incluíam o órgão representativo desta, então designado Conselho de País, pois como referiu o conselheiro Giorgio Pagan era necessária autorização de Portugal para estabelecer um diálogo directo “com os partidos políticos sul-africanos. Algo que quase todas as outras comunidades estrangeiras já fizeram.”² O aval de Lisboa chegaria no início de 1994, permitindo que o Conselho de País sensibilizasse os partidos sul-africanos para as preocupações da comunidade e informasse esta sobre os diferentes programas políticos.³ Entretanto, no final de 1993 muitos portugueses ficaram a saber que poderiam votar nas primeiras eleições multiraciais de 27-29 de Abril de 1994. As autoridades sul-africanas tinham decidido conceder um direito de voto alargado a todas as pessoas maiores de idade, cidadãos sul-africanos ou estrangeiros com o estatuto de residentes permanentes.⁴ Esta situação excepcional significou que, *pela primeira vez, a esmagadora maioria da comunidade*, nomeadamente o segmento da primeira geração que não tinha optado pela

¹ *Sunday Times*, 14 de Fevereiro de 1993, s.p.

² *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1993, p.10.

³ Consultar *Notícia*, Ano III, N.º 26, Março de 1993, pp.10-16 e Ano IV, N.º 37, Fevereiro de 1994, p.10. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 7 de Março de 1994, p.7.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 31 de Janeiro de 1994, p.5

cidadania sul-africana, *podia participar de facto na política do país de acolhimento*. E para muitos seria uma novidade absoluta, pois como verificámos o número de eleitores que votava efectivamente nas eleições portuguesas era diminuto. Mas ao contrário do que seria de esperar os sinais não eram encorajadores, residindo as preocupações dos portugueses em questões mais pragmáticas. Em 27 de Janeiro de 1994, cerca de 50 portugueses reuniram-se com os dirigentes do ANC Peter Mokaba, Paul Mashatile e Cassim Salogge, que emitiram “palavras de simpatia e apoio para com a comunidade portuguesa, chegando mesmo Paul Mashatile a referir a esperança de que «não estejam todos a fazer as malas para se irem embora».”¹ Tal reflectia o estado de espírito de muitas pessoas, que temiam um período de violência descontrolada. Por outro lado, poucas semanas antes das eleições gerais sul-africanas, existiam indicações de que muitos portugueses contavam com a vitória do ANC, considerando irrelevante o seu voto face a um resultado previsível. Assim, pelo menos 2 factores não favoreciam um aumento da participação da comunidade na esfera política, apesar da oportunidade histórica. Para contrariar esta tendência surgiu em Joanesburgo, no início de 1994, o Projecto Juventude Portuguesa, apolítico e de vida efémera, em que luso-descendentes sensibilizaram a comunidade para a importância do voto, instando-a a participar.² Neste contexto, os luso-descendentes protagonizariam uma nova fase de intenso dinamismo político, com enormes repercussões. Na realidade, podemos identificar 3 etapas sequenciais do seu activismo: a primeira marcada pela DIPSA, a segunda pela AJEPP e a terceira pelo *Luso South African Party* (LUSAP), sendo António de Gouveia o elemento comum aos 3 projectos. Após o ocaso da DIPSA, entre 1990 e 1991, foi Gouveia quem geriu os destinos da “AJEPP, com a mesma agenda.”³ Ou seja, a AJEPP seria para ele um projecto complementar às ideias da DIPSA de maior interacção sociopolítica, neste caso tendo por base o potencial económico do segmento empresarial dos jovens de origem portuguesa. Adiante verificaremos que o LUSAP emergiria naturalmente como o passo seguinte, surgindo o empresário Manuel Moutinho como outra figura central no processo, o qual, em 1993, sucederia a Gouveia na presidência da AJEPP. Tendo o cuidado de separar esta de qualquer acção política, “Moutinho [promoveu] a criação de um *lobby* de defesa dos interesses da comunidade portuguesa junto das principais forças da África do Sul.”⁴ Tal justificava-se pelo facto de esta permanecer, no seu colectivo, “completamente alheia ao desenvolvimento

¹ *Notícia*, Ano IV, N.º 37, Fevereiro de 1994, p.38. Consultar o capítulo XI.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 18 de Abril de 1994, p.6 e *Notícia*, Ano IV, N.º 41, Junho de 1994, p.50.

³ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

⁴ *O Emigrante*, 15 de Outubro de 1993, p.2.

do processo político [de] democratização.”¹ Sendo o núcleo de imigrantes mais numeroso do país, o deficit de envolvimento na política tornava-se, paradoxalmente, visível, sobretudo quando “tanto a comunidade grega como a judaica têm aproveitado [para] aumentarem a sua influência política e estão muito mais bem representadas na política sul-africana.”² Seria com esta ambição de representação directa que surgiria o LUSAP, poucas semanas antes das eleições de Abril de 1994, idealizado por Moutinho e Gouveia por não existir qualquer português ou luso-descendente nas listas de candidatos dos partidos sul-africanos ao Parlamento.³ Mas não seria bem assim, dado que Paulo Andrade, então vice-presidente da juventude do NP a nível nacional e líder do Conselho de Estudantes da *Rand Afrikaans University*, figurava nas listas dos nacionalistas.⁴ E apesar de até então ser um desconhecido, o luso-descendente João Azevedo também era candidato pelo DP, liderando a juventude deste partido na província do Gauteng.⁵ Também só muito próximo do acto eleitoral, apenas em Fevereiro de 1994 e pelos motivos referidos, é que o Conselho de País manteve o primeiro encontro formal de alto nível com alguns dos principais partidos sul-africanos, designadamente, com o IFP, o NP e o DP.⁶ Em 22 de Março de 1994 ocorreria nova reunião que, para além destas 3 forças, incluiu também representantes do CP, ANC e LUSAP. Todos expuseram as principais linhas dos seus projectos políticos, centrando-se na vertente económica, cultural, questões de cidadania, criminalidade, imigração e o papel dos portugueses na nova África do Sul. Alguns pontos suscitam um interesse particular: Van Der Heever, o representante do CP, defensor de um *Volkstaat*, frisou que “qualquer sul-africano pode ser um cidadão [deste Estado afrikaner], mesmo os sul-africanos portugueses. [E enfatizou que estes e] os afrikaners (...) estão expost[o]s aos mesmos problemas, devido às ideologias políticas do Governo actual. [A] solução para este problema é a união contra este regime.”⁷ Este discurso assemelha-se bastante ao do AWB, o que não constitui propriamente uma surpresa mas que importa registar, sobretudo o aspecto de aparente diluição de fronteiras identitárias. Quanto a Gouveia, do LUSAP, sublinhou que “necessitam de se fazer todos os esforços para promover a tolerância política e a aceitação dentro da comunidade. É preciso enfatizar que [esta] é heterogénea, tanto política

¹ *Notícia*, Ano III, N.º 28, Maio de 1993, p.5.

² *Notícia*, Ano III, N.º 30, Julho de 1993, p.38.

³ Cf. o *The Citizen* de 3 de Março de 1994, s.p. e *O Século de Joanesburgo* de 7 de Março de 1994, p.4.

⁴ Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 14 de Março de 1994, p.4.

⁵ Cf. o *The Star* de 19 de Setembro de 1995, s.p.

⁶ Cf. *Notícia*, Ano IV, N.º 38, Março de 1994, p.15.

⁷ Conselho de País da República da África do Sul, *Relatório Sobre as Reuniões com os Partidos Políticos da República da África do Sul*, Documento oficial não publicado, Joanesburgo, Março de 1994, pp.8-15. Consultar também *Notícia*, Ano IV, N.º 39, Abril de 1994, p.10.

como socialmente,”¹ algo que se reflectiu no facto de a representante do ANC no encontro ser também uma portuguesa – outra aparição inesperada – Maria Ramos,² que posteriormente teria um alto cargo governamental na esfera das Finanças. A fundação do LUSAP, em 27 de Fevereiro de 1994, e o seu registo formal, em 2 de Março, cujo centro nevrálgico era Rosettenville, no sul de Joanesburgo, constituiu uma surpresa para a comunidade e provocou grande impacto na África do Sul e em Portugal. Neste ponto, é importante aprofundar as origens do LUSAP que, como verificámos, sucederia à AJEPP, que por sua vez nos remete para a DIPSA. A passagem de testemunho da AJEPP para o LUSAP teve origem na constatação de que o poderio económico da comunidade poderia ter correspondência na esfera política, numa situação inédita de negociação da partilha do poder e de concessão de direitos políticos. Tal coadunava-se com os projectos anteriores da DIPSA e da AJEPP, que visavam aprofundar a integração dos luso-sul-africanos. “Queríamos estimular os portugueses (...) a participarem de uma forma muito directa [n]a nova África do Sul. [No] passado, (...) simplesmente não existíamos [politicamente e as eleições de 1994 eram] uma oportunidade de marcarmos uma presença [nesta vertente, sendo que] já contribuíamos de outras formas, económica e socialmente.”³ Em 1991, uma declaração de Gouveia, o qual presidia então à AJEPP, clarifica o projecto que acalentava: para além da promoção dos interesses empresariais dos associados, face às transformações político-sociais em curso a agremiação visava “ser o centro da criação de um[a] *Lusobond*, à semelhança do *lobby* instituído (...) pela comunidade africanense. [No entanto], não apoia nenhum partido político e [almeja apenas a] participação nos processos que se estão a desenvolver no país, dialogando com todos os grupos.”⁴ Esta referência a uma “irmandade lusa” é extremamente curiosa, uma vez que nos remete de imediato para a *Afrikaner Broederbond*, ou Irmandade Afrikaner, cujos objectivos eram basicamente o *empowerment* económico, político e social deste grupo étnico.⁵ E em 1993, já sob a liderança de Moutinho, a AJEPP era apresentada como “uma chamada para todos nós enfrentarmos este grande desafio que é a nova África do Sul, *baseando-nos na nossa herança e patrimónios socioculturais*,”⁶ o que se expressaria na promoção de laços com todas as forças políticas sul-africanas, a partir de múltiplos contactos entre empresários de diferentes segmentos populacionais. No seu manifesto de apresentação, os dirigentes

¹ Conselho de País da República da África do Sul, op.cit., p.16.

² Cf. *Notícia*, Ano IV, N.º39, Abril de 1994, p.10.

³ Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 17 de Junho de 1991, p.21.

⁵ Sobre este tema, ver Wilkins, Ivor & Strydom, Hans, *The Broederbond*, Paddington Press, New York, 1979.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Dezembro de 1992, p.15. Ênfase acrescentada.

do LUSAP estavam cientes da turbulência que iriam causar, dado que este era “o primeiro [partido] entre as comunidades portuguesas no estrangeiro, arriscando-se a ser mal compreendido nos seus desígnios.”¹ Como salientou Gouveia, “era a primeira vez (...) que um partido [surgia] fora de Portugal, com uma identidade portuguesa.”² De facto, “portugueses [e] sul-africanos receberam com sentimentos mistos a notícia de que um *partido político português [sic]* se tinha registado para as eleições de Abril.”³ Obviamente que, formalmente, era um partido sul-africano, no entanto o LUSAP revestia-se de um cariz vincadamente luso, até mesmo na designação, apesar de a intenção ser o enfoque no luso-sul-africanismo, uma noção difusa que não se conseguiria explicar convenientemente, pois tanto parecia reduzir-se à comunidade lusa como se alargava a todos os que falavam Português, incluindo desta forma imigrantes moçambicanos, angolanos e brasileiros.⁴ Chegava-se assim a um eleitorado potencial, estimado pelo LUSAP, de cerca de 700 000 pessoas, esperando “conseguir no mínimo 50 000 votos. [E esta fronteira opaca permitia-lhe recusar] a classificação de «partido étnico» [e mesmo racista] que lhe foi dada por alguma imprensa sul-africana. (...) «Nós não vamos representar especificamente os portugueses, nem os brancos. Representamos também [africanos], imigrantes de países lusófonos vizinhos, descendentes de portugueses», garante Moutinho.”⁵ De facto, o LUSAP mostrava-se aberto a qualquer pessoa, independentemente da raça e etnia, mas também não escondia que a comunidade portuguesa era o grupo que lhe interessava prioritariamente. Aliás, tinha sido precisamente a falta de representação política directa desta que originara a criação do partido. Outro factor importante, que convém relembrar, prendia-se com a concessão, pela primeira vez, “em reconhecimento pelo contributo dado ao país pelos imigrantes,”⁶ segundo justificou De Klerk, de direitos políticos alargados a todos os que possuíam apenas a residência permanente, ultrapassando o problema da nacionalidade. Moutinho e Gouveia constataram então que poderiam ter reais chances de eleger pelo menos 1 parlamentar, beneficiando do sistema de representação proporcional então adoptado, que previa que todos os partidos com 5% dos votos teriam assento no Parlamento.⁷ “Fizemos

¹ *O Século de Joanesburgo*, 14 de Março de 1994, p.17.

² Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

³ *The Citizen*, 3 de Março de 1994, s.p. Ênfase acrescentada.

⁴ Ver, por exemplo, o *The Star* de 3 de Março de 1994, s.p., *O Século de Joanesburgo* de 14 de Março de 1994, p.19, de 21 de Março de 1994, p.2 e de 28 de Março de 1994, p.32.

⁵ *Diário de Notícias*, 19 de Março de 1994, p.17.

⁶ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Fevereiro de 1994, p.7.

⁷ Consultar, por exemplo, S.Terreblanche & S.Friedman (eds.), *The Long Journey: South Africa's Quest for a Negotiated Settlement*, Ravan Press, Joanesburgo, 1993.

os cálculos e achámos que era possível, embora o tempo fosse muito curto.”¹ O LUSAP emergiu num contexto em que os portugueses se mostravam preocupados com os desenvolvimentos políticos e o seu futuro, mas também suscitou curiosidade e na reunião de apresentação do partido à comunidade, em 24 de Fevereiro de 1994, estiveram presentes cerca de 100 portugueses. Não possuindo ainda um programa político claro, Moutinho e Gouveia estavam, não obstante, determinados a obter o apoio dos portugueses, no sentido de os representar no Parlamento a nível nacional (Moutinho) e regional (Gouveia), designadamente na área do triângulo Pretória-Witwatersrand-Vereeniging.² Alguns comentários de Moutinho permitem entender melhor a ligação que estabeleciam entre representatividade e ideologia. “Nós não tínhamos uma ideologia política própria (...). Isto é quase difícil de aceitar, (...) mas [pretendíamos efectuar] uma [consulta à] comunidade portuguesa, escolher o nosso posicionamento político de acordo com os seus desejos, que (...) ainda não [conhecíamos] com grande precisão.”³ Como consequência, para além da defesa da democracia não enveredaram por considerações ideológicas, tornando-se mais claro porque é que era essencial obter o voto dos portugueses e a dificuldade de emitir uma mensagem politicamente sólida. Os lemas adoptados pelo LUSAP foram o de “Na Mudança, Participação Total [e] Vamos Evitar a Maioria Absoluta”⁴ do ANC. Neste sentido, emitiam sinais muito similares a outros partidos, dado que uma maioria absoluta permitiria a um executivo liderado pelo ANC alterar sozinho a Constituição. Entretanto, em Março de 1994 o LUSAP refinou o seu manifesto político, centrando-se na defesa da língua portuguesa nas escolas sul-africanas e propondo acordos entre a África do Sul e os países lusófonos.⁵ Quanto ao seu símbolo, consistia num “rectângulo debruado a vermelho, representando o território sul-africano e no seu interior um círculo elíptico [amarelo], significando a comunidade luso-sul-africana.”⁶ Apesar da ideia ser a integração dos luso-sul-africanos na política do que, para muitos, era o país natal, esta mensagem não seria assim entendida, pois num contexto em que se procuravam atenuar cisões identitárias, privilegiando a convivência multicultural, a criação de um partido direccionado para um grupo populacional não foi considerada positiva, nem por Portugal nem

¹ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

² Cf. o *The Star* de 3 de Março de 1994, s.p. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 21 de Março de 1994, p.2 e a *Notícia*, Ano IV, N.º 39, Abril de 1994, p.28.

³ Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

⁴ Documento Oficial do LUSAP, datado de 1994. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 28 de Março de 1994, p.11.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 25 de Abril de 1994, p.2.

⁶ Estatutos do LUSAP, 27 de Fevereiro de 1994, p.2.

pelos sul-africanos.¹ Num rol de questões que *A Capital* enviou ao LUSAP, que consta nos arquivos do partido em Joanesburgo, inclui-se um comentário elucidativo, citando declarações dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Durão Barroso e Pik Botha. Enquanto o governante português “criticou o LUSAP por estar a auto-marginalizar a comunidade portuguesa, apresentando-a apenas como uma minoria na África do Sul, (...) Botha acusa o partido de estar a caminhar contra o que se deseja vir a ser um trajecto comum em todo o país,”² ou seja, a diluição das identidades sociais por todo o espectro político. Note-se que a publicação do artigo n’ *O Século de Joanesburgo* anunciando a fundação do LUSAP ocorreu “no dia em que Durão Barroso chegou à África do Sul. Fizemos o *timing* para o impacto.”³ E este, referindo-se aos contactos que então manteve com portugueses, “salientou (...) que «não querem de forma alguma colocar-se num gueto étnico-político [nem] à margem deste processo de transição.»”⁴ Ciente de que todos os partidos sul-africanos desejavam um verdadeiro empenho da comunidade no processo eleitoral, Alberto João Jardim apelou à participação desta na votação, “mostrando a sua adesão e boa vontade para com a democratização, mas sem se comprometer, seja com quem for. (...) Os compromissos (...) devem ser com a liberdade, a democracia e a igualdade de direitos, (...) independentemente da raça, ideologia ou religião de cada um.”⁵ Segundo Moutinho, para além da função de representação, tendo em vista expressar as principais preocupações da comunidade, o LUSAP, descrito na imprensa sul-africana como “o primeiro partido de base étnica a candidatar-se ao registo para as eleições, [teria como] prioridade (...) a protecção dos interesses linguísticos, culturais e sociais da comunidade portuguesa [e] que *procuraria apoio financeiro do governo português.*”⁶ Tratando-se de um partido sul-africano, esta incongruência terá derivado de carências financeiras com que se debatia o LUSAP, que solicitou donativos ao seu grupo-alvo eleitoral, por exemplo através de anúncios n’ *O Século de Joanesburgo*.⁷ Parte das dificuldades do LUSAP deviam-se ao facto de não ter beneficiado de fundos públicos sul-africanos, “dado que não conseguiu reunir atempadamente as 10 000 assinaturas necessárias ou o apoio de 2% da população. [Isso ditou a sua dependência de] tempos de antena gratuitos”⁸ e de acções de sensibilização nas associações lusas. Recorrendo a fundos próprios, Moutinho e Gouveia

¹ Consultar, por exemplo, a *Notícia*, Ano IV, N.º 38, Março de 1994, p.3.

² Documento de *A Capital* remetido ao LUSAP em 19 de Março de 1994, p.2.

³ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 7 de Março de 1994, p.1.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Fevereiro de 1994, p.9.

⁶ *The Star*, 3 de Março de 1994, s.p. Ênfase acrescentada.

⁷ Ver *O Século de Joanesburgo* de 28 de Março de 1994, p.32.

⁸ *O Século de Joanesburgo*, 28 de Março de 1994, p.11.

conseguiram, apesar de tudo, alargar a sua campanha a cidades nas províncias do Gauteng, Free State e KwaZulu-Natal. Particularmente interessante foi a sua actividade nas zonas mineiras, onde residiam muitos moçambicanos, concorrendo Gouveia que neste segmento procuravam um voto linguístico e não étnico.¹ Com este objectivo, o LUSAP solicitou às autoridades eleitorais material de campanha em Português, tendo recebido do Director para a Educação do Eleitor, Albert Mokoena, a resposta de que era “impossível, [a nível logístico], produzir material noutra língua que não as 11 línguas oficiais.”² Limitados em diversos patamares, os líderes do LUSAP procuravam ultrapassar os obstáculos, permanecendo atentos aos desenvolvimentos que então ocorriam. Cientes de que muitos elementos da comunidade se tinham deslocado – mesmo que temporariamente – para território português, pretendiam também chegar a estes potenciais eleitores, apesar de tal exigir uma estrutura partidária complexa, que não possuíam.³ Gouveia enfatizava que “«podemos oferecer à comunidade portuguesa algo que mais ninguém pode oferecer. Falamos a mesma língua e compreendemos as suas necessidades». [E estabelecia como objectivo] atrair votos do [NP],”⁴ reproduzindo a percepção de que a comunidade se situava neste espaço político, tal como o Presidente Soares, que apelou a esta no sentido de “«votar positivamente» nas eleições [e] participar na transição para a democracia não-racial. (...) Diplomatas dizem que muitos dos portugueses na África do Sul têm simpatias conservadoras, mas Soares instou-os a terem confiança numa sociedade de igualdade racial pós-*apartheid*. [E disse] «que quaisquer esperanças de um retorno ao passado são disparatadas.»”⁵ O NP aproveitaria esta recomendação, louvando-a através de Marthinus Van Schalkwyck, então Director de Informação e Media, o qual sublinhava que “tradicionalmente uma maioria substancial da comunidade portuguesa tem apoiado o [NP]. Agora, mais do que nunca, o seu apoio será extremamente importante.”⁶ E na sua mensagem eleitoral destinada à comunidade lusa, De Klerk descrevia-a como “uma das (...) mais importantes minorias neste país. (...) Por um futuro estável, apelo a que todos [os portugueses] votem nas eleições de Abril (...) no [NP].”⁷ A campanha do NP centrou-se sobretudo no delinear de um novo futuro, partindo do reconhecimento da inviabilidade do *apartheid* e enfatizando que fora o próprio NP a iniciar o processo de

¹ Comunicação Pessoal em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

² Documento Oficial da *Independent Electoral Commission*, 11 de Abril de 1994, p.1.

³ Cf. Nota Oficial do LUSAP de 19 de Março de 1994, p.1.

⁴ *The Star*, 19 de Março de 1994, s.p.

⁵ *The Star*, 5 de Abril de 1994, s.p.

⁶ Documento Oficial do NP, 4 de Abril de 1994, p.1.

⁷ Documento Oficial do NP com data de Abril de 1994, p.1.

reformas, que culminaria com as eleições.¹ E reiterava a necessidade de votar contra a aliança entre o ANC e os comunistas sul-africanos, acenando com o espectro de um totalitarismo de cariz socialista.² Por seu turno, o influente Pik Botha, numa variante que completava o discurso de De Klerk, assumia que “defendemos os interesses da comunidade portuguesa [e] tornámos possível que o português residente tivesse direito ao voto.”³ Por outras palavras, se a comunidade podia votar tal devia-se ao NP. Logo, deveria votar no NP também por este motivo. A questão das minorias esteve omnipresente, sendo abordada de diversas formas pelos partidos que revelaram interesse no voto luso. À semelhança do NP, o *Freedom Front* (FF) optou por um discurso ideológico, centrado na estabilidade, acrescentando-lhe um enfoque nos traumas da descolonização. Joseph Chioli, chefe de gabinete do General Constand Viljoen, líder do FF e candidato às eleições de Abril de 1994, afirmava que “a comunidade portuguesa já constatou que [somos] o único partido que lhe poderá garantir paz e prosperidade. (...) Especialmente os que se encontravam em Moçambique e Angola não confiarão muito no cenário que se tem vindo a desenrolar. Tiveram experiências horríveis e estão a ver que o mesmo poderá suceder na África do Sul, através do ANC / Partido Comunista. É [por isso] uma comunidade que está consciente que é útil reduzir a capacidade percentual [destes].”⁴ Quanto ao sector mais conservador dos afrikaners, recorreu a outros meios. Em 27 de Março de 1994, na sequência da criação da *Independent Broadcasting Authority* (IBA), as emissões em frequência modelada de todas as rádios locais, incluindo a da comunidade lusa (Rádio Cidade) foram temporariamente suspensas, sendo remetido para o período pós-eleitoral o processo formal de concessão de licenças.⁵ A partir de então, a Rádio Cidade só poderia transmitir em onda curta, o que afectou o LUSAP, que “deixou de ter assim um importante canal à disposição, por forma a chegar e informar a comunidade. [Ao nível dos media de massas, ficou então cingido a] uma limitada exposição na televisão.”⁶ No entanto, a *Rádio Pretoria*, afecta aos afrikaners ultra-conservadores defensores de um Estado próprio, continuou as suas emissões, o que aparentemente foi caso único. E em 19 de Abril de 1994 iniciou “um programa em Português que defende tendências de direita, que se destina a provocar danos na unidade desta comunidade.”⁷ No que teria sido o

¹ Ver Bertelsen, Eve, ‘Selling Change: Advertisements for the 1994 South African Election’, in *African Affairs*, Vol.95, Number 379, April 1996, pp.236-240.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 14 de Março de 1994, p.4.

³ *O Século de Joanesburgo*, 25 de Abril de 1994, p.10.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 11 de Abril de 1994, p.6.

⁵ Documento Oficial do LUSAP, 30 de Março de 1994, p.1.

⁶ McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.145.

⁷ Documento da Rádio Cidade, 20 de Abril de 1994, p.1. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 18 de Abril de 1994, p.4.

primeiro esboço deste protesto, que tinha por destinatários as autoridades eleitorais, o ANC e o NP, a Rádio Cidade explicitava que aquele programa “defende políticas de extrema-direita, (...) compara os desenvolvimentos políticos da África do Sul com a descolonização portuguesa em Moçambique e Angola (...) e está a influenciar erradamente os cidadãos [lusos] neste país.”¹ Quanto ao DP, promoveu junto destes os candidatos Tony Leon e o luso-descendente João Azevedo. No entanto, à semelhança de outras forças políticas, os esforços do DP para obter o voto luso revelaram-se pouco substanciais e algo tardios, dado que o encontro destes candidatos com a comunidade, em Regents Park, só ocorreria em 8 de Abril de 1994, já muito próximo do acto eleitoral. As mensagens publicadas em Português pelo DP revelam algo inédito, uma vez que se afirmava como “o único porta-voz da razão e protecção das minorias da África do Sul [e] partido irmão do PSD (...) de Portugal,”² que tradicionalmente recolhia o apoio da comunidade. Apesar de se constatar, através da análise da imprensa comunitária, que as acções de campanha dos partidos sul-africanos não atraíam muitos portugueses, é provável que um número substancial tenha optado por votar pela primeira vez. Para tal terão contribuído os apelos de integração plena na vida política realizados pelos sul-africanos e autoridades portuguesas. Imbuída de inusitados direitos cívicos, a comunidade mostrou maior propensão – sobretudo face aos actos eleitorais de Portugal – para participar nas eleições de Abril de 1994, que constituíam um marco decisivo para o futuro do país. Um indício desta mudança de comportamento, *mesmo que temporária*, foi o facto de só no Consulado-Geral da África do Sul no Funchal terem votado cerca de 1 000 cidadãos sul-africanos de origem madeirense.³ Outro factor que se acredita tenha contribuído decisivamente para a participação dos portugueses prende-se com as possíveis repercussões dos resultados eleitorais. Independentemente das estratégias adoptadas pelos partidos sul-africanos, nas eleições de Abril de 1994, mais do que competir com o ANC pela liderança do Estado estava em causa impedir que o partido de Mandela obtivesse uma maioria de 2/3, o que “beneficiou o NP, que viu aumentada substancialmente, com o voto útil, a sua base eleitoral, [sendo] o segundo partido mais votado.”⁴ É bastante provável que para este resultado tenham contribuído portugueses, pois para além das referências mais ou menos explícitas a alguns apoios no seio da comunidade, opiniões avalizadas apontam neste sentido. Para José Nascimento, “os mais jovens votaram essencialmente no [DP], os da primeira geração (...) no [NP, alguns] no LUSAP e um punhado (...) no ANC.”⁵

¹ Documento da Rádio Cidade, s.d., p.1.

² Documento Oficial do DP, Abril de 1994.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 2 de Maio de 1994, p.16.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 2 de Maio de 1994, p.24.

⁵ Comunicação Pessoal em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000.

Segundo António Pina, De Klerk estava “consciente da força da comunidade portuguesa, que seria aliada num momento [crucial] para [o] partido, [a] «tribo». [O NP], claramente, era apoiado pelos portugueses, porque era considerado aquele que os deixava cá viver, que os acolhia. (...) Mas essa estratégia, [algo forçada], não funcionou muito bem [e o NP] entrou em queda livre”¹ nos anos subsequentes. Quanto ao LUSAP, foi o partido menos votado nestas eleições, obtendo apenas 3 293 votos, sensivelmente 0,1% do total de boletins validados. Para Gouveia, “os resultados provaram que não há espaço no espectro político na África do Sul para um partido «étnico».”² Desta forma, *a posteriori* admitiu-se que de facto o LUSAP contava primordialmente com a etnicidade para mobilizar a comunidade, algo que outras forças políticas também utilizaram, por exemplo, face aos afrikaners e zulus. Pina também partilha da visão de Gouveia, aproximando-se da linha de raciocínio de Cravinho ao sublinhar que a identidade portuguesa – além da sul-africana – dos líderes do LUSAP não bastara para convencer o eleitorado comunitário, revelando-se “um conceito que não funcionava. O LUSAP demonstrou que não há futuro para a política baseada em etnias.”³ No entanto, os resultados gerais indicam que as identidades sociais foram na realidade marcantes, pelo que *o espaço político étnico existia, mas não na comunidade*. Diversos analistas concordam que “uma característica evidente nestas eleições foi a divisão dos votos segundo linhas raciais”⁴ e, nalguns casos, étnicas. De facto, nalgumas províncias constata-se que os votos corresponderam praticamente à composição da população, como se constata nos Anexos 8, 9 e 10. As considerações pós-eleitorais de Moutinho e Gouveia permitiram obter mais alguns dados interessantes. Para Moutinho, o qual também reconheceu o apelo ao voto étnico, “o nosso erro (...) político foi identificarmo-nos como portugueses, quando não havia necessidade de o termos feito (...). Devíamos nos ter identificado como cidadãos sul-africanos de origem portuguesa e tentar, através (...) de outro marketing, (...) ou até associados a outro partido, estimular o voto português,”⁵ no sentido de promover a participação da comunidade num processo político *sui generis* no país. A questão da associação a outro partido remete-nos novamente para as reacções de Lisboa. Moutinho confirmou que o NP e as autoridades portuguesas consideravam o LUSAP um actor não consentâneo com o projecto de sociedade arco-íris, ao basear-se na identidade étnica. “E talvez fosse essa a maior motivação por parte do Governo

¹ Comunicação Pessoal em Suiderhood, Joanesburgo, 3 de Maio de 2000.

² *Notícia*, Ano V, N.º 53, Julho de 1995, p.42.

³ Comunicação Pessoal com António Pina, Jornalista da Lusa, em Suiderhood, Joanesburgo, 3 de Maio de 2000.

⁴ Cuddumbey, Chantal, in *L'Afrique Politique 1995: Le Meilleur, Le Pire et l'Incertain*, Karthala et CEAN, Paris, 1995, p.106. Ver também Giliomee, Hermann, “Towards Real Majority Rule?”, in *The Star*, 21 de Agosto de 1994.

⁵ Comunicação Pessoal em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

português, em termos de expressar a mensagem negativa quanto à existência do nosso partido. A nível individual, [leia-se, reservado, aconselharam-nos a] que desistíssemos completamente e nos juntássemos a outro partido, de posicionamento democrático, como o DP, o NP, o ANC, etc. Nós chegámos a ter reuniões com o DP, mas naquela época achávamos que (...) iria destruir em parte o objectivo principal”¹ de representação directa da comunidade. Entretanto, no seio desta as reacções face ao LUSAP foram registando alterações graduais, que podem explicar os seus resultados eleitorais. Inicialmente, a identidade lusa da formação partidária provocou uma “primeira reacção, espontânea, (...) de alegria, [existia] finalmente um partido *português*, «com o qual podemos associar os nossos princípios e desejos». A segunda fase foi [aquela] em que começaram a formar-se (...) grupos dentro da comunidade, talvez até promovidos pelo Governo português, [que] reagiram contra a existência do nosso partido, talvez para quebrar esse divisionismo, essa identidade étnica. Em parte, tem que se dar credibilidade a isso, mediante as circunstâncias. A terceira fase foi (...) de rejeição total, em que achavam que (...) o voto em nós poderia ser um voto perdido, sem qualquer efeito.”² Subjacentes estariam receios de que se perdessem os direitos constitucionais de protecção das minorias culturais previamente negociados. Tal terá prejudicado o LUSAP, cuja percepção é a de que “a maioria dos portugueses votaram NP. Não votaram politicamente, (...) era quase um voto de segurança, [para edificar] uma força de oposição para evitar a maioria absoluta. Não foi uma escolha de uma (...) ideologia política foi uma questão de manter um equilíbrio entre partidos.”³ Moutinho e Gouveia enfatizam que a sua mensagem não foi bem entendida, o que se deve a um conjunto de factores, entre os quais a falta de clareza da mesma, de tempo, meios financeiros e materiais de campanha, a escassa exposição nos media, sobretudo comunitários, bem como o antagonismo que foi emergindo face ao projecto em diversos sectores.⁴ “O objectivo não era isolar a comunidade portuguesa, (...) mas [dinamizar] um sector da sociedade que nunca teve actividade política e que agora queria marcar presença positiva [n]o processo. [O *slogan*] era exactamente esse: vamos participar de uma forma positiva, para uma representatividade equilibrada no Parlamento.”⁵ Por outro

¹ Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

⁴ Ver por exemplo *Notícia*, Ano IV, N.º 41, Junho de 1994, p.21 e Ano V, N.º 53, Julho de 1995, p.42.

⁵ Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

lado, a rejeição de diversos líderes comunitários foi patente, pois desejavam proteger o *status quo* e, segundo Moutinho, “havia um certo medo que nós viéssemos [colocar em causa] a representatividade deles perante a comunidade. [E] suspeitavam que nós não tínhamos uma mensagem transparente e talvez fôssemos até aliados do ANC. (...) Isso sentimos também, várias vezes.”¹ Emergiu então a percepção de que o LUSAP poderia dividir os eleitores da comunidade, derivando a explicação para a colagem do LUSAP ao ANC do facto de ser público que os ex-dirigentes da AJEPP tinham um relacionamento cordial com este partido, edificado durante os vários encontros mantidos com Mandela e outros altos dirigentes, antes da criação do LUSAP. “E talvez entendessem incorrectamente isso como sendo uma ligação política e (...) que nós éramos na realidade um partido fantasma, que pura e simplesmente representava o ANC,”² tentando captar votos na comunidade e, paralelamente, prejudicar o NP, quando se privilegiava um equilíbrio político. Na realidade, apesar de Moutinho ser de opinião contrária, talvez a fundação do LUSAP fosse considerada potencialmente benéfica pelo ANC, dada a convicção de que o NP usufruía de apoio na comunidade, o que explicaria a ausência de reacções oficiais do ANC face ao LUSAP. O antagonismo de alguns sectores comunitários, particularmente em Joanesburgo, pode esclarecer em parte um fenómeno que surge com a análise detalhada dos resultados do LUSAP nas diversas províncias, que consta no Anexo 11. Apesar do total de votos ser residual, constata-se, com surpresa, que *a maior votação não ocorreu em Gauteng mas sim no KwaZulu-Natal*. E no Western Cape teve quase os mesmos votos que em Gauteng, o que pode significar que nestas áreas, para além de membros da comunidade lusa, outros eleitores que tinham em comum a língua portuguesa, com particular destaque para os mineiros moçambicanos, poderão ter considerado válido este projecto. Não existindo dados que permitam retirar conclusões seguras, pelo menos podemos afirmar que, no cômputo geral, o LUSAP conseguiu mais apoio no KwaZulu-Natal e Western Cape juntos do que em todo o Gauteng, província que albergava a sede do partido, onde este concentrou os esforços de campanha e reside o maior núcleo de portugueses da África do Sul, apesar de tal também ser válido para outras pessoas de língua portuguesa. Os resultados desanimadores ditariam a cessação da existência do LUSAP após as eleições e o término da actividade política de Moutinho e Gouveia. No entanto, ambos não deixaram de sublinhar alguns pontos positivos no projecto do LUSAP. Para Gouveia, “foi uma iniciativa que acabou com o mito de que os sul-africanos de origem portuguesa não se deviam envolver na política. (...) Pela

¹ Comunicação Pessoal em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

primeira vez tomámos uma posição política publicamente dentro da comunidade luso-sul-africana (...), saímos do gueto (...). Isto foi uma iniciativa de uma nova geração, que tomou a liderança (...) para enfrentar a crise que o país e a comunidade atravessou antes das eleições. (...) A campanha foi conduzida de uma maneira honesta e sincera, que dignificou o nome da nossa comunidade neste país, principalmente [face aos] outros partidos.”¹ Quanto a Moutinho, apesar de não terem conseguido mobilizar a comunidade, esta “começou a ser vista com muito mais credibilidade política do que no passado [e a ser] mais [solicitada] por todos os partidos políticos na África do Sul, não só na busca de potenciais candidatos [como] de votos. Isso nunca teria acontecido se o nosso partido não tivesse existido.”² Um comentário final de Gouveia pode resumir a motivação de ambos, que consistiu em tentar “avançar ideias progressivas dentro da comunidade. Esse papel não foi reconhecido, [apesar da] convicção.”³ No entanto, independentemente das suas opções e das críticas de que foram alvo, fizeram História na(s) comunidade(s) portuguesa(s).

8. A Adaptação dos Portugueses à Nova África do Sul

Das eleições de 27-29 de Abril de 1994 saíria um Governo de Unidade Nacional, simbolizando “uma nova era, de esperança, reconciliação e construção da nação,”⁴ tendo como principais desafios “unificar pacificamente o país e [o] crescimento económico.”⁵ Mandela ascendeu à Presidência da República em 10 de Maio de 1994, tendo como Vice-Presidentes De Klerk e Thabo Mbeki, iniciando-se o processo final de transferência de poderes, que culminaria em 1999 com a aplicação da regra do domínio da maioria sem restrições. Entretanto, a diversidade cultural e as disparidades económico-sociais conduziram à aprovação do *Reconstruction and Development Programme*, assente em 6 pilares: integração e sustentabilidade, participação das pessoas, paz e segurança, construção da nação, reconstrução e desenvolvimento, e democratização.⁶ Estes foram anos de planeamento do futuro, não se registando melhorias sensíveis do nível de vida,

¹ *Notícia*, Ano IV, N.º 41, Junho de 1994, p.21.

² Comunicação Pessoal em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

⁴ *The Daily News*, 27 de Abril de 1994.

⁵ Cramer, Christopher, ‘Rebuilding South Africa’, in *Current History*, Maio de 1994, p.208.

⁶ Ver African National Congress, *The Reconstruction and Development Programme: a Policy Framework*, Cidade do Cabo, 1994.

dado que o “desemprego entre os [africanos era elevadíssimo] e os [europeus] ainda possuíam 75% da terra.”¹ Apesar dos programas presidenciais prioritários, elaborados por Mandela para tentar responder às graves carências económico-sociais da população africana sem desapossar a europeia, a manutenção de uma conjuntura económica desfavorável impediu que a situação se alterasse significativamente, permanecendo sérios problemas nesta esfera. Entretanto, em 8 de Maio de 1996 foi adoptada a Constituição definitiva,² englobando uma Carta de Direitos que respeita a diversidade cultural e é considerada o núcleo da democracia. O princípio da autodeterminação merece especial atenção, pois sendo aplicável à nação sul-africana como um todo, “não impede o reconhecimento do direito à autodeterminação de qualquer comunidade que partilhe uma herança cultural comum e língua, dentro de uma entidade territorial na República.”³ Na prática, é uma resposta constitucional hábil a exigências de minorias étnicas, nomeadamente dos afrikaners mais conservadores, sendo criado um *Volkstaat Council* para investigar o conceito⁴ de um Estado-nação afrikaner, cuja actividade se tem revelado inconsequente. Após a adopção da Constituição o NP retirou-se do Governo de Unidade Nacional, no qual tinha uma posição minoritária que o impedia de influenciar decisões de fundo, visando já as eleições de 2 de Junho 1999, que marcam o início da era pós-Mandela⁵ e da democracia plena, sem restrições ao domínio da maioria.

8.1 - O Regresso Generalizado à Apatia e a Dispersão dos Luso-Descendentes pelo Espectro Político Sul-Africano

Entretanto, a comunidade procurou ajustar-se à nova realidade. Tendo adquirido uma consciência política durante o processo de transição e sendo permitida a participação no acto eleitoral aos portugueses que não possuíam a cidadania sul-africana, a título excepcional, muitas das pessoas da primeira geração regressaram a um quotidiano que se pautaria novamente por uma exclusão da vida política. Tal não significa alheamento total desta, que continuaram a seguir com atenção, mas sim que após Abril de 1994 os que permaneciam apenas com a

¹ Thompson, Leonard, *A History of South Africa*, Yale University Press, Nova Iorque, 1995, p.277.

² Começou a vigorar a 3 de Fevereiro de 1997, sendo possível revê-la com uma maioria qualificada.

³ *Constitution of the Republic of South Africa 1996*, Chapter XIV, p.119.

⁴ O que inclui possíveis fronteiras e poderes do hipotético Estado (*Volkstaat*) afrikaner.

⁵ O Vice-Presidente Mbeki assumiu a presidência, após o afastamento voluntário de Mandela. É útil consultar Lodge, Tom, *South African Politics Since 1994*, David Philip Publishers, Cape Town, 1999.

nacionalidade lusa voltaram à situação de residentes estrangeiros, sem direitos políticos. Constata-se então que, ao nível da primeira geração, existiu uma consciencialização e um activismo político temporário, que terminou após as primeiras eleições multirraciais. Assim, só o segmento dos luso-descendentes estaria em condições de manter o dinamismo político na comunidade, face à sociedade sul-africana. No entanto, é necessário realçar que permaneceu na comunidade alguma “necessidade de intervir e, se possível, influenciar as decisões políticas que lhe digam mais directamente respeito, como (...) as questões relacionadas com a sua segurança.”¹ Esta temática, abordada em separado, demonstra que a comunidade sofreu algumas transformações importantes com o processo político sul-africano, tornando-se mais afirmativa e predisposta a defender os seus interesses. Mas é um facto que tal função recairia sobretudo nos luso-descendentes, cuja maioria cívica e política coincidiu com este período temporal, os quais ascenderam a uma posição de destaque sem paralelo na esfera política comunitária. O reflexo desta realidade é o facto de, como referido, em 1995 diversos líderes de juventudes partidárias serem de origem portuguesa, como Paulo Andrade e João Azevedo, os quais presidiam ao movimento juvenil do NP e do DP, o primeiro a nível nacional e o segundo no Gauteng. Estes cargos têm em comum uma actividade junto dos jovens luso-descendentes, detentores de plenos direitos de cidadania, e justificar-se-iam pelo seu potencial eleitoral. Numa pesquisa que realizou para o *Human Sciences Research Council* em 1995, Duncan Randall concluiu que em Joanesburgo “provavelmente 1/4 dos 80 000 eleitores registados no sul e [l]este [da cidade] são portugueses (...). Em Rosettenville e Kenilworth, cerca de 1/3 de todos os eleitores são portugueses e em La Rochelle o número ascende a cerca de 60%.”² Este levantamento terá tido por motivação as primeiras eleições autárquicas na nova África do Sul, previstas para 1 de Novembro de 1995. Entretanto, em 1 de Outubro tinham decorrido eleições legislativas portuguesas, precedidas das já usuais campanhas dos principais partidos junto da comunidade e dos apelos à participação nos órgãos de comunicação social locais de língua portuguesa. *O Século de Joanesburgo* não indicou preferências partidárias, assumindo uma postura isenta e preferindo enfatizar que “só na participação reside o peso político das comunidades.”³ Mas apesar de aos eleitores apenas se exigir serem maiores de idade e estarem recenseados nas estruturas diplomáticas,⁴ o número de portugueses que efectivamente votaram manteve-se

¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Afirmar Portugal no Mundo – A Importância das Comunidades Portuguesas*, Edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Agosto de 1995, p.36.

² *The Star*, 19 de Setembro de 1995, s.p.

³ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Setembro de 1995, p.24.

⁴ Cf. *Notícia*, Ano VI, N.º 62, Abril-Maio de 1996, p.32.

diminuto. Em toda a África do Sul, os recenseados resumiam-se a 10 610, dos quais apenas 1 664 votaram, subsistindo assim 84,3% de abstenções. Sem surpresas, o PSD agregou 1 406 votos (84,4%), seguido do CDS-Partido Popular, com 54 votos (3,2%), enquanto no PS votaram 41 pessoas (2,4%).¹ Este nível exíguo de participação não se coaduna com o dinamismo que se registara nalguns sectores da comunidade face à política sul-africana, mantendo-se assim as tendências de actos anteriores, tanto no que respeita a esta questão como ao sentido de voto. No entanto, apesar de permanecerem fortes antagonismos ideológicos face a vários partidos portugueses, tal não impediu que a vitória do PS fosse correctamente reportada na imprensa comunitária.² Subsequentemente, o PS, que desde 1992 ponderava abrir uma delegação na África do Sul, decidiu concretizar este anseio em 6 de Abril de 1996, data de inauguração das suas instalações na Augusta Road, em Regents Park, também no sul de Joanesburgo.³ O responsável pela dinamização do partido na África do Sul, Fernando Capão, sublinhou que durante o regime de *apartheid* “não teria sido possível uma implantação do [PS] neste país, [devido ao seu] relacionamento bastante cordial com o ANC,”⁴ o que explica o hiato de 18 anos face ao estabelecimento do PSD em Joanesburgo. O novo contexto também foi realçado pelo Presidente Soares quando se deslocou à África do Sul em 1995, no intuito de “fazer sentir à comunidade (...) que nós temos as melhores relações com a África do Sul, com o actual Governo [de] Mandela.”⁵ No mês seguinte, em Novembro, decorreram as eleições autárquicas sul-africanas e, tal como sucedera em relação às legislativas portuguesas, a imprensa comunitária instou à participação e absteve-se de proporcionar conselhos sobre o sentido de voto dos elementos da comunidade com direitos políticos, ou seja, detentores da cidadania sul-africana.⁶ Os 3 candidatos portugueses mereceram destaque, sendo que 2 integravam as listas do NP, John Vieira em Port Elizabeth e Paulo Andrade em Joanesburgo, cidade na qual concorria também Manuel de Freitas, pelo DP. Vieira não era um jovem, mas sim um veterano com larga experiência como autarca em Port Elizabeth, obtendo uma reeleição fácil. Mais interessantes são os casos de Freitas e Andrade, por se tratarem de 2 jovens luso-descendentes detentores da nacionalidade portuguesa e sul-africana. Freitas concorreu pelo DP a vereador da Câmara de Joanesburgo pelo círculo eleitoral do leste da cidade, enquanto Andrade, do NP, decidiu transferir a actividade política para a zona norte desta urbe, onde estava mais integrado. Na realidade, confirmando a

¹ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 16 de Outubro de 1995, p.13.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 2 de Outubro de 1995, pp.12-20.

³ Cf. *Notícia*, Ano II, N.º 18, Julho de 1992, p.7 e Ano VI, N.º 62, Abril-Maio de 1996, p.32.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 12 de Fevereiro de 1996, p.7.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 27 de Novembro de 1995, p.1.

⁶ Ver *O Século de Joanesburgo* de 2 de Outubro de 1995, p.21 e de 23 de Outubro de 1995, p.24.

percepção anteriormente referida, tanto Freitas como Andrade compreenderam que o apoio efectivo da comunidade lusa seria residual, devido ao retorno generalizado a uma posição de abstenção de intervenção na esfera política. Neste sentido, apesar de não descurarem os votos da comunidade, centrando as suas campanhas no problema da criminalidade, ambos procuraram uma linha de acção dirigida à sociedade sul-africana no seu todo, sendo eleitos para o Conselho Municipal de Joanesburgo sobretudo com os votos de sul-africanos, no caso de Andrade eleitores de língua Afrikaans e inglesa.¹ Desta forma, após as primeiras eleições autárquicas plenamente democráticas, 3 políticos de origem portuguesa passaram a participar no patamar de governação local, sendo pertinente lembrar que a nível provincial, no Gauteng, o português Gilberto Martins chegaria a Director Provincial de Desportos e posteriormente a Director do Ministério da Educação provincial e que, ao nível do Governo central, a escolhida para assumir a Direcção-Geral do Ministério das Finanças foi a portuguesa Maria Ramos.² Mas é muito pouco para uma comunidade numerosa e radicada há longos anos na África do Sul. Em 1997, o seu alheamento face à política foi salientado pelo Embaixador da África do Sul em Portugal, Lucas Makhubela, ao referir que “a voz da grande comunidade portuguesa (...) «não é ouvida no país» [e esta não] participa no sistema político sul-africano.”³ De facto, para além dos exemplos já referidos de pessoas menos jovens, o grau de envolvimento da comunidade é sobretudo mensurável pela carreira política dos luso-descendentes, apesar de outras iniciativas demonstrarem comprometimento com a nova África do Sul, como a criação, em 1997 e com o apoio das associações portuguesas, da *Luso Community Foundation*, direccionada para projectos de apoio às populações sul-africanas mais desfavorecidas, que constituiu, segundo a sua presidente, a luso-descendente Sandra Vieira, uma forma de afirmar o envolvimento e a integração da comunidade na sociedade sul-africana.⁴ Neste sentido, a comunidade, tradicionalmente pouco à vontade na esfera política, movia-se num espaço mais de acordo com o seu poder económico, constituindo esta mais uma acção de solidariedade social, sendo outro exemplo o apoio ao *Nelson Mandela Children’s Fund*, criado em 25 de Agosto de 1998, que se adicionaram a muitas outras, como explicado no capítulo anterior. Outra acção de solidariedade, esta já imbuída de assinalável cariz político, foi a criação do Grupo de Acção de Timor-Leste na África

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 23 de Outubro de 1995, p.24 e de 6 de Novembro de 1995, pp.1-3.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 15 de Dezembro de 1997, p.30 e de 27 de Novembro de 2000, p.7.

³ *O Século de Joanesburgo*, 24 de Março de 1997, p.1. Ver também *Notícia*, Ano VII, N.º 72, Abril de 1997, p.42.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 19 de Maio de 1997, p.1.

do Sul, cuja primeira referência data de 1998 e que era liderado por José Nascimento, um dos dinamizadores da DIPSA, o qual se mantém como um dos principais elos de ligação entre a comunidade portuguesa e o ANC, a par do empresário Horácio Roque.¹ É ainda pertinente referir que em 1999 emergiram referências a um Fórum de Apoio a Timor-Leste em Joanesburgo, aparentemente um derivado do grupo acima referido, com uma abrangência muito assinalável. Sem sede própria, tinha por objectivo sensibilizar os sul-africanos para a causa timorense, num contexto em que se preparava um referendo sobre a autodeterminação e circulavam imagens da violência exercida pelas autoridades indonésias sobre a população maubere. Para além de ex-elementos da DIPSA, o fórum integrava clérigos, profissionais da comunicação social, das associações e do conselho representativo da comunidade. A recolha de fundos para a reconstrução de Timor-Leste, frequentemente através de missas, contou com o apoio de empresários portugueses e de cidadãos anónimos em toda a comunidade lusa na África do Sul, proporcionando visibilidade a uma questão até aí pouco relevante para a opinião pública sul-africana.² Mostrou ainda que a comunidade tinha de facto adquirido uma maior consciência política, passível de ser mobilizada com sucesso, desde que a causa suscitasse consenso. Ao nível das relações entre a comunidade e as forças políticas sul-africanas, para além de, face ao ANC, existir Nascimento, a manutenção de canais de comunicação espelhava-se nalguns encontros esporádicos entre governantes deste partido e conselheiros, dirigentes associativos e empresários portugueses. Desta forma, apesar de existirem altos quadros portugueses no ANC, como Maria Ramos e Gilberto Martins, a comunidade, no seu todo, manteve-se à margem da política, *regressando à situação anterior a 1994*. Isto mesmo reiterou o dirigente do ANC Mathole Motshegka quando ascendeu à liderança do executivo de Gauteng, numa reunião com elementos da comunidade lusa, instando-os a contribuir mais directamente para a edificação da nova África do Sul através da inserção na política.³ Na verdade, os portugueses presentes eram quase exclusivamente da primeira geração e, como explicitado anteriormente, constituíam uma elite política, económica e social. No entanto, as funções de conselheiros, de líderes associativos e a gestão dos seus negócios não favoreciam a sua entrada na política sul-africana, em termos de carreira, apesar de manterem alguns laços privilegiados com líderes políticos como Mangosuthu Buthelezi, Ministro do Interior e líder do IFP. Por outro lado, as relações com Portugal, essencialmente

¹ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 5 de Julho de 1999, p.1.

² Cf. o *Mundo Português* de 28 de Abril de 2000, p.17. Ver também *O Século de Joanesburgo* de 13 de Setembro de 1999, p.14, de 20 de Setembro de 1999, p.5, de 27 de Setembro de 1999, p.10 e de 11 de Outubro de 1999, p.10.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 15 de Dezembro de 1997, p.30. Ver também a edição de 26 de Janeiro de 1998, p.7.

de aconselhamento e de acompanhamento da situação geral sul-africana, exigiam um maior dinamismo, que foi transparecendo nas reuniões que o órgão representativo da comunidade ia mantendo com esta nas associações, auscultando-a, consultando-a e transmitindo as principais preocupações a Lisboa.¹ Com o tempo, esta tornou-se uma tarefa de reconhecido mérito, frequentemente na forma de comendas honoríficas, o que por sua vez originou um monopólio virtual dos contactos entre ilustres visitantes de Portugal e os representantes comunitários, suscitando críticas da massa de portugueses anónimos residentes na África do Sul. E isto também explica a propensão da comunidade para o alheamento da política, seja a comunitária – eleições de conselheiros – a portuguesa ou a sul-africana, bem como o recorrente sentimento de abandono face a Portugal e a falta de identificação com a representação comunitária. Conscientes deste fraco grau de participação na política sul-africana e portuguesa, em 1999 diversas entidades oficiais e figuras portuguesas redobram esforços no sentido de os cidadãos radicados na África do Sul adquirirem a nacionalidade sul-africana. O Conselho Nacional da África do Sul, órgão representativo do Conselho das Comunidades Portuguesas, recomendou também a aquisição da nacionalidade sul-africana, por forma a acederem a todos os privilégios sociopolíticos e contribuir para a consolidação da democracia sul-africana, através do voto, que lhes permitiria ainda defender melhor os seus interesses enquanto comunidade.² Refira-se que estes desenvolvimentos possuem ligação a problemas sociais, como a questão das pensões sul-africanas previamente explicitada, bem como aos insistentes apelos das diversas forças políticas sul-africanas para que a comunidade se integrasse plenamente na sociedade sul-africana e, muito especialmente, na esfera política. Tendo em vista proporcionar-lhes maior visibilidade, Alberto João Jardim aconselhou os portugueses a unirem-se e formarem *lobbies* – como outras comunidades – e, dirigindo-se aos luso-descendentes, pediu-lhes maior intervenção na política.³ Face a este contexto, justifica-se a agregação exaustiva de dados referentes aos jovens. Apesar da carreira de vários luso-descendentes se ter desvanecido, como sucedeu aos fundadores do LUSAP, e verificando-se a rápida emergência e obliteração pública de outros, impossibilitando um acompanhamento claro dos seus percursos, Manuel de Freitas destaca-se pelo dinamismo e projecção política no seio da comunidade portuguesa residente em Joanesburgo, simbolizando uma nova fase de intervenção política dos luso-descendentes, de cariz solitário, se assim a podemos designar. Nascido em Lüderitz e detentor da dupla nacionalidade, cresceu no ambiente português de Malvern, integrando

¹ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 2 de Março de 1998, p.21 e de 20 de Abril de 1998, p.9.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 18 de Outubro de 1999, p.2.

³ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 5 de Julho de 1999, p.32 e de 19 de Julho de 1999, p.17.

grupos de jovens ligados às igrejas comunitárias e a projectos de assistência social. A filiação no DP ocorreu em 1993, derivando em 1995 na eleição para vereador do Conselho Metropolitano Oriental da Grande Joanesburgo pelos bairros de Kensington e Malvern e na ascensão a líder da juventude deste partido, cargo que exerceu até assumir as funções de deputado provincial, em 1999.¹ Em 1997 Freitas teria ainda a companhia de Paulo Andrade na estrutura autárquica transitória, o qual acumulava as funções de líder da juventude do NP no Gauteng.² No entanto, o futuro político deste seria afectado pela crise interna e subsequente processo de reformulação que o NP atravessou, até se transformar no *New National Party* (NNP). Nesse ano Andrade uniu-se a outros dissidentes do NP, como o ex-negociador constitucional durante a transição política, Roelf Meyer, e o ex-líder militar do Transkei entretanto expulso do ANC, Bantu Holomisa, participando na fundação do *United Democratic Movement* (UDM). Andrade ocupou uma posição de direcção no novo partido, mas um desentendimento com outro alto quadro, africano, ditaria a expulsão de ambos em Abril de 1998, medida que Andrade considerou injusta, mas que se enquadrava num contexto em que os líderes do UDM se debatiam com graves dificuldades para manter a unidade do partido. Andrade ponderou então aderir a uma outra força política, onde não subsistissem problemas de contornos raciais,³ mas não foi possível apurar se prosseguiu uma carreira política. O mesmo não sucedeu com Freitas, como veremos. Entretanto, no contexto das eleições locais intercalares de 1998, destinadas a preencher vagas na circunscrição eleitoral 36 dos subúrbios do sul de Joanesburgo, integrando as listas do IFP surgiu inesperadamente como candidato a vereador o português Sérgio Correia, um dirigente associativo e membro do Conselho da Comunidade Portuguesa.⁴ No entanto, não conseguiu ser eleito, constituindo um de vários exemplos de elementos afectos à comunidade cuja carreira política foi efémera. O mais sólido percurso é o de Freitas, que nas eleições gerais de 2 de Junho de 1999 foi eleito deputado provincial no Parlamento do Gauteng pelo círculo do sul de Joanesburgo. Nesta campanha, o líder do DP, Tony Leon, recorrendo à imprensa comunitária e a encontros em associações lusas de Joanesburgo, apelou ao voto no seu partido “Por Um Futuro Melhor”, centrando o discurso na necessidade de combater eficazmente a criminalidade e relevando a importância crucial da comunidade no tecido económico sul-africano.⁵ Quanto ao NP,

¹ Comunicação Pessoal em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000. Ver também o *Século de Joanesburgo* de 20 de Dezembro de 1999, pp.3-51.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 19 de Maio de 1997, p.9.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 13 de Abril de 1998, p.2.

⁴ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 16 de Março de 1998, p.7.

⁵ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 5 de Abril de 1999, p.3, de 12 de Abril de 1999, pp.3-19 e de 20 de Dezembro de 1999, p.3.

para além de também apostar em alguma publicidade n' *O Século de Joanesburgo*, em Maio de 1998, ainda bastante distante das eleições, o líder do “novo” NP, Marthinus Van Schalkwyk, reuniu-se em Turffontein com algumas dezenas de empresários lusos, apelando ao voto comunitário e mantendo como prioridade evitar que o ANC obtivesse a maioria de 2/3.¹ O facto de o NP ser conotado com a herança do *apartheid* constituía um factor negativo, que os seus responsáveis procuravam ultrapassar, justificando movimentações eleitorais precoces face a outras forças políticas. É também interessante constatar que o NP realizou alguns estudos nas comunidades estrangeiras, que surgem assim como uma vertente importante na sua estratégia. Sam De Beer, líder do partido no Gauteng, referiu que “uma das preocupações do NP relativamente às eleições de 1999 tem a ver com [previsões de] 18% de abstenção (...) nas comunidades imigrantes, [como os] libaneses, gregos, italianos, portugueses, etc.”² O NP envidou então esforços no sentido de obter o apoio destes grupos populacionais, designadamente das pessoas que possuíssem a nacionalidade sul-africana, condição *sine qua non* para participar nas eleições, quando em 1994 apenas se requeria a residência permanente. Ao contrário dos outros partidos, o FF publicou um anúncio dirigido à comunidade em Inglês, solicitando o voto no General Viljoen sem outra mensagem específica que não as críticas ao ANC, ao NP e ao DP.³ Ao procurar entender o que representa a comunidade lusa para os diversos partidos sul-africanos que normalmente a incluem nas suas acções de campanha, constatou-se que “a sociedade sul-africana não tem conhecimento da dinâmica que existe [naquela. Os políticos] não sabem que (...) é fechada, [quais os seus] problemas, [apenas] que é uma comunidade muito grande, muito trabalhadora e muito respeitada [por isso. Mas] para os políticos, o que conta (...) são os votos”,⁴ ou seja, a importância da comunidade é sobretudo numérica, a par da vertente económica, *prevalecendo na classe política sul-africana um desconhecimento sobre as características e a lógica dos portugueses residentes na África do Sul*. Os resultados das eleições gerais sul-africanas de 1999 confirmam a tendência de voto etno-racial de 1994.⁵ O ANC reforçou a sua maioria, o NP entrou em queda livre e o DP passou a liderar a Oposição. Quanto aos partidos que se dirigem a um eleitorado marcadamente étnico, o IFP perdeu algum apoio e o FF quase desapareceu a nível nacional. Assim, as mensagens exclusivamente étnicas parecem não ter tido

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 11 de Maio de 1998, p.10.

² *O Século de Joanesburgo*, 11 de Maio de 1998, p.10.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 31 de Maio de 1999, p.5.

⁴ Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000.

⁵ Sobre este tema, consultar Reynolds, Andrew (ed.), *Election '99 South Africa: From Mandela to Mbeki*, St.Martin's Press, New York, 1999.

muito eco, num espectro político em que os principais partidos privilegiaram a proclamação da multiracialidade, centrando-se em temas de governação. Mas dada a geografia populacional ainda existe uma clara propensão para o voto etno-racial, conforme se pode constatar nos Anexos 9 e 10. Entretanto, a campanha junto da comunidade para as eleições legislativas portuguesas de 10 de Outubro de 1999 incluiu, pela primeira vez, uma profusão de anúncios também do PS n' *O Século de Joanesburgo*, espelhando uma maior abertura e distensão face a esta força política e registando-se novamente um apelo simples à participação, evitando favorecer qualquer partido político.¹ Nesta altura o PS tinha já uma estrutura na África do Sul, mas permaneceu muito reduzido o número de eleitores portugueses, dado que dos cerca de 7 500 recenseados os que votaram não ascenderam a 5 000,² não tendo sido possível aceder a dados sobre o seu sentido de voto. No entanto, em termos de resultados globais, que abrangem todas as comunidades portuguesas, dos 4 deputados pela emigração o PS elegeu 3 e o PSD apenas 1.³ Entretanto, registaram-se importantes desenvolvimentos em Portugal no que concerne aos direitos políticos da diáspora, designadamente face às eleições presidenciais, algo a que concertiza não será estranho o facto de se ter desvanecido a percepção – devido à apatia generalizada que os números demonstram – de que os emigrantes poderiam alterar decisivamente os resultados neste sufrágio. Em Julho de 1997, o PS e o PSD chegaram a um acordo de princípio na Assembleia da República, tendo por pano de fundo a revisão da Constituição, que contemplava a possibilidade da concessão do direito de voto aos emigrantes nas presidenciais,⁴ que originaria legislação específica em 2000 consagrando plena igualdade de direitos políticos entre portugueses residentes no território nacional e no estrangeiro, algo há muito reivindicado pela comunidade lusa da África do Sul, que assumira um papel pioneiro nesta questão.⁵ Desde então, também os luso-descendentes que mantenham uma ligação efectiva a Portugal e possuam a nacionalidade portuguesa, desde que recenseados, podem votar para as presidenciais, situação que anteriormente já se aplicava para as legislativas. Entrementes, na África do Sul as eleições municipais de 5 de Dezembro de 2000 constituíram o corolário das transformações políticas ao nível local, que incluíram a redefinição dos limites dos municípios e poderes autárquicos, devido ao processo de desmantelamento dos bantustões. Nesta altura, o DP

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 13 de Setembro de 1999, p.15, de 27 de Setembro de 1999, p.7 e de 4 de Outubro de 1999, p.28.

² Segundo Pina, António, *idem*, p.156.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 25 de Outubro de 1999, p.13.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 28 de Julho de 1997, p.28 e de 20 de Dezembro de 1999, p.68.

⁵ Ver o *Lusitano* de 11 de Março de 2000, p.24 e *O Século de Joanesburgo* de 10 de Julho de 2000, pp.1-28.

adquiriu definitivamente o estatuto de maior partido da Oposição, cimentando-se a posição de destaque do luso-descendente Manuel de Freitas. Sob a liderança de Leon, o DP, que entre 1994 e 1999 crescera de 1,7% para quase 10%, enveredou por um projecto ambicioso, que se mantém actual. Na realidade, enquanto se acentuava a tendência do NP para se tornar um partido regional, com um eleitorado sobretudo residente no Western Cape e Northern Cape, o DP alcançava o estatuto de segundo maior partido. Determinado a fortalecer a Oposição, Leon decidiu então criar a *Democratic Alliance* (DA), inicialmente com o partido *Freedom Alliance*, estendendo depois o convite ao agora multiracial NP. A coligação concretizar-se-ia em 25 de Junho de 2000, num contexto em que o NP registava uma sangria dos seus quadros, sobretudo para o DP. Tendo Leon como líder e Van Schalkwyck como seu vice, a DA teria o primeiro desafio nas eleições locais de Dezembro de 2000. Esta nova formação implicaria, a prazo, o desaparecimento dos partidos constituintes,¹ cingindo-se aos que se baseiam em princípios democráticos e visando emergir como alternativa ao executivo do ANC. Subsequentemente, o NP abandonaria a DA, pois tal significaria o fim da sua existência, mas Leon manteve-se fiel ao projecto, visando já não apenas o objectivo tradicional de evitar a maioria de 2/3 do ANC como disputar-lhe de facto o poder, através de uma estratégia de conquista do eleitorado africano.² Freitas referiu posteriormente que a DA tinha conseguido captar, em 2000, cerca de 5% dos votos do Soweto e 7% em Alexandra, quando anteriormente não tinha qualquer apoio entre africanos, dado que o seu eleitorado tradicional é essencialmente europeu e mestiço. Apesar de não existir então uma aliança entre os 2 partidos, por forma a facilitar a comparação podemos agregar os votos que o NP e o DP tiveram em 1995, obtendo-se um resultado global de 19,4%, pelo que em 2000 os 22,1% alcançados pela DA – em que o peso da FA é diminuto – constituem de facto uma evolução positiva de cerca de 3% na tendência de voto, se bem que inconsequente em termos de quadro político geral, como atesta o Anexo 12. Efectivamente, apesar de nestas eleições o ANC ter registado uma ligeira diminuição do apoio popular, venceu em todas as províncias, excepto no Western Cape, onde a DA obteve 51,6% dos votos, e no KwaZulu-Natal, que se manteve na esfera do IFP, que alcançou 45,6%. Assim, Leon enfrenta um desafio difícil de superar, apesar de se mostrar determinado a edificar uma força oposicionista suficientemente forte para, no futuro, alcançar o objectivo de participar no Governo nacional,

¹ A legislação sul-africana apenas admite que os deputados representem o partido pelo qual foram eleitos. Assim, os primeiros representantes da DA surgiram nas municipais de 2000, mantendo o estatuto de membros dos respectivos partidos constituintes da aliança nos outros níveis de governação até 2004, data em que deveriam fundir-se e originar um só partido, a DA.

² Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000.

eventualmente através de uma coligação. Neste contexto, Leon poderá beneficiar do facto de o NP não conseguir afirmar-se como alternativa ao ANC na nova África do Sul, espaço político passível de ser conquistado pelo DP, tendo em conta que sempre defendeu o multipartidarismo democrático. Permanecendo fortes clivagens identitárias na sociedade sul-africana, o DP tem tentado conciliar o discurso político típico com algumas referências às minorias étnicas, como sucedeu na campanha de 1999, em que emitiu a mensagem de partido que almejava a sua protecção. Estes desenvolvimentos têm, de alguma forma, encontrado eco na comunidade lusa, cimentando-se a percepção de que “o DP está agora a agregar mais simpatias [nesta].”¹ Assim, *se no presente tivermos de conotar a comunidade portuguesa com algum partido sul-africano, já não será o NP mas sim a DA, mais precisamente o DP*, que a lidera. No entanto, é necessário enfatizar que o imobilismo político dos portugueses, a sua propensão para o não envolvimento, permanece uma característica central da comunidade. Tal como no passado “vão para o seu trabalho, estão no seu [quotidiano] e no resto não se querem envolver.”² Tal não significa desencanto, uma vez que a adaptação ao novo clima político sul-africano se tem processado sem grandes sobressaltos. A esmagadora maioria dos portugueses aceitou sem reservas a transição e o Governo liderado pelo ANC. De facto, as suas maiores preocupações são socioeconómicas, centrando-se no valor do rand face ao dólar norte-americano, no crime e no desemprego.³ Mas este regresso à situação típica de apatia significa que muito poucos estão envolvidos na política sul-africana, pelo que “hoje (...) a comunidade portuguesa [não tem] qualquer influência política.”⁴ Para tal também contribuiu um outro fenómeno, designadamente o desvanecimento de algumas instituições importantes, como a DIPSA, o *Bank of Lisbon & South Africa*, que deixou de ser identificado como o banco comunitário, a AJEPP, que “não tem tido actividade nenhuma, mas oficialmente ainda existe,”⁵ pelo que perdeu o seu promissor dinamismo inicial, e o próprio LUSAP, que cessaria de existir logo após as eleições de 1994, tendo Moutinho e Gouveia optado pela dedicação exclusiva às respectivas profissões, o que significou, na prática, um afastamento da comunidade.

¹ Comunicação Pessoal com António de Gouveia, ex-Vice-Presidente do LUSAP, em Bordeaux, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Jorge Araújo, ex-Conselheiro da Comunidade Portuguesa, em La Rochelle, Joanesburgo, 21 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Jaime Margarido, ex-Conselheiro da Comunidade Portuguesa, em Primrose, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000 e com José Nascimento, Advogado, em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, em Bordeaux, Joanesburgo, 28 de Maio de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com Manuel Moutinho, ex-Presidente do LUSAP, em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

E assim, “se não temos liderança não podemos fazer *lobbying*. (...) Neste momento, a comunidade nem sequer tem plataforma de *lobbying* perante o Governo sul-africano e também português.”¹ Sendo esta uma discussão que decorre na comunidade, Moutinho aponta outra solução, eventualmente mais adequada à realidade actual e que deriva da sua experiência no LUSAP, referindo que “podemos fazer *lobbying*, mas não necessariamente como portugueses [e sim] como sul-africanos (...) de origem portuguesa. Portanto, não há necessidade nenhuma de nos distinguirmos (...) como um sector diferente da sociedade.”² Neste sentido aproxima-se das ideias de Freitas, o qual acalenta ainda o projecto de criação de um *lobby* comunitário em moldes similares ao *American Portuguese Caucus*, entidade que reúne políticos norte-americanos de origem portuguesa e possui uma assinalável influência no Senado, onde existem pelo menos 6 luso-descendentes. Obviamente que para replicar este exemplo na África do Sul mais jovens terão de enveredar por uma carreira política e manter entre si uma relação especial, independentemente dos partidos a que estejam afectos. Nos Estados Unidos da América existem luso-descendentes nos partidos Republicano e Democrata, mas o que verdadeiramente conta é a identidade cultural comum, suprapartidária.³ Ciente do perfil educacional, político e económico da comunidade lusa, bem como das dificuldades em unir os seus diversos sectores em projectos colectivos, Freitas considera que o *lobby* teria de agregar sobretudo pessoas qualificadas de origem portuguesa, de reconhecido mérito nas suas esferas de actividade e mais profundamente integradas na sociedade sul-africana, leia-se, luso-descendentes. Neste sentido, podemos deduzir que o desejável seria uma nova fase de dinamismo dos seus jovens, sul-africanos de nascimento mas com ligações efectivas à cultura portuguesa. Com o fim do *apartheid*, os elementos da comunidade, particularmente os seus jovens, possuem hoje um assinalável leque de opções políticas, algo que não sucedia com os seus ascendentes, os quais se encontravam espartilhados por toda uma série de condicionantes, como verificámos. Nesta, como noutras esferas analisadas nesta obra, os jovens terão uma palavra determinante na evolução da comunidade, se assim o entenderem.

¹ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa e ex-Conselheiro da Comunidade Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

² Comunicação Pessoal em New Centre, Rosettenville, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

³ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 20 de Dezembro de 1999, pp.3-51.

X – AS REPERCUSSÕES DA CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE SUL-AFRICANA E NA COMUNIDADE PORTUGUESA

1. O Agravamento da Situação de Segurança

Como referido no capítulo anterior, o período de negociação e de transição do poder, entre 1990 e 1994, ficou marcado por uma assinalável violência política, que subsistiria até às eleições multirraciais de Abril de 1994. O mesmo não sucederia com a criminalidade, derivada de causas essencialmente socioeconómicas, que emergiu paralelamente à instabilidade política e registou uma progressiva escalada, como se pode verificar no Anexo 13. Esta deterioração generalizada reflectiu-se no quotidiano dos sul-africanos, sobretudo na província do Gauteng, que regista os maiores índices de criminalidade, tendo em 1995 a *USA Today* rotulado Joanesburgo de “capital mundial do crime. [O desemprego, as] vagas de imigrantes ilegais, o relaxamento do sistema de segurança do Estado e as profundas disparidades sociais, vincadas pelo sistema de *apartheid*, convergem numa (...) violência e (...) criminalidade [que] estão a minar a economia e a confiança pública.”¹ A análise de *O Século de Joanesburgo*, entre 1974 e 2000, atestou que as referências a mortes violentas de portugueses eram raras até 1984, ano em que começaram a avolumar-se. Apesar de não se poder afirmar que os dados do Apêndice 8 são absolutamente exactos, por impossibilidade de detecção de todas as ocorrências, “mais de 200 portugueses e luso-descendentes foram assassinados [entre] 1991”² e 2000. Mais precisamente, 204, 2/3 dos quais na Grande Joanesburgo, acreditando-se que o número pecará por defeito, pois todas as vítimas mortais estão confirmadas. Sendo certo que, no cômputo geral, os portugueses constituem uma percentagem ínfima, seria redutor centrarmo-nos

¹ *Notícia*, Ano V, N.º 56, Outubro de 1995, p.46.

² *24 Horas*, 21 de Novembro de 2000, p.10. *O Século de Joanesburgo* é a fonte mais utilizada, a que recorrem também as estruturas diplomáticas, mas a Igreja é a entidade que muito provavelmente dispõe de dados mais actualizados sobre a criminalidade contra portugueses.

somente nas ocorrências na comunidade, dado que também sentem com muita acuidade os numerosos crimes diários que ocorrem na sociedade de acolhimento e que têm como principais vítimas africanos. Na esfera comunitária, um acto criminoso violento não atinge apenas a pessoa visada, mas também os seus familiares e rede de contactos sociais. Como se constatou no capítulo I, um agregado familiar típico da primeira geração ascende a 4 pessoas, os pais e 2 filhos, existindo um terceiro descendente em cerca de 20% dos casos. Usualmente, a violência é exercida sobre o pai, muitas vezes o pilar económico do lar, pelo que, numa situação de falecimento deste são directamente afectadas, em média, pelo menos 3 ou 4 pessoas, a par do círculo de relações do falecido, numa situação similar a um terramoto com múltiplas réplicas, neste caso psicológicas, que extravasam a esfera familiar mais próxima. Os madeirenses são a faixa comunitária mais atingida pelo crime, pois das 200 vítimas mencionadas, “cerca de 80% são de origem madeirense,”¹ devido ao seu predomínio no pequeno comércio, em que os sistemas de segurança são praticamente inexistentes e onde as transacções se processam em dinheiro. Constituem assim potenciais alvos, elevando-se a sua vulnerabilidade também por a extensa rede de pequenas lojas abranger os limites das “áreas residenciais mais pobres das cidades mineiras, onde as condições são propícias ao banditismo,”² devido à escassez de efectivos policiais e à crise económica. Por outro lado, para se abastecerem, estes comerciantes “têm de (...) ir para o mercado às 5 horas da manhã [e] se fecham cedo, acabam por não ter lucro, porque as grandes superfícies estão abertas até às [17 horas. Por isso, só] fecham às 20, 21, 22”³ horas, período em que, além da hora de abertura, “quando (...) estão a preparar o estabelecimento [e] a confeccionar comidas rápidas,”⁴ se encontram mais expostos. Assim, o principal grupo de risco na comunidade é composto pelos madeirenses e seus colaboradores, a maior parte das vezes familiares próximos, ocasionando esta convivência entre parentes no local de trabalho situações de grande dramatismo quando se processa um assalto violento, dado que, nos casos mais graves, filhos e esposas assistem à morte dos pais e maridos. A situação que mais ocorre é o falecimento destes por ferimentos de bala, independentemente de existir ou não resistência, talvez por os perpetradores temerem uma futura identificação, como salientou a conselheira madeirense Eulália Salgado.⁵ Sendo o esposo normalmente o responsável pela gestão dos negócios, a

¹ *Notícia*, Ano VII, N.º 80, Dezembro de 1997, p.35.

² *Jornal de Notícias*, 21 de Fevereiro de 1991, p.41. Ver também o *Lusitano* de 2 de Outubro de 1992, p.12 e o *Público* de 7 de Outubro de 1993, p.7.

³ Comunicação Pessoal com António Pina, Jornalista da Lusa, em Suideroord, Joanesburgo, 3 de Maio de 2000.

⁴ *Diário de Notícias*, 12 de Julho de 1993, p.8.

⁵ Consultar *O Português* de 20 de Janeiro de 1992, p.11.

sua morte abala o bem-estar socioeconómico da família, originando por vezes “situações de extremo desespero, especialmente da parte de viúvas madeirenses, que se encontram em dificuldades,”¹ sobretudo quando existem crianças de tenra idade. Muitas destas mães têm de aprender, sós ou com filhos maiores de idade, a liderar estabelecimentos comerciais, na tentativa de superar a precaridade económica e assegurar a continuidade do sustento do lar.² Em finais de 1991, a quase duplicação do número de mortes violentas de comerciantes, face a 1990, motivou a primeira reunião sobre segurança entre empresários comunitários e o Embaixador de Portugal, Jorge Ritto,³ explicando este agravamento o temor – *que permaneceu pelo menos até 1997* – de alguns de que estivesse a emergir uma tendência violenta entre os africanos contra os portugueses dado que, em 1992, se calculava “que 1 em cada 4 comerciantes portugueses já tinha sido alvo de assaltos.”⁴ No entanto, segundo o Cônsul-Geral da África do Sul no Funchal, Alwyn Figgins, a criminalidade era um subproduto da crise económico-social, opinião partilhada pelo autor, não existindo qualquer motivação etno-racial na maior parte dos assaltos,⁵ apesar de não se excluir que, numa reduzida percentagem de casos, uma atitude menos correcta durante o *apartheid* possa ter originado retaliações por parte dos criminosos. Por outro lado, sendo a comunidade reconhecida como honesta e trabalhadora, existem referências à possibilidade de alguns comerciantes terem sido mortos por incumprimento de acordos com pessoas pouco recomendáveis, pois ao crime organizado não terá passado despercebido, por exemplo, o facto de os portugueses deterem uma rede logística de distribuição ideal para recolocar produtos roubados no mercado. Assim, num contexto em que o futuro do país era incerto, é possível que alguns tenham acedido a receber este tipo de mercadorias, por forma a aumentarem os seus rendimentos, mas o risco de ser alvo de vinganças seria efectivo e tal poderá eventualmente aplicar-se a algumas destas acções violentas, dada a existência de mais de 400 entidades identificadas como sindicatos do crime na África do Sul, em finais da década anterior.⁶ Esta realidade e a inquietação da população tornaria o combate à criminalidade uma das principais prioridades do executivo sul-africano, multiplicando-se as iniciativas locais de esclarecimento por parte das forças policiais

¹ *O Jornal*, 24 de Maio de 1991, p.24. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 29 de Abril de 1996, p.24.

² Ver, por exemplo, *Notícia*, Ano IX, N.º 91, Janeiro de 1999, p.29.

³ Cf. *O Comércio do Porto* de 23 de Dezembro de 1991, p.47.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 30 de Novembro de 1992, p.3. Consultar também *O Emigrante* de 15 de Outubro de 1993, p.2.

⁵ Ver *O Português* de 20 de Janeiro de 1992, p.10 e *Notícia*, Ano VII, N.º 72, Abril de 1997, p.42.

⁶ Cf. o *Diário de Notícias*, 12 de Julho de 1993, p.8, *Notícia*, Ano VII, N.º 76, Agosto de 1997, p.27 e Ano IX, N.º 95, Junho de 1999, p.20.

com o objectivo de contribuir para a prevenção do crime que, nos bairros de forte implantação lusa, como Rosettenville e Turffontein, abrangidos pela esquadra de Booyens, originaram recomendações das autoridades aos comerciantes portugueses, no sentido de anteciparem a hora de encerramento dos seus estabelecimentos, a par da implementação do programa *Business Watch*, uma patrulha de proximidade mais frequente.¹ Pela sua parte, os conselheiros que integravam o órgão representativo da comunidade, o Conselho de Países, decidiram edificar uma Comissão de Segurança, por forma a permitir a transmissão regular aos portugueses das diversas recomendações nesta esfera, dado que estes sempre revelaram pouca propensão para participar nos *fora* policiais previstos desde 1993 no *Community Safety Plan* – os *community police forum* – contra a criminalidade, tendendo a procurar respostas no interior da comunidade.²

2. A Crescente Revolta e a Procura de Soluções na Comunidade

Em 1994, a acumulação de dramas familiares, com as consequências descritas, levou a que, no seio da comunidade, surgissem vozes frisando a “necessidade premente de estabelecer um fundo de apoio às vítimas da violência, não só para amparo financeiro como (...) humanitário,”³ ou seja, psicológico. Entretanto, o grau de tolerância foi diminuindo e em 1995, na sequência do assassinato de um comerciante luso, o Mercado Municipal de *City Deep* – por onde passa o abastecimento de produtos alimentícios básicos a Joanesburgo – foi bloqueado por “cerca de 200 comerciantes portugueses, [que exigiam] medidas vigorosas para pôr fim à criminalidade que se regista no interior daquele recinto [e criaram] um fundo para combate ao crime, [através da] conta *Death of Crime*.”⁴ A imprensa sul-africana concedeu destaque a este protesto, pois envolveu “agricultores, compradores, agentes e lojistas, [os quais] estacionaram os seus camiões na entrada do mercado, não permitindo a entrada ou saída de outros veículos.”⁵ Por outras palavras, a acção abarcou elos fundamentais na cadeia de fornecimento e distribuição de bens de primeira necessidade, estando em todos envolvidos muitos

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 2 de Março de 1992, p.5, de 6 de Abril de 1992, p.16, de 9 de Novembro de 1992, p.11 e de 30 de Novembro de 1992, p.3.

² Cf. Government Communication and Information System, idem, 2001, p.441, *Notícia*, Ano III, N.º 25, Fevereiro de 1993, p.25 e Ano V, N.º55, Setembro de 1995, p.18.

³ *O Século de Joanesburgo*, 6 de Setembro de 1993, p.9.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 24 de Julho de 1995, p.5.

⁵ *The Star*, 26 de Julho de 1995, s.p.

portugueses. A insegurança motivou então um encontro entre o Cônsul-Geral de Portugal em Joanesburgo, João Brito Câmara, e o Comandante da Polícia de Gauteng, Major-General Frans Malherbe, o qual aconselhou a comunidade a integrar-se nos vários *community police forum*.¹ Mas a fronteira desta permaneceu e insistiu-se na “proposta [de] formação de grupos de apoio às vítimas de violência, [para] tentar amenizar (...) os traumas sofridos.”² Na sua essência, este apoio centrava-se num plano de acompanhamento por parte de psicólogos e assistentes sociais, promovendo-se acções de divulgação e auscultação dos portugueses em diversas colectividades de Joanesburgo.³ Em algumas destas reuniões “foram necessárias algumas intervenções, procurando esclarecer [os] que vêm no alastramento da violência uma manifestação anti-comunidade portuguesa, [algo sem] qualquer fundamento,”⁴ como referido. Neste contexto, se a opção era não participar nos mecanismos instituídos pelas autoridades sul-africanas, que em 1996 enfatizaram novamente a participação local no lançamento do programa *National Crime Prevention Strategy*, então seria efectivamente necessária uma resposta imediata a partir da própria comunidade. Tal materializar-se-ia num grupo composto por voluntários portugueses com a formação multidisciplinar descrita, cujo objectivo era proporcionar apoio às famílias das vítimas.⁵ No entanto, vários elementos da comunidade consideravam que a gravidade da situação requeria que este auxílio deveria ter um enquadramento institucional, designadamente por parte da estrutura diplomática portuguesa, passando a constituir mais um serviço consular. Tal permitiria que o apoio psicológico e social assumisse um cariz permanente e de âmbito mais alargado, incluindo, por exemplo, aconselhamento legal, bem como um diagnóstico imediato da situação económico-social da família, visando evitar casos de indigência devido ao crime e, em situações mais complexas, promover a repatriação. Como verificámos, apesar do esforço de sensibilização efectuado pelos diplomatas, na prática estes revelaram-se inconsequentes no que se refere ao quotidiano dos portugueses. Não obstante, a persistência dos assaltos impiedosos em Joanesburgo conduziram, em 24 de Agosto e 23 de Novembro de 1996, à realização de acções de protesto da comunidade contra o crime, enquadradas por convívios e angariações de fundos em prol da polícia. Não seriam propriamente manifestações, devido à reduzida dimensão, mas esta atitude, pouco usual nos portugueses, normalmente aversos a protagonismos na sociedade de acolhimento, espelha a ansiedade que

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 24 de Julho de 1995, p.19.

² *O Século de Joanesburgo*, 20 de Novembro de 1995, pp.6-22.

³ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 7 de Agosto de 1995, p.5.

⁴ *Notícia*, Ano V, N.º 55, Setembro de 1995, p.18.

⁵ Segundo a *Notícia*, Ano VI, N.º 59, Janeiro de 1996, p.31.

se instalara¹ e que se repercutiria na iniciativa do deputado do *Democratic Party* Manuel de Freitas de enviar uma “carta aberta ao Presidente Nelson Mandela em nome da comunidade, (...) solicitando (...) medidas para combater a espiral da violência que também tem trazido o luto a muitas famílias portuguesas.”² Pouco depois, o Embaixador Manuel Fernandes Pereira e o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas José Lello, voltaram a transmitir às autoridades sul-africanas as preocupações e receios da comunidade, particularmente em relação à segurança nos estabelecimentos comerciais.³ Mas a resposta consistia invariavelmente na recomendação de participação no *community police forum* da área de residência, o que é compreensível, pois ao remeterem a questão para o nível local, onde algo concreto podia ser implementado, as autoridades evitavam também conceder um tratamento preferencial à comunidade. Mas tal implicaria que esta decidisse envolver-se nestas reuniões, o que não sucedia. E novamente surgem propostas dentro das fronteiras comunitárias, algumas das quais bastante pertinentes, como a do director de *O Século de Joanesburgo*, Rogério Varela Afonso, o qual, em 1998, sugeriu a Lisboa a instalação de um Observatório da Violência, Criminalidade e Insegurança na Embaixada. Desenvolvendo um estudo sobre a criminalidade, “uma equipa de sociólogos [poderia] fornecer ao Governo sul-africano as conclusões apuradas, [visando] medir a insegurança sentida pela comunidade e determinar vias e soluções para lhe dar maior tranquilidade.”⁴ A própria Igreja Católica começava a revelar inquietação face à dimensão da violência criminal que, em 1999, ascenderia a prioridade suprema do executivo sul-africano. O conselheiro da comunidade, Tony Saramago, defendeu então “a criação, nos postos consulares, de centros de apoio às vítimas do crime,”⁵ algo que constituiria uma réplica dos múltiplos grupos sul-africanos que foram surgindo em Joanesburgo, que exerciam este tipo de acompanhamento local e nos quais participou Manuel de Freitas.⁶ As exigências de segurança não se cingiam aos portugueses, sendo partilhadas por outras comunidades, sobretudo as mais ligadas aos sectores de pendor comercial, como a chinesa e a grega. Os assassinatos de gregos atingiam também números assinaláveis, elevando o grau de receio a níveis tais que se traduziam num movimento de abandono do país.⁷ O mesmo sucedia com os chineses, cuja reacção foi mais dura, pois atingindo em Setembro de 2000 a média de 1 falecimento violento por mês, ameaçavam com

¹ Ver *O Século de Joanesburgo* de 19 de Agosto e de 28 de Outubro de 1996.

² *O Século de Joanesburgo*, 30 de Junho de 1997, p.24.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 9 de Março de 1998, p.1 e de 5 de Outubro de 1998, p.1. Ver também *Notícia*, Ano VIII, N.º 85, Junho de 1998, p.25.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 26 de Outubro de 1998, p.28.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 12 de Abril de 1999, p.6.

⁶ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 4 de Janeiro de 1999, p.6.

⁷ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 16 de Março de 1998, p.6.

um êxodo generalizado.¹ As comunidades estavam a ser abaladas nos seus alicerces, o que originaria uma atitude de contestação sem paralelo no seio dos portugueses, em 15 de Novembro de 2000. Nesse dia, o Padre Carlos Gabriel, reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, liderou a que foi, provavelmente, a maior mobilização em todo o historial da comunidade. Este activismo social derivou directamente das consequências da criminalidade, sendo igualmente favorecido pelo processo de consciencialização política que decorreu no seio dos portugueses, sobretudo entre 1992 e 1994, como referido no capítulo anterior. A Igreja é a instituição que mais influência exerce na comunidade, acompanhando-a nos seus problemas quotidianos e proporcionando o apoio possível em múltiplas vertentes, desde a espiritualidade à educação e assistência social. Esta função de pilar comunitário tornou-se particularmente importante face às repercussões da violência criminal, expressando-se de forma especialmente sensível nos funerais das vítimas. Como responsável por diversas paróquias na Grande Joanesburgo, o Padre Gabriel possui uma visão abrangente das sequelas que o crime foi provocando. O conhecimento directo do sofrimento acumulado de dezenas de famílias lusas espoletou, gradualmente, um sentimento de frustração e de ansiedade, queurgia materializar num alerta às autoridades, emitindo uma mensagem de desespero face aos níveis de violência. Foi possível apurar que o dia 21 de Maio de 2000 constituiu um marco de profunda tristeza para este religioso, ao realizar a cerimónia fúnebre de um casal de comerciantes lusos, cujo assassinato deixara órfãos os 4 filhos, com idades entre os 12 e os 18 anos.² As lágrimas dos jovens fizeram germinar uma revolta surda, incutindo no clérigo o desejo de ultrapassar a impotência, face a uma realidade impossível de aceitar. Iniciou então uma fase de intenso activismo, junto dos portugueses e de outras comunidades, erigindo uma organização cívica, o Fórum Português Contra o Crime, também denominada Portugueses Contra o Crime.³ Esta entidade optou então por organizar uma marcha de protesto contra a criminalidade entre o centro de Pretória e o edifício sede do executivo, a que se associariam outras 10 comunidades estrangeiras e sul-africanas.⁴ Esta acção, prevista para 15 de Novembro, uma 4.^a feira, foi antecedida de uma missa dominical em memória das vítimas mortais portuguesas, bem como de um apelo a todos os empresários e pequenos comerciantes da comunidade, no sentido de suspenderem as actividades nesse dia, por forma a

¹ Consultar *O Século de Joanesburgo* de 20 de Abril de 1998, p.21 e de 18 de Setembro de 2000, p.3.

² Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

³ Consultar o *Público* de 20 de Novembro de 2000, p.24.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 27 de Novembro de 2000, p.11.

permitirem a participação dos seus empregados na marcha.¹ Esta extravasaria a comunidade lusa, constituindo um acontecimento ímpar em termos de influência na sociedade civil sul-africana, pois mais de 12 000 pessoas de Gauteng aderiram aos protestos. Na realidade, o crime não conhecia fronteiras religiosas, étnicas ou raciais, o que possibilitou uma união *sui generis* entre afrikaners, zulus, xhosas e representantes de comunidades estrangeiras, que efectivamente espelhavam a nação arco-íris. Outro facto que favoreceu a mobilização foi o seu cariz apolítico, apesar de tal não ter sido assim entendido por diversas entidades. Para tal contribuiu a entrega de um memorando, por parte da organização, que tecia duras críticas à actuação das autoridades e exigia mais eficácia na esfera da segurança.² Por outro lado, as imagens das viúvas e órfãos poderiam reflectir-se nas eleições locais, agendadas para 5 de Dezembro. Também se registaram subsequentemente reacções negativas em alguns portugueses com responsabilidades de representação da comunidade. Institucionalmente sujeitos a uma posição de comedimento, vários conselheiros demonstraram desagrado face ao tom das críticas, considerando que poderiam ser prejudiciais para a comunidade. Na verdade, pouco depois, o Ministro da Segurança sul-africano, Steve Tshwete, acusou os imigrantes portugueses de nunca terem reagido contra o *apartheid*, colocando o memorando e a manifestação no âmbito político. Esta missiva, extremamente cáustica, originaria por sua vez uma resposta de 2 conselheiros da comunidade, em que constava um pedido de desculpas pelo apoio concedido ao *apartheid* por elementos desta.³ Apesar da sua legítima função de representação, tornou-se óbvio que a esmagadora maioria da comunidade não se reviu nesta posição, dado que sempre optara por uma grande reserva face às questões políticas, como verificámos no capítulo prévio. Este pico de tensão seria ultrapassado, mas acentuou novamente o problema da representatividade na comunidade lusa e o longo caminho que a África do Sul ainda tem de percorrer, ao nível das relações entre grupos populacionais. O Fórum Português Contra o Crime prosseguiu, entretanto, uma actividade mais discreta, criando um fundo de solidariedade destinado a auxiliar os órfãos e as viúvas de vítimas da violência,⁴ cuja recordação perdura num memorial em mármore na Igreja de Nossa Senhora de Fátima. O Padre Gabriel e os outros clérigos das paróquias lusas mantêm uma estreita ligação com o fenómeno da criminalidade, sendo o seu apoio espiritual fundamental para as famílias atingidas pela tragédia da violência social, cuja gravidade também se reflecte num movimento que propicia o êxodo da África do Sul, questão analisada no

¹ Segundo o *24 Horas* de 13 de Novembro de 2000, p.48.

² Consultar, por exemplo, o *24 Horas* de 16 de Novembro de 2000, p.15 e o *Expresso* de 18 de Novembro de 2000, pp.1-4.

³ O texto está disponível em www.anc.org.za/ancoday/docs/portuguese.htm.

⁴ Cf. o *24 Horas* de 13 de Novembro de 2000, p.48.

capítulo seguinte. Os que decidiram permanecer no país, tal como os sul-africanos, foram sendo forçados a alterar o estilo de vida e hábitos quotidianos, optando muitas famílias simplesmente por mudar de local de residência, o que derivou, em anos recentes, numa nova dinâmica residencial.

3. Joanesburgo, Núcleo Histórico da Comunidade

Tendo a pesquisa incidido sobretudo em Joanesburgo, uma sinopse do padrão residencial luso afigura-se como particularmente útil e esclarecedora de aspectos da actual vivência comunitária. A presença dos portugueses nesta urbe remonta, pelo menos, ao final do século XIX e, em 1918, segundo o Governador-Geral de Moçambique, aí se encontrava o principal núcleo luso da África do Sul, que cresceria continuamente ao longo das décadas.¹ Recém-chegados a um país desconhecido, os portugueses preferiam residir junto dos compatriotas, o que levou à sua aglomeração em bairros territorialmente bem determinados, onde se pode identificar uma vincada lógica comunal. O fenómeno da concentração étnica, além de usual na maior parte dos países de acolhimento, foi potenciado pelo *apartheid*, não só a nível racial como étnico e socioeconómico. Os portugueses, além de constituírem um grupo étnico distinto de raiz europeia, partilhavam uma posição (classe) social relativamente homogénea, exercendo uma actividade profissional essencialmente ligada ao comércio e ao trabalho manual. Numa sociedade como a descrita e cujas línguas oficiais a maior parte desconhecia, é natural que procurassem instintivamente outros portugueses. Provenientes de um meio carenciado e imbuídos de um omnipresente desejo de poupança, independentemente do “salário que auferem, (...) escolhem quase sempre como domicílio os bairros mais velhos, (...) que nas horas vagas [são objecto de reconstrução].”² Esta recuperação dos imóveis ocorria tanto nas casas que adquiriam como nas alugadas, resultando num impacto muito benéfico nestas zonas degradadas, muitas das quais são hoje locais históricos de Joanesburgo, preservadas devido à acção destes imigrantes humildes, sobretudo de operários da construção civil que se ajudavam mutuamente nos fins de semana. A pobreza, por vezes, gera riqueza. Transformaram assim vários “subúrbios em áreas atractivas, limpas, com uma distinta [marca] latino-europeia,”³ como sucedeu com La Rochelle,

¹ Cf. Câmara, João Brito, *ibidem*, p.13.

² Leal, Luus, *ibidem*, pp.47-48.

³ *The Star*, 28 de Maio de 1988, p.6. Ver ainda Bártolo, Carlos, *ibidem*, s.p.

Troyeville e Bezuidenhout Valley. Alguns destes bairros adquiriram designações relacionadas com o seu cariz lusitano, sendo La Rochelle, conhecido como *Little Portugal*, o mais emblemático.¹ É desta forma que surgem bairros contíguos com um forte cunho português, conduzindo a uma matriz residencial com consequências positivas, ao nível da adaptação inicial, bem como negativas, em termos de assimilação e atitudes por parte da sociedade de acolhimento. A partir dos dados primários de Quail e tendo em conta que os jovens eram colocados em escolas da área de residência, podemos concluir que, em 1969, cerca de 79% das famílias lusas consideradas residiam nos subúrbios do sul e leste de Joanesburgo – consultar Anexo 14 – o que coincide com a análise da oferta imobiliária dirigida à comunidade nas edições de 1974 a 1991 de *O Século de Joanesburgo*, detalhada no Apêndice 9. O cruzamento de todos os dados educacionais obtidos permite identificar mais claramente as áreas delimitadas por Quail e acrescentar novos elementos. Ao longo de toda a década de 1980, os(as) alunos(as) portugueses(as) constituíam a minoria estrangeira mais relevante na *Athlone Boys High School*, na *Athlone Girls High School* e na *The Hill High School*, que serviam Bezuidenhout Valley, Lorentzville, Bertrams, Doornfontein, Troyeville, Observatory, Cyrildene, Berea, Yeoville e The Hill.² No patamar do ensino primário, esta realidade era ainda mais vincada, dada a predominância lusa em certas escolas, como sucedia nas zonas de Rewlatch, Rosettenville, La Rochelle e Jeppestown. Para além destas áreas, muitos alunos portugueses frequentavam estabelecimentos de ensino em Forest Hill, Hillbrow, Germiston, Benoni e Boksburg.³ Se adicionarmos os dados das escolas associativas e colégios particulares lusos obtidos pela análise de *O Século de Joanesburgo* entre 1974 e 2000, constatamos que, para além do centro de Joanesburgo e de localidades como Alberton e Mayfair, reproduzem no essencial a cobertura educativa já diagnosticada. Para visualizar de forma mais completa a evolução nesta vertente, devemos acrescentar a oferta de cursos oficiais de língua e cultura portuguesas nas escolas públicas primárias e secundárias sul-africanas da Grande Joanesburgo. Em 1998, para além das tradicionais zonas sul e leste, regista-se uma muito significativa expansão para esta última, bem como para o novo sul, embora em menor grau. Por outro lado, no oeste e noroeste de Joanesburgo também se registaram alguns desenvolvimentos, bem como noutras urbes mais afastadas, como Carletonville e Vereeniging, a oeste e sudoeste

¹ Cf. o *Popular* de 17 de Fevereiro de 1978, p.11.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 24 de Novembro de 1980, p.5, de 28 de Abril de 1986, p.2, de 7 de Dezembro de 1987, p.25 e de 11 de Janeiro de 1988, p.5.

³ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 13 de Agosto de 1974, p.3, de 25 de Julho de 1977, p.4, de 17 de Março de 1986, p.15, de 19 de Outubro de 1987, p.9, de 14 de Março de 1988, p.12, de 14 de Novembro de 1988, p.4, de 25 de Setembro de 1989, p.26 e de 14 de Junho de 1993, p.11.

de Joanesburgo, respectivamente.¹ Através da conjugação de todas estas informações, compreende-se mais claramente a realidade residencial dos portugueses na Grande Joanesburgo, entre 1969 e 2000, que se espelha nos estabelecimentos de ensino sul-africanos e lusos. Como noutros capítulos também emergiram dados pertinentes para esta questão, podemos tentar comprovar esta tendência residencial, bem como eventuais inovações, através de múltiplos cruzamentos. Entre 1938 – ano de fundação da primeira associação lusa – e a actualidade, a localização das principais agremiações culturais, recreativas e desportivas da comunidade limitou-se ao centro e às zonas sul e leste de Joanesburgo. Até recentemente, o Consulado-Geral de Portugal também se situava no centro da cidade, tendo a criminalidade originado a sua mudança para Bruma, no leste, enquanto *O Século de Joanesburgo* optou por Ormonde, no sul, onde também está sediado o órgão de aconselhamento comunitário, em La Rochelle, reproduzindo assim as linhas geográficas que indicam uma preferência dos portugueses por bairros naqueles pontos cardeais. Tal também seria constatado pelos partidos políticos sul-africanos que, entre 1977 e 2000, optaram por aí concentrar as suas acções eleitorais, designadamente campanhas de candidatos que procuravam especificamente o voto comunitário. Podemos ainda verificar que as entidades políticas que emergiram na comunidade e as formações partidárias de Portugal com delegações na África do Sul também escolheram essencialmente o sul de Joanesburgo como sede de operações, pois o LUSAP surgiu em Rosettenville e as actuais delegações do PSD e do PS localizam-se em La Rochelle e Regents Park, respectivamente. Através do censo populacional sul-africano de 1991, que ainda distinguia a categoria racial e linguística das pessoas em várias vertentes – o que já não sucederia posteriormente – podemos elaborar um quadro estatisticamente fiável quanto à área de residência dos portugueses em Joanesburgo nesta data, restringindo-nos às famílias caucasianas que utilizavam exclusivamente o Português como língua de comunicação no lar. Como no capítulo V se apurou que em muitos lares portugueses a regra é a utilização do Inglês e do Português, obviamente que estes dados são aproximados, excluindo muitas famílias lusas, mas não deixam de ser extremamente úteis. Os dados gerais deste censo, que constam no Anexo 15, confirmam que os portugueses se concentravam essencialmente nas zonas sul e leste de Joanesburgo, algo consubstanciado pelos questionários – cujo detalhe consta no Apêndice 10 – que, em conjugação com as informações expostas, possibilitaram a elaboração dos Apêndices 11 e 12, este último a partir de um mapa utilizado por Quail e modificado por forma a incluir as novas localidades. Esta lógica de aglomeração residencial permitiu a numerosos indivíduos viver em áreas com um ambiente social marcadamente luso, sobretudo desde a década de 1960. A

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 2 de Fevereiro de 1998, pp.5-27. Consultar ainda o Anexo 5.

abertura de pequenos negócios, a fundação de associações, a oferta escolar em Português e o apoio dos eclesiásticos contribuía para a satisfação de praticamente todas as necessidades dos expatriados, os quais transplantaram para a África do Sul os hábitos e costumes da terra natal. Esta realidade emergiu particularmente nos bairros suburbanos do sul e leste de Joanesburgo, onde os portugueses partilhavam o espaço com outras comunidades, estrangeiras e autóctones. Estas, no entanto, não afectavam significativamente a vivência comunal dos portugueses, devido à predominância numérica destes nalgumas zonas, sendo suficiente referir que, por exemplo, em 1980 constituíam cerca de 50% dos pacientes atendidos no *South Rand Hospital*, em Rosettenville.¹ O centro de Joanesburgo, ponto de intersecção entre o sul e o leste e onde se localizava o Consulado-Geral de Portugal, surgiu naturalmente como o local privilegiado de encontro entre residentes portugueses destas 2 grandes áreas. Aí, na confluência da Kerk com a Troye Street e ruas adjacentes, edificaram um nicho comercial e de lazer luso, que denominavam de Rossio, em honra da praça lisboeta, ou *Little Lisbon*.² A referida “eticização” dos bairros abrangia também outras comunidades, como a judaica, que residia sobretudo em Cyrildene, Troyeville e em Yeoville, ou a italiana, cuja concentração em torno de Orange Grove transformou esta zona numa *Little Italy*, situação que se manteve até ao início da década de 1990. A posterior dispersão dos italianos coincidiu com a chegada dos chineses, os quais, detentores de um forte pendor comercial, se radicaram sobretudo em Cyrildene e em redor do centro de Joanesburgo.

4. A Radical Alteração da Matriz Residencial Lusa

Tendo a maior parte dos portugueses escolhido residir inicialmente nos bairros mais modestos de Joanesburgo, era previsível que a evolução do seu perfil socioeconómico originasse algumas alterações residenciais. No entanto, esta pesquisa revelou um fenómeno substancialmente mais vasto e derivado de outro tipo de causas, muito recentes, motivo pelo qual os estudos disponíveis não o descrevem. A diminuta amostra de luso-descendentes obtida em 2000 e o facto de estarem dependentes das decisões dos progenitores, não proporcionando por isso qualquer dado novo, ditou a concentração da análise na primeira geração,

¹ De acordo com *O Século de Joanesburgo* de 3 de Novembro de 1980, p.8.

² Cf. o *Rand Daily Mail* de 5 de Abril de 1977, s.p., *O Século de Joanesburgo* de 14 de Novembro de 1977, p.14 e o *Sunday Express* de 13 de Maio de 1984, s.p.

verificando-se que 74% dos 200 inquiridos mudaram pelo menos 1 vez de residência desde a sua chegada a Joanesburgo, percentagem muito elevada e dificilmente explicável pela melhoria das suas condições de vida dado que, como referido, transformaram bairros pobres em zonas residenciais muito agradáveis, aí criando raízes e uma atmosfera lusa de que só se afastariam por motivos de força maior. Constatou-se que, a partir de 1989-1990, as mudanças políticas, os fluxos migratórios internos e a chegada permanente de novos imigrantes, da região e de outros continentes, a par da criminalidade, ditaram o início de uma dinâmica residencial diferente para as comunidades estrangeiras radicadas há longos anos na África do Sul. Particularmente importante foi a eliminação dos pilares legislativos do *apartheid*, em Junho de 1991, como o *Group Areas Act*, que desde 1950 delimitava as áreas de residência dos grupos raciais, originando de imediato uma movimentação generalizada de africanos, em toda a África do Sul, com extensas consequências para a comunidade lusa de Joanesburgo. O centro desta urbe e espaços limítrofes, como Hillbrow, transformaram-se completamente desde 1991, espelhando as novas realidades. No primeiro caso, devido à criminalidade, o pólo empresarial e financeiro que albergava mudou-se quase totalmente para o norte da cidade, para bairros como Sandton e Rosebank. Para além de pequenos negócios, permaneceram no antigo *central business district* algumas sedes de bancos, de companhias de seguros e de jornais como o *The Star*, bem como o Parlamento Provincial. Muitas pessoas que se limitam a usufruir do sol encarnam o flagelo do desemprego, enquanto outras enveredaram pela economia informal, erigindo bancadas improvisadas ou simplesmente expondo os seus produtos em mantas no passeio, acumulando-se os detritos desta mole humana por entre belos edifícios altos e prédios arruinados. É neste contexto que submerge gradualmente o Rossio, que entre 1990 e 1994 perde o seu cariz luso,¹ sendo curioso que hoje aí seja possível encontrar muitos moçambicanos. Se o Rossio era o tradicional ponto de encontro dos portugueses, os jovens da comunidade rumavam sobretudo a Hillbrow, bairro que até meados da década de 1980 era famoso pelo seu cosmopolitismo. Actualmente, o narcotráfico e a prostituição grassam nesta zona, conhecida como *Little Kinshasa*, devido à concentração de zairenses, aos quais se juntam muitos nigerianos, replicando o cenário do centro de Joanesburgo mas com um enorme amontoado de pessoas nas ruas. Uma minoria de europeus permanece nesta antiga área de famílias judaicas, usualmente pessoas idosas ou sem meios para adquirir uma outra habitação, pois hoje é quase impossível encontrar um comprador. No entanto, se a opção for alugar, os candidatos são numerosos, emergindo como corretores face a terceiros, angariando diversos subinquilinos, pelo que, num apartamento onde residia uma só família, passam

¹ Consultar a *Grande Reportagem* N.º 37, Ano V, Abril de 1994, p.37.

usualmente a viver várias, com uma renda mais modesta.¹ Foi também assim que em Bertrams, entre 1992 e 1997, a maior parte dos portugueses foram cedendo lugar sobretudo a sul-africanos, nigerianos, angolanos e moçambicanos, muitos dos quais os primeiros empregaram nos estabelecimentos que mantiveram em funcionamento naquela área, apesar da degradação actual.² Quanto aos portugueses de Bezuidenhout Valley e Troyeville, muitos transferiram-se para Observatory.³ No presente, em Troyeville e na contígua Lorentzville, onde está sediada a *Notícia*, ainda podemos ver algumas crianças europeias brincando na rua, durante o dia, mas a maior parte das pessoas com quem nos cruzamos são africanos, que já constituirão mais de 75% dos residentes, tal como em La Rochelle.⁴ No sul confluíram mais variáveis, mas o fenómeno descrito em relação a Hillbrow também sucedeu, em especial a partir de 1992. Como referido, a revogação do *Group Areas Act* foi a causa próxima da movimentação de africanos provenientes de aglomerados mais distantes a que estavam anteriormente confinados, como o Soweto, para zonas mais próximas do centro de Joanesburgo e das áreas industriais adjacentes, onde muitos trabalham. A deficiente rede de transportes obriga muitas destas pessoas a saírem do Soweto de madrugada, “às 5 horas da manhã, para chegarem ao emprego às 7 horas, no centro de Joanesburgo. [No seu trajecto, situa-se] o sul [que], portanto, (...) passou a ser uma área a escolher”⁵ para residir, por uma questão de conveniência. Para os africanos provenientes de Angola e de Moçambique, a língua constituiu um factor de atracção adicional, sendo de sublinhar a interessante tendência para se estabelecerem junto dos portugueses e de, em muitos casos, trabalharem lado a lado. Os bairros onde estes residiam há décadas, “como [ainda] eram (...) económicos, foram os primeiros a serem [afectados] pelas massas”⁶ de autóctones e de imigrantes africanos ilegais que chegavam continuamente, provenientes de todo o continente. Sem meios financeiros, várias pessoas juntavam-se para alugar um espaço, em muitos casos a portugueses, mas também a afrikaners. Os problemas começaram então a emergir, não propriamente pelo facto de os novos residentes serem africanos, mas por a criminalidade ter registado um aumento, que coincidiu com a

¹ Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, Bordeaux, Joanesburgo, 28 de Maio de 2000.

² Cf. o *The Star* de 17 de Maio de 1992, s.p.

³ Comunicação Pessoal com José Miguel dos Reis, Gestor Comercial e Treinador de Futebol da Casa do Benfica de Joanesburgo, em Bordeaux, Joanesburgo, 31 de Março de 2000.

⁴ Comunicação com António Teixeira, Conselheiro da Comunidade, Empresário e ex-Presidente da Federação das Associações Portuguesas na África do Sul, em Boksburg, Joanesburgo, 2 de Julho de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com José Tiago, Técnico Electricista no Ramo Automóvel e Dirigente no Núcleo de Arte e Cultura, Rosettenville, Joanesburgo, 14 de Junho de 2000.

⁶ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

chegada de algumas destas pessoas.¹ A conseqüente deterioração das condições de segurança baixou a qualidade de vida e o valor das propriedades em bairros como La Rochelle, Turffontein e Rosettenville. Procurando minorar as perdas e mudar para zonas mais seguras, ou regressar definitivamente a Portugal, muitos portugueses decidiram vender as suas habitações antes das eleições de Abril de 1994,² temendo pela salvaguarda dos seus bens, num contexto de profundas transformações políticas. Os novos proprietários, usualmente afrikaners ou os escassos africanos com poder económico, como alguns angolanos, rentabilizavam o seu investimento aceitando um número excessivo de inquilinos, contribuindo assim para o crescimento do fenómeno. Uma luso-descendente de Regents Park recorda que, entre 1995 e 1996, os vizinhos portugueses “saíram quase todos da minha zona. Depois só [africanos] é que compravam as casas, porque os brancos já não querem ir viver para lá.”³ Entrou-se então num ciclo caracterizado pela crescente criminalidade, desvalorização das áreas residenciais, êxodo e substituição dos residentes europeus por africanos. Paralelamente, uma significativa subida das taxas de juro afectou negativamente o mercado imobiliário e a construção civil desde 1995, num contexto económico em que o rendimento disponível das pessoas sofria já uma quebra geral acentuada. Estes factores e a criminalidade conduziram os bancos a recusar o financiamento de aquisição de habitações em bairros como La Rochelle, Malvern, Troyeville e Yeoville, por não terem garantias de pagamento. Para muitas pessoas com poucas posses, tal significou o fim da esperança de vender a sua casa, mantendo-se em zonas cada vez menos atraentes, como sucedeu em relação a Hillbrow. O sul, em especial La Rochelle, “está a tornar-se uma zona [africana]”⁴ e há já quem designe este bairro por “*Little Soweto*. (...) Só [quem aí] tem [o negócio] é que fica, e um ou outro branco, [sobretudo idosos]. Turffontein, Rosettenville e Regents Park, está tudo na mesma situação.”⁵ O proprietário de um estabelecimento comercial em Regents Park confirma que, no sul, “antigamente eram 80 ou 90% de portugueses que viviam cá. Agora, se tanto, são 20%, (...) estão a sair daqui por causa do crime. O investimento não existe, [e] têm fechado muitos *shops* de madeirenses.”⁶ Em alguns

¹ Comunicação Pessoal com José Luís da Silva, Jornalista e Locutor da Rádio Cidade Internacional, em Alberton, Joanesburgo, 30 de Maio de 2000.

² Comunicação Pessoal com Carlos Moreira, Empresário (Sector Imobiliário), em Rosettenville, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Marina Fontes, Empregada de Escritório, em Randburg, Joanesburgo, 24 de Abril de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre António Nunes, Responsável pela paróquia de *Holy Cross* (Soweto), em Bordeaux, Joanesburgo, 10 de Julho de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com A.M. (solicitou anonimato), Empregada de Escritório, Randburg, Joanesburgo, 16 de Abril de 2000.

⁶ Comunicação Pessoal com Avelino Mendes em Regents Park, Joanesburgo, 19 de Maio de 2000.

casos, há indicações de que tal se deve a ameaças, mais ou menos veladas, de africanos recém-chegados, que eventualmente conduzem o comerciante a optar por vender o seu negócio. Apesar de tudo, nas imediações destes bairros ainda há bastantes portugueses, sobretudo em Rosettenville, os quais partilham o sul antigo com afrikaners, libaneses, italianos, alguns gregos, angolanos, moçambicanos, nigerianos e sul-africanos em geral.¹ Nesta confusa mescla populacional, apesar dos numerosos letreiros em Português que se vêem nas fachadas de diversos estabelecimentos comerciais, sobretudo ligados à restauração, torna-se óbvio que os portugueses já são uma ínfima minoria em Turffontein e em La Rochelle e que a pressão africana sobre Regents Park e Rosettenville é crescente, motivando a saída dos que possuem condições para tal. O resultado tem sido a dispersão dos portugueses por toda a área metropolitana de Joanesburgo, possibilitando os dados do Apêndice 10 a identificação das suas áreas de residência entre a década de 1940 e 2000. A esmagadora maioria das pessoas estabeleceu-se inicialmente no sul e no leste, situação que se mantém, apesar de existir já uma significativa dispersão para outras áreas, designadamente para o oeste de Joanesburgo, mantendo-se residual o número dos que vivem no dispendioso norte da cidade. Uma análise detalhada dos bairros mencionados pelos inquiridos revela que a alteração de residência se processou sobretudo dentro do espaço geográfico próximo, no mesmo ponto cardeal ou entre as 2 grandes áreas lusas. Por outras palavras, os portugueses que residiam no leste e no sul de Joanesburgo tendiam a mudar-se para habitações em bairros contíguos ou situados na outra grande mancha de famílias portuguesas, mantendo-se um padrão de preferência pela radicação junto dos compatriotas, mesmo num contexto de profundas alterações sociais. Estas, por outro lado, determinaram um alargamento dos espaços residenciais dos portugueses mais para sul, o mesmo sucedendo no leste, em que o caso de Malvern é paradigmático. O grau de perigosidade elevou-se de tal forma nos últimos anos que a Jules Street ficaria conhecida como a “estrada da morte”, devido ao número de comerciantes lusos que aí tombaram, vítimas da criminalidade violenta.² O êxodo de portugueses deste bairro foi quase total, abrangendo também as colectividades. Após 15 anos nesta área, os assaltos praticamente semanais às suas instalações conduziram (em Novembro de 1999) os responsáveis do Grupo Folclórico Terras do Norte a transferir a sede para Malvern East, mais

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 12 de Abril de 1999, p.8 e Comunicações Pessoais com Carlos Silva, Empresário (Sector de Viagens), em Bruma, Joanesburgo, 31 de Março de 2000, e Vasco Abreu, Empresário (Sector da Restauração), em Rosettenville, Joanesburgo, 31 de Março de 2000.

² Comunicação Pessoal com José Luís da Silva, Jornalista e Locutor da Rádio Cidade Internacional, em Alberton, Joanesburgo, 30 de Maio de 2000.

a leste, que já pertence à cidade industrial de Germiston, tal como Primrose.¹ A escolha de muitos portugueses que optaram por sair de Malvern recaiu sobre esta localidade e Kensington, por aí residirem numerosos compatriotas, bem como em Observatory, Germiston, Bedfordview e no novo sul.² Em 1980, Malvern fazia parte do que alguns designam por *portuguese belt*, juntamente com Fairview, Jeppestown, Troyeville, Berea, Bertrams, Bezuidenhout Valley, Belgravia, Primrose e Germiston, no leste, a par de uma significativa presença no centro de Joanesburgo e antigo sul,³ que abrangia sobretudo La Rochelle, Turffontein, Regents Park, Kenilworth, Forest Hill, Rosettenville, The Hill e South Hills. Actualmente, esta cintura foi quebrada em todos os pontos mais próximos do *central business district*, que surge como o epicentro de um fenómeno migratório e criminal com vastas repercussões nas imediações. Nos bairros entre Malvern e o centro de Joanesburgo, que anteriormente tinham uma grande concentração de famílias portuguesas, apesar de bastantes aí permanecerem, em virtude dos seus negócios, verifica-se uma deslocação generalizada – particularmente de jovens – para locais considerados mais seguros, leia-se, mais distantes do centro, afastando-se da onda de crime que segue os numerosos africanos que constantemente chegam às suas áreas de residência,⁴ sendo de reiterar que, na sua essência, este não é um problema racial, apesar de ser perceptível que a herança do *apartheid* se expressa num sentimento de receio por parte de muitos europeus. Pelos motivos assinalados, reforçou-se a população lusa no leste de Joanesburgo, como sucedeu em Boksburg, Benoni e urbes satélites de Springs e Brakpan.⁵ Apesar de a comparação ser algo forçada, Bruma é o que mais se assemelha a um sucedâneo do Rossio, no leste, por concentrar o Consulado-Geral de Portugal, diversos bancos portugueses, a maior agência de viagens da comunidade (a Novo Mundo) e um restaurante (Portugal) que é o ponto de encontro por excelência para quem aí se desloca. Em relação ao sul, apesar de nalguns pontos os negócios de portugueses ainda serem bastante numerosos, como sucede na Prairie Street, em Rosettenville,

¹ Comunicação Pessoal com Joaquim Sousa, Presidente do Grupo Folclórico Terras do Norte, em Malvern East, Joanesburgo, 30 de Junho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000 e com Mário Franco, Presidente do Conselho Fiscal do *Luso Africa Sports and Cultural Association*, em Primrose, 30 de Junho de 2000. Ver também *Lantern*, Volume 37, N.º 1, Janeiro de 1988, p.58.

³ Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000 e Virgílio Ferreira, Secretário da Direcção do Grupo Folclórico Terras do Norte, em Malvern East, 30 de Junho de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com Nina Valente, Consultora Imobiliária, em Randburg, Joanesburgo, 29 de Abril de 2000 e com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

existe uma clara percepção de que só permanece nalgumas zonas do antigo sul quem não tem outra possibilidade. No geral, os portugueses mudaram-se ainda mais para sul e leste, no primeiro caso para bairros novos nas colinas, como Glenanda, Glenvista, Bassonia ou Mulbarton, enquanto os mais abastados revelaram uma certa preferência pela prestigiada área oriental de Bedfordview,¹ tendo muitos outros simplesmente decidido abandonar a África do Sul. Nas ruas dos bairros do sul destacados nos estudos prévios não nos sentimos num espaço português, subsistindo uma sensação de estranheza face ao ambiente social que se esperava, hoje em plena fase de transição. Talvez seja o enorme número de africanos na rua ou a simples descaracterização de um bairro que anteriormente era, de facto, português. Nesta zona não há apenas um, mas vários pequenos pólos dispersos de reunião dos portugueses, destacando-se as colectividades de Turfontein e Regents Park, bem como o Centro Continental, um *shopping* de Rosettenville com algumas lojas comunitárias onde podemos adquirir jornais e outros produtos portugueses. Muitos optam por conversar nos bares da Augusta Road, mantendo hábitos de há longos anos, mesmo que já não residam nestes bairros. De facto, existem estabelecimentos com clientes portugueses não só das áreas limítrofes como de outras mais distantes, como Boksburg e mesmo Pretória, sendo neste conjunto algo confuso que podemos distinguir um pequeno Rossio fragmentado, dado que muitos ainda aí se deslocam para passar algum tempo na companhia de conterrâneos e efectuar compras. Quanto aos jovens, com referências culturais diversas, têm múltiplos locais de encontro, usualmente mais a norte, como discotecas e cafés de estilo europeu, quebrando assim a tradição de acompanharem os familiares às associações lusas, muitas das quais se encontram hoje em áreas de elevada criminalidade e com escassos habitantes portugueses, por via das transformações descritas. As 2 igrejas lusas de Joanesburgo, a par da actividade dos clérigos responsáveis por espaços religiosos sul-africanos frequentados por paroquianos portugueses, proporcionam uma visão complementar da geografia residencial destes nas respectivas esferas de influência, bem como das alterações que foram diagnosticando nas congregações. Em relação às primeiras, o Padre Gabriel, da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada em Brentwood Park, tem a seu cargo os crentes residentes numa vasta zona a leste de Joanesburgo, que inclui diversas urbes satélites com uma população essencialmente europeia, estando a grande maioria dos fiéis (madeirenses) radicados em Kempton Park, Benoni, Springs, Boksburg e parte de Germiston.² Quanto aos Padres

¹ Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, Bordeaux, Joanesburgo, 28 de Maio de 2000, com Carlos Moreira, Empresário (Sector Imobiliário), em Rosettenville, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000 e com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000.

² Segundo *O Século de Joanesburgo*, 17 de Novembro de 1986, p.18.

Lemos e Magalhães, da Igreja de Santo António dos Portugueses, em Crown Mines, lidam com muitos paroquianos lusos das redondezas ou de áreas mais distantes, sobretudo do oeste e do sul de Joanesburgo, os quais se mantêm ligados a esta igreja porque nasceram e cresceram neste espaço paroquial e aí continuam a ir por tradição.¹ Como podemos observar no Apêndice 12, é curioso que nenhuma destas igrejas étnicas se situe no sul, área de tradicional influência portuguesa e onde é provável que ainda hoje se localize 60% a 70% da comunidade de Joanesburgo, apesar de não ser possível comprovar tal estatisticamente. Em relação às igrejas católicas sul-africanas, 3 destacam-se devido ao predomínio de portugueses nas suas zonas de actuação e aos estreitos laços entre estes e os clérigos italiano-sul-africano, irlandês e colombiano que aí prestam serviço. A Igreja Católica de *St. Patrick*, em La Rochelle, congrega sobretudo os que residem no sul, próximo deste bairro, sendo actualmente dirigida pelo Padre Gerhard Hattingh, substituído na Igreja de *Holy Angels*, em Bezuidenhout Valley, pelo Padre Barney McAleer.² Ambos confirmaram que, para além dos portugueses, têm numerosos paroquianos africanos, sobretudo angolanos e moçambicanos, os quais se radicaram em anos recentes nas imediações, sendo que em Bezuidenhout Valley constituirão já a maioria dos fiéis.³ Em Malvern, Kensington e Belgravia, segundo o Padre Hernando Villada mantém-se uma frequência predominantemente lusa do espaço religioso, mas tal não significa que os portugueses ainda sejam a maioria dos residentes, pois aí vivem hoje muitos africanos de expressão portuguesa e alguns brasileiros.⁴ Foi ainda possível constatar que a realidade descrita em relação às 2 igrejas étnicas também é aplicável à sua congénere de Pretória, a Igreja de Santa Maria dos Portugueses, cuja frequência é quase exclusivamente portuguesa. Acresce que, em relação à capital da África do Sul, apesar de não se ter efectuado uma pesquisa tão exaustiva, detectaram-se fenómenos e padrões similares aos de Joanesburgo. Se o bairro de Centurion aglomera alguns dos portugueses mais prósperos de Pretória, Pretoria West era o bairro luso por excelência, situação que já não se verifica devido à sua dispersão, em virtude das movimentações de africanos e da criminalidade. Esta, no entanto,

¹ Comunicação Pessoal com os Padres Miguel Lemos e Manuel Magalhães, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal com o Padre Gerhard Hattingh, Pároco da Igreja Católica de *St. Patrick*, em La Rochelle, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com o Padre Gerhard Hattingh, Pároco da Igreja Católica de *St. Patrick*, em La Rochelle, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000 e com António Artur, Empregado Doméstico (moçambicano), em Randburg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com os Padres Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000 e Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 5 de Dezembro de 1994, suplemento dedicado à Jules Street, p.1.

está longe do grau de gravidade de Joanesburgo, pelo que muitas vivendas de Pretoria West ainda não estão rodeadas por arame farpado nem dotadas de outros dispositivos de segurança comuns naquela cidade. Nesta zona existem ainda bastantes negócios de portugueses, sobretudo cafés, minimercados e restaurantes, frequentados por compatriotas mesmo depois de alterarem a sua residência, tal como em Joanesburgo.¹ Muitos outros decidiram sair do país, questão que, pela sua importância, é abordada separadamente.

¹ Comunicação Pessoal com Vicente Silva, Jornalista, em Pretória, 2 de Junho de 2000.

XI – OS FLUXOS DE SAÍDA DA ÁFRICA DO SUL E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DA COMUNIDADE

1. O Impacto da Descolonização Portuguesa

O novo contexto político na África Austral, resultante da descolonização portuguesa, afectou profundamente a comunidade radicada na África do Sul, espoletando uma nova fase da sua vivência colectiva que, em várias ocasiões subsequentes, se traduziria em tendências de êxodo, fenómeno anteriormente sem expressão, o que ditou a sua marginalização das estatísticas oficiais. Em Portugal não há registos exaustivos sobre o retorno de emigrantes da África do Sul, tendo os Boletins da Junta de Emigração referido apenas 10 pessoas nesta situação ao longo da década de 1960. Quanto à África do Sul, baseando-se em dados do Departamento de Imigração, Leal refere que reemigraram a partir deste país cerca de 1 150 portugueses entre 1945 e 1975, ou seja, uma diminuta média anual de 38 pessoas.¹ A chegada dos refugiados de Moçambique e de Angola, sobretudo entre 1974 e 1975, constituiu para os portugueses um primeiro e indelével sinal de alarme, que se materializaria num receio cíclico em relação ao seu próprio futuro.² As repercussões foram ainda mais visíveis na comunidade judaica, no seio da qual começou de imediato um movimento generalizado de saída da África do Sul.³ Muitos refugiados prescindiram simplesmente de planificar a sua vida, acalentando uma ténue esperança de regressar a Moçambique e a Angola. Quanto aos ilhéus e continentais, sempre partilharam o sonho de usufruir na sua terra natal dos proventos de uma vida de trabalho no estrangeiro. Este impulso, frequentemente refreado pelos investimentos realizados e pela necessidade de assegurar o bem-estar dos descendentes, reforçou-se em 16 de Junho de 1976, a

¹ Cf. Leal, Luus, *ibidem*, pp.44-45.

² Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 25 de Outubro de 1976, pp.1-8.

³ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000 e Jaime Margarido, ex-Conselheiro da Comunidade Portuguesa, Primrose, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000.

propósito dos motins que se registaram no Soweto.¹ Muitos portugueses colocaram então as suas habitações à venda, tendo em vista um regresso definitivo a Portugal. No entanto, o elevado desemprego e a instabilidade política que também aqui se registava cerceou as suas perspectivas,² pelo que este movimento de retorno acabaria por não se efectuar. Não obstante, desde então, os que puderam canalizaram parte dos seus recursos para a aquisição de uma habitação em Portugal, no intuito de assegurarem uma base de apoio para a família, em caso de necessidade. Para tal contribuiu o crescente clima de confrontação entre a África do Sul e os Estados da África Austral,³ mantendo-se os portugueses em permanente alerta, como ficou comprovado em 1982, através de um estudo oficial sobre o ensino em Português, que constatou que um segmento importante da comunidade contemplava a possibilidade de regressar a Portugal, constituindo a evolução da conjuntura sociopolítica do país de acolhimento a variável central numa decisão futura.⁴ Este estado de espírito ficou patente quando Pretória decretou a inserção dos jovens de origem lusa no serviço militar obrigatório,⁵ visando reforçar os contingentes de protecção fronteiriça e utilizar o seu domínio da língua portuguesa. Temendo pela segurança dos seus filhos, muitos progenitores terão então decidido sair da África do Sul, existindo uma clara tendência de retorno com início em 1984.⁶ Em 1985, apesar de não existirem fontes que possibilitem a sua quantificação, este movimento já era classificado por alguns como um regresso em massa.⁷ De facto, enquanto na imprensa comunitária se multiplicavam os anúncios de oferta imobiliária em Portugal e de venda de negócios na África do Sul, neste ano surgiram também sinais de que muitos portugueses optaram por enviar os seus haveres para Portugal. No entanto, alguns problemas burocráticos, referentes aos certificados de bagagem – que deviam ter apenso um comprovativo de compra dos bens – e à declaração explicitando um regresso definitivo a Portugal, indicam que muitos apenas desejavam salvaguardar parte das suas posses, planeando continuar na África do Sul.⁸ Mas como constatou o Secretário

¹ Comunicação Pessoal com José Tiago, Técnico Electricista no Ramo Automóvel e Dirigente no Núcleo de Arte e Cultura, Rosettenville, Joanesburgo, 14 de Junho de 2000. Sobre esta questão consultar, por exemplo, Karis, Thomas G. & Gerhart, Gail M., *From Protest to Challenge: A Documentary History of African Politics in South Africa, 1882-1990 – Volume 5: Nadir and Resurgence, 1964-1979*, Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 1997.

² Cf. o *Rand Daily Mail* de 7 de Abril de 1977, s.p.

³ Consultar, por exemplo, Walker, Walter, *O Urso à Porta de Trás – A Ameaça Soviética à Linha Vital do Ocidente em África*, Ed. Abril, Coimbra, 1979 e Sparks, Allister, *The Mind of South Africa – The Story of the Rise and Fall of Apartheid*, Mandarin, London, 1996.

⁴ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 8 de Março de 1982, p.8.

⁵ Esta medida abrangeu todos os filhos de imigrantes.

⁶ Cf. o *Jornal de Notícias* de 25 de Setembro de 1989, s.p.

⁷ Segundo *O Diabo* de 26 de Novembro de 1985, p.20.

⁸ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 20 de Janeiro de 1986, p.9.

dos Negócios Estrangeiros, Azevedo Soares, existia um assinalável alarme social, que nos portos portugueses se expressou num fluxo anormal de “bagagens, carros e objectos pessoais enviados por emigrantes, o que indicia, pelo menos, um prelúdio de regresso.”¹ Esta situação prolongou-se até 1986, denotando uma estratégia preventiva por parte das famílias lusas, algumas das quais também decidiram enviar os filhos varões para Portugal, se bem que muitos destes insistissem em cumprir os deveres militares na África do Sul. Paralelamente, há indicações de que, entre 1986 e 1988, decorreu uma “corrida aos passaportes portugueses e [foram numerosos os] pedidos de obtenção da nacionalidade”² por parte de luso-descendentes. Desta forma, o cenário que emerge é o de uma comunidade a preparar-se para um êxodo, residindo a explicação numa conjugação de factores: às tensões políticas regionais adicionou-se o recrudescer das acções violentas de resistência interna na África do Sul, protagonizadas sobretudo pelo ANC e pela SWAPO, bem como uma crescente criminalidade.³ As condições de vida quotidianas registaram assim uma deterioração, sobretudo ao nível da segurança, mas também na esfera económica, reduzindo o grau de atracção da África do Sul, verificando-se uma tendência inversa face a Portugal, devido à adesão ao processo de integração europeu. A angústia da comunidade não passou despercebida às autoridades sul-africanas, tendo em 1988 o Presidente P.W. Botha manifestado o seu apreço pelo contributo dos portugueses para o desenvolvimento do país, enfatizando que “tudo faremos para que permaneçam na África do Sul.”⁴ Parte deste esforço materializar-se-ia pouco depois no estudo de Schutte. Apesar da reconhecida importância da amostra presente nos inquéritos deste autor, que ascende a cerca de 1 100 indivíduos, verificou-se que alguns dos resultados a que chegou devem ser interpretados com prudência, sobretudo os que se prendem com questões politicamente sensíveis. De entre 1 071 inquiridos, apenas 26,1% possuíam nesta altura propriedades noutro país que não a África do Sul, assumindo-se que se referiam a Portugal. Isto significa que, apesar do que foi anteriormente mencionado em relação à aposta num bem imobiliário na terra natal, tal dependia obviamente dos rendimentos disponíveis, verificando-se que somente cerca de 1/4 da comunidade tinha concretizado esta aspiração.⁵ Por outro lado, é necessário enfatizar que, de um universo de 1 082 portugueses, 74,1% afirmavam sentir maior felicidade em residir na África do Sul do que em Portugal,

¹ *Diário de Notícias*, 10 de Agosto de 1986, s.p. Ver também *Panorama*, N.º 122, Maio de 1988, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.22.

² *Diário de Lisboa*, 4 de Abril de 1988, p.7.

³ Cf. *Panorama*, N.º 133, Junho de 1989, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.19 e *Diário de Notícias* de 29 de Fevereiro de 1988, p.14.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 8 de Fevereiro de 1988, p.8.

⁵ Segundo Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, p.51.

planeando uma esmagadora maioria de 96% – entre 1 052 pessoas – continuar a residir no país de acolhimento,¹ essencialmente devido às condições de vida, apesar de afectadas pelas sanções económicas internacionais. Instados a comparar a situação política da África do Sul, Portugal, Angola e Moçambique, 36% e 27,1% dos 1 079 inquiridos assinalaram os 2 primeiros países como mais estáveis. No entanto, quase 37% mostraram-se indecisos, não especificando a sua resposta,² o que contraria de alguma forma o optimismo que, segundo Schutte, reinava na comunidade, espelhando sim dúvidas quanto ao futuro da África do Sul. Aquele autor questionou então directamente 1 084 portugueses sobre se pensavam ou não abandonar a África do Sul, revelando as respostas, face ao exposto, alguma incongruência. Os indecisos reduziram-se a 5,4% e os que afirmaram estar a ponderar sair do país não ultrapassaram os 5%, pelo que 89,6% das pessoas negaram contemplar tal possibilidade. Não obstante, Schutte insistiu num cenário de êxodo, propondo a 1 037 portugueses que explicitassem onde se estabeleceriam. Então, 91,2% das pessoas referiram Portugal, indicando como principal motivo o desejo de regressar à pátria, a par de razões familiares.³

2. As Repercussões do Processo de Democratização Sul-Africano

Apenas alguns meses mais tarde, as conclusões de Schutte seriam abaladas por novos desenvolvimentos, já analisados em profundidade. Na sequência da libertação de Nelson Mandela, no início de 1990, que prefigurou uma transformação radical do panorama sociopolítico sul-africano, para além do clima de receio que a criminalidade violenta despertava, os portugueses passaram também a temer uma guerra civil etno-racial e expropriações, generalizando-se o debate sobre a permanência na África do Sul e a partida definitiva.⁴ A afluência de pessoas aos Consulados de Portugal, não registadas ou carecendo de renovação dos documentos de identificação elevou-se novamente, atingindo níveis sem precedentes, situação que se manteria nos 3 anos seguintes.⁵ Os meios de comu-

¹ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.47-54.

² Ver Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.22-49.

³ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.57-58.

⁴ Comunicação Pessoal com José Tiago, Técnico Electricista no Ramo Automóvel e Dirigente no Núcleo de Arte e Cultura, Rossettenville, Joanesburgo, 14 de Junho de 2000. Ver também o *Jornal de Notícias* de 18 de Fevereiro de 1990, s.p. e *O Século de Joanesburgo* de 31 de Dezembro de 1990, p.28.

⁵ Ver, por exemplo, *O Primeiro de Janeiro* de 24 de Fevereiro de 1992, p.17 e *o Público* de 7 de Outubro de 1993, p.7.

nicação social, sul-africanos e lusos, referiram então que “uma evacuação de emergência (...) estava a ser contemplada pelas autoridades de Lisboa, no caso de a situação na África do Sul se deteriorar.”¹ A ampla divulgação destas notícias aprofundou o grau de apreensão da comunidade, em particular dos refugiados de Angola e de Moçambique, os quais, tal como muitos outros, tendiam a estabelecer um paralelismo entre o imprevisível desfecho do complexo processo de reformas sul-africano e a traumática descolonização lusa. Apesar de, no geral, aceitarem a transição para uma sociedade multirracial, a inquietação dos portugueses atingiu tais níveis que obrigou a uma intervenção das mais altas instâncias de Portugal, que apelaram à calma.² Os numerosos madeirenses radicados na África do Sul justificam a existência de um interesse especial por parte do líder do executivo regional da Madeira, sobretudo desde 1990, que se reflectiu em diversas deslocações de Alberto João Jardim àquele país e na redacção de um artigo de opinião semanal n’ *O Século de Joanesburgo*. Após manter encontros com o Presidente F.W. De Klerk e Mandela, Jardim anunciou que possuía garantias de que as transformações políticas processar-se-iam sem colocar em causa a segurança de pessoas e bens. Ciente da ansiedade reinante e da falta de condições económico-sociais da Madeira para receber em massa os seus naturais, Jardim aconselhou prudência, no sentido de se evitarem decisões precipitadas e cenários potencialmente similares aos vividos pelos portugueses de Angola e Moçambique, instando à participação na edificação de uma nova África do Sul.³ No entanto, a multiplicação dos homicídios ditou a saída de várias famílias e, não obstante a atitude generalizada ser a de permanecer na África do Sul, entre 1990 e 1991 os contentores com destino a Portugal atingiram números sem paralelo, bem como as aquisições de bens imóveis no nosso país, acumulando-se ainda os anúncios de vendas de negócios lusos na imprensa comunitária.⁴ Para tal também contribuiu o agravamento da situação política no Zaire, expressa numa rebelião militar contra o Presidente Mobutu Sese Seko, que conduziu a uma evacuação dos europeus em Setembro de 1991, operação realizada por tropas francesas e belgas,⁵ às quais se juntaram meios aéreos de apoio lusos. A comunidade portuguesa da África do Sul reviveu então, no seu íntimo, as facetas mais perturbantes da descolonização, constituindo o Zaire um aviso adicional em relação ao seu próprio

¹ *Business Day*, 26 de Fevereiro de 1990, s.p. Ver também o *Diário de Notícias* de 21 de Fevereiro de 1990, s.p. e *O Século de Joanesburgo* de 7 de Maio de 1990, p.19.

² Ver *O Século de Joanesburgo* de 30 de Abril de 1990, p.21 e de 18 de Junho de 1990, p.5.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 9 de Julho de 1990, p.15, de 27 de Maio de 1991, p.1, de 3 de Junho de 1991, pp.15-16 e de 10 de Junho de 1991, p.4.

⁴ Cf. a revista do *Expresso* de 15 de Junho de 1991, pp.10-13 e o *Sunday Times* de 22 de Dezembro de 1991, s.p. Ver ainda o Apêndice 13.

⁵ Consultar, por exemplo, Baptista, Artur (dir.), *Guia do Terceiro Mundo 1993*, Tricontinental Editora, Lisboa, 1993, p.457.

futuro em África.¹ No entanto, este continente continuava no horizonte dos portugueses, emergindo Moçambique, desde o início de 1990, como uma possível alternativa à África do Sul, não só devido a eventuais laços afectivos como ao factor proximidade e às manifestações de receptividade do executivo de Maputo, carente de meios humanos e financeiros para ultrapassar as inúmeras sequelas da guerra civil.² Angola e Malawi também passaram a ser destinos contemplados pelos que previam dificuldades de adaptação em Portugal, sobretudo devido às diferenças climáticas, espaciais e estilo de vida.³ Em 1990 regista-se então uma evolução face a 1989, uma vez que Schutte concluiu que Angola e Moçambique eram então destinos considerados apenas por 0,6% de um total de 1 037 indivíduos, existindo uma opinião generalizada de que as condições de vida nestes países eram, no mínimo, sofríveis.⁴ Para tal terão contribuído decisivamente os processos de paz angolano e moçambicano, apesar de, no primeiro caso, o reatar da guerra civil ter cerceado as expectativas de quem se dispunha a recomeçar a vida em Angola.⁵ Quanto a Portugal, Caldeirinha obteve alguns dados do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o regresso definitivo de cidadãos radicados na África do Sul, a seguir discriminados.

Quadro 20
Retorno de Portugueses da África do Sul, 1992-1995

Ano	N.º Pessoas
1992	800
1993	2 300
1994	2 400
1995	800

Fonte: Caldeirinha, Cláudia de Castro, *Portugal e a África do Sul – Relações Escassas no Pós-Apartheid*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 1997, p.82. Quadro adaptado.

Como refere esta autora, “apesar do temido regresso em massa, (...) no período de transição política (...) os números revelam que os retornados foram poucos,”⁶ mais precisamente 6 300. No entanto, convém ter presente que estas estatísticas não contemplam os que saíram da África do Sul directamente para outros

¹ Ver, por exemplo, *Notícia*, Ano I, N.º 10, Novembro de 1991, p.5.

² Segundo *O Jornal de Notícias* de 21 de Fevereiro de 1991, p.41, *O Comércio do Porto* de 26 de Maio de 1991, p.10 e *O Jornal* de 24 de Maio de 1991, p.24.

³ Cf. Telex de António Mateus, Agência Lusa, 31 de Janeiro de 1991 e *O Comércio do Porto* de 23 de Dezembro de 1991, p.47.

⁴ Cf. Schutte, Carel Daniel, *ibidem*, pp.57-58.

⁵ Cf. *Público* de 20 de Junho de 1993, p.15.

⁶ Caldeirinha, Cláudia de Castro, *idem*, p.82.

países, bem como os que, com os haveres resguardados em Portugal e munidos de passaporte nacional, não sentiram necessidade de anunciar o seu regresso junto das autoridades. Por outro lado, usufruem do direito de se estabelecerem em qualquer país da União Europeia, opção que, como veremos, muitos luso-descendentes seguiriam, emergindo então Portugal somente como uma base de apoio para outros destinos. Estas considerações podem ajudar a explicar a insipiência dos valores em causa, concentrados em 1993 e 1994, que se acredita serem meramente indicativos e baseados nas referidas declarações de retorno definitivo e certificados de bagagem, atribuídos a cada agregado familiar que pretendesse colocar em Portugal parte dos seus bens.¹ Na realidade, as fontes comunitárias são imprescindíveis para proceder a uma análise mais profunda e apontam 1992 como um ano de regresso efectivo de muitos indivíduos a Portugal, enquanto outros iniciavam preparativos neste sentido.² Para tal terá influído a hostilidade aberta entre o IFP e o ANC, tendo as reiteradas ameaças públicas de guerra entre zulus e xhosa chocado fortemente os portugueses, colectivamente marcados pela forma como se processou a descolonização.³ Paralelamente à instabilidade política, que a qualquer momento poderia derivar numa violência descontrolada, as consequências negativas da criminalidade na economia terão sido decisivas para “milhares de portugueses, [cujos negócios], pela sua localização, [ficaram] reduzidos (...) aos valores dos recheios.”⁴ Por outro lado, as crescentes dificuldades económico-sociais elevaram os índices de desemprego na comunidade, enquadrando-se este fenómeno num novo contexto, em que a pobreza passou a afectar todas as etnias e grupos raciais, desconhecendo fronteiras identitárias.⁵ No entanto, a maioria dos portugueses resistia ainda a optar pelo regresso a Portugal, esperando que De Klerk conseguisse controlar a situação político-social e mostrando-se cientes de que não seria fácil recomeçar a sua vida em Portugal,⁶ desde logo por já não serem jovens. Acresce que “a opinião dominante entre os luso-descendentes [era a de] não contemplar uma radicação em Portugal,”⁷

¹ Entre 1990 e 1993, terão sido emitidos cerca de 2 500 certificados de bagagem pelos Consulados lusos na África do Sul, segundo o *Público* de 7 de Outubro de 1993, p.7, que cita fontes diplomáticas. E em 1994, só o Consulado-Geral de Joanesburgo foi responsável pela emissão de 649 destes certificados, de acordo com dados oficiais citados pela Agência Lusa em 14 de Novembro de 2001.

² Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000. Consultar também *O Século de Joanesburgo* de 3 de Agosto de 1992, p.2 e o *Lusitano* de 14 de Agosto de 1992, p.27.

³ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

⁴ *Notícia*, Ano II, N.º 22, Novembro de 1992, p.3.

⁵ Cf. *O Português* de 20 de Janeiro de 1992, p.11 e *Notícia*, Ano II, N.º 19, Agosto de 1992, p.7.

⁶ Consultar, por exemplo, o *Jornal do Fundão* de 13 de Novembro de 1992, p.15.

⁷ *Notícia*, Ano II, N.º 22, Novembro de 1992, p.46.

devido ao distanciamento cultural que sentiam, particularmente óbvio a nível linguístico, e à sua estreita ligação ao estilo de vida da África do Sul, para muitos o país natal.¹ Como referido, as esperanças dos portugueses de se evitar uma guerra civil e a repetição do que sucedera nas ex-colónias lusas centraram-se então no referendo convocado por De Klerk, ainda restrito aos eleitores caucasianos, sobre a prossecução das reformas políticas. A comunidade ansiava por estabilidade e favorecia as linhas propostas por De Klerk,² que seriam sufragadas pela maioria dos eleitores em Março de 1992. No entanto, o optimismo não imperava, mantendo-se constante o fluxo mensal de dezenas de contentores com destino a Portugal, ao longo de 1993.³

Quadro 21
Movimento Mensal de Contentores da África do Sul Para Portugal, 1993-1994

1993	Outubro	150
	Novembro	184
	Dezembro	127
1994	Janeiro	59
	Fevereiro	101

Fonte: *Grande Reportagem*, N.º 37, Ano V, Abril de 1994, p.39.

Mandela deslocou-se a Portugal em Outubro desse ano, mostrando-se sensível à angústia das minorias europeias e em especial dos portugueses, então estimados em cerca de 600 000, apelando a que permanecessem na África do Sul e participassem na construção de uma nova sociedade.⁴ “Mas os ataques de que já têm sido alvo, [no âmbito da criminalidade, faziam os portugueses] temer uma violência racial ou uma perseguição generalizada”⁵ contra os europeus e suas propriedades. Efectivamente, as apreensões políticas e a insegurança que o crime violento fomentava expressavam-se em vários sectores da sociedade, sendo sintomático o facto de o líder da Federação Sionista na África do Sul, Sydney Shapiro, ter admitido publicamente que a maior parte da comunidade judaica, que então ascendia a cerca de 80 000 pessoas, pretendia abandonar definitivamente

¹ Cf. o *Lusitano* de 14 de Agosto de 1992, p.26.

² Consultar o *Sowetan* de 9 de Março de 1992, s.p.

³ Cf. *O Dia* de 8 de Janeiro de 1993, p.24.

⁴ Cf. o *Público* de 6 de Outubro de 1993, p.6 e *O Século de Joanesburgo* de 11 de Outubro de 1993, p.4.

⁵ *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1993, p.11. Consultar ainda *O Século de Joanesburgo* de 15 de Março de 1993, p.9.

o país, tendo por destino Israel, a Austrália e o Canadá.¹ Portugal seguiu de perto a evolução do estado de espírito dos seus nacionais, o que se reflectiu em numerosas visitas à África do Sul de governantes e parlamentares de todos os quadrantes políticos. Lisboa temia que emergisse na comunidade um sentimento de pânico descontrolado, em torno do desfecho do processo político de transição, pelo que, não desejando contribuir para um clima de histeria colectiva, evitava referências a planos de evacuação, apenas reconhecendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, a existência de uma matriz de acção genérica, que contemplava este cenário face a todas as comunidades lusas em África.² Na prática, todos estavam suspensos das primeiras eleições multirraciais, que decorreriam em Abril de 1994. As previsões do “director do Instituto de Altos Estudos Militares, (...) Brigadeiro Mariz Fernandes, [apontavam para a] «possibilidade de retorno mais ou menos maciço de portugueses, (...) após as eleições».”³ Assim, não se excluía que o culminar da democratização se revestisse de contornos violentos, resultantes de fossos identitários que o *apartheid* vincara durante décadas, que poderiam expressar-se não só na forma de confrontações étnicas mais severas entre africanos como em represálias contra a população de origem europeia. De facto, no seio da comunidade lusa, a multiplicação dos homicídios de comerciantes tendia a ser interpretada por alguns como um vislumbre do que se poderia esperar no futuro. Os sinais de nervosismo de muitos portugueses continuaram assim a acumular-se, reflectindo-se não só num aumento exponencial do número de contentores com destino a Portugal, entre 1992 e 1993, como no encerramento de contas bancárias na África do Sul. Não obstante ser impossível contabilizar os regressos definitivos e temporários, este movimento terá sido muito importante, chegando a aventar-se que possa ter abrangido um total de 100 000 pessoas, sobretudo entre 1992 e 1994.⁴ Apesar de não ter sustentação formal, este valor corresponde ao ajustamento efectuado pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas que, entre 1992 e 1995, diminuiu as estimativas em relação à comunidade de 600 000 para 500 000 pessoas, como referido no capítulo I. Para além de eventuais ajustamentos relacionados com o envelhecimento natural da comunidade, a única explicação para esta

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 1 de Março de 1993, p.4.

² Consultar, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 26 de Abril de 1993, p.3.

³ *O Século de Joanesburgo*, 8 de Novembro de 1993, p.4.

⁴ Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000. Em contacto mantido em 12 de Maio de 2000, Isabel Cruz, proprietária da agência de viagens Intermundial, em Rosettenville, referiu que, apesar de muitas terem voltado posteriormente, terão saído de Joanesburgo cerca de 6 000 famílias lusas, enquanto no total da África do Sul terão atingido as 30 000.

abrupta redução de efectivos reside no diagnosticar de um movimento de êxodo,¹ atribuído aos factores referenciados, tornando-se credível avançar com um novo pico de saída da África do Sul entre 1992 e Abril de 1994.

3. As Eleições de 1994: Regresso Temporário e Definitivo a Portugal

Nas semanas que antecederam as eleições de Abril de 1994, em que se temia uma escalada da violência política, os voos que chegavam a Lisboa provenientes de Joanesburgo estavam lotados com centenas de portugueses, viajando sem marcação de data de regresso.² A maior parte destas pessoas que, apesar da impossibilidade de uma quantificação exacta, ascenderiam no total a largos milhares, optara por usufruir de um período de férias prolongado em Portugal, aguardando prudentemente à distância os desenvolvimentos políticos na África do Sul.³ Uma outra faixa da comunidade decidiu-se pela radicação permanente em Portugal, situação mais susceptível de envolver continentais e ex-refugiados, usualmente trabalhadores por conta de outrem, ao contrário dos madeirenses, maioritariamente detentores de negócios e, por isso, menos propensos a contemplar uma saída definitiva da África do Sul, enquadrando-se sobretudo no fluxo temporário. Nalguns bairros de Joanesburgo densamente povoados por portugueses, como La Rochelle, Rosettenville e Regents Park, o êxodo de continentais com destino a Portugal foi de tal forma notório⁴ que o próprio ANC “lançou um apelo à comunidade portuguesa, [no sentido de permanecer] na África do Sul.”⁵ Note-se que, até muito próximo do acto eleitoral, subsistiram dúvidas quanto à participação de forças políticas como o IFP, que, juntamente com as exigências de um Estado próprio por parte dos afrikaners conservadores, alimentaram receios de um cenário de guerra civil. Neste contexto, é importante tecer algumas considerações, que podem ajudar a clarificar as diferentes atitudes e o

¹ Confirmado através de numerosos contactos no terreno e que os dados constantes no Apêndice 13 e no quadro anterior também consubstanciam.

² Cf. o *Diário de Notícias* de 9 de Abril de 1994, s.p. Ver também a edição de 19 de Março de 1994, p.16 e o *The Star* de 5 de Abril de 1994, s.p.

³ Ver, por exemplo, *The Star* de 19 de Março de 1994, s.p. e *Notícia*, Ano V, N.º 53, Julho de 1995, p.42.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre Miguel Lemos, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000 e com José Nascimento, Advogado, em Glenvista, Joanesburgo, 28 de Junho de 2000. Ver ainda o *Século de Joanesburgo* de 14 de Março de 1994, p.14.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 31 de Janeiro de 1994, p.3.

clima que então se vivia na comunidade. Apesar dos receios quanto ao futuro, a maior parte dos portugueses mostrou-se determinada a ficar na África do Sul por uma variedade de motivos, seja por comprometimento para com o país, pela sua idade avançada ou por simplesmente não possuírem posses materiais que lhes permitissem contemplar qualquer outra possibilidade.¹ Por outro lado, muitos indivíduos da primeira geração que pensavam em retornar definitivamente a Portugal foram confrontados com a resistência a esta ideia por parte dos filhos e netos.² Um outro factor, que terá influenciado decisivamente muitas famílias, prendia-se com os alertas face às condições socioeconómicas em Portugal, emitidos pela imprensa comunitária e por alguns conterrâneos, os quais, em sentido oposto às movimentações de então, regressavam desiludidos à África do Sul apenas alguns meses após ensaiarem um recomeço de vida na sua terra natal.³ A narração dos problemas laborais e de ajustamento dos mais jovens, por exemplo ao nível linguístico, terão dissuadido muitos quanto a este tipo de solução, tornando-se óbvio que Portugal enfrentaria dificuldades “para absorver, de novo, grandes contingentes humanos.”⁴ Algo surpreendentemente, os actos de violência política terminaram imediatamente antes do sufrágio, classificado a todos os títulos como exemplar. Para sul-africanos e portugueses, a reacção inicial foi de intenso alívio, por tudo ter decorrido de forma ordeira, democrática e transparente, sem qualquer incidente violento. O mesmo sentimento existiu em relação à aceitação dos resultados por parte de todos os intervenientes e à constituição de um Governo de Unidade Nacional, que garantia representação às diversas componentes populacionais. Face a este panorama político, a comunidade mostrou-se então mais calma, optimista e comprometida com a nova África do Sul, o que em grande parte também se deveu à confiança que inspirava a figura conciliadora de Mandela, sendo importante sublinhar o seu elevado grau de aceitação junto dos portugueses, como foi possível constatar no terreno.

4. O Retorno à África do Sul e os Problemas Socioeconómicos

“Após a tomada de posse [do] Presidente Mandela e o apaziguamento da situação, um considerável número de portugueses, que entretanto haviam

¹ Cf. *Notícia*, Ano III, N.º 28, Maio de 1993, p.5 e N.º 30, Julho de 1993, p.3.

² Ver, por exemplo, o *Jornal de Notícias* de 18 de Fevereiro de 1994, s.p.

³ Consultar, por exemplo, *Grande Reportagem*, N.º 37, Ano V, Abril de 1994, p.37.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 21 de Fevereiro de 1994, p.9.

regressado a Portugal, voltaram para a África do Sul.”¹ Para além dos que tinham saído temporariamente, com a intenção de retomar a sua vida na África do Sul após a fase de transição política,² este refluxo envolveu também portugueses que, pouco antes, tinham tentado um regresso definitivo a Portugal, como verificámos, existindo indicações de que este fenómeno ter-se-ia iniciado ainda em 1993. “Sem habitação própria, alojados em casas de familiares, adultos e crianças não se adaptaram [aos] espaços exíguos [e] diferentes mentalidades. (...) O pior de todos os problemas, no entanto, recaía na falta de emprego. [Por estes motivos, apenas] 2 meses após as eleições sul-africanas,”³ muitos decidiram voltar para a África do Sul, onde o êxodo de europeus proporcionara novas oportunidades de trabalho e os desafios de adaptação eram substancialmente menores. Nesta última vertente, as dificuldades eram sentidas com particular acuidade no seio dos jovens luso-descendentes, para a maior parte dos quais “Portugal é apenas uma terra bonita, onde os pais nasceram, mas pequena demais para as ambições de quem cresceu e estudou na África do Sul.”⁴ Segundo os dados que foi possível agregar, após as eleições o retorno dos portugueses à África do Sul ter-se-á processado ao longo de um período de tempo relativamente extenso, pelo menos de cerca de 1 ano, sensivelmente de Maio-Junho de 1994 a meados do ano seguinte, pois existem referências de que ainda prosseguia em Maio de 1995.⁵ Tal denota uma prudência que, para além dos aspectos políticos, estaria também relacionada com a criminalidade violenta, sendo pertinente relembrar que 1995 foi o ano em que surgiram os primeiros sinais públicos de indignação na comunidade, face ao crescente número de famílias enlutadas. Por outro lado, apesar de não ser tão importante como em relação a 1993 e a 1994, como constatado nos quadros prévios, prosseguia o fluxo de portugueses com destino a Portugal, o que não constituía um sinal encorajador para os que já aqui se encontravam. O quadro seguinte, referente às remessas de emigrantes, pode ter várias leituras, mas acredita-se que também reflecte o estado de espírito na comunidade, face às transformações políticas na África do Sul.

¹ Comunicação Pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Pretória, 14 de Julho de 2000 e Isabel Cruz, Empresária (Sector de Viagens e Turismo), em Rosettenville, 12 de Maio de 2000.

² Comunicação Pessoal com José Tiago, Técnico Electricista no Ramo Automóvel e Dirigente no Núcleo de Arte e Cultura, Rosettenville, Joanesburgo, 14 de Junho de 2000.

³ *Expresso*, 20 de Agosto de 1994, s.p. Ver ainda *O Século de Joanesburgo* de 11 de Julho de 1994, p.20.

⁴ *Grande Reportagem*, N.º 37, Ano V, Abril de 1994, p.36.

⁵ Segundo *O Século de Joanesburgo* de 1 de Maio de 1995, p.20.

Quadro 22

Evolução das Remessas dos Portugueses Residentes na África do Sul, 1990-1996

Ano	Montante (Milhões €)
1990	57 446
1991	46 617
1992	45 001
1993	54 388
1994	21 667
1995	11 272
1996*	6 259

* até Agosto

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Elementos Informativos Sobre as Comunidades Portuguesas a Residir e a Trabalhar no Estrangeiro*, Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Lisboa, 22 de Novembro de 1996. Quadro adaptado. Nota: os dados são oriundos do Banco de Portugal.

Entre 1990 e 1993, período de grande instabilidade e violência político-social, as remessas são bastante elevadas, o que pode indiciar uma menor confiança face ao país de acolhimento. Em 1994, ano das primeiras eleições multiraciais, regista-se uma acentuada quebra, mantendo-se esta tendência desde então, o que não significa necessariamente uma maior propensão para investir na África do Sul, sendo mais provável que a explicação derive do facto de muitos portugueses já terem a recato as suas poupanças e à diminuição da capacidade de aforro, devido à desvalorização da moeda sul-africana face ao euro. Um último factor justificativo reside no movimento de saída contínuo que se registou ao longo dos anos referidos.

Em 1995, superada a fase dos temores políticos, pelo menos no que respeita aos cenários mais sombrios, as preocupações da comunidade e da sociedade sul-africana passaram a concentrar-se na violência criminal, cuja gravidade suscitava debates em torno da restauração da pena de morte.¹ Assim, embora já não por motivos políticos, a situação de segurança dos portugueses manteve-se precária, o que justifica que Portugal continuasse a monitorizar o seu estado de espírito. Na realidade, a degradação das condições de segurança atingiria um patamar tal que os próprios responsáveis pelo Consulado-Geral de Joanesburgo começaram a ponderar a sua transferência do centro de Joanesburgo para Bruma, no leste da cidade.² Enquanto no seio da comunidade se esboçavam crescentes

¹ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 4 de Dezembro de 1995, p.2.

² Cf. *O Século de Joanesburgo* de 10 de Março de 1997, pp.1-18.

tendências de protesto, fomentadas pela impotência das autoridades e pelos funerais das vítimas da criminalidade, o político luso-descendente Manuel de Freitas, através de uma carta aberta, apelava à intervenção urgente do Presidente Mandela, no sentido de se conter “a espiral de violência, [ênfatisando que] a comunidade portuguesa ama (...) e não deseja deixar a África do Sul, [mas] devido à (...) criminalidade, há muitas pessoas que (...) se vêm forçadas a emigrar.”¹ Relembre-se que em 1997 ainda subsistiam receios, entre portugueses, de que poderiam estar a ser alvo de uma perseguição racial, devido à barbárie presente nalguns actos criminosos, raciocínio que ainda se aplica, na actualidade, aos africaners residentes nas zonas rurais. Apesar de tal percepção não corresponder à realidade, sublinhando a Embaixada sul-africana em Lisboa “que o crime e a violência não são dirigidos contra nenhum grupo étnico em particular,”² contribuía para um sentimento de nervosismo colectivo, sobretudo quando potenciado por eventos noutros países, particularmente quando envolviam portugueses. Em Março de 1997, o agravamento da situação no Zaire concentrou novamente as atenções. Nos meses anteriores espoletara uma guerra civil, que opunha as autoridades de Kinshasa aos rebeldes liderados por Laurent-Désiré Kabila. As pilhagens e a violência indiscriminada induziram Lisboa a aconselhar os cerca de 900 portugueses aí radicados a abandonarem o país,³ o que sucederia em grande escala em Abril de 1998. Tal como em 1991, as Forças Armadas lusas integrar-se-iam activamente no plano de evacuação de cidadãos europeus, no âmbito do acordo de cooperação entre Estados da União Europeia. Pouco depois, em Setembro de 1998, eclodiu uma confrontação armada no Lesotho e diversos “comerciantes portugueses foram vítimas [colaterais da violência], perdendo (...) os seus negócios,”⁴ o que suscitou reacções dos conselheiros da comunidade lusa da África do Sul, os quais expressaram profunda preocupação face à proximidade geográfica destes desenvolvimentos,⁵ num contexto em que já se apelava a Portugal no sentido de proporcionar auxílio psicológico urgente às traumatizadas vítimas do crime na África do Sul. De facto, a própria Igreja Católica denotava uma inquietação crescente face às consequências da criminalidade na estabilidade emocional da comunidade, motivando uma mensagem do Bispo da Diocese do Funchal, D. Teodoro Faria, em que, para além da referência ao apoio espiritual às vítimas da violência, instava as famílias portuguesas residentes na África do Sul a “procurar reservas interiores para suportar os maus momentos e pensar muito seriamente (...) que não é deixando a África do Sul que se resolvem todos os

¹ *O Século de Joanesburgo*, 19 de Maio de 1997, p.9.

² *Notícia*, Ano VII, N.º 72, Abril de 1997, p.42.

³ Cf. *O Século de Joanesburgo* de 17 de Março de 1997, p.1, de 24 de Março de 1997, pp.1-38.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 3 de Maio de 1999, p.7.

⁵ O Lesotho é um enclave no território sul-africano.

problemas.”¹ Este conselho reflecte não só um reconhecimento do grau de pressão a que os portugueses estavam sujeitos, por terem de lidar no seu quotidiano com a violência, como comprova que a tendência de saída da África do Sul não se desvanecera, antes assumira um cariz permanente, mesmo que sem grande visibilidade em termos numéricos, tendo como factor preponderante os assustadores índices de criminalidade.² No entanto, saliente-se que outras variáveis terão contribuído para travar um possível movimento mais importante de abandono da África do Sul, entre os quais podemos salientar a normalização da vida política, a consciência das “dificuldades de reinserção das famílias em Portugal e a escassez de oportunidades noutras regiões do mundo,”³ particularmente no que respeita aos portugueses da primeira geração, muitos com idades próximas da reforma. Por outro lado, na faixa etária mais jovem, mantinha-se um estado de espírito em que sobressaía a vontade em permanecer na África do Sul,⁴ o que assumia uma importância primordial para muitos pais propensos a privilegiar uma solução de retorno a Portugal. No entanto, a persistência das dificuldades económico-sociais e algumas transformações inerentes à democratização da sociedade contribuiriam para alterar, gradualmente, este posicionamento dos luso-descendentes. Hoje é difícil para qualquer pessoa obter colocação no saturado mercado laboral sul-africano, mas os obstáculos estão a acumular-se para os jovens europeus, devido aos programas de *affirmative action*, considerados por muitos como *reversed apartheid*, porque lhes “limita[m] o acesso (...) aos postos de trabalho, [por exemplo, ao estabelecerem] que 50% dos quadros das empresas sejam constituídos por africanos,”⁵ mesmo que não possuam preparação técnica para tal. Este *empowerment* da maioria africana decorre, de facto, num contexto de discriminação racial positiva por parte do Estado, imbuída de um cariz compensatório, pelo que possui uma essência benéfica. Na realidade, convém lembrar que a opção dos africanos foi a de não espoliar a minoria branca e concentrar esforços na edificação de um novo imaginário colectivo, expresso na “nação arco-íris”. Este reconhecimento da diversidade etno-racial tem sido central, instando as pessoas a definirem-se “pela sua pertença comum a uma identidade nacional e já não em função de estatutos diferenciados determinados

¹ *O Século de Joanesburgo*, 16 de Novembro de 1998, p.6.

² Entre 1994 e 1998, faleceram na África do Sul mais de 128 000 pessoas, devido à criminalidade. E apenas em 1998, as armas de fogo vitimaram (mortalmente) mais de 11 000 pessoas, índice só superado nesse ano pela Colômbia, segundo *O Século de Joanesburgo* de 25 de Janeiro de 1999, p.20.

³ *O Século de Joanesburgo*, 26 de Maio de 1997, p.28.

⁴ Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 2 de Fevereiro de 1996, p.9.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, Suplemento ‘Comunidade no Feminino’, Julho de 1998, pp.4-5.

pela cor da pele.”¹ No entanto, a reconciliação pode prolongar-se por décadas e, apesar de o *apartheid* ter sido repellido, subsistem óbvias diferenças de estatuto social e de bem-estar económico entre segmentos populacionais. É neste enquadramento que as medidas assinaladas emergem, visando elevar as possibilidades de ascensão socioeconómica de uma maioria que anseia por oportunidades imediatas, independentemente de possuir ou não as qualificações literárias e experiência profissional mais adequadas.² Todos estes aspectos, a par da deterioração de alguns sectores públicos, como a justiça e a prestação de serviços sanitários, têm contribuído para a percepção de que a gestão do aparelho estatal não é eficaz e estão a provocar um sentimento de desilusão na população europeia. Apesar de não ser intencional o enfoque nos aspectos mais polémicos da *affirmative action*, tal não deixa de ser crucial para entender a realidade actual, nomeadamente no que se refere ao êxodo de quadros qualificados sul-africanos, que por sua vez se repercute negativamente na economia. Como sublinhou um docente da Universidade de Pretória, “este tratamento preferencial (...) resulta em noções como: «nós e as nossas crianças não temos futuro aqui e, assim, sairemos do país na primeira oportunidade». Ninguém [contempla] isto de forma ligeira, mas se as circunstâncias o exigem, fazem-no. (...) E têm-no feito em grandes números,”³ sobretudo devido à criminalidade, rumando à Grã-Bretanha, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.⁴ Este pessimismo face ao futuro deriva também do facto de já existirem casos de pobreza extrema entre os sul-africanos de origem europeia. Em Joanesburgo e nos arredores de Pretória, esta nova realidade é personificada pelos caucasianos que nos pedem uma moeda na rua ou vendem jornais junto dos semáforos, sobretudo afrikaners, alguns dos quais empunhando cartazes com os dizeres ‘*dispossessed*’. Tal referência reporta-se à mudança de regime, que, para alguns funcionários públicos, por exemplo, significou o fim de um emprego garantido e de outras benesses, como habitação proporcionada pelo Estado, sendo possível ver em Pretória famílias inteiras de pedintes afrikaners, uma imagem inesperada mas que também reflecte a nova África do Sul. Estas situações de miséria também já existem na comunidade lusa mas não são tão

¹ Darbon, Dominique, “L’institutionnalisation du Miracle Sud-Africain”, in *Hérodote-La Nouvelle Afrique du Sud*, N.º 82/83, La Découverte, Paris, 1996, p.123. Ver também Waddy, Nicholas, “Affirmative Action Versus Nonracialism in the New South Africa”, in *African Issues*, Vol. XXXII, Fall 2004, African Studies Association, Rutgers University, New Jersey, 2004, pp.1-8.

² Algo dificilmente coadunável, no curto prazo, com a morosidade da formação que seria necessária.

³ Küstner, Horst, *Notes on Ethnicity in South Africa*, Documento não publicado, Pretória, Janeiro-Junho de 2000, p.21.

⁴ Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000. Consultar ainda *Notícia*, Ano IX, N.º 91, Janeiro de 1999, p.29.

óbvias, frequentemente porque os que as sofrem as escondem, por vergonha, repercutindo alguma amargura no seio da comunidade, talvez porque na origem da decisão de emigrar esteve o desejo de aceder a melhores condições de vida (algo que nem todos conseguiram alcançar), o que justificaria todos os sacrifícios. Na verdade, no presente, esta predisposição reflecte-se também na atitude de coragem obstinada de muitos portugueses da primeira geração face à insegurança, em nome do futuro familiar que, apesar de, *per se*, não ser suficiente para eliminar a apreensão que todos sentem no quotidiano, permite compreender porque é que muitas pessoas tendem a assumir o crime como uma parte integrante da sua vida.

5. O Ressurgir das Preocupações Políticas e a Situação Actual

Entretanto, desde 1998 que o grau de ansiedade política vinha a elevar-se na comunidade, devido às eleições de 2 de Junho de 1999, que formalizariam a ascensão de Thabo Mbeki à liderança do Estado, em substituição de Mandela, bem como a implementação da regra da maioria sem restrições. Este reacender de receios políticos pré-eleitorais terá induzido um número significativo de portugueses a regressarem a Portugal¹ em 1999, algo que podemos constatar – mas não quantificar – através de referências na imprensa comunitária, que indiciam um êxodo muito significativo nos primeiros meses deste ano bem como num anormal movimento de contentores.² Ao analisar este período, a percepção que fica é a de que o sufrágio de 1999 apenas constituiu um catalisador adicional da saída dos portugueses, enquadrando-se numa multiplicidade de problemas quotidianos e preocupações quanto ao futuro que favoreciam esta opção. O regresso mantinha-se assim presente na mente de muitos, como constatou alguns meses depois um candidato pelo círculo de Fora da Europa em campanha eleitoral junto da comunidade, o qual, questionado pelos portugueses sobre um eventual repatriamento, assegurou “que Portugal (...) e a União Europeia estão preparados para qualquer eventualidade.”³ Na génese desta aparente obsessão dos portugueses estaria também um novo foco de instabilidade em África, o vizinho Zimbabwe, onde emergiu Morgan Tsvangirai, um líder oposicionista que colocou

¹ Segundo o *Público* de 28 de Outubro de 2001, p.32.

² Ver *Notícia*, Ano II, N.º 13, Fevereiro de 1992, p.7, Ano IX, N.º 93, Abril de 1999, p.3, Ano IX, N.º 99, Novembro de 1999, p.3, bem como *O Século de Joanesburgo* de 9 de Maio de 1994, p.12.

³ *O Século de Joanesburgo*, 27 de Setembro de 1999, p.18.

em causa a permanência de Robert Mugabe no poder. O ciclo de violência que se seguiu, a par da política de expropriações de propriedades de europeus, fomentou os piores receios, não só dos portugueses radicados naquele país – muitos dos quais refugiados das ex-colónias – como na África do Sul. Para muitos, estes desenvolvimentos prefiguravam novamente cenários catastróficos em relação ao futuro dos europeus em África, sobretudo devido às simpatias que a política de redistribuição de terras de Mugabe suscitava. Na verdade, desde o início da crise no Zimbabwe que se instalou um temor sub-reptício no segmento europeu da sociedade sul-africana, muitas vezes não reconhecido, centrado na possibilidade de replicação destas políticas na África do Sul, apesar de Pretória privilegiar o princípio da aquisição de terras – expresso no mote *willing buyer-willing seller* – e só em casos muito específicos, por exemplo, de remoção forçada de populações durante o período de *apartheid*, se contemplar uma expropriação. É sobre este pano de fundo que devem ser perspectivadas as tendências de regresso dos portugueses, tendo especial destaque a violência criminal que, em 1999, era descrita como “um verdadeiro pesadelo, [originando] muitos regressos definitivos a Portugal.”¹ Este quadro manter-se-ia ao longo do ano 2000, sendo a situação particularmente grave em Joanesburgo,² como foi possível constatar pessoalmente. A pressão psicológica das famílias é palpável, uma vez que quando um indivíduo sai para o trabalho não sabe se volta a ver os seus entes queridos e no lar existem múltiplos mecanismos de segurança, denotando um sentimento de cerco de que a maior parte já nem se apercebe. Muitos comerciantes portugueses têm falecido mas, como referiu um dos clérigos comunitários, as “pessoas (...) têm a coragem de continuar a trabalhar (...) num meio perigoso, [como] o centro da cidade de Joanesburgo, em lugares onde ninguém quer ter lojas. (...) E expõem a vida. Tenho muitos, muitos [paroquianos] que têm negócios e têm sido atacados.”³ Os dramas das famílias atingidas pela tragédia são intensamente vividos por estes religiosos, cientes de que “adolescentes perderam os seus pais quando mais precisavam deles para um crescimento equilibrado [e que as suas] vidas (...) foram irremediavelmente atingidas por este flagelo.”⁴ É virtualmente impossível encontrar uma pessoa que não tenha sido afectada pela criminalidade, directa ou indirectamente. É neste contexto que surge o Fórum Português Contra o Crime e a marcha que o Padre Carlos Gabriel decide convocar, explicitando que “é em nome dos inocentes que ousamos levantar a nossa voz e gritar por protecção das autoridades.”⁵ Vários

¹ *Notícia*, Ano IX, N.º 96, Julho / Agosto de 1999, p.7.

² Ver, por exemplo, *O Século de Joanesburgo* de 30 de Outubro de 2000, p.18.

³ Comunicação Pessoal com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000. Consultar o Apêndice 8.

⁴ *O Século de Joanesburgo*, 4 de Setembro de 2000, p.6.

⁵ *O Século de Joanesburgo*, 11 de Setembro de 2000, p.8.

milhares de pessoas aderiram ao protesto de 15 de Novembro de 2000, representando os diversos segmentos da população sul-africana e os principais grupos de imigrantes.¹ Na realidade, também outras comunidades com uma actividade predominantemente comercial, como a grega, são vítimas deste fenómeno,² pelo que, não obstante “a situação [ter evoluído] no sentido de uma adaptação ao contexto de violência,”³ regista-se em todos estes núcleos europeus uma propensão para abandonar a África do Sul, sublinhando o Padre António Nunes que “a comunidade italiana está muito diminuída, muitos já saíram para outros países. [Tal como os portugueses, queixam-se da] insegurança, não vêem futuro para si e para os seus filhos.”⁴ Os questionários e entrevistas realizadas proporcionam uma visão da situação em 2000 que, em moldes gerais, se mantém válida na actualidade, realçando-se as auscultações quanto a uma futura residência na África do Sul. De entre 262 pessoas da comunidade inquiridas, apenas cerca de 1/3 não tinham ainda pensado em regressar a Portugal, pelo que farão possivelmente parte do grupo dos portugueses determinados em permanecer na África do Sul. A perspectiva face aos que responderam afirmativamente (66,4%) suscita uma observação adicional, uma vez que estas pessoas, muitas das quais pertencentes à primeira geração, apesar de continuarem a residir na África do Sul, são potenciais candidatas ao êxodo em direcção a Portugal, devido a “esta violência [e] à impotência do Governo. (...) Mas muitos não criaram condições para regressar,”⁵ algo particularmente óbvio no segmento dos idosos que vivem com dificuldades económico-sociais, sem possibilidades financeiras para suportar o actual nível de vida europeu nem quaisquer pontos de sustentação, existindo casos de indivíduos que estão em África há 40 anos e não se deslocaram desde então a Portugal, onde não têm família a que recorrer nem um local para residir. As dificuldades estenderam-se aos que conseguiram adquirir a sua própria habitação na África do Sul e acumularam algumas poupanças, devido à conjugação da desvalorização do rand e dos imóveis, que se traduziram numa significativa redução da riqueza que anteriormente detinham. Efectivamente, esta é uma situação que afecta não só os idosos como todos os portugueses que contemplam um regresso à sua terra natal. Por um lado, os índices de criminalidade abalaram profundamente o mercado imobiliário e as pessoas estão cientes de que, mesmo que obtenham um comprador para a sua habitação, será

¹ Ver *O Século de Joanesburgo* de 20 de Novembro de 2000, pp.1-3.

² Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Mário Silva, Vice-Cônsul de Portugal em Pretória, Pretória, 14 de Julho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com o Padre António Nunes, Responsável pela paróquia de *Holy Cross* (Soweto), em Bordeaux, Joanesburgo, 10 de Julho de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com José Luís da Silva, Jornalista e Locutor da Rádio Cidade Internacional, em Alberton, Joanesburgo, 30 de Maio de 2000.

difícil beneficiarem de quaisquer mais-valias. Mas a variável mais importante é o valor da moeda, que em anos recentes sofreu uma acentuada quebra, resultando a conversão de randes para euros num montante final reduzido, concluindo muitos portugueses simplesmente que não podem ir para Portugal com tão pouco.¹ Como refere um quadro bancário, “antes das primeiras eleições [de 1994], as pessoas deslocaram-se para Portugal sem calcular as condições que iam encontrar, e muitos voltaram [para a África do Sul]. Hoje, os que regressam [a Portugal] já o fazem com uma certa programação,”² equacionando problemas como a colocação no mercado de trabalho e a integração dos filhos. Os que podem, canalizam parte dos rendimentos para investimentos em Portugal, sendo já frequentes situações de empresários que dividem o seu tempo entre os 2 países. Naturalmente que, para além do referido, a vertente familiar é fundamental, recusando-se muitos idosos a separarem-se dos filhos e netos que residem na África do Sul.³ Quanto aos casais adultos, profissionalmente activos, muitos têm filhos adolescentes e aguardam a conclusão dos seus estudos, excluindo de momento uma radicação em Portugal por este motivo.⁴ No entanto, já começam a surgir casos de pais que decidem abandonar a África do Sul devido à deterioração do nível de ensino sul-africano, estando subjacente a omnipresente preocupação com o futuro e a segurança dos descendentes.⁵ “As pessoas [com] crianças pequenas não vêem futuro para elas na África do Sul, [mas] apenas crime. E muitos pais já foram afectados, atacados, baleados... e [decidem sair, procurar] um lugar melhor, mais seguro. (...) Muitos portugueses têm [ido], não para Portugal mas para (...) a Austrália, porque o espaço, estilo de vida e sistema de trabalho são semelhantes.”⁶ A crise económica também contribui para este movimento de saída, contínuo e quantitativamente discreto.⁷ Como referido, devido às suas ocupações profissionais, designadamente o facto

¹ Comunicação Pessoal com o Padre António Nunes, Responsável pela paróquia de *Holy Cross* (Soweto), em Bordeaux, Joanesburgo, 10 de Julho de 2000. Ver também *Notícia*, Ano IX, N.º 91, Janeiro de 1999, p.29.

² Comunicação Pessoal com Manuel Mendes, Director do Banco Internacional do Funchal, em Bruma, Joanesburgo, 12 de Julho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com o Padre António Nunes, Responsável pela paróquia de *Holy Cross* (Soweto), em Bordeaux, Joanesburgo, 10 de Julho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com Alexandre Santos, Membro do Conselho das Comunidades Portuguesas e da Comissão Social e Cultural do Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, Bordeaux, Joanesburgo, 19 de Julho de 2000.

⁵ Comunicação Pessoal com o Padre Miguel Lemos, Igreja de Santo António dos Portugueses, Mayfair, em Crown Mines, Joanesburgo, 5 de Julho de 2000.

⁶ Comunicações Pessoais com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000 e Luísa Vasconcelos, Empregada de Escritório, em Glenanda, Joanesburgo, 4 de Julho de 2000.

⁷ Comunicação Pessoal com João Carreira, Empresário (Sector Energético), em Boksborg, Joanesburgo, 1 de Julho de 2000. A dimensão do fenómeno é descrita desta forma por numerosos interlocutores.

de serem trabalhadores por conta de outrem ou proprietários de negócios, respectivamente, os continentais tenderão a incluir-se neste grupo,¹ enquanto os madeirenses serão os que mais resistem a abandonar a África do Sul, cientes das limitações espaciais e económicas da sua ilha. Existem ainda pessoas que nem sequer contemplan a possibilidade de regressar a Portugal, por terem nascido em África e preverem múltiplas dificuldades de adaptação na Europa.² Por outro lado, muitos partilham da opinião de que, “desde que a África do Sul consiga controlar o crime, este é um país admirável,”³ mantendo a esperança num futuro próspero e mais seguro. Os questionários proporcionam dados adicionais sobre os motivos que mantêm os portugueses na África do Sul, reforçando as perspectivas já apresentadas. De entre 211 pessoas da primeira geração, 29,3% apontaram motivos familiares, a mesma percentagem razões económicas e 18% o estilo de vida, que, no seu conjunto, representam 76,6% do total de respostas, salientando-se a paridade das 2 primeiras vertentes. No entanto, se tivermos em conta que 11,8% alegaram motivos económicos e familiares, no conjunto obtemos 149 indivíduos referindo estas 2 dimensões, o que corresponde a 70,6% do total de razões invocadas. Para além dos exemplos anteriormente referidos, algumas observações dos inquiridos espelham a existência de problemas dificilmente superáveis, como nos casos em que o cônjuge é sul-africano. Num cenário de regresso, tal significaria uma separação que muitos não equacionam, cientes de que o ramo familiar sul-africano não tem acesso ao passaporte português. Quanto aos aspectos económicos, os comentários tendem a centrar-se nas comparações entre as realidades lusa e sul-africana, imperando o pragmatismo. Sintetizando, a maior parte das pessoas tem assegurada a sua sobrevivência económica na África do Sul, mas não em Portugal. Nos 11,3% de respostas que agregam motivos vários, destacam-se as dificuldades de adaptação a Portugal, a persistência de uma mágoa em relação ao processo de descolonização e, paralelamente, o sentimento de gratidão para com a África do Sul, onde muitos refugiados se estabeleceram. No geral, percebe-se que, ao longo das décadas, se consolidou uma ligação de afectividade entre os portugueses e o país de acolhimento, que de alguma forma se reflecte nos 18% de respostas que se referem ao estilo de vida sul-africano. Solicitados a pronunciarem-se sobre uma data específica em que pensaram seriamente no regresso, algumas dezenas de pessoas responderam de forma concisa, permitindo a elaboração do quadro seguinte.

¹ A análise dos anúncios de contentores, publicados n' *O Século de Joanesburgo* entre 1991 e 1999, de que resultou o Apêndice 13, comprova que a esmagadora maioria tinha por destino Portugal continental.

² Comunicação Pessoal com Viriato Barreto, Proprietário do canal TVP – Televisão Portuguesa, em Wynberg, Joanesburgo, 15 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Durval Marques, Representante na África Austral da Associação Empresarial de Portugal (AEP), em Illovo, Joanesburgo, 17 de Julho de 2000.

Quadro 23
Ano Em Que Portugueses da Primeira Geração Residentes em
Joanesburgo e Pretória Ponderaram Regressar a Portugal, 2000

	N.º Pessoas	%
1974	1	1,6
1976	1	1,6
1979	1	1,6
1981	2	3,3
1982	1	1,6
1986	1	1,6
1988	3	5,0
1990	5	8,4
1992	2	3,3
1993	3	5,0
1994	14	23,7
1995	1	1,6
1996	1	1,6
1997	1	1,6
1998	4	6,7
1999	5	8,4
2000	11	18,6
2001	1	1,6
2006	1	1,6

Fonte: Questionários no terreno. O total de respostas é de 59.

1994 e 2000 agregam uma clara maioria de respostas, confirmando que se mantém uma propensão para o regresso a Portugal, mesmo que a prazo, e revelando 2 fases distintas, ao longo da década de 1990. De facto, constata-se que, entre 1990 e 1994, 40,4% dos inquiridos consideraram o retorno a Portugal, emergindo uma percentagem equivalente (38,5%) entre 1995 e 2000. O quadro seguinte ajuda a contextualizar estas tendências, dado que foi elaborado a partir de inquéritos da revista *Notícia*, centrados nas principais preocupações dos portugueses entre 1991 e 2000. Apesar de envolver uma amostra de apenas 89 pessoas, as respostas, obtidas ao longo de um período importante e relativamente extenso, revelaram-se consistentes, pelo que não são meramente indicativas. A principal preocupação constante no quadro foi a mais referida ao longo de todos

os meses destes anos, sublinhando-se que as dificuldades económicas ocuparam sempre a segunda posição, sendo particularmente enfatizadas após 1995.

Quadro 24
Principais Preocupações dos Portugueses na África do Sul, 1991-2000

1991	Violência / Instabilidade Política
1992	Violência / Instabilidade Política
1993	Violência / Instabilidade Política
1994	Violência / Instabilidade Política
1995	Criminalidade
1996	Criminalidade
1997	Criminalidade
1998	Criminalidade
1999	Criminalidade
2000	Criminalidade

Fonte: *Notícia*, de Ano I, N.º 6, Julho de 1991 a Ano X, N.º 102, Fevereiro de 2000, inclusive. Nota: a amostra é constituída por uma maioria de indivíduos da primeira geração, mas também inclui luso-descendentes. As suas idades situam-se entre os 18 e os 78 anos, residindo a esmagadora maioria na área metropolitana de Joanesburgo.

Ao nível dos questionários, se dentro do grupo que respondeu afirmativamente à questão sobre o regresso a Portugal explorarmos os aspectos qualitativos, emergem 76 respostas adicionais e que reforçam as conclusões obtidas.

Quadro 25
Considerações dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória Sobre Um Eventual Regresso a Portugal, 2000

		N.º Pessoas	%
Categoria 1	Um Dia / Não sei	13	17,1
Categoria 2	De Vez em Quando	12	15,7
Categoria 3	Várias Vezes / Muitas Vezes / Sempre	25	32,8
Categoria 4	Logo que possível / Quando tiver condições	26	34,2

Fonte: Questionários no terreno. O total de respostas é de 76.

O quadro denota que, para além da ligação afectiva à terra natal (categoria 3), subsistem as preocupações com a criminalidade e dúvidas quanto à estabilidade económico-social futura da África do Sul (categorias 1, 2 e 4). No entanto, o

aspecto mais importante a realçar prende-se com a dependência dos inquiridos em relação às contingências familiares, financeiras e profissionais (categoria 4), determinantes na programação do regresso. Neste último conjunto de respostas, enquanto alguns aguardam que os filhos concluam o ciclo escolar em que se encontram – procurando entretanto convencer os mais recalcitrantes a radicarem-se em Portugal – outros estão apostados em reunir as condições financeiras mais favoráveis, privilegiando uma estratégia de aforro. E os que estão mais próximos da reforma simplesmente aguardam que esta se efective. Quando conseguirem edificar as condições que consideram necessárias, parte destas pessoas serão protagonistas do movimento contínuo de regresso a Portugal que se verifica. Em relação ao total de questionários preenchidos pela primeira geração, se excluirmos os que não explicitaram o local de nascimento e os que nasceram fora de território luso, concentrando-nos apenas nos naturais de Portugal continental, Madeira, Angola e Moçambique, obtemos o quadro seguinte.

Quadro 26
Tendências de Regresso e Naturalidade dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000

	Pensou Regressar a Portugal?				Total Pessoas
	Sim	%	Não	%	
Continentais	96	69,0	43	30,9	139
Madeirenses	30	68,1	14	31,8	44
Moçambicanos	21	53,8	18	46,1	39
Angolanos	10	55,5	8	44,4	18
Total Pessoas	157		83		240

Fonte: Questionários no terreno. Nota: os termos moçambicano e angolano referem-se a portugueses nascidos nas ex-províncias ultramarinas.

As percentagens referem-se ao total de pessoas que integram o segmento e não ao total da amostra, uma vez que as distintas dimensões dos grupos em presença poderiam conduzir a distorções indesejáveis. Apesar da limitada dimensão das amostras, os resultados obtidos permitem realizar algumas comparações interessantes, revelando os continentais e ilhéus um pensamento mais idêntico do que o esperado, o que de alguma forma contradiz a percepção avançada sobre os madeirenses. No entanto, apesar de se registar este dado, uma amostra mais substancial poderia conduzir a outras conclusões, pelo que seria errado extrapolar demasiado e colocar irremediavelmente em causa diversas fontes que são unânimes na apreciação do comportamento dos madeirenses, desde logo, os próprios. Quanto aos

moçambicanos e angolanos, neste quadro surgem também com tendências similares, mostrando-se menos propensos a considerar um regresso a Portugal, o que não significa que um abandono da África do Sul esteja excluído. Na verdade, Portugal pode nem ser o destino escolhido. Sensivelmente desde 1992, um número crescente de portugueses aposta em edificar negócios em Moçambique, devido à facilidade de relacionamento e ao interesse de Maputo em reforçar o tecido empresarial autóctone no pós-guerra.¹ Para Angola também têm regressado vários portugueses que aí viveram até à descolonização, apesar de muitos ainda considerarem que esta não é a altura mais propícia.² Existem ainda outros destinos, como a Austrália e a Nova Zelândia, que estão a ser contemplados³ não só pela primeira geração mas também – e sobretudo – pelos luso-descendentes.

Em 1995, McDuling inquiriu algumas dezenas de luso-descendentes residentes em Joanesburgo, entre estudantes e indivíduos já economicamente activos, sobre as suas percepções face à África do Sul.⁴ Apesar de esta amostra de 54 luso-descendentes ser reduzida, tal como a obtida durante a pesquisa de 2000, em conjunto proporcionam uma visão importante sobre as perspectivas e anseios dos jovens de origem portuguesa, que se acreditam essenciais para prospectivar o futuro da comunidade. Constata-se que, não obstante os que planeavam, a nível pessoal ou familiar, uma saída a prazo da África do Sul serem uma minoria (16,6%), correspondendo a cerca de metade dos que afirmavam convictamente aí pretendem continuar (31,4%), mais de metade (51,8%) dos jovens revelou dúvidas quanto ao seu futuro na África do Sul, deixando assim em aberto esta opção. A análise dos motivos invocados ajuda a compreender melhor os diversos posicionamentos. Em relação aos que afirmaram pretender permanecer definitivamente na África do Sul, os laços com este país, onde a maior parte destes jovens nasceu, bem como o seu estilo de vida, surgem como os factores mais importantes. Por outro lado, alguns são herdeiros de negócios, pelo que desejam continuar na África do Sul também por motivos económicos. Em relação às restantes respostas, a situação política e a pressão familiar para abandonar a África do Sul são as variáveis fundamentais. Alguns dos jovens em idade escolar apenas aguardavam o final do ano lectivo para poderem prosseguir os seus estudos sem interrupções noutra país, na esmagadora

¹ A legislação moçambicana exige que os investimentos de estrangeiros envolvam sócios nacionais.

² Desde então, após a morte de Jonas Savimbi, é natural que esta situação se tenha alterado. Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, em Bordeaux, Joanesburgo, 28 de Maio de 2000.

³ Comunicação Pessoal com José Luís da Silva, Jornalista e Locutor da Rádio Cidade Internacional, em Alberton, Joanesburgo, 30 de Maio de 2000. Em Setembro de 1993 começaram a surgir anúncios esporádicos referentes a entrevistas e a auxílio à emigração com destino à Nova Zelândia, como se pode constatar na edição de *O Século de Joanesburgo* de 13 de Setembro de 1993, p.22.

⁴ Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, pp.87-99.

maioria dos casos, Portugal. McDuling tentou então atestar quais os laços existentes entre estes jovens e o país de origem dos pais, verificando que 92,4% dos inquiridos já tinham tido a oportunidade de conhecer pessoalmente Portugal,¹ algo que os questionários de 2000 comprovam, uma vez que entre as 31 respostas obtidas, apenas 1 pessoa ainda não visitara Portugal. Apesar de as deslocações regulares dos inquiridos por McDuling ascenderem a somente cerca de 40% do total, a esmagadora maioria destes luso-descendentes (81,4%) possuía um contacto permanente com entes queridos e amigos no estrangeiro.² Enquanto os laços familiares conduzem naturalmente a Portugal, em relação aos amigos a forma como a questão foi colocada suscita dúvidas, uma vez que se afigura bastante difícil que o círculo de amizades permanentes dos mais jovens se estendesse ao nosso país. No entanto, no caso dos luso-descendentes em idade adulta, é possível que se referissem a pessoas das suas relações que tivessem optado recentemente por se radicar noutros países. De facto, durante este estudo tornou-se óbvio que vários luso-descendentes, com idades entre os 25 e os 30 anos, mantinham ligações estreitas com compatriotas expatriados, por exemplo, na Austrália, os quais constituíam uma fonte de informações de grande valia para os que permaneciam na África do Sul, interessados nas suas condições de vida e em saber como decorria o processo de adaptação ao novo país. Na verdade, não é demais enfatizar que Portugal não é obrigatoriamente o seu destino de eleição, o que certamente também terá influído nalgumas das 43 respostas obtidas em 2000 à pergunta sobre se já tinham colocado a possibilidade de se mudarem permanentemente para Portugal, à qual responderam afirmativamente 41,8%. Tendo em conta o que foi acima referido, é necessária uma cautela acrescida na análise destes dados. Desde logo, o facto de uma grande percentagem (58,1%) de luso-descendentes recusar uma radicação em Portugal não deve ser interpretado como uma decisão inamovível de permanecer na África do Sul, pois alguns estão efectivamente a ponderar uma saída, mas para outro país que não Portugal. Independentemente destas considerações, adiante consubstanciadas, este grupo de jovens explicitou claramente que Portugal não constitui uma opção no seu futuro imediato. Situação inversa ocorre face aos que responderam positivamente à questão que lhes foi colocada, os quais constituem também uma percentagem muito significativa, facto que não deve ser ofuscado pela maioria de inquiridos que responderam negativamente. Efectivamente, se cruzarmos outros dados fornecidos por estes luso-descendentes, constantes no capítulo V, verificamos que 79,1% se mantêm informados sobre o que se passa em Portugal, o que denota uma consciência de que Portugal, em caso de necessidade ou de emergência, seria o seu primeiro

¹ Ver McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.117.

² Cf. McDuling, Allistair James, *ibidem*, p.118.

(ainda que não final) destino. Podemos aprofundar esta linha de análise, dado que os luso-descendentes foram solicitados a identificar os motivos que os induziam a permanecer na África do Sul ou a equacionar uma radicação em Portugal. No que se refere ao primeiro grupo, os jovens revelaram alguma incerteza quanto às razões a apontar, o que em parte justifica a redução da amostra para 10 indivíduos. No entanto, a vivência sul-africana, o facto de considerarem a África do Sul a sua pátria e Portugal pouco representar no seu imaginário obtiveram, no seu conjunto, 50% das respostas, enquanto 20% invocaram motivos familiares para permanecerem na África do Sul, mostrando-se recalcitrantes em separarem-se dos parentes aí radicados, usualmente os próprios pais, sendo pertinente relembrar que muitos jovens de origem portuguesa já são casados(as) com sul-africano(as), pelo que alguns dos inquiridos não estão a cingir-se apenas ao ramo luso da família. Somente 1 luso-descendente referiu especificamente motivos económicos, sendo possível explicitar que possui investimentos próprios. Na categoria “Outros”, que abrange 20% das respostas, enquadram-se os luso-descendentes cujas famílias tinham protagonizado um regresso a Portugal alguns anos antes. As dificuldades de adaptação e na edificação de condições de sustentação condignas para todos os membros da família revelaram-se aparentemente inultrapassáveis, originando um retorno desencantado à África do Sul. Nestes casos, só em circunstâncias anormais as pessoas voltariam a ponderar Portugal como destino. Quanto aos que privilegiam Portugal, obtiveram-se 18 respostas, sendo o núcleo de razões assinaladas como mais importantes para saírem da África do Sul uma mescla de variáveis políticas, económicas e sociais, designadamente a elevada criminalidade, a ânsia de segurança e as directrizes político-económicas do actual governo sul-africano, sobretudo os programas de *affirmative action*, que impedem 61,1% dos jovens de visualizar um futuro na África do Sul. Assim, é importante constatar que não são propriamente os elos culturais com Portugal que estão no topo dos argumentos dos luso-descendentes que contemplan uma radicação em Portugal, se bem que 16,6% tenham invocado as raízes culturais lusas como a principal variável. Para estes, Portugal representa uma ancestralidade atraente, um regresso a origens que também consideram como suas. Os diversos comentários efectuados pelos jovens são esclarecedores, tendo alguns realçado o seu anseio de viverem num ambiente exclusivamente luso e enquadrados por familiares até agora geograficamente distantes. Alguns luso-descendentes identificaram-se simplesmente como portugueses e manifestaram o desejo de “voltar para casa”, mostrando-se cientes de que terão de enfrentar problemas de adaptação, por exemplo, ao nível do espaço físico e de inserção no sistema de ensino. É importante sublinhar que esta determinação reflecte uma vontade expressa destes jovens de erigirem um futuro em Portugal, o que aliás é corroborado pelo facto

de apenas 11% dos inquiridos terem referido motivos familiares, leia-se, decisões dos pais ou pressões dos mesmos, como estando subjacentes à sua saída da África do Sul. Desta forma, podemos detectar alguma evolução face a anos anteriores. Antes de analisarmos o que significam Portugal e a África do Sul para estes luso-descendentes, é importante ter em conta alguns aspectos adicionais. Obviamente que, tendo nascido na África do Sul, todos os luso-descendentes possuem a nacionalidade sul-africana. No entanto, por via dos seus ascendentes, podem também aceder à cidadania portuguesa. De entre os 31 inquiridos que responderam a questões relacionadas com esta vertente, 28 jovens, ou 90,3% do total, referiram possuir a dupla nacionalidade, enquanto apenas 3 indivíduos (9,6%) detêm somente a sul-africana. Assim, na esmagadora maioria dos casos, existiu uma preocupação, por parte dos pais ou dos jovens, em assegurar uma ligação formal com Portugal. Quanto aos aspectos culturais, os dados seguintes proporcionam uma comparação entre o que representam ambos os países para estes jovens. Os laços familiares e culturais sobressaem como os mais fortes elos entre os luso-descendentes e Portugal, agregando 51,7% das 29 respostas. Na realidade, a maior parte dos jovens remete para estes 2 aspectos parte da sua identidade, registando-se que, para alguns inquiridos (6,8%), Portugal se sobrepõe à África do Sul, por terem vivido alguns anos da sua infância no nosso país. Quanto aos restantes, para além da natural influência do núcleo familiar mais próximo, também terá sido determinante a sua socialização num ambiente predominantemente português, como constatado em capítulos anteriores, sobretudo os que analisam as vertentes associativa, educativa e residencial. A herança cultural dos progenitores é, assim, aceite pela maioria dos luso-descendentes, reflectindo-se em comentários de jovens que explicitam que Portugal é parte da sua individualidade, sendo frequentemente classificado como a sua segunda pátria. Outros luso-descendentes, em número bastante significativo (31%), denotam uma menor empatia cultural face a Portugal, ao limitarem-se a considerações sobre a sua beleza e agradáveis períodos de férias. Na verdade, apenas os mais pragmáticos visualizavam um futuro para si em Portugal, algo que se reflecte numa das respostas à pergunta sobre o significado da África do Sul, em que o inquirido refere ser um “país sem futuro”. De entre os 31 entrevistados, uma clara maioria de 80,6% expressou, sem quaisquer reservas, o seu comprometimento para com o seu país natal, o estilo de vida e o cosmopolitismo sul-africano, em suma, com a outra vertente da sua identidade cultural. Também neste caso, os pragmáticos estão em minoria, optando 12,9% por destacar apenas os aspectos laborais e materiais da vivência sul-africana. Apesar de nos questionários não se solicitar uma comparação com Portugal, alguns jovens decidiram introduzir esta perspectiva nos seus comentários, demonstrando uma profunda ligação afectiva para

com a África do Sul, país que face a Portugal recolhe, sem margem para qualquer dúvida, as suas preferências. No entanto, alguns também diagnosticam o que impede que o seu seja um país de sonho: a criminalidade. É sobretudo este fenómeno que angustia os jovens e contribui para cercear as suas expectativas em relação ao futuro da África do Sul. E é neste contexto que muitos contemplan a possibilidade de seguirem os passos dos seus pais e emigrar.

6. Características e Reflexos do Êxodo Comunitário

Através dos contactos mantidos no terreno, é possível afirmar que subsiste um êxodo de portugueses e luso-descendentes, constante mas numericamente discreto, características que fazem com que este fenómeno passe despercebido¹ para o exterior, mas que não deixará de ser globalmente significativo. Apesar de não ter sido possível aceder à totalidade dos dados, se tomarmos novamente como referência os certificados de bagagem emitidos pelo Consulado-Geral de Joanesburgo, verificamos que, após o pico de 1994 e uma diminuição nos anos posteriores, voltou a registar-se uma elevação significativa em 2000, ascendendo então a 163.² As pessoas da comunidade estão conscientes desta saída a “conta-gotas” dos seus compatriotas, que tem contribuído para a instalação de um sentimento de desânimo, a par da criminalidade violenta e das expectativas goradas em relação ao crescimento económico que muitos esperavam que acompanhasse a democratização. Como referiu o jornalista da Lusa António Pina, “as pessoas estão a perder a fé [no futuro do país], o que é uma alteração substancial”³ face ao passado recente. Uma luso-descendente clarifica este estado de espírito, ao referir que “não podemos fazer planos a longo prazo, [devido ao] crime, à economia e à política. Não há certezas, sentimo-nos muito preocupados com o crime, não vemos solução imediata para o problema, que vai demorar muitos anos a resolver, pois (...) está relacionado com a economia, a sociedade e a educação.”⁴ Outro membro da comunicação social comunitária confirma que “as pessoas

¹ Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em 24 de Dezembro de 2001.

² Segundo nota da Agência Lusa de 14 de Novembro de 2001, que cita dados diplomáticos oficiais. Apesar de extravasar o âmbito temporal do estudo, é elucidativo que nesta data os certificados ascendessem já a 173, comprovando que a tendência de saída da África do Sul se manteve após 2000.

³ Comunicação Pessoal em 24 de Dezembro de 2001.

⁴ Comunicação Pessoal com M. F. (solicitou anonimato), Empregada de Escritório, em Randburg, Joanesburgo, 24 de Abril de 2000.

estão a ficar desanimadas,”¹ pelo que é previsível que se eleve o número de portugueses e luso-descendentes que optem por abandonar a África do Sul.

6.1 - Destinos Múltiplos

Tendo os questionários revelado que Portugal não constitui a única opção, torna-se então necessário analisar quais os outros destinos possíveis da primeira geração e dos luso-descendentes. Em relação aos primeiros, em 1994, para além de Portugal, os mais cépticos quanto ao desfecho do processo de transição política sul-africano decidiram radicar-se definitivamente noutra continente, apostando sobretudo na Austrália e na Nova Zelândia. Há ainda indícios de que outros rumaram para o Brasil e, em menor número, para os Estados Unidos da América e Canadá.² Desde então, a Austrália tem sido claramente um dos destinos privilegiados, não só pelos portugueses e luso-descendentes como por outras comunidades, como a judaica, a grega e a italiana, bem como pelos sul-africanos em geral.³ Um clima económico-social favorável, expresso em mais oportunidades de trabalho, acrescentam a esta lista o Canadá e a Grã-Bretanha, sobretudo no que se refere aos mais jovens, usualmente detentores de significativas qualificações técnicas e educacionais.⁴ Por outro lado, ao contrário do que sucede com Portugal, nestes países não se colocam problemas linguísticos nem de reconhecimento de habilitações académicas, dado que são todos de expressão anglófona. Quando questionamos os luso-descendentes sobre Portugal, muitos sublinham que a sua adaptação ao nosso país seria difícil ou muito difícil, desde logo devido ao problema da sua inserção no mercado laboral e ao estilo de vida que poderiam ambicionar. De facto, após a aquisição de um automóvel, como qualquer jovem sul-africano, os luso-descendentes aspiram a possuir um espaço próprio – usualmente um apartamento alugado – no mais curto espaço de tempo possível. Este sentido de independência, de auto-sustento, bem patente na sociedade sul-africana, seria quase impossível de concretizar em Portugal, devido aos elevados custos que

¹ Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, em 24 de Dezembro de 2001.

² Comunicação Pessoal com José Luís da Silva, Jornalista e Locutor da Rádio Cidade Internacional, em Alberton, Joanesburgo, 30 de Maio de 2000. Os dados proporcionados ao autor derivam da experiência deste ex-funcionário da *South African Airways* e de múltiplos contactos com agentes de viagens lusos.

³ Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000.

⁴ Comunicação Pessoal com Carlos Moreira, Empresário do Sector Imobiliário, em Rosettenville, Joanesburgo, 7 de Junho de 2000. Como se constatou no capítulo IV, cerca de 83% dos luso-descendentes inquiridos possuem o ensino secundário completo ou um grau universitário.

comporta e às dificuldades mencionadas, em particular as relacionadas com a obtenção de estabilidade financeira. Assim, a maioria dos luso-descendentes sabe que em Portugal não pode aspirar a uma qualidade de vida similar à usufruída na África do Sul,¹ o que explica que países como a Austrália e o Canadá sejam tão atraentes, não só para os jovens como para a primeira geração. No entanto, Portugal continua no horizonte de muitos elementos desta última, destacando-se o anseio dos mais idosos de terminarem os seus dias na sua terra natal.² Quanto aos jovens, as suas opções merecem uma atenção especial, sendo relevante que, entre as incertezas em relação a um futuro na África do Sul e os desafios da integração em Portugal, um número significativo insista em escolher o país de origem dos pais como destino de emigração, que para muitos constitui um regresso a uma parte importante das suas raízes culturais.³ Num contexto em que este fluxo começava a adquirir alguma dimensão, algo a que não terá sido alheio o facto de a imagem internacional de Portugal ter evoluído positivamente nos últimos anos, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas lançou um programa de estágios profissionais para luso-descendentes. Decorrendo em território português, em 2000 esta iniciativa já abrangia cerca de 1 000 jovens com formação superior provenientes de todo o mundo, constituindo uma primeira experiência de contacto com a realidade laboral portuguesa.⁴ No entanto, este esforço das autoridades não se traduz obrigatoriamente numa inserção permanente no mercado de trabalho de Portugal, pelo que não corresponde ainda aos anseios dos luso-descendentes que desejam fixar-se no nosso país, para os quais é essencial possuir uma base de sustentação financeira, como verificámos. A subsequente fase de retracção económica e a concorrência de um crescente número de jovens portugueses com qualificações universitárias terá instado muitos luso-descendentes a optarem por outros países da União Europeia, designadamente pela Grã-Bretanha. Na verdade, é um facto que alguns destes jovens prefeririam radicar-se em Portugal, mas simplesmente não encontram as condições socioeconómicas para tal.⁵ Assim, uma vez que, ao contrário do que sucede em relação ao mercado laboral luso, o britânico consegue absorver os luso-descendentes e que “a percentagem de

¹ Comunicação Pessoal com A.M. (solicitou anonimato), Empregada de Escritório, em Randburg, Joanesburgo, 16 de Abril de 2000.

² Comunicação Pessoal com Isabel Cruz, Empresária do Sector de Viagens e Turismo, em Rosettenville, Joanesburgo, 12 de Maio de 2000.

³ Comunicação Pessoal com o Padre António Nunes, Responsável pela paróquia de *Holy Cross* (Soweto), em Bordeaux, Joanesburgo, 10 de Julho de 2000 e com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

⁴ Cf. o ‘Caderno Emprego’ do *Expresso* de 2 de Setembro de 2000, p.14.

⁵ Comunicação Pessoal com José Luís da Silva, Jornalista e Locutor da Rádio Cidade Internacional, em Alberton, Joanesburgo, 30 de Maio de 2000.

jovens que fala correctamente o Português é muito pequena,¹ muitos têm-se radicado em Londres, onde já existe uma significativa diáspora sul-africana. Portugal tende então a assumir a função de plataforma de trânsito para outros destinos europeus, prioritariamente no que se refere à Grã-Bretanha. Neste sentido, actualmente a posse da nacionalidade lusa é uma vantagem importante, aspecto que não tem sido descurado pela esmagadora maioria dos jovens inquiridos, como referido. O Cônsul-Geral de Portugal em Joanesburgo, Laranjeira de Abreu, confirma que se verificam alterações diárias no número de registos de portugueses e luso-descendentes, salientando que a evolução da situação político-social sul-africana “levará ao aumento de actos consulares, nomeadamente o registo de filhos (...) e o início do processo de aquisição de nacionalidade [lusa, junto do Ministério da Administração Interna], para salvaguardar a sua posição num eventual regresso a Portugal.”² Na realidade, como verificámos, Portugal poderá não ser o destino final destes jovens, mas sim uma etapa, um ponto de apoio inicial. Esta é uma situação que se verifica na actualidade e estão a avulmar-se os sinais de que está em curso um êxodo de jovens de origem portuguesa, abrangendo sobretudo os mais qualificados.³ Em muitos casos, partem da África do Sul para Portugal e daqui para a Grã-Bretanha e outros destinos, como o Canadá. Paralelamente, existe uma rota directa para a Austrália, onde também já se encontram numerosos portugueses e sul-africanos. O fluxo da África do Sul tem sido de tal ordem que Camberra elevou os critérios de admissão, baseados num sistema de pontuação assente nas características dos candidatos a imigrantes.⁴ Vários luso-descendentes estão assim a contemplar uma primeira radicação na Nova Zelândia, cientes de que, após 1 ou 2 anos de residência neste país, obterão autorização para se fixarem na Austrália.⁵ Neste sentido, a Nova Zelândia tende a assumir uma função similar à que Portugal já desempenha face à Grã-Bretanha.

¹ Comunicação Pessoal com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal em Bruma, Joanesburgo, 6 de Junho de 2000.

³ Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, Bordeaux, Joanesburgo, 28 de Maio de 2000, com o Padre Carlos Gabriel, Reitor da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (Brentwood Park, Benoni), em Crown Mines, 5 de Julho de 2000 e com o Padre Hernando Villada, Capelão das paróquias de Malvern, Kensington e Belgravia, em Fairview, Joanesburgo, 11 de Julho de 2000.

⁴ Segundo luso-descendentes com quem foi possível discutir esta questão, o estado civil das pessoas, a sua idade, qualificações literárias e profissionais, bem como eventuais verbas de que disponham, são transformados em pontos. Quando se atinge um determinado patamar, é então concedida a autorização para permanecer em solo australiano.

⁵ Comunicação Pessoal com M. F. (solicitou anonimato), Empregada de Escritório, em Randburg, Joanesburgo, 24 de Abril de 2000.

6.2 - O Declínio da Comunidade e o Futuro Incerto da África do Sul

O facto de não existir actualmente um fluxo migratório português em direcção à África do Sul e de, paralelamente, decorrer um lento mas inexorável êxodo, envolvendo indivíduos da primeira geração e luso-descendentes, possui implicações abrangentes e conduz a cenários pouco animadores. Ao longo da última década, a comunidade tem vindo a registar uma redução contínua no seu número de efectivos, tendência que prossegue na actualidade. Por este motivo, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas procedeu a um novo reajustamento das suas estimativas em 2000, também em baixa, situando a comunidade em 300 000 pessoas, apesar de deixar em aberto a possibilidade de ascenderem a 500 000. Neste sentido, esta é uma comunidade que de alguma forma se vai desvanecendo, à medida que os seus membros se radicam noutros continentes. Como constatou um clérigo, “o processo já começou e está a acelerar. (...) A pessoa vai à igreja e é difícil, porque o rebanho está a encolher.”¹ Paralelamente, o facto de muitos indivíduos qualificados, sobretudo luso-descendentes, tenderem a integrar este movimento de abandono da África do Sul, está a suscitar diversos comentários interessantes, não só no que se refere ao envelhecimento da comunidade como à possibilidade de se assistir a um retorno à “comunidade antiga, de serralheiros, pedreiros, etc.”² Por outras palavras, a manter-se o êxodo de jovens quadros, a prazo, a comunidade lusa remanescente, mais idosa, tenderá a aproximar-se do perfil socioeconómico que detinha há décadas atrás. Neste contexto, os aspectos culturais também merecem uma atenção especial, desde logo porque não há garantias de que os jovens se manterão na África do Sul e, mesmo que o façam, ligados à cultura portuguesa, constituindo um exemplo as suas crescentes dificuldades no domínio do Português. Acresce que no presente, devido à criminalidade, é cada vez mais difícil “atrair os portugueses às colectividades [e] não há uma renovação [destas, em virtude do] pouco interesse dos nossos jovens. [Isto é grave, porque] as grandes forças vivas [da comunidade], são (...) as associações.”³ Uma jovem confirma que um luso-descendente típico “não sente [qualquer] necessidade (...) de se associar, ou de dar continuidade, (...) à comunidade. (...) Não [existe um impulso para] se distinguir como português, pelo

¹ Comunicação Pessoal com o Padre António Nunes, Responsável pela paróquia de *Holy Cross* (Soweto), em Bordeaux, Joanesburgo, 10 de Julho de 2000.

² Comunicação Pessoal com Jorge Duarte, Director da revista *Notícia*, em 24 de Dezembro de 2001.

³ Comunicação Pessoal com Alexandre Santos, Membro do Conselho das Comunidades Portuguesas e da Comissão Social e Cultural do Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo, Bordeaux, Joanesburgo, 19 de Julho de 2000.

contrário, está totalmente integrado na sociedade sul-africana e não tem [propensão] para se dedicar à comunidade.”¹ As implicações desta atitude são vastas e já foram analisadas em capítulos anteriores, pelo que importa sobretudo manter o enfoque na questão do êxodo. Muitos destes luso-descendentes, que têm por referência primordial a cultura sul-africana, a par de uma parte significativa de indivíduos da primeira geração, integram o grupo dos que só em circunstâncias excepcionais saíam da África do Sul. Em relação à primeira geração, estamos a chegar a um ponto em que as diversas variáveis que originaram movimentos de retorno, sobretudo ao longo dos anos 90, se assemelham a um processo de triagem. Isto significa que, como referiram vários inquiridos, os portugueses que actualmente residem na África do Sul são os que aqui ficarão, independentemente das adversidades. Tal não será obviamente aplicável a todos, mas algumas opiniões são pertinentes no que respeita a cenários futuros. António Pina referiu que tem “entrevistado pessoas (...) que viram mulheres, filhos, maridos, morrer à frente delas, de forma bárbara. E não se foram embora, (...) particularmente [os] madeirenses,”² considerando que tal só ocorreria caso eclodisse uma guerra civil. Como já verificámos, existe uma panóplia de variáveis que explica esta atitude, pelo que importa reter apenas os factores que potencialmente poderiam espoletar um êxodo em massa. Na realidade, aparentemente só um conflito armado interno se enquadra nesta categoria, podendo uma política agrária similar à do Zimbabwe ser o detonador. Por outro lado, a criminalidade rural violenta que atinge os fazendeiros de origem europeia é de tal modo grave que tem suscitado acusações de genocídio por parte de alguns sectores afrikaners. Assim, as tensões identitárias também constituem um factor potencialmente perigoso, num contexto em que muitos sul-africanos de origem europeia acreditam que, eventualmente, sofrerão represálias por pertencerem ao grupo populacional dominante durante o *apartheid*. O facto de a crise política no Zimbabwe ter assumido contornos raciais, designadamente no que se refere à expropriação de terras de europeus, constituiu para muitos sul-africanos e portugueses uma prova de que o seu futuro na África do Sul não está assegurado. Como verificámos, a acumulação destes receios e percepções tem vindo a repercutir-se de forma abrangente, particularmente no que se refere à tendência generalizada dos quadros para abandonarem o país, o que por sua vez tem consequências nefastas para a economia sul-africana. A questão agrária é fundamental para os afrikaners, não só porque a sua génese enquanto etnia está intimamente ligada à posse territorial, como porque muitos ainda exercem a sua

¹ Comunicação Pessoal com M. F. (solicitou anonimato), Empregada de Escritório, em Randburg, Joanesburgo, 24 de Abril de 2000.

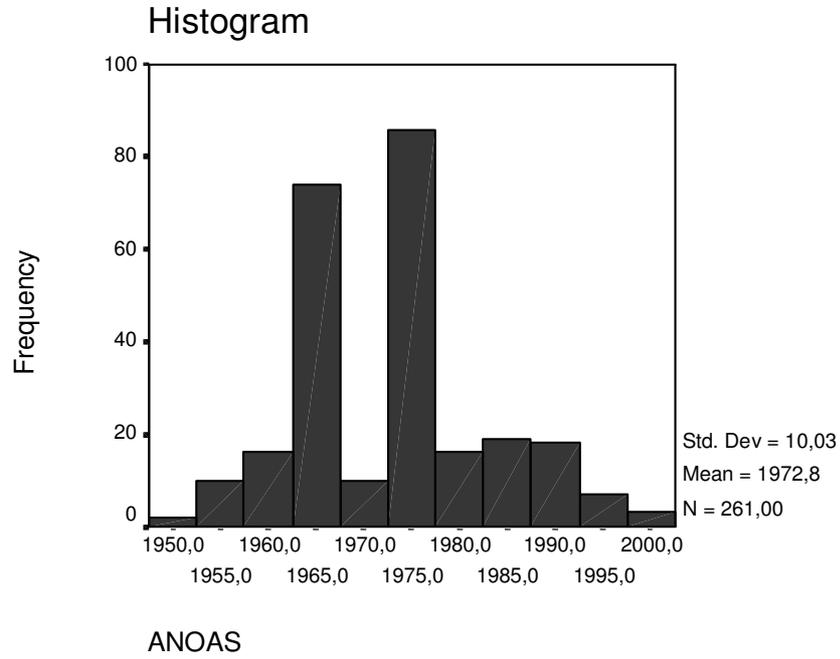
² Comunicação Pessoal com António Pina, Jornalista da Lusa, em Suiderhood, Joanesburgo, 3 de Maio de 2000.

actividade no meio rural. No seio deste segmento populacional conservador, usualmente detentor de menores qualificações literárias, tem vindo a consolidar-se um sentimento de cerco, devido à multiplicação de actos criminais de que são alvo, alguns dos quais imbuídos de grande violência. Na África do Sul, a posse de armas é bastante comum e convém ter presente que, em caso de emergência, enquanto os portugueses e luso-descendentes possuem, por assim dizer, um Estado-receptor (Portugal), tal não sucede com os afrikaners. Se nos reportarmos ao cenário de confrontação interna, esta ausência de qualquer base de apoio exterior poderá privilegiar não uma saída em massa mas uma solução de resistência por parte dos afrikaners, caso sejam colocados em causa os seus direitos de propriedade. Se a situação se deteriorasse a este ponto, muito provavelmente corresponderia ao requiem da comunidade lusa na África do Sul. Não obstante o actual clima de reconciliação, estas considerações sobre uma situação limite justificam-se, não só porque reflectem uma realidade submersa, presente no imo das pessoas, como por se ter apresentado com muita acuidade durante o processo de transição para a democracia multiracial, daí derivando a designação de milagre sul-africano, que Mandela simboliza. Este abandonou a liderança do Estado mas não da nação, sendo a figura patriarcal por excelência da África do Sul. A grande incógnita em relação ao futuro não se refere propriamente aos sucessores de Mbeki, se bem que este aspecto também seja decisivo, mas sim a uma África do Sul sem Mandela. É neste contexto que vivem os portugueses, enfrentando os seus receios quotidianos e ponderando decisões sobre o regresso e a radicação noutros países. Apesar do optimismo que alguns tentam transmitir, a sensação que perdura é a de que esta é uma comunidade a prazo, em que todos estão à espera do último momento para partir, permanecendo na África do Sul enquanto podem, resistindo à ideia de terem de recomeçar a sua vida algures, quais nómadas do mundo moderno que anseiam por um porto seguro, no exterior de Portugal. O falecimento de Mandela será um momento decisivo para todos quantos residem na África do Sul, acreditando-se que, na comunidade, originará não só receios de instabilidade política como uma nova fase de abandono do país. A África do Sul enfrenta o desafio de impedir esta sangria, de nacionais e de expatriados que desejam acreditar que é possível terem um futuro no seu país de adopção, sob pena de se acumularem consequências económico-sociais extremamente negativas. No que se refere aos portugueses, a sua relevância é sobretudo económica, empregando nas suas actividades quotidianas inúmeras pessoas e assegurando a gestão de redes de produção e de distribuição de produtos de primeira necessidade nas principais urbes sul-africanas. Na era pós-Mandela, a maturidade política da nação sul-africana e o seu empenho no processo de reconciliação serão factores decisivos, que determinarão não só o seu próprio futuro como o dos portugueses.

APÊNDICES

Apêndice 1

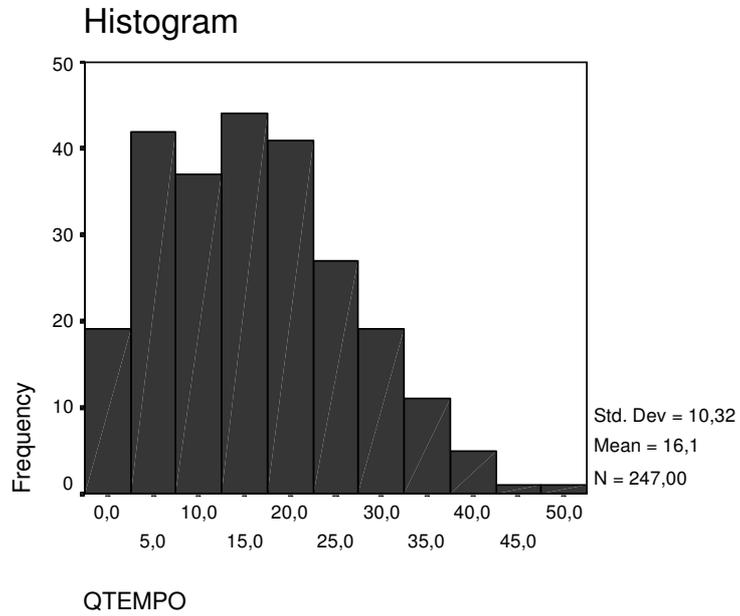
Ano de Chegada à África do Sul dos Portugueses da Primeira Geração, 1948-2000



Fonte: Questionários no terreno. A amostra é de 261 pessoas.

Apêndice 2

**Anos de Vivência dos Portugueses de Primeira Geração no Local de Residência
Anterior à Radicação na África do Sul, 1948-2000**



Fonte: Questionários no terreno. O total de respostas é de 247.

Apêndice 3

Ano de Chegada e Local de Nascimento dos Portugueses da Primeira Geração Radicados na África do Sul, 2000

Ano	Local de Nascimento						
	Portugal	Moçambique	Angola	Guiné	AH*	Zimbabwe	Brasil
1948	1						
1951	1						
1953	2						
1954	2						
1955	3						
1956	2						
1957	1						
1958	2						
1959	2						
1960	5						
1961	1						
1962	4	2					
1963	10	4					
1964	18	2					
1965	10	3	1				
1966	19						
1967	7						
1968	3						
1969	4						
1971	1						
1972	2						
1974	31	7					
1975	14	8	12	1		1	
1976	4	1	1			1	
1977	2	2	1				
1978	1				1		1
1979	2						
1980	5						
1981		1					
1982	4	1					
1983	4	1					
1984	3	1					
1985	4	3	2				
1986	1						
1988	4						
1989	5	1					
1990	5	1	1				
1991	1						
1994	3						
1995	1						
1996	1						
1997	2						
1998	1						
1999	1						
2000	1						
Total	200	38	18	1	1	2	1

Fonte: Questionários no terreno. O total de respostas é de 261. *AH refere-se às Antilhas Holandesas.

Apêndice 4**Distritos de Origem dos Continentais da Primeira Geração
Residentes em Joanesburgo, 2000**

Distrito	N.º Pessoas	%
Aveiro	10	7,1
Braga	8	5,7
Bragança	6	4,3
Castelo Branco	10	7,1
Coimbra	4	2,8
Évora	1	0,7
Faro	5	3,5
Guarda	5	3,5
Leiria	9	6,4
Lisboa	26	18,7
Porto	33	23,7
Santarém	9	6,4
Setúbal	6	4,3
Viana do Castelo	2	1,4
Vila Real	1	0,7
Viseu	4	2,8
Total de Respostas	139	

Fonte: Questionários no terreno.

Apêndice 5

**Actividade Profissional Actual dos Portugueses da Primeira Geração
Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000**

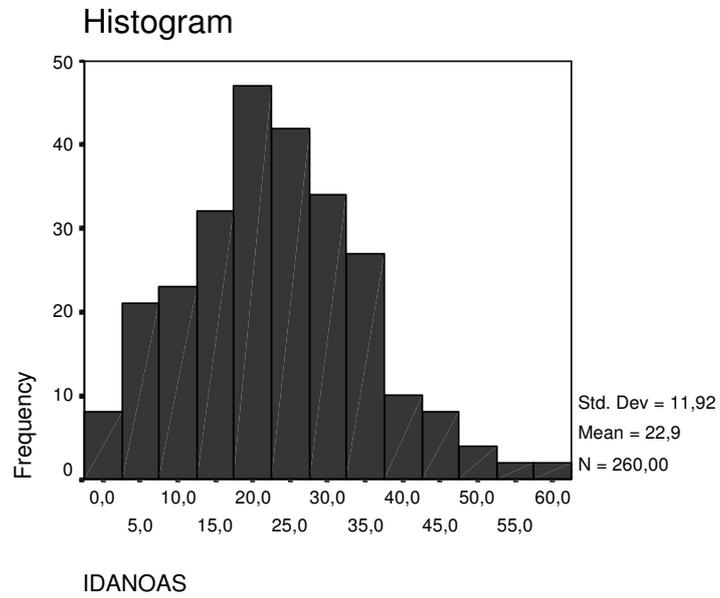
	Número Pessoas	%
Empresário(a)	88	34,5
Empregado Escritório / Balcão / Hotelaria / Bancário / Vendedor / Motorista	35	13,7
Mecânico / Bate-Chapa / Serralheiro / Torneiro / Pintor / Operário / Carpinteiro / Ladrilhador / Electricista / Tipógrafo / Pedreiro	28	10,9
Professor	9	3,5
Estudante	1	0,3
Jornalista	5	1,9
Técnico Electrónica / Desenhador	6	2,3
Doméstica	13	5,0
Contabilista / Gerente / Supervisor / Gestor / Engenheiro/ Economista	42	16,4
Barbeiro / Esteticista / Estilista	3	1,1
Advogado	2	0,7
Reformado	15	5,8
Padre	7	2,7
Artista Plástico	1	0,3
Total	255	100*

* arredondado (valor real é 99,1%)

Fonte: Questionários no terreno.

Apêndice 6

Idade dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória à Chegada à África do Sul, 1948-2000



Fonte: Questionários no terreno. A amostra é de 260 pessoas.

Apêndice 7

**Origem, Sexo e Profissão Actual dos Portugueses da Primeira Geração
Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000**

Origem	Sexo		Profissão Actual
	M	F	
Portugal*		3	Empregado(a) Escritório / Vendedor(a)
	3		Empresário
	4		Supervisor / Gerente / Gestor
	3		Pintor; Operário / Torneiro
		2	Doméstica
	1		Padre
	3		Professora / Engenheira
	1		Reformado
Continente	4	16	Empr. Escritório / Balcão / Vendedor(a) / Motorista
	44	3	Empresário(a)
	14	3	Supervisor(a) / Gerente / Gestor(a)
			Pintor / Operário / Serralheiro / Torneiro / Bate-Chapa / Pedreiro/ Soldador / Ladrilhador / Carpinteiro
	20		Electricista / Mecânico / Tipógrafo
		9	Doméstica
	3		Padre
			Professor(a) / Engenheiro(a) / Advogado(a);
	3	5	Contabilista / Economista
	11	1	Reformado(a)
	1	1	Esteticista / Estilista
	1		Estudante
	1	1	Jornalista
Ilhéus	2	2	Empregado(a) Balcão / Vendedor(a)
	29	1	Empresário(a)
	4		Supervisor / Gerente
		1	Doméstica
	2		Mecânico / Bate-Chapa
	1		Reformado
	1		Padre
Moçambicanos	1	2	Empregado(a).Balcão/ Escritório
	10	1	Empresário(a)
	3	3	Supervisor(a) / Gerente
			Professor(a) / Engenheiro(a) / Desenhador(a) /Contabilis- ta/ Advogado(a)
	4	5	
	1	1	Estudante
		1	Reformada
		1	Doméstica
		1	Esteticista
		1	Técnico(a) Informática
	2		Jornalista
1		Artista Plástico	
Angolanos	2	5	Empregado(a) Escritório / Vendedor(a)
	1		Empresário
	1		Supervisor / Gerente / Gestor

APÊNDICES

	1	3	Professor(a) /Engenheiro(a)
	3		Pedreiro / Carpinteiro / Operário
	1		Técnico(a) Informática
Guiné		1	Empregado(a) Escritório
Totais	185	77	
Total de Respostas	262		

*não especificou a região de origem. Engloba pessoas nascidas noutros países mas com nacionalidade portuguesa.

Fonte: Questionários no terreno.

Apêndice 8

**Vítimas Mortais da Criminalidade Confirmadas na Comunidade Portuguesa,
1984-2000**

1984	4
1986	4
1987	7
1988	1
1989	5
1990	9
1991	17
1992	16
1993	13
1994	30
1995	26
1996	27
1997	24
1998	15
1999	20
2000	6
Total	204

Fontes: *O Século de Joanesburgo*, de 1974 a 2000, inclusive. *O Comércio do Porto*, 23 de Dezembro de 1991, p.47. *O Dia*, 8 de Janeiro de 1993, p.24. *Público*, 7 de Outubro de 1993, p.7. *Notícia*, Ano II, N.º 13, Fevereiro de 1992, p.8, Ano IV, N.º 47, Dezembro de 1994, pp.3-28, Ano V, N.º 56, Outubro de 1995, p.46, Ano VI, N.º 59, Janeiro de 1996, p.31, Ano VI, N.º 61, Março de 1996, p.5, Ano VI, N.º 64, Julho de 1996, p.3. *Diário de Notícias*, 28 de Julho de 1995, s.p. *Jornal de Notícias*, 21 de Fevereiro de 1991, p.41. *24 Horas*, 21 de Novembro de 2000, p.10. Câmara, João Brito, *História da Área Consular do Transvaal e do Orange (1858-1996) – Uma Primeira Aproximação*, Obra não publicada, Joanesburgo, 1996, p.133. Comunicação Pessoal com Manuel de Freitas, Deputado Provincial no Parlamento de Gauteng, em Bordeaux, Joanesburgo, 26 de Junho de 2000.

Apêndice 9

Principais Bairros de Joanesburgo Referidos em Anúncios Imobiliários em Português Dirigidos à Comunidade, 1974-1991

1974-75	Turffontein, Malvern, Rosettenville, Troyeville, Regents Park, Kenilworth
1976	Belgravia, La Rochelle, Turffontein, Kenilworth, Bezuidenhout Valley, Regents Park
1977	Kenilworth, Rosettenville, Turffontein, Regents Park
1978	Rosettenville, La Rochelle, Turffontein, Regents Park
1979	Turffontein, Kenilworth, La Rochelle, Rosettenville, Regents Park, Malvern
1980	Bezuidenhout Valley, Kenilworth, Malvern, Regents Park, Turffontein
1981	Malvern, Belgravia, Regents Park, Bezuidenhout Valley, Turffontein, Kenilworth
1982	Malvern, Regents Park, Rosettenville, Turffontein, Belgravia
1983	Malvern, Regents Park, La Rochelle, Turffontein
1984	Belgravia, Malvern, Regents Park, Turffontein, La Rochelle
1985	Malvern, Regents Park, Rosettenville, Turffontein
1986	The Hill, Bezuidenhout Valley, Malvern, Regents Park, Rosettenville
1987	Malvern, Bezuidenhout Valley, Belgravia, Kensington
1988	Belgravia, Malvern, Rosettenville, Linmeyer, Bezuidenhout Valley
1989	Malvern, Belgravia, Bezuidenhout Valley, Rosettenville
1990	Malvern, Bezuidenhout Valley*
1991	Primrose, Bezuidenhout Valley

* Neste ano regista-se uma significativa elevação dos anúncios de vendas de negócios lusos, como *take-away* e supermercados

Fonte: *O Século de Joanesburgo*, de 1974 a 1991, inclusive. Nota: os anúncios referem-se à oferta existente no mercado imobiliário, designadamente habitações e negócios colocados à venda pelos seus proprietários, usualmente indivíduos e empresas portuguesas, apesar de por vezes surgirem firmas sul-africanas do ramo.

Apêndice 10

Dinâmica Residencial dos Portugueses da Primeira Geração Residentes na Grande Joanesburgo, 1948-2000

Residência	Área Geográfica	N.º Pessoas	
Sempre no Mesmo Local	Rosettenville	10	
	La Rochelle	3	
	Benoni	1	
	Regents Park	3	
	Randburg	2	
	Kensington	1	
	Boksburg	3	
	Mayfair	2	
	Germiston	1	
	Bezuidenhout Valley	4	
	Troyeville	3	
	Alberton	2	
	Turffontein	2	
	Bertrams	1	
	Berea	1	
	Kenilworth	1	
	Glenanda	1	
	Florida	1	
	Orange Grove	2	
	Oakdene	1	
	Suideroord	1	
	Mudou 1 Vez	Malvern→Germiston	2
		Bertrams→Edenvale	1
		La Rochelle→Turffontein	1
		Belgravia→South Hills	1
		Booyens→Rosettenville	1
		Rosettenville→Randburg	1
South Hills→Bedfordview		1	
Roseacre→Bedfordview		1	
Rosettenville→Turffontein		1	
La Rochelle→Rosettenville		1	
Joanesburgo(Centro)→Forest Hill	1		

APÊNDICES

	Germiston→Boksburg	3
	Malvern→Roseacre	1
	Kenilworth→Rewlatch	1
	Malvern→Wychwood	2
	La Rochelle→South Hills	1
	Malvern→Rosettenville	1
	Turffontein→Rosettenville	1
	Regents Park→South Hills	1
	Kensington→Robertsham	1
	Mondeor→Bedfordview	1
	Doornfontein→Troyeville	1
	Troyeville→Kensington	1
	Rosettenville→Kenilworth	2
	Roseacre→Linmeyer	1
	Oaklands→Glenanda	1
	Malvern→Bedfordview	1
	Regents Park→The Hill	1
	Turffontein→Orange Grove	1
	Alberton→Bassonia	1
	Berea→Glenvista	1
	Randburg→Glenvista	1
	Randburg→Edenvale	1
	Newlands→Alberton	1
	Glenvista→Bassonia	1
	Mondeor→Glenvista	1
	Joubert Park(Centro)→Fordsburg	1
	Robertsham→Glenvista	1
	Kempton Park→Glenanda	1
	Lyndhurst→Kenilworth	1
	Yeoville→Alberton	1
	Randburg→Fairland	1
	Kenilworth→Regents Park	1
	Hillbrow→Rosebank	1
	Bezuidenhout Valley→Edenvale	1
	Rosettenville→La Rochelle	1
Mudou 2 Vezes	Mayfair→Rosettenville→Glenvista	1
	Linmeyer→Rewlatch→Kempton Park	1
	Belgravia→Forest Hill→Linmeyer	1
	Malvern→Bezuidenhout Valley→Primrose	1

COMUNIDADE LUSÍADA EM JOANESBURGO

Bertrams→Kensington→Bedfordview	1
Rosettenville→Kenilworth→Turffontein	2
Benoni→Nigel→Boksburg	1
Hillbrow→Rosettenville→Regents Park	1
Bezuidenhout Valley→Rosettenville→Bassonia	1
Troyeville→Bertrams→Honeydew	1
Troyeville→Bezuidenhout Valley→Bedfordview	1
Regents Park→Kempton Park→Glenvista	1
Malvern→Troyeville→Germiston	1
Bezuidenhout Valley→Gillview→Robertsham	1
Troyeville→Glenvista→South Hills	1
Northcliff→Windsor East→Cyrildene	1
The Hill→Glenvista→The Hill	1
Turffontein→Norwood→Edenvale	1
Troyeville→Bezuidenhout Valley→Bassonia	1
Rosettenville→Regents Park→La Rochelle	1
Turffontein→Oakdene→The Hill	1
Germiston→Alberton→Benoni	1
Vanderbijlpark→Kensington→Malvern	1
Troyeville→Belgravia→Bruma	2
Bezuidenhout Valley→Roseacre→Bassonia	1
Rosettenville→Oakdene→Bedfordview	1
Troyeville→Joanesburgo(Centro)→Rosettenville	1
Bezuidenhout Valley→Rosettenville→Linmeyer	1
Turffontein→Rosettenville→Mulbarton	1
Roodepoort→Horizon→Florida	1
Bedfordview→Kensington→Roodepoort	1
Bedfordview→Joubert Park→Oakdene	1
Witbank→Turffontein→Rosettenville	1
Rosettenville→La Rochelle→The Hill	1
Vanderbijlpark→Regents Park→Oakdene	1
Randburg→Alberton→Randburg	1
Bezuidenhout Valley→Malvern→Bassonia	1
Observatory→Regents Park→Glenvista	1
Braamfontein→Hillbrow→Berea	1
Rosettenville→Bezuidenhout Valley→The Hill	1
Kenilworth→Glenvista→Mulbarton	1
Joanesburgo(Centro)→Orange Grove→Oakdene	2
Berea→Roosevelt Park→Randpark Ridge	1

APÊNDICES

Mudou 3 Vezes	Hillbrow→Northcliff→Rosettenville→Oakdene	1	
	Hillbrow→Bellevue→La Rochelle→Turffontein	1	
	Oakdene→Linmeyer→The Hill→Rosettenville	1	
	Malvern→Turffontein→Regents Park→Roseacre	1	
	Regents Park→Turffontein→Kempton Park→Glenvista	1	
	Berea→Regents Park→Suideroord→Gillview	1	
	Elandspark→Belgravia→Joubert Park→The Hill	1	
	Vanderbijlpark→Rosettenville→Turffontein→Mondeor	1	
	South Hills→La Rochelle→Glenvista→Kenilworth	1	
	Forest Hill→Regents Park→Dowerglen→Bedfordview	1	
	Turffontein→Rosettenville→Kenilworth→Forest Hill	1	
	Towerby→The Hill→Glenvista→Oakdene	1	
	Bertrams→Rosettenville→Turffontein→The Hill	2	
	Booysens→Judith ´ s Paarl→Forest Hill→Turffontein	1	
	Malvern→Joanesburgo(Centro)→Troyeville→Albertskroon	1	
	Doornfontein→Bezuidenhout Valley→Regents Park→		
	→Bassonia	3	
	Roodepoort→Randfontein→Fairview→Dewetshof	1	
	Kenilworth→Rosettenville→Berea→Zola (Soweto)	1	
	Malvern→Hillville→Highlands North→Cyrildene	1	
	Joanesburgo(Centro)→Bertrams→Troyeville→Florida	1	
	(Sasolburg)→Rosettenville→Regents Park→La Rochelle	1	
	Hillbrow→Linden→Kenilworth→The Hill	1	
	Benoni→Vanderbijlpark→Hillbrow→Boksburg	1	
	Bezuidenhout Valley→Regents Park→Alberton→		
	→Primrose	1	
	Hillbrow→Berea→Parkhurst→Glenvista	1	
	Mudou 4 Vezes	La Rochelle→Linmeyer→(Beurone)→Malvern→	
		→Primrose	1
		La Rochelle→Regents Park→Rosettenville→	
→Vanderbijlpark→Bassonia		1	
Germiston→Mayfair→Kempton→Park→Kenilworth→			
→Glenvista		1	
La Rochelle→Rosettenville→Turffontein→Linmeyer→			
→Malvern		1	
Joanesburgo(Centro)→Roseacre→Kenilworth→			
→Rewlatch→Rosettenville		1	
Belgravia→Joanesburgo(Centro)→Kensington→	1		
→Malvern→Kenilworth			

COMUNIDADE LUSÍADA EM JOANESBURGO

	Highlands North→Parktown North→Parkhurst→ →Greenside→Sandton	1
	South Hills→Regents Park→Germiston→ (White River) → →Elandspark	1
	Regents Park→La Rochelle→Malvern→Bedfordview→ →Malvern	1
	Parktown→Bedfordview→La Rochelle→Edenvale→ →Albertskroon	1
Mudou 5 Vezes	La Rochelle→The Hill→Rosettenville→Benoni →Kenilworth→Rosettenville	1
	Ravensklip→Boksburg→Primrose→Germiston→ →Rosettenville→Oakdene	1
	Orange Grove→Bezuidenhout Valley→Troyeville→ →Turffontein→Florida→Northcliff	1
	Regents Park→Sandton→Bertrams→Bedfordview→ →Kensington→Houghton	1
	Brixton→Forest Hill→Jeppestown→La Rochelle→ →Rosettenville→Regents Park	1
Mudou 6 Vezes	Vereeniging→La Rochelle→Kempton Park→Benoni→ →Hillbrow→Rosettenville→Crosby	1
	Meyerton→Mayfair→Bassonia→Hillbrow→Bryanston→ →Randburg→Douglasdale	1
	Booysens→Turffontein→Southdale→ →Winchester Hills→Oakdene→Meyersdale→Glenvista	1
Total de Respostas		189

Fonte: Questionários no terreno. Nota: várias pessoas entrevistadas foram excluídas desta análise por as suas áreas de residência se situarem fora da Grande Joanesburgo, ou por terem proporcionado dados demasiado vagos.

Apêndice 11

**Principais Zonas de Residência dos Portugueses na Grande Joanesburgo,
1940-2000**

1940	Kempton Park, Benoni, Springs, Boksburg, Germiston
1954	Joanesburgo, Krugersdorp, Boksburg, Benoni, Springs, Brakpan, Germiston, Roodepoort, Randfontein
1966	Springs, Germiston
1971	Fairview
1977	La Rochelle, Turffontein, Regents Park, Troyeville, Booyens, South Hills, Bertrams, Judith's Paarl, Bezuidenhout Valley, Doornfontein, Jeppeshtown, Malvern
1978	La Rochelle, Bertrams, Troyeville, Belgravia, Bezuidenhout Valley
1979	La Rochelle, Malvern, Bezuidenhout Valley
1980	La Rochelle, Turffontein, Rosettenville, Kenilworth, South Hills
1981	La Rochelle, Turffontein, Regents Park, Rosettenville, Kenilworth
1982	La Rochelle, Rosettenville, Kenilworth
1984	La Rochelle, Rosettenville, Regents Park, Kensington, Judith's Paarl, Belgravia, Malvern
1985	La Rochelle
1986	La Rochelle, Turffontein, Regents Park, South Hills, Bertrams, Bezuidenhout Valley, Doornfontein, Jeppeshtown, Kensington, Malvern, Mayfair, Primrose, Rosettenville, Troyeville, Yeoville, Orange Grove, Balfur Park, Bellevue, Highlands North, Observatory, Waverley
1987	La Rochelle
1988	La Rochelle, Turffontein, Kenilworth, Rosettenville, Regents Park, The Hill, Oakdene, Bertrams, Troyeville, Bezuidenhout Valley
1989	La Rochelle, Turffontein, Rosettenville, Jeppeshtown, Bezuidenhout Valley, Gillview, Glenanda, Glenvista, Bedfordview
1990	Bertrams

COMUNIDADE LUSÍADA EM JOANESBURGO

- 1991** La Rochelle, Rosettenville, Regents Park, Turffontein, Bezuidenhout Valley, Bassonia, Glenvista, Oakdene, Kenilworth, Jeppestown, Kensington, Malvern, Troyeville
- 1992** La Rochelle, Rosettenville, Regents Park
- 1993** Rosettenville, Malvern
- 1994** Kensington, Malvern
- 1995** La Rochelle, Rosettenville, Turffontein, Regents Park, Kenilworth, Bezuidenhout Valley, Forest Hill, Kensington, Malvern
- 1996** Regents Park
- 1998** Rosettenville, Regents Park, The Hill, South Hills, Townsvlew, Oakdene, Rewlatch, Roseacre, Linmeyer, Klipsriviersberg

Fontes: *Boletim Anual da Junta da Emigração 1954*, Ministério do Interior, Gouveia, 1956, p.106. Quail, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971, p.75. Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, p.48. Bártolo, Carlos, *Portugal no Mundo*, Edição do Autor, Joanesburgo, 1980, s.p. Da Rosa, Victor Pereira e Trigo, Salvato, *Portugueses e Moçambicanos no Apartheid: Da Ficção à Realidade*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto, 1986, p.98. McDuling, Allistair James, *Language Maintenance and Shift in the Portuguese Community of Johannesburg*, Tese de Mestrado, University of South Africa, Pretória, 1995, pp.160-231. *The Star* de 9 de Junho de 1978, s.p., de 3 de Fevereiro de 1988, s.p., de 13 de Agosto de 1989, s.p. e de 19 de Setembro de 1995, s.p. *Rand Daily Mail*, 7 de Abril de 1977, s.p. *Sowetan*, 9 de Março de 1992, s.p. *Popular* de 31 de Março de 1978, p.3 e de 17 de Fevereiro de 1978, p.11. *Style*, Julho de 1989, pp.43-44. *O Século de Joanesburgo* de 1974 a 2000, inclusive; *Notícia*, Ano II, N.º 23, Dezembro de 1992, p.13. Nota: algumas das áreas identificadas, como Benoni, constituem hoje cidades satélite de Joanesburgo. Em 1995, Malvern ainda possuía bastantes portugueses, atestando a data recente do seu êxodo.

Apêndice 13

**Anúncios em Português Referentes a Vendas de Propriedades na África do Sul
e a Contentores, 1991-1999**

Ano	N.º Anúncios Imobiliários	N.º Ofertas de Contentores	Meses de Maior Concentração de Contentores
1991	60	34	Outubro
1992	88	154	Outubro
1993	258	283	Maio
1994	53	121	Fevereiro
1995	47	21	Julho
1996	19	7	Junho
1997	-	-	-
1998	32	8	Novembro
1999	1	2	Novembro

Fonte: *O Século de Joanesburgo*, de 1986 a 1999, inclusive. Nota: os anúncios analisados referem-se a todo o território sul-africano, centrando-se nas vendas de habitações e de estabelecimentos comerciais, bem como nos contentores para Portugal. Excepcionalmente, alguns contentores tinham por destino final outros países, como o Brasil. Em relação a ambas as vertentes, entre 1986 e 1990 não se registou nada de significativo, no entanto, é possível especificar que, entre 1986 e 1987, não foram publicados anúncios de contentores e que os indicadores imobiliários eram normais. Infelizmente, não existem dados referentes aos anos de 1988 a 1990.

ANEXOS

Anexo 1

Fluxo Europeu Com Destino à África do Sul, 1924-1975

Ano	Portugueses	Outros Europeus
1924	18	5 265
1925	35	5 428
1926	57	6 575
1927	78	6 598
1928	59	7 050
1929	77	7 895
1930	42	5 904
1931	18	4 140
1932	22	3 098
1933	57	3 031
1934	139	4 702
1935	200	6 500
1936	221	10 840
1937	70	7 927
1938	47	7 435
1939	37	6 304
1940	15	3 021
1941	49	1 509
1942	29	1 665
1943	40	846
1944	84	953
1945	47	2 329
1946	81	11 256
1947	175	28 839
1948	214	35 631
1949	193	14 780
1950	243	12 803
1951	252	15 243
1952	535	18 473
1953	466	16 257
1954	747	16 416
1955	986	16 199
1956	1 076	14 917

ANEXOS

1957	642	14 615	
1958	640	14 673	
1959	633	12 563	
1960	940	9 789	
1961	1 656	16 309	
1962	1 327	20 916	
1963	1 690	37 964	
1964	2 951	40 865	
1965	5 524	38 326	
1966	8 767	48 048	
1967	3 773	38 937	
1968	2 762	40 548	
1969	2 013	41 446	
1970	1 389	41 523	
1971	819	35 845	
1972	1 113	(43 048)*	
1973		24 016	
1974		35 847	
1975		50 337	(905 222)

* 50 048, de acordo com o Ministério da Imigração Sul-Africano

Fontes: Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, pp.34-35. Pretorius, Jan Christoffel, *'N Sosiologiese Onderzoek na die Houidings van Blanke Pretorianers Teenoor Blanke Minderheids-groepe*, Dissertasie Doctor Philosophiae, Universiteit van Pretoria, Pretória, 1971, p.263. Du Plessis, A.P., "Assimilasié, Integrasie en Kulturele Pluralism as Sleutelbegrippe in die Ontleding van die Aanpassings-Proses van Immigrante", in *Tydskrif vir Geesteswetenskappe*, Jaargang 7 : 4, Desember 1967, pp.647-672. Quail, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971, p.2. *Panorama*, N.º 27, Novembro de 1978, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, p.19. Quadro adaptado, baseado em dados da *Maatskappy vir Europese Immigrasie* e das autoridades de imigração sul-africanas.

Anexo 2

**Regiões de Origem dos Portugueses Que Emigraram Para a África do Sul,
1946-1963**

Ano	Madeira	Portugal Continental	Total
1946	91	7	98
1947	28	4	32
1948	255	40	295
1949	163	45	208
1950	219	13	232
1951	322	29	351
1952	306	49	355
1953	269	44	313
1954	498	111	559
1955	845	180	1 025
1956	1 029	196	1 225
1957	554	203	757
1958	509	138	647
1959	567	162	729
1960	498	190	688
1961	916	210	1 126
1962	562	177	739
1963	224	475	699

Fonte: Júnior, José Baptista, *A Comunidade Portuguesa na República da África do Sul: «Nação Peregrina em Terra Alheia»*, Sociedade de Geografia de Lisboa e União das Comunidades de Cultura Portuguesa, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro-Março de 1966, p.38. Quadro adaptado.

Anexo 3

**Comparação dos Valores Oficiais Referentes a Portugueses
Que se Radicaram na África do Sul, 1924-1972**

Ano	MEI*	Boletins de Emigração Portugueses	Autoridades de Imigração Sul-Africanas
1924	18		
1925	35		
1926	57		
1927	78		
1928	59		
1929	77		
1930	42		
1931	18		
1932	22		
1933	57		
1934	139		
1935	200		
1936	221		
1937	70		
1938	47		
1939	37		
1940	15		
1941	49		
1942	29		
1943	40		
1944	84		
Total	1 394		
1945	47	210	
1946	81	98	
1947	175	32	
1948	214	295	
1949	193	208	
1950	243	232	
1951	252	351	
1952	535	355	
1953	466	313	
1954	747	559	
1955	986	1 025	
1956	1 076	1 225	
1957	642	757	
1958	640	647	
1959	633	729	
1960	940	688	
1961	1 656	1 126	
1962	1 327	739	
1963	1 690	699	
1964	2 951	1 437	
1965	5 524	2 802	

COMUNIDADE LUSÍADA EM JOANESBURGO

1966	8 767	4 721
1967	3 773	1 497
1968	2 762	921
1969	2 013	713
1970	1 389	702
1971	819	339
1972	1 113	274
Total	41 654	23 694

Total Geral 43 048

Total Geral 50 048

1973	359	640
1974	452	952
1975	217	4 550
1976	212	
1977	209	
1978	159	
1979	164	
1980	162	
1981	422	
1982	142	
1983	101	
1984	150	
1985	125	
1986	27	
1987	27	
1988	26	
Total	2 954	
Total Geral	26 648	

Fontes: Leal, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977, pp. 34-35. Quail, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971, p.2. Boletim Anual da Junta da Emigração (1952-1954), Boletim da Junta da Emigração (1955-1969), Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração (1970-1972), Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração (1973-1975), Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (1976-1985), Boletim Anual da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1986-1988). *Notícias da África do Sul*, Ano 16, Número 238, Embaixada da República da África do Sul, Lisboa, Setembro de 1966, p.6.

Anexo 4**Ano de Radicação dos Portugueses na África do Sul, 1989**

Ano	%
Antes de 1935	0,6
1936-1945	1,3
1946-1955	4,3
1956-1965	29,5
1966-1975	46,9
1976-1985	15,6
1986 e mais	1,8

Fonte: Schutte, Carel Daniel, *The Adaptation to South Africa and Attitudes Regarding Re-emigration from the Country of Portuguese Immigrants*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1989, p.40. Nota: estes dados incluem indivíduos da primeira geração e luso-descendentes. O total de respostas é de 1 072.

Anexo 5

**Cursos Oficiais de Língua e Cultura Portuguesas em Escolas Sul-Africanas,
Por Área Consular, 1998**

Área Consular de Joanesburgo

Associação da Colónia Portuguesa de Witbank (Witbank)
Assumption Convent School (Cleveland)
Arthur Mathews Primary School (Maraisburg)
Bedfordview Primary School (Bedfordview)
Benoni West Primary School (Benoni)
Breyneven Primary School (Bryanston)
Central School (Potchefstroom)
Cyrildene Primary School (Cyrildene)
Edenglen Primary School (Edenglen)
Fairview Junior School (Fairview)
Fields Primary School (Rustenburg)
Franklin D. Roosevelt Primary School (Roosevelt Park)
Germiston South Primary School (Germiston)
Glenanda Primary School (Mondeor)
Hillcrest Primary School (Malvern)
I.H.Harris Primary School (Doornfontein)
Jeppes Preparatory School (Jeppes town)
Kempton Park Primary School (Kempton Park)
Kensington Ridge Primary School (Kensington)
Krugersdorp Town School (Krugersdorp)
Lowveld High School (Nelspruit)
Mondeor Primary School (Mondeor)
Mulbarton Primary School (Mulbarton)
Nelspruit Primary School (Nelspruit)
Oliver Lodge Primary School (Vanderbijlpark)
Panorama Primary School (Roodepoort)
Pinedene Primary School (Vanderbijlpark)
Primrose Primary School (Primrose)
Randfontein Primary School (Randfontein)
Regents Park Primary School (The Hill)
Rewlatch Primary School (Rewlatch)
Rosettenville Central School (Rosettenville)

Saint Conrad's College Brothers of Charity (Klerksdorp)
Selborne Primary School (Vereeniging)
Sir Edmund Hillary Primary School (Kensington)
Sunnyridge Primary School (Sunnyridge)
Townsvie Primary School (Townsvie, Rosettenville)
Westfields Primary School (Carletonville)

Área Consular de Pretória

Burger High Primary School
Capital Park Primary School
Christian Brother's College
Hamilton Primary School
Norhridge Primary School
Robert Hicks Primary School
Warmbad Laerskool

Área Consular de Durban

Parkview Primary School
Northlands Senior Primary School
New Germany Primary School

Área Consular de Cape Town

Centro Cultural Camões (New Germany)
Holy Cross Sisters School
Holy Cross Convent
Milnerton High School
Mountain Road Primary School
Settler's High School
Table View High School

Fonte: *O Século de Joanesburgo* de 2 de Fevereiro de 1998, pp.5-27. O quadro (adaptado) abrange escolas sul-africanas primárias e secundárias.

Anexo 6

Nacionalidade dos Portugueses Residentes em Cape Town e na Região do Triângulo do Vaal-Witwatersrand-Pretória, 1989

Nacionalidade	%
Portuguesa	87,4
Sul-Africana	11,8
Dupla Nacionalidade*	0,4
Moçambicana	0,1
Angolana	0,1
Outra	0,2

* portuguesa e sul-africana

Fonte: Schutte, Carel Daniel, *The Adaptation to South Africa and Attitudes Regarding Re-emigration from the Country of Portuguese Immigrants*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1989, p.39. O total de inquiridos é de 1 077. Os que possuem nacionalidade sul-africana são, na sua esmagadora maioria, luso-descendentes já nascidos no país. Note-se que, em 5 de Abril de 1977, o *Rand Daily Mail* referia que somente 57 702 (ou 9,9% do total) dos 580 000 portugueses que então se estimava residirem na África do Sul tinham assumido a nacionalidade sul-africana. Desta forma, a manutenção da nacionalidade portuguesa é uma característica que a comunidade manteve ao longo das décadas.

Anexo 7

**Percepção dos Portugueses Residentes em Cape Town e
no Triângulo do Vaal Sobre o Poder Político da Comunidade, 1989**

Grau de Poder Político dos Portugueses	%
Muito Poder	2,9
Algum Poder	16,2
Não Muito Poder	33,5
Nenhum Poder	26,3
Indeciso / Não Sabe	21,1

Fonte: Schutte, Carel Daniel, *The Adaptation to South Africa and Attitudes Regarding Re-emigration from the Country of Portuguese Immigrants*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1989, p.56. Quadro adaptado, agregando um total de 1 083 respostas.

Anexo 8

Votação dos Principais Partidos nas Eleições de Abril de 1994, Por Regiões (%)

Província	ANC	NP	IFP	FF	DP	PAC
Eastern Cape	84,39	10,60	0,24	0,65	1,24	1,99
Eastern Transvaal	81,87	10,27	1,59	3,51	0,42	1,36
KwaZulu-Natal	31,61	15,75	48,59	0,46	1,61	0,62
NorthWest	83,46	10,10	0,45	3,10	0,37	-
Northern Cape	49,81	41,94	0,47	4,32	1,29	0,97
Northern Transvaal	92,73	3,64	0,15	1,51	0,16	1,05
Orange Free State	77,42	14,53	0,62	3,68	0,54	1,70
PWV	59,10	27,58	4,13	3,68	3,00	1,25
Western Cape	33,60	56,24	0,65	1,97	4,18	1,00

Fonte: Indicator South Africa, Vol.11, 19 de Maio de 1994, p.5, in *Afrique Politique 1995: Le Meilleur, Le Pire et l'Incertain*, Karthala et CEAN, Paris, 1995, p.104. Nota : Em 1989 os zulus, cerca de 7.4 milhões, constituíam a maioria da população africana do país.

Anexo 9

**Comparação da Tendência de Voto Entre as Eleições Gerais de
Abril de 1994 e de Junho de 1999
(%)**

	1994	1999
African National Congress	62,65	66,36
Democratic Party	1,73	9,55
Freedom Front	2,17	0,8
Inkatha Freedom Party	10,54	8,59
National Party / New NP	20,39	6,87

Fontes: Dados do *African National Congress* (www.anc.org.za) e da *Independent Electoral Commission* (<http://www.electionresources.org/za>).

Anexo 10

**Distribuição da População e Partidos Por Região nas Eleições Gerais de
Abril de 1994 e de Junho de 1999
(%)**

Província	População				Partido Vencedor	
	Africanos	Asiáticos	Mestiços	Branco	1994	1999
Eastern Cape	87,6	0,2	6,6	5,6	ANC	ANC
Mpumalanga*	88,7	0,4	0,6	10,3	ANC	ANC
KwaZulu-Natal	82,4	9,3	1,3	7,0	IFP	IFP
North West	91,1	0,2	1,1	7,6	ANC	ANC
Northern Cape	31,3	0,2	52,4	16,1	ANC	ANC
Northern Province**	97,1	0,1	0,1	2,7	ANC	ANC
Free State	84,1	0,03	2,7	13,2	ANC	ANC
Gauteng***	63,0	2,2	4,1	30,7	ANC	ANC
Western Cape	17,2	0,8	58,4	23,6	NP	NNP
Total	76,4	2,5	8,5	12,6		

Anteriormente * Eastern Transvaal, ** Northern Transvaal, *** Pretoria/Witwatersrand/Vereeniging

Fontes: *Race Relations Survey 1994/95*, p.5, in Faure, Murray & Lane, Jan-Erik, *South Africa: Designing New Political Institutions*, Sage, Londres, 1996. *Independent Electoral Commission*, (www.elections.org.za). *Indicator South Africa*, Vol.11, 19 de Maio de 1994, p.5, in *Afrique Politique 1995: Le Meilleur, Le Pire et l'Incertain*, Karthala et CEAN, Paris, 1995, p.104. Nota: os dados da população referem-se a 1993. No KwaZulu-Natal, o IFP formaria, após o sufrágio de 1999, uma coligação governamental com o ANC, o mesmo acontecendo com o NNP e o DP no Western Cape. Quadro adaptado.

Anexo 11**Votação do LUSAP nas Eleições Gerais de Abril de 1994, Por Província**

Província	Número de Votos
Eastern Cape	263
Mpumalanga*	269
KwaZulu-Natal	961
North West	252
Northern Cape	138
Northern Province**	253
Free State	203
Gauteng***	490
Western Cape	464
Total	3 293

Anteriormente * Eastern Transvaal, ** Northern Transvaal, *** Pretoria/Witwatersrand/Vereeniging

Fonte: *Independent Electoral Commission* (<http://www.elections.org.za>)

Anexo 12

**Comparação dos Resultados Nacionais dos Principais Partidos nas
Eleições Locais de 1995 e Municipais de 2000
(%)**

	1995	2000
ANC	66,4	59,4
NP	16,2	
DP	3,2	
FF	4	
DA		22,1
IFP		9,1
UDM		2,5

Fontes: *Independent Electoral Commission* (<http://www.elections.org.za>), *African National Congress* (<http://www.anc.org.za/locelet/index.html>) e *The Electoral Institute of Southern Africa* (<http://www.eisa.org.za>).
Nota: As eleições locais de 1995 decorreram em 1 de Novembro, enquanto as municipais de 2000 se realizaram em 5 de Dezembro. Em relação ao primeiro acto eleitoral, no KwaZulu-Natal, o escrutínio só ocorreria em 1996. A DA era composta pelo DP, NP e *Freedom Alliance*.

Anexo 13

Estatísticas dos Crimes Mais Graves Ocorridos na África do Sul, 1992-2000

	Assassinatos	Roubo Agravado	Violações	Assaltos a Negócios	Assaltos a Domicílios
1992	16 067	54 194	24 360	73 282	181 659
1993	17 467	60 089	27 056	74 379	185 502
1994	26 832	84 900	42 429	89 058	228 021
1995	26 637	80 071	47 508	86 379	244 063
1996	25 782	67 249	50 481	87 863	246 438
1997	24 588	69 693	52 160	88 610	249 375
1998	24 875	88 319	49 280	94 102	266 817
1999	23 823	97 173	51 249	92 789	285 515
2000	21 238	101 514	51 722	90 076	286 548

Fontes: South African Communication Service, *South Africa Yearbook 1995*, South African Communication Service, Pretoria, 1995, p.209. South African Communication Service, *South Africa Yearbook 1997*, South African Communication Service, Pretoria, 1996, p.304. Government Communication and Information System, *South Africa Yearbook 1998*, Government Communication and Information System, Pretoria, 1998, p.298. Government Communication and Information System, *South Africa Yearbook 1999*, Government Communication and Information System, Pretoria, 1999, p.256. Government Communication and Information System, *South Africa Yearbook 2000/2001*, Government Communication and Information System, Pretoria, 2000, p.359. Outros dados respeitantes ao período compreendido entre 1994 e 2000 podem ser consultados no boletim criminal em www.saps.org.za. Nota: o roubo agravado inclui *hijacking* de viaturas e a categoria violações abrange também as tentativas de violação reportadas às autoridades.

Anexo 14

**Áreas de Residência de Alunos Portugueses de
Liceus de Língua Inglesa de Joanesburgo, 1969**

Área	Delimitação dos Subúrbios	Rapazes (%)	Raparigas (%)
1	Barry Hertzog Av. – Louis Botha Av.	0,0	2,2
2	Louis Botha Av. – Observatory Av.	5,2	6,1
3	Observatory Av. – Kitchener Av.	16,3	16,1
4	Kitchener Av. – Main Reef Road	24,0	24,4
5	Main Reef Road – Heidelberg Road	0,0	0,0
6	Heidelberg Road – Rosettenville Road	16,3	18,9
7	Rosettenville Road – Booyens Road	21,9	20,0
8	Booyens Road – Main Reef Road	1,3	3,9
9	Main Reef Road – Barry Hertzog Av.	0,8	1,7
10	Smit Street / Main Road - Barry Hertzog Av.	0,8	1,7
11	City Centre (Centro de Joanesburgo)	0,8	1,1
12	Fora de Joanesburgo	6,0	1,1
-	Não Respondeu	2,1	1,7

Fonte: Quail, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971, p.27. O total de inquiridos é de 413.

Anexo 15

**Áreas de Residência em Joanesburgo de Famílias Europeias
Que Utilizam Exclusivamente o Português no Lar, 1991**

Bairro	Número de Pessoas
Rosettenville	1 684
Bezuidenhout Valley	1 260
La Rochelle	1 048
Turffontein	985
Kenilworth	895
Malvern	828
Regents Park	759
Jeppestown	752
Troyeville	594
Kensington	487
Berea	326
The Hill	300
South Hills	285
Lorentzville	267
Johannesburg (centro)	263
Forest Hill	235
Bertrams	223
Roseacre	211
Judith's Paarl	204

Fonte: Quadro adaptado a partir de dados do censo populacional de 1991 constantes em McDuling, Alistair James, *Language Maintenance and Shift in the Portuguese Community of Johannesburg*, Tese de Mestrado, University of South Africa, Pretória, 1995, pp.195-199. Nota: os dados seleccionados incluem apenas as zonas com mais de 200 pessoas que utilizam exclusivamente o Português no lar, sendo possível assumir que a quase totalidade serão portugueses, devido à categoria racial.

BIBLIOGRAFIA

ABEL, Marília e CONSIGLIERI, Carlos, *O Bacalhau na Vida e na Cultura dos Portugueses*, Academia do Bacalhau de Lisboa, Lisboa, 1998

AFRICAN NATIONAL CONGRESS, *The Reconstruction and Development Programme: a Policy Framework*, African National Congress, Cape Town, 1994

ALVES, Marcial, *Os Portugueses no Mundo*, Edição de *O Dia*, Lisboa, 1983

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, New York, 1991

ANÓNIMO, A. *Braz in South Africa, 1937-1989 – 1488-1988, Bartolomeu Dias*, Pretória, 1989

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA / CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, *Guia da África do Sul – Estudo de Oportunidades Para as Empresas Industriais Portuguesas*, AIP / CCI, Lisboa, s.d.

AXELSON, Eric, *Camões Annual Lectures No 2 - Early Portuguese Explorers of Southern Africa*, Ernest Oppenheimer Institute for Portuguese Studies, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 1982

BALANDIER, Georges, *Antropologia Política*, Editorial Presença, Lisboa, 1987

BAPTISTA, Artur (dir.), *Guia do Terceiro Mundo 1993*, Tricontinental Editora, Lisboa, 1993

BÁRTOLO, Carlos, *Portugal no Mundo*, Edição do Autor, Joanesburgo, 1980

BASSON, J. L., “Portuguese Immigration into South Africa: a Genealogical Survey of its Influence on this Country”, in *Familia*, Volume 25, Número 1, 1988

BERTELSEN, Eve, ‘Selling Change: Advertisements for the 1994 South African Election’, in *African Affairs*, Vol.95, Number 379, April 1996

BOSMAN, D.B., VAN DER MERWE, I.W. e HIEMSTRA, L.W., *Tweetalige Woordeboek – Bilingual Dictionary*, Pharos, Cape Town, 1999

BIBLIOGRAFIA

- BOTHA, Simon Christoffel Jacobus, *Enkele Faktore Wat die Inskakelingsvatbaarheid Van 'n Groep Portugese Immigrante aan die Witwatersrand Bepaal*, MA-Verhandeling, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Roodepoort, 1971
- CALDEIRINHA, Cláudia de Castro, *Portugal e a África do Sul – Relações Escassas no Pós-Apartheid*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 1997
- CALHOUN, Craig (ed.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Blackwell, Cambridge, EUA, 1994
- CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-SUL-AFRICANA, *Boletim Informativo* de Maio-Junho de 1984, N.º 16, CCLSA, Lisboa, 1984
- CÂMARA, João Brito, *História da Área Consular do Transvaal e do Orange (1858-1996) – Uma Primeira Aproximação*, Obra não publicada, Joanesburgo, 1996
- CAPÃO, Fernando, *Padrões de Portugalidade no Sul de África*, Edição do Autor, Joanesburgo, 1991
- CARRILHO, Maria José e PEIXOTO, João, “A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992”, in *Estudos Demográficos*, Nº31, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1993
- COHEN, Anthony, *The Symbolic Construction of Community*, Routledge, London, 1985
- CONSELHO DE PAÍS DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, *Relatório Sobre as Reuniões com os Partidos Políticos da República da África do Sul*, Documento oficial não publicado, Joanesburgo, Março de 1994
- CRAMER, Christopher, ‘Rebuilding South Africa’, in *Current History*, Maio de 1994
- CRAVINHO, João Gomes, “La Communauté Portugaise dans la Nouvelle Afrique du Sud”, in *Lusotopie – Transitions Libérales en Afrique Lusophone*, Editions Karthala, Paris, 1995

CRAVINHO, João Gomes, *Portugueses na África do Sul – Retrato Político de uma Comunidade Emigrante*, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Lisboa, 1990

CUDDUMBEY, Chantal, *L'Afrique Politique 1995: Le Meilleur, Le Pire et l'Incertain*, Karthala et CEAN, Paris, 1995

DA ROSA, Victor Pereira, TRIGO, Salvato, *Portugueses e Moçambicanos no Apartheid: da Ficção à Realidade*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto, 1986

DARBON, Dominique, *Éthnicité et Nation en Afrique du Sud*, Karthala, Paris, 1996

DARBON, Dominique, “L’institutionnalisation du Miracle Sud-Africain”, in *Hérodote-La Nouvelle Afrique du Sud*, N.º 82/83, La Découverte, Paris, 1996

DE KLERK, F.W., *The Last Trek – A New Beginning, The Autobiography*, MacMillan, London, 1998

DE VAAL, J.B., *Camões Annual Lectures No 3 – João Albasini (1813-1888)*, Ernest Oppenheimer Institute for Portuguese Studies, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 1983

DIRECÇÃO NACIONAL DA OBRA CATÓLICA PORTUGUESA DE MIGRAÇÕES, *Semana Nacional das Migrações – Filhos de Emigrantes: Como Crescem Para a Vida*, Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, Lisboa, Janeiro de 1975

DIRECÇÃO NACIONAL DA OBRA CATÓLICA PORTUGUESA DE MIGRAÇÕES, *Semana Nacional das Migrações – Os Emigrantes Nossos Irmãos*, Direcção Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações, Lisboa, Agosto de 1984

DU PLESSIS, A.P., “Assimilatie, Integrasie en Kulturele Pluralisme as Sleutelbegrippe in die Ontleding van die Aanpassings-Proses van Immigrante”, in *Tydskrif vir Geesteswetenskappe*, Jaargang 7 : 4, Desember 1967

EDITORS INC, SA 1995-96 - *South Africa at a Glance*, Editors Inc, Craighall, Johannesburg, s.d.

BIBLIOGRAFIA

EDITORS INC, SA 2000-01 – *South Africa at a Glance*, Editors Inc, Craighall, Johannesburg, s.d.

EDITORS INC, SA 2001-02 – *South Africa at a Glance*, Editors Inc, Craighall, Johannesburg, s.d.

ESTEVES, Maria do Céu (org.), *Portugal, País de Imigração*, Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1991

EUROSTAT, *Anuário '97: Visão Estatística sobre a Europa, 1986-1996*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1997

FAURE, Murray & LANE, Jan-Erik, *South Africa: Designing New Political Institutions*, Sage, Londres, 1996

FITZGERALD, P., McLenan, A., & MUNSLOW, F., (eds.), *Managing Sustainable Development in South Africa*, Oxford University Press, Cape Town, s.d.

GABRIEL, Padre Carlos, DE SOUZA, Irmã Clarissa, OLEASTRO, Silvio, *História da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Brentwood Park, Benoni*, Lion Marketing & Combined Publishers, Southdale, África do Sul, 1998

GARCIA, José Luís (coord.), *A Emigração Portuguesa – Uma Breve Introdução*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Lisboa, 1998

GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Gradiva, Lisboa, 1993

GILIOMEE, Hermann, 'Towards Real Majority Rule?', in *The Star*, 21 de Agosto de 1994

GONÇALVES, José Júlio, *Portugueses Dispersos Pelo Mundo*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1971

GOVERNMENT COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM, *South Africa Yearbook 1998*, Government Communication and Information System, Pretoria, 1998

GOVERNMENT COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM, *South Africa Yearbook 1999*, Government Communication and Information System, Pretoria, 1999

GOVERNMENT COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM, *South Africa Yearbook 2000/2001*, Government Communication and Information System, Pretoria, 2000

GOVERNMENT COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM, *South Africa Yearbook 2001/2002*, Government Communication and Information System, Pretoria, 2001

GROENEWALD, D.C. & SMEDLEY, Linda, *Attitudes of the White Population in South Africa Towards Immigrants in General and the Main Immigrant Groups in Particular*, South African Human Sciences Research Council, Pretoria, 1977

HASTINGS, Adrian, *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge University press, Cambridge, 1997

HUMAN SCIENCES RESEARCH COUNCIL, *Human Sciences Research Council Publications, 1969-1987*, HSRC, Pretoria, 1988

HUTNIK, Nimmi, *Ethnic Minority Identity*, Oxford University Press, New York, 1991

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatísticas Demográficas 1993*, INE, Lisboa, 1994

JÚNIOR, José Baptista, *A Comunidade Portuguesa na República da África do Sul: «Nação Peregrina em Terra Alheia»*, Sociedade de Geografia de Lisboa e União das Comunidades de Cultura Portuguesa, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro-Março de 1966

KARIS, Thomas G. & GERHART, Gail M., *From Protest to Challenge: A Documentary History of African Politics in South Africa, 1882-1990 – Volume 5:*

BIBLIOGRAFIA

Nadir and Resurgence, 1964-1979, Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 1997

KUPER, L. e SMITH, M.G. (eds.), *Pluralism in Africa*, University of California Press, Berkeley, 1969

KÜSTNER, Horst, *Notes on Ethnicity in South Africa*, Documento não publicado, Pretória, Janeiro-Junho de 2000

LEAL, Luus, *Breve História dos Portugueses na África do Sul*, Potchefstroomse Universiteit vir Christelike Hoër Onderwys, Potchefstroom, 1977

LEAL, Luís, *Com Noé na Arca*, Prisma, s.l., 1985

LODGE, Tom, *South African Politics Since 1994*, David Philip Publishers, Cape Town, 1999

MAPHAI, Vincent T., 'Liberal Democracy and Ethnic Conflict in South Africa', in Glickman Harvey (ed.), *Ethnic Conflict and Democratization in Africa*, African Studies Association Press, Atlanta, 1995

MARQUES, Durval, *Breves Notas sobre a Fundação da Primeira Academia do Bacalhau*, Documento não publicado, Joanesburgo, Dezembro de 1996

M'BOKOLO, Elikia (dir.), *Afrique Noire: Histoire et Civilisations, XIX et XX Siècles*, Vol.II, Hatier-Aupelf, Paris, 1992

McDULING, Alistair James, *Language Shift and Maintenance in the Portuguese Community of Johannesburg*, Tese de Mestrado, University of South Africa, Pretória, 1995

McIVER, R.M. e PAGE, C.H., *Society: An Introductory Analysis*, MacMillan & Co., Londres, 1962

MILLER, S. (ccord.), *Human Sciences Research Council Publications, 1969-1987*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1988

MINISTÉRIO DO INTERIOR, *Boletim Anual da Junta da Emigração 1954*, Ministério do Interior, Gouveia, 1956

MINISTÉRIO DO INTERIOR, *Boletim da Junta da Emigração 1960*, Ministério do Interior, Porto, 1961

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Afirmar Portugal no Mundo – A Importância das Comunidades Portuguesas*, Edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Agosto de 1995

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Elementos Informativos Sobre as Comunidades Portuguesas a Residir e a Trabalhar no Estrangeiro*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Lisboa, 22 de Novembro de 1996

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL, *Relatório da Participação no 1.º Encontro de Portuguesas Migrantes no Associativismo e no Jornalismo*, Ministério do Trabalho e Segurança Social – Direcção-Geral da Família, Lisboa, 19 de Julho de 1985

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE, *Guia do Contribuinte / Guia do Beneficiário da Segurança Social*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, 1999

MISSÃO DE SANTO ANTÓNIO DOS PORTUGUESES, *Canto e Rezo*, Missão de Santo António dos Portugueses, Crown Mines, Joanesburgo, 2000

MONTEIRO, Ana Isabel Líbano, *Subsídios Para o Estudo das Raízes da Família Ocidental*, Ministério do Emprego e da Segurança Social – Direcção-Geral da Família, Lisboa, 1990

NOGUEIRA, Eurico Dias, Presidente da Conferência Episcopal para as Migrações e Turismo, intervenção no colóquio *Perspectivas Actuais do Fenómeno Migratório – O Regresso na Diocese de Coimbra*, 11 a 12 de Dezembro de 1984, Documento não publicado, Coimbra, 1984

O'MEARA, Dan, *Volkskapitalisme: Class, Capital and Ideology in the Development of Afrikaner Nationalism, 1934-1948*, Cambridge University Press, New York, 1983

O'MEARA, Dan, *Forty Lost Years: the Apartheid State and the Politics of the National Party, 1948-1994*, Ohio University Press, Athens, 1996

PANOFF, Michel e PERRIN, Michel, *Dicionário de Etnologia*, Edições 70, Lisboa, 1970

PATTEE, Richard, *África do Sul, Vizinha de Portugal*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1971

PEIXOTO, João, 'A Emigração Portuguesa a Partir de 1980: Factos Estatísticos e Modalidades de Evolução', in *Estudos Demográficos*, N.º 31, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1993

PICARD, J.H., "The Portuguese Influence on Afrikaans With Particular Reference to Military Language", in *Militaria*, Vol.18, No.3, Directorate of Public Relations of the South African Defence Force, Pretoria, 1988

PIMENTEL, Dulce, *As Migrações Portuguesas no Quadro das Migrações Internacionais, 1950-1990*, Edição da Autora, Lisboa, 1991

PINA, António, "Portugueses na África do Sul", in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, Novembro de 2000

PINHEIRO, Francisco Maria, *Na Entrega do Testemunho – 1975*, Acção Missionária Portuguesa em Moçambique, Torres Novas, 1992

PRETORIUS, Jan Christoffel, *'N Sosiologiese Ondersoek na die Houidings van Blanke Pretorianers Teenoor Blanke Minderheidsgroepe*, Dissertatie Doctor Philosophiae, Universiteit van Pretoria, Pretória, 1971

QUAIL, David Lockwood, *The Integration of Portuguese Immigrant Pupils into Johannesburg High Schools*, Tese de Bacharelato em Educação, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 1971

RAMOS, António, *Samora Machel, Morte Anunciada*, Edição África Repórter, Joanesburgo, 1998

RAPER, P.E., "Portuguese Place Names in South Africa", in *Lantern*, Volume 37, Número 1, Janeiro de 1988

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, *White Paper on Reconstruction and Development*, s.l., 1994

REX, John & MASON, David (eds.), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge University Press, New York, 1986

REYNOLDS, Andrew (ed.), *Election '99 South Africa: From Mandela to Mbeki*, St.Martin's Press, New York, 1999

RICHMOND, A.H., "Sociological Theories of International Migration: The Case of Refugees", in *Current Sociology*, N.º 36, Vol.2, 1988

ROCHER, Guy, *Sociologia Geral: Mudança Social e Acção Histórica*, Editorial Presença, Lisboa, 1989

SAINT-MAURICE, Ana, *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1997

SAMPAIO, Alvarinho, *E...Vamos Recordar*, Ed. Sampaio Graphics, Sunnyside, Pretória, s.d.

SCHUTTE, Carel Daniel, *The Adaptation to South Africa and Attitudes Regarding Re-emigration from the Country of Portuguese Immigrants*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1989

SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, Livros Horizonte, Lisboa, 1982

SMITH, Anthony, *National Identity*, Penguin Books, London, 1991

SMITH, Anthony, *The Ethnic Origins of Nations*, Blackwell Publishers, Oxford, 1996

SOUTH AFRICAN COMMUNICATION SERVICE, *South Africa Yearbook 1995*, South African Communication Service, Pretoria, 1995

SOUTH AFRICAN COMMUNICATION SERVICE, *South Africa Yearbook 1996*, South African Communication Service, Pretoria, 1996

BIBLIOGRAFIA

SOUTH AFRICAN COMMUNICATION SERVICE, *South Africa Yearbook 1997*, South African Communication Service, Pretoria, 1996

SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF RACE RELATIONS, *Race Relations Survey 1993/1994*, South African Institute of Race Relations, Johannesburg, 1994

SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF RACE RELATIONS, *South Africa in Travail: the Disturbances of 1976/77*, South African Institute of Race Relations, Johannesburg, 1978

SOUTH AFRICAN STATE DEPARTMENT OF INFORMATION, *Official Yearbook of the Republic of South Africa, 1976*, South African State Department of Information, Joanesburgo, 1977

SOUTH AFRICAN STATE DEPARTMENT OF INFORMATION, *Official Yearbook of the Republic of South Africa, 1977*, Joanesburgo, 1978

SOUTH AFRICAN STATE DEPARTMENT OF INFORMATION, *Official Yearbook of the Republic of South Africa, 1982*, Chris Van Rensburg Publications, Joanesburgo, 1983

SPARKS, Allister, *The Mind of South Africa – The Story of the Rise and Fall of Apartheid*, Mandarin, London, 1996

TERREBLANCHE, S. & FRIEDMAN, S. (eds.), *The Long Journey: South Africa's Quest for a Negotiated Settlement*, Ravan Press, Johannesburg, 1993

THE STATE LIBRARY, *Catalogue of Publications*, The State Library, Pretoria, 1993

THOMPSON, Leonard, *A History of South Africa*, Yale University Press, New York, 1995

VAIL, Leroy (ed.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, University of California Press, Berkeley, 1991

VALKHOFF, Marius F., *Studies in Portuguese and Creole with Special Reference to South Africa*, Witwatersrand University Press, Johannesburg, 1966

VASCONCELLOS, Ernesto, *Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1915

VIANA, Ruth Jordão Gomes da Costa, *Relatório de Actividades 1998/2000 na África do Sul*, Documento oficial não publicado, Joanesburgo, 2000

WADDY, Nicholas, “Affirmative Action Versus Nonracialism in the New South Africa”, in *African Issues*, Vol. XXXII, Fall 2004, African Studies Association, Rutgers University, New Jersey, 2004.

WALKER, Walter, *O Urso à Porta de Trás – A Ameaça Soviética à Linha Vital do Ocidente em África*, Ed. Abril, Coimbra, 1979

WALLERSTEIN, Immanuel, ‘Ethnicity and National Integration in West Africa’, in *Cahiers d’Études Africaines*, N.º 3, Paris, 1960

WILKINS, Ivor & STRYDOM, Hans, *The Broederbond*, Paddington Press, New York, 1979

WORSLEY, Peter, *Introdução à Sociologia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983

ÍNDICE

COMUNIDADE LUSÍADA EM JOANESBURGO

AGRADECIMENTOS	i
SUMÁRIO	iii
ABSTRACT	v
PREFÁCIO	vii
CAPÍTULO I – AS ORIGENS DA COMUNIDADE PORTUGUESA NA ÁFRICA DO SUL	1
1. O Pioneirismo dos Madeirenses e a Vaga de Emigração Continental	1
2. Os Refugiados de Angola e de Moçambique	10
3. A Comunidade Após a Descolonização	13
CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÓMICO DOS PORTUGUESES	29
1. O <i>Trek</i> Económico dos Portugueses	29
2. Os Diferentes Percursos dos Subgrupos Comunitários, Poder Económico e Estratificação Social	34
3. A Emergência de um Mercado Étnico, Os Sectores de Actividade e o Estatuto Social dos Portugueses	39
CAPÍTULO III – AS ASSOCIAÇÕES E A MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PORTUGUESA	43
1. A Génese e a Diversidade do Movimento Associativo Luso	43
2. A Dinâmica e Influência Social e Cultural Associativa	51
3. O Choque Geracional e o Futuro das Associações	55
CAPÍTULO IV – A VERTENTE EDUCACIONAL NA COMUNIDADE	63
1. O Perfil Literário da Primeira Geração e a Adaptação das Crianças Portuguesas à Escola Sul-Africana	63
2. As Origens e a Evolução do Ensino em Português na África do Sul	66
CAPÍTULO V – OS DESAFIOS LINGUÍSTICOS NA COMUNIDADE	73
1. A Evolução Linguística das Diferentes Gerações	73
2. Os Meios de Comunicação Social em Português e a Comunidade	78
2.1 - A Dinâmica da Imprensa Comunitária	78
2.2 - A Rádio e os Portugueses da África do Sul	80
2.3 - O Panorama Televisivo Comunitário	82
CAPÍTULO VI – A MULHER E A FAMÍLIA COMO CENTRO DA COMUNIDADE	89
1. O Perfil da Família Lusa e a Influência da Igreja	89
2. As Fronteiras do Universo da Mulher Portuguesa e a Emancipação das Novas Gerações	93
3. A Liga da Mulher Portuguesa e os Desafios do Presente	100
CAPÍTULO VII – A IGREJA CATÓLICA COMO ELEMENTO DE COESÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA COMUNITÁRIA	103
1. As Igrejas Portuguesas de Joanesburgo e Pretória	103

ÍNDICE

2. As Áreas de Influência das Igrejas e os Nichos Residenciais dos Portugueses	109
3. Manutenção e Erosão do Catolicismo na Comunidade	111
4. Fé, Tradições Religiosas e Reprodução da Identidade Cultural	117
CAPÍTULO VIII – DO <i>APARTHEID</i> À POBREZA SEM FRONTEIRAS: OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS NA COMUNIDADE	121
1. Prosperidade e Pobreza na Comunidade	121
2. Os Mecanismos de Protecção Social de Portugal e da África do Sul	123
3. As Origens e o Desenvolvimento de uma Assistência Social Comunitária	126
3.1 - A Importância das Academias do Bacalhau	126
3.2 - A Sociedade Portuguesa de Beneficência	129
3.3 - A Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Deficientes Mentais	132
3.4 - A Associação Familiar Pérola do Atlântico e os <i>Superior Care Centres / Cape Shelter Homes</i>	134
3.5 - A Multiplicação dos Grupos de Beneficência na Comunidade	134
CAPÍTULO IX – A DIMENSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA COMUNIDADE E AS SUAS RELAÇÕES COM O PODER	137
1. A Comunidade Internacional, Portugal e a África do Sul	137
2. O Impacto da Revolução e Descolonização Lusas	139
3. A Comunidade como Actor Face a Portugal e à África do Sul	147
4. Os Portugueses e as Transformações Políticas na África do Sul	158
5. A Postura da Primeira Geração e a Génese da Consciência Política dos Luso-Descendentes	163
6. A Negociação da Transição e a Crescente Inserção da Comunidade na Esfera Política	174
7. As Eleições de 1994 e o Apelo à Participação dos Portugueses	178
8. A Adaptação dos Portugueses à Nova África do Sul	191
8.1 – O Regresso Generalizado à Apatia e a Dispersão dos Luso-Descendentes pelo Espectro Político Sul-Africano	192
CAPÍTULO X – AS REPERCUSSÕES DA CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE SUL-ÁFRICANA E NA COMUNIDADE PORTUGUESA	205
1. O Agravamento da Situação de Segurança	205
2. A Crescente Revolta e a Procura de Soluções na Comunidade	208
3. Joanesburgo, Núcleo Histórico da Comunidade	213
4. A Radical Alteração da Matriz Residencial Lusa	216
CAPÍTULO XI – OS FLUXOS DE SAÍDA DA ÁFRICA DO SUL E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DA COMUNIDADE	225
1. O Impacto da Descolonização Portuguesa	225
2. As Repercussões do Processo de Democratização Sul-Africano	228
3. As Eleições de 1994: Regresso Temporário e Definitivo a Portugal	234

COMUNIDADE LUSÍADA EM JOANESBURGO

4. O Retorno à África do Sul e os Problemas Socioeconómicos	235
5. O Ressurgir das Preocupações Políticas e a Situação Actual	241
6. Características e Reflexos do Êxodo Comunitário	253
6.1 - Destinos Múltiplos	254
6.2 - O Declínio da Comunidade e o Futuro Incerto da África do Sul	257
APÊNDICES	
Apêndice 1: Ano de Chegada à África do Sul dos Portugueses da Primeira Geração, 1948-2000 (Histograma)	263
Apêndice 2: Anos de Vivência dos Portugueses de Primeira Geração no Local de Residência Anterior à Radicação na África do Sul, 1948-2000 (Histograma)	264
Apêndice 3: Ano de Chegada e Local de Nascimento dos Portugueses da Primeira Geração Radicados na África do Sul, 2000	265
Apêndice 4: Distritos de Origem dos Continentais da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo, 2000	266
Apêndice 5: Actividade Profissional Actual dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000	267
Apêndice 6: Idade dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória à Chegada à África do Sul, 1948-2000	268
Apêndice 7: Origem, Sexo e Profissão Actual dos Portugueses da Primeira Geração Residentes em Joanesburgo e Pretória, 2000	269
Apêndice 8: Vítimas Mortais da Criminalidade Confirmadas na Comunidade Portuguesa, 1984-2000	271
Apêndice 9: Principais Bairros de Joanesburgo Referidos em Anúncios Imobiliários em Português Dirigidos à Comunidade, 1974-1991	272
Apêndice 10: Dinâmica Residencial dos Portugueses da Primeira Geração Residentes na Grande Joanesburgo, 1948-2000	273
Apêndice 11: Principais Zonas de Residência dos Portugueses na Grande Joanesburgo, 1940-2000	278
Apêndice 12: Historial da Geografia Lusa em Joanesburgo, 1938-2000	279-280
Apêndice 13: Anúncios em Português Referentes a Vendas de Propriedades na África do Sul e a Contentores, 1991-1999	280
ANEXOS	
Anexo 1: Fluxo Europeu Com Destino à África do Sul, 1924-1975	283
Anexo 2: Regiões de Origem dos Portugueses Que Emigraram para a África do Sul, 1946-1963	285
Anexo 3: Comparação dos Valores Oficiais Referentes a Portugueses que se Radicaram na África do Sul, 1924-1972	286

ÍNDICE

Anexo 4: Ano de Radicação dos Portugueses na África do Sul, 1989	288
Anexo 5: Cursos Oficiais de Língua e Cultura Portuguesas em Escolas Sul-Africanas, Por Área Consular, 1998	289
Anexo 6: Nacionalidade dos Portugueses Residentes em Cape Town e na Região do Triângulo do Vaal-Witwatersrand-Pretória, 1989	291
Anexo 7: Percepção dos Portugueses Residentes em Cape Town e no Triângulo do Vaal Sobre o Poder Político da Comunidade, 1989	292
Anexo 8: Votação dos Principais Partidos nas Eleições de Abril de 1994, Por Regiões	293
Anexo 9: Comparação da Tendência de Voto Entre as Eleições Gerais de Abril de 1994 e de Junho de 1999	294
Anexo 10: Distribuição da População e Partidos Por Região nas Eleições Gerais de Abril de 1994 e de Junho de 1999	295
Anexo 11: Votação do LUSAP nas Eleições Gerais de Abril de 1994, por Província	296
Anexo 12: Comparação dos Resultados Nacionais dos Principais Partidos nas Eleições Locais de 1995 e Municipais de 2000	297
Anexo 13: Estatísticas dos Crimes Mais Graves Ocorridos na África do Sul, 1992-2000	298
Anexo 14: Áreas de Residência de Alunos Portugueses de Liceus de Língua Inglesa de Joanesburgo, 1969	299
Anexo 15: Áreas de Residência em Joanesburgo de Famílias Europeias que Utilizam Exclusivamente o Português no Lar, 1991	300
BIBLIOGRAFIA	303
ÍNDICE	317

